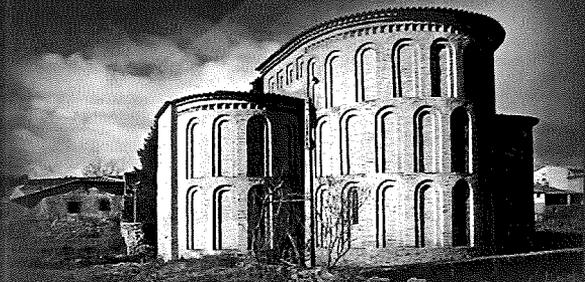


OS CONVENTOS NA CULTURA TRANSMONTANO-DURIENSE ATÉ À SUA EXTINÇÃO, EM 1834



XXIII Jornadas Culturais de Balsamão
1-3 de outubro de 2020

**OS CONVENTOS NA CULTURA TRANSMONTANO-
DURIENSE ATÉ À SUA EXTINÇÃO, EM 1834**

Centro Cultural de Balsamão

2021

“Visto que não tínhamos pessoas, o próprio Deus, em razão da honra da sua Mãe, deu-nos uma fundação em que há pessoas e um convento de Nossa Senhora, bem apetrechado e privilegiado pelo rei: chama-se Balsamão.

Eis que entre essas montanhas encontra-se um monte especial, que é cercado por dois rios e separado dos demais montes. As montanhas o envolvem, como anuncia o Salmo 124. Este lugar é tão maravilhoso que não tenho visto um mais belo em Portugal. Diversos religiosos nos invejam este lugar, ao passo que outros nos felicitam porque de forma admirável Deus o preservou para nós”.

Frei Casimiro Wyszynski, em 1755

Ficha Técnica

Título: OS CONVENTOS NA CULTURA TRANSMONTANO-DURIENSE ATÉ À SUA EXTINÇÃO, EM 1834

Autor: AA.VV.

Editor: Centro Cultural de Balsamão

Coordenadores: Basileu Pires, Carlos d'Abreu, João Bartolomeu, José Rosa, Levi Leonido, Luís Vale e Rui Leonardo

Capa e Contracapa: Pedro Vilela Ribeiro

Grafismo: Levi Leonido, Elsa Morgado e João Bartolomeu

Data da Edição: setembro de 2021

ISBN: 972-96862-3-8

Depósito Legal: 489490/21

APRESENTAÇÃO

De 1 a 3 de outubro de 2020, decorreram as XXIII Jornadas Culturais de Balsamão. A realização destas Jornadas, em ano de pandemia do Coronavírus, em que reinava o medo do contágio, foi um acto de coragem, pois tudo nos convidava a desistir, como desistiu o município com quem fizemos parceria e alguns dos palestrantes convidados. Respeitadas as normas de segurança exigidas pela DGS, avançamos confiantes e tudo correu bem, com a participação presencial de cerca de 25 pessoas e um número considerável através da plataforma Zoom e do Facebook do Convento de Balsamão. Pelo facto de não haver um dia fora, devido à desistência do município com quem fizemos parceria, achamos por bem que a tarde de visitas de sábado, que se iria fazer no referido município, fosse preenchida com o programa de domingo, encurtando de meio dia as Jornadas deste ano.

As XXIII Jornadas Culturais de Balsamão trataram sobre “Os conventos na cultura transmontano-duriense até à sua extinção, em 1834”. A escolha deste tema foi suscitada pelo facto de estar em construção um novo mosteiro na nossa região: a Mosteiro Trapista de Santa Maria, mãe da Igreja, em Palaçoulo. Era ocasião propícia para conhecer os mosteiros e os conventos na cultura transmontano-duriense.

Iniciámos as Jornadas, abordando o enquadramento dos conventos no liberalismo, com o conflito entre a Igreja e o estado,

que levou à extinção dos conventos, em 1834. A presença dos cistercienses em Trás-os-Montes e alto Douro, a sua saída há cerca de 500 anos e a construção, neste momento, de um mosteiro trapista (cisterciense de antiga observância), em Palaçoulo, foi o tema abordado pelo Bispo da nossa Diocese, D. José Cordeiro. Pudemos, depois, conhecer a presença dos Marianos na nossa região, particularmente no Convento de Balsamão, o único convento extinto em 1834 que ressuscitou das cinzas, em 1954, e continua bem presente na cultura transmontana, onde se têm realizado, desde há 24 anos, estas Jornadas Culturais. Antes de almoço, ainda tivemos tempo para inaugurar a sugestiva exposição fotográfica “Retratos da gente e poética do instante”.

Da parte de tarde, do primeiro dia das Jornadas, vimos a presença dos Jesuítas em Bragança, com o colégio do Santíssimo nome de Jesus, e pudemos conhecer o Convento de Nossa das Flores, em Sezulfé, e o Convento da Mofreita, no conselho de Vinhais. Na mesma tarde, abordámos, com a presença dos nossos vizinhos e amigos da raia, as relações do Mosteiro de S. Martinho da Castanheda com Portugal e as possessões do mosteiro de Moreruella no Reino de Portugal. Concluímos o dia com o lançamento das Actas do Jornadas do ano anterior sobre o Património literário transmontano-duriense, e com o tradicional jantar/convívio no restaurante Saldanha.

No segundo dia das Jornadas, sábado de manhã, pudemos saber da presença dos Trinitária na Lousa, em Miranda do Douro e em Mirandela e falar sobre a extinção do Convento Franciscano de Mogadouro, bem como sobre a antiga diocese da Calábria. De tarde, ouvimos falar sobre a presença dos Oratorianos em Freixo de Espada à Cinta e dos Franciscanos em Torre de Moncorvo.

Antes do encerramento destas Jornadas – com a presença do representante do Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros, com quem o Centro Cultural de Balsamão faz parceria –, como sempre, escolhemos o tema das próximas Jornadas. O tema escolhido foi “O Diálogo intercultural e religioso”, neste tempo tão marcado por fluxos migratórios e por grande número de refugiados, em que somos desafiados a acolher o diferente, que nos enriquece, a fim de construirmos um mundo mais justo e mais fraterno.

Um pouco do saber partilhado nestes dois dias das XXIII Jornadas trazemo-lo a si, caro leitor, através destas actas. Este ano, procuramos uniformizar as normas editoriais do Centro Cultural de Balsamão (graças ao trabalho da recente alargada Comissão Organizadora das Jornadas Culturais de Balsamão), que vêm apresentadas no fim deste livro. Desejamos-lhe uma agradável e proveitosa leitura.

Os Coordenadores

XXIII Jornadas Culturais de Balsamão

**OS CONVENTOS NA CULTURA TRANSMONTANO-DURIENSE ATÉ
À SUA EXTINÇÃO, EM 1834**

Convento de Balsamão
1-3 de outubro 2020

PROGRAMA

Dia 1 de Outubro, quinta-feira

21: 30h – Entrega da documentação aos participantes

Abertura – Basileu Pires, MIC, Presidente do Centro Cultural de Balsamão

Dia 2 de Outubro, sexta-feira

8: 30h – Pequeno-almoço

9: 20h – Sessão da Manhã – Presidente da Mesa: Eduardo Novo (Superior do Convento de Balsamão); Moderador: Carlos d'Abreu (Geógrafo)

9: 30h – Liberalismo e ordens conventuais – Francisco José Lopes (Historiador / Alfândega da Fé)

10: 00h – A presença cisterciense e o Mosteiro Trapista de S. Maria, Mãe da Igreja, em Palaçoulo – D. José Cordeiro (Bispo de Bragança-Miranda)

10: 30h – Intervalo

11: 00h – Os Marianos em Trás-os-Montes e Alto Douro (Balsamão, Algosó, Cedovim e Cevadelhe) – Basileu Pires, MIC

12: 00h – Debate

12: 30h – Inauguração da exposição de fotografia “Retratos da Gente e Poética do Instante”, de Paulo Patoleia

13: 00h – Almoço

14: 50h – Sessão da Tarde – Presidente da Mesa: Basileu Pires (Presidente do Centro Cultural de Balsamão); Moderador: Ana Camelo (Vice-Presidente do CCBAL)

15: 00h – O convento de Nossa Senhora das Flores – Emília Nogueiro (Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança).

15: 30h – Os doces e licores conventuais – Graça Saraiva (UTAD) – Não chegou a vir.

16: 00h – Os Jesuítas em Bragança. O Colégio do Santíssimo Nome de Jesus – João Cabrita (Bragança)

16: 30h – Intervalo

17: 00h – Las relaciones del Monasterio de San Martín de Castañeda (Sanabria) con Portugal – María Jesús Sánchez Villasante (professora) e José Rodríguez Ballesteros (advogado) / Sanabreses

17: 30h – "Las posesiones del monasterio de Moreruela en el reino de Portugal" – José Ignacio Martín Benito (Historiador / Centro de Estudios Mirobrigenses).

18: 00h – O Convento da Mofreita – Luís Vale (Antropólogo / Vinhais)

18: 30h – Debate

19: 30h – Lançamento do livro de Actas das XXII Jornadas Culturais de Balsamão (2019)

19: 45h – Saída para Peredo

20: 00h – Ceia (*Restaurante Saldanha*) – Até às 22h

Dia 3 de Outubro, sábado (em Balsamão)

8: 30h – Pequeno-almoço

9: 20h – Sessão da Manhã – Presidente da Mesa: Basileu Pies (Presidente do CCBAL); Moderador: Moderador: Andrade Lemos (Centro Cultural Eça de Queirós)

9: 30h – Os Trinitários na Lousa, em Miranda do Douro e em Mirandela – Carlos d' Abreu (CCBAL)

10: 00h – A extinção do Convento de Mogadouro – Fernando Andrade Lemos e José António Silva

10: 30h – Intervalo

11: 00h – "Del Agueda al Coa. Aproximación a la antigua Calabria" – Carlos García Medina (pintor) e Isabel Sánchez Jacob (médica)

11: 30h – Debate

12: 30h – Almoço

14: 20h – Sessão da tarde – Presidente da Mesa: Benjamim Rodrigues (Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros); Moderador: Carlos d'Abreu (CCBAL)

14: 30h – Os oratorianos em Freixo de Espada à Cinta – António Pimenta de Castro (Historiador / Mogadouro)

15: 00h – Os Franciscanos e as relações sociais na vila de Torre de Moncorvo – Rui Leonardo (Arqueólogo / Torre de Moncorvo)

15: 30 – Debate

16: 00h - Intervalo

16: 30h – Escolha do tema das próximas Jornadas Culturais

17: 00h – Encerramento pelo Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

18: 00h – Eucaristia

19: 30h – Jantar e despedida

ORGANIZAÇÃO

Centro Cultural de Balsamão

Convento de Balsamão

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

APOIOS

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Restaurante Saldanha (Peredo)

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães

LIBERALISMO E ORDENS CONVENTUAIS

Liberalism and Conventual Orders

Francisco José Lopes¹

Resumo

A partir de 1820 Portugal entrou num modelo governativo de monarquia constitucional, inspirado nos ideais liberais que já haviam sido adotados por outros países europeus. O novo Estado Liberal seria apenas interrompido entre 1828-1834 e manteve-se até à implantação da República, em 1910. A primeira fase do Estado Liberal, particularmente a partir de 1834, caracterizou-se por uma forte tensão com a Igreja Católica, circunstância particularmente identificável com a extinção das Ordens Religiosas masculinas, limitação da atividade das femininas e consequente interrupção das relações com a Santa Sé. Esta comunicação aborda alguns dos aspetos mais significativos deste conflito.

Abstract

From 1820 onwards Portugal adopted a model of constitutional monarchy, inspired by the liberal ideals that had already been adopted by other European countries. The new Liberal State would only be interrupted between 1828-1834, and continued until the establishment of the Republic in 1910. The first period of the Liberal State, particularly from 1834 onwards, was characterised by strong tension with the Catholic Church, a circumstance that was particularly identifiable with the extinction of male Religious Orders, the limited activity of female Religious Orders and the consequent interruption of relations with the Holy See. This paper addresses some of the most significant aspects of this conflict.

Palavras-chave: *Liberalismo; Igreja Católica; Ordens Religiosas.*

Key-words: *Liberalism; Catholic Church; Religious Orders.*

¹Licenciado em História. Investigador.

Confesso que quando assumi o título desta comunicação tinha na ideia algo diferente, por pensar que estaria mais avançado o estudo que estou a desenvolver sobre uma figura nascida no concelho de Alfândega da Fé, D. José Joaquim de Azevedo e Moura, que começou a sua carreira eclesiástica como Coadjutor do Deado de Évora e depois Deão, permanecendo nesta cidade de 1822 a 1845, nomeado depois Bispo de Viseu (1846-1856) e finalmente Arcebispo de Braga *Primaz das Hespanhas* (1856-1876).

Em 1834, após a Convenção de Évora-Monte, foi nomeado pelo Governo Liberal para a Junta Governativa do Arcebispado de Évora, devido ao exílio do Arcebispo, na qual participaram também José Joaquim Varela e José António da Mata e Silva (este último viria a ser Arcebispo de Évora). A Junta Governativa sofreu alterações na sua composição em 1837, mantendo-se D. José e Moura, entrando António Joaquim da Silva e Sousa, João Limpo Pimentel e Eleutério Francisco Castelo-Branco.

Como a extinção das Ordens Religiosas aconteceu em 1834, durante a vigência daquela Junta Governativa de Évora, a minha intenção inicial seria partir da eventual tomada de posição, ou não tomada, deste trio governativo e a partir dessa perspetiva desenvolver algumas considerações sobre o assunto.

Acontece que a documentação relativa ao seu percurso eclesiástico em Évora não tem estado disponível (o arquivo da Sé de Évora fechou devido ao Covid-19) e, portanto, desconheço se alguma

posição foi tomada por aquela Junta Governativa, nem disso encontrei eco na inúmera bibliografia que tenho consultado.²

Aliás, não fora o apoio que tenho tido do nosso Bispo de Bragança, D. José Cordeiro, na procura de alguma documentação necessária, não disporia hoje sequer dos dois documentos de tomada de posse naquele deado.

Gorada a minha ideia inicial e não querendo desistir da colaboração nestas Jornadas, só me restou reunir alguns tópicos sobre este processo e tentar abordar os acontecimentos à luz da realidade nacional da época, das dificuldades que desde 1820 se vinham sentindo na relação entre o Estado Liberal e a Igreja Católica, embora esse problema fosse anterior e das “justificações” que é possível encontrar para explicar a eliminação pura e simples de instituições com séculos de existência.

O que procurarei fazer nesta comunicação é, por isso, recordar de forma tão resumida quanto possível alguns antecedentes, enquadrar a extinção das ordens religiosas masculinas no contexto da ideologia liberal e ir introduzindo alguns aspetos que resultam do trabalho que estou a desenvolver sobre a família e o percurso eclesiástico de D. José Joaquim de Azevedo e Moura.

² Na data de envio desta comunicação para publicação (julho de 2020) o referido estudo já estava editado: cf. Francisco José Lopes (2021). *D. José Joaquim de Azevedo e Moura. Alfandeguense e Arcebispo de Braga*. Carviçais: Lema d'Origem Editora, referindo-se aqui não se ter encontrado qualquer tomada de posição daquela Junta Governativa acerca da extinção das Ordens Religiosas masculinas.

Os Antecedentes Vintistas

Começo por referir que o tema da extinção das Ordens Religiosas masculinas (há quem defenda que se deve dizer expulsão, e talvez esteja correto, uma vez que a Lei de 1834, tendo conseguido uma avalanche na primeira fase, não impediu que posteriormente a situação se fosse gradualmente recompondo) parece manter-se no limbo da historiografia nacional, sendo infundáveis as consultas bibliográficas, dispersas por inúmeros trabalhos saídos recentemente, por publicações já do século XIX, que são raras e difíceis de consultar, para além de estarem quase sempre carregadas de opiniões conforme o posicionamento pessoal dos autores, ou por referências esquivas nas tradicionais fontes impressas sobre a nossa historiografia, nomeadamente sucessivas edições, de vários autores, de obras intituladas “História de Portugal”.

Esta circunstância pode ter contribuído e continua a contribuir para a proliferação de opiniões e interpretações pró e contra que conduzem muito mais a juízos de valor do que a reflexões sobre o que verdadeiramente pode ter estado na génese do confronto entre Estado e Igreja, que não é um fenómeno exclusivamente liberal, mas que após 1820, e particularmente depois de 1834, se agravou, conduzindo à desorganização de muitas dioceses católicas e inclusive a mais um corte de relações entre Portugal e a Santa Sé.

Por isso é quase inevitável fazer uma pergunta, mesmo que esta comunicação não lhe dê resposta: O confronto entre o Estado Liberal e a Igreja Católica na primeira metade do século XIX foi apenas resultado da ideologia liberal, ou também de um clero que abdicou de acompanhar as realidades do seu tempo?

Na realidade, não deixa de ser um paradoxo que a extinção das Ordens Religiosas masculinas tenha acontecido sob a égide do texto constitucional mais moderado do regime liberal português, expressamente escrito (repare-se que nem foi fruto de uma Câmara Constituinte) para encontrar um ponto de equilíbrio entre o antigo e o moderno e, dessa forma, apaziguar um país em convulsão social e política.

Mas a Carta Constitucional não foi suficiente para moderar os extremismos. Não acalmou os que defendiam o Antigo Regime e, por isso, tivemos a sua restauração com o governo de D. Miguel, nem serenou os que pretendiam ir mais longe nas mudanças, e pela mesma razão tivemos o Setembrismo. Só a partir do primeiro Ato Adicional a esta Carta (1852) o país encontraria um rumo mais apaziguador e propício para o diálogo entre o Estado Liberal e a Igreja Católica e, ainda assim, com episódios de forte polémica pública, como a questão do casamento civil, a propósito da aprovação do primeiro Código Civil Português (1868).

É sabido que os conflitos entre o Estado e a Igreja Católica não começaram com o liberalismo. Eles são recorrentes ao longo de toda a nossa história e mesmo no tempo em que a palavra Estado não

fazia grande sentido, já os monarcas se preocupavam em assegurar o seu domínio e cercear o poder dos restantes grupos sociais — nobreza e clero, bem entendido. A ação política do rei D. Dinis, nomeadamente na nossa região, é um bom exemplo dessa política régia.

Quando a partir do século XVI se começa a estruturar a máquina burocrática e se cria verdadeiramente a conceção de Estado Moderno, as crises de relacionamento entre o Rei, a Nobreza e o Clero sucedem-se e supostamente atingem o seu auge com o Marquês de Pombal, no reinado de D. José I, que verdadeiramente disparou para ambos os lados: para a Igreja, com a expulsão dos Jesuítas e para a Nobreza com o processo dos Távora.

Entretanto, a par dos tradicionais braços do poder, foi crescendo uma burguesia urbana, rural e letrada, com aspirações de crescimento e em muitos casos até apetências de nobilitação. E isso só poderia acontecer com a mudança de paradigma da distribuição dos bens e do poder. No fundo essa foi a dinâmica de mudança social, “que pôs em causa as estruturas de um Estado de Antigo Regime e que é consagradamente conhecido sob o nome de Revolução ou Regeneração de 1820.” (Mattoso, 1993: V, 56-57)

Mas dentro do que se convencionou designar por vintistas, nem todos partilhavam as mesmas ideias.

“Ainda que muitos dos deputados às Constituintes tivessem uma formação jacobina, houve da parte do novo regime o manifesto desejo de não hostilizar a igreja católica.”, diz Veríssimo Serrão (Serrão, 1984: VII, 436). No entanto, o mesmo autor não deixa de acrescentar “que a força temporal do clero haveria de provocar reacções no espírito de muitos deputados. Queria-se pôr termo a abusos no exercício do poder espiritual que vinham de longe.” (Serrão, 1984: VII, 436)

De facto, embora no espírito de muitos deputados das Cortes Constituintes, e de outros liberais que delas não faziam parte, existisse uma intenção clara de discutir de forma mais radical a força temporal do clero, a verdade é que as grandes medidas que saíram desta assembleia não se dirigiram apenas à Igreja, mas enquadravam-se todas na conceção de sociedade e de Estado Liberal, cuja fundamentação seria consignada no primeiro texto constitucional.³

O primeiro Cartismo e as Relações com a Igreja Católica

O período designado por vintismo, como se sabe, foi curto e durou apenas até maio de 1823, menos de um ano depois da entrada em vigor da Constituição de 1822.

3 Extinção do Tribunal do Santo Ofício, em 20-3-1820, que nem D. Miguel viria a recuperar; abolição dos direitos banais, que eram sobretudo da nobreza, em particular dos senhores donatários dos concelhos, em 7-4-1821; declaração dos bens da Coroa como nacionais e sua incorporação na Fazenda Nacional, em 5-5-1821; Lei dos Forais, de 22-6-1822, que restringia certos usos e abriu portas à sua extinção definitiva em 1832; redução das casas conventuais e proibição de admissão de noviços, em 18-10-1822, uma medida que, em meu entender, pronunciava outras no futuro, embora não fosse expectável serem tão radicais como vieram a acontecer em 1834; e a extinção das portagens (com exceções na Alfândega de Lisboa), em março de 1823.

Entre meados de 1823 e inícios de 1826, os episódios de conflitos entre defensores do constitucionalismo (nos quais se enquadraram o próprio rei D. João VI, embora não fosse um adepto do modelo encontrado) e os defensores da manutenção do absolutismo sucederam-se: a *Vilafrancada* (maio de 1823), a tentativa de afastamento de D. João VI (outubro de 1823), a *Abrilada* (abril de 1834) e outros episódios, marcaram a vida do país, que esteve todo este tempo sem texto constitucional e sem modelo governativo.

Em 6 de março de 1826, prevendo a morte, que ocorreu no dia 10, D. João VI entrega a Regência à filha D. Isabel Maria. Porquê a esta filha? Para evitar deixar o poder na mulher D. Carlota Joaquina ou no filho D. Miguel, que havia sido expulso do país.... A Regência devia governar com os seguintes conselheiros: D. Frei Patrício da Silva, cardeal-patriarca de Lisboa, o duque de cadaval, o marquês de Valada e o Conde de Arcos, assim como os seis ministros e secretários de Estado (conde de Porto Santo – Estrangeiros, conde de Barbacena – Guerra, conde de Murça – Fazenda – almirante Monteiro Torres – Marinha, José Correia de Lacerda – Ministro do Reino, e Fernando Barradas – Ministro da Justiça). (Serrão, 1984: VII, 398)

É curiosa esta composição dos conselheiros. Diz-se do Duque de Cadaval, do Marquês de Valada e do Conde de Arcos que eram de “notória feição absolutista” (Serrão, 1984: VII, 399), mas não se refere o mesmo em relação ao Cardeal Patriarca de Lisboa. Ou seja, partir do princípio de que todo o clero era absolutista é um absurdo.

Este processo da regência da infanta D. Isabel Maria abriu a porta à substituição da constituição de 1822 pela Carta Constitucional que D. Pedro, o legítimo herdeiro do trono, outorgaria ao país.

A nova lei orgânica foi jurada em 31 de julho de 1826, e nesse ato estiveram, para além da infanta D. Isabel Maria, os conselheiros, o governo, o colégio patriarcal, os prelados ao tempo na corte e os mestres das ordens militares, entre outros. Era suposto que a Carta Constitucional, acabando com o conteúdo revolucionário da Constituição de 1822, apaziguasse o país, que vivia desde 1820 num clima de luta permanente entre “doutrinas extremas”.

Portanto, não parece que as más relações que alguns anos depois surgiram entre o Estado e a Igreja Católica se possam atribuir ao espírito da Carta Constitucional e, seguindo este raciocínio, também não se poderá dizer de forma simples que o problema foi apenas a introdução do liberalismo, pois aquele documento mantinha a perspetiva liberal, ainda que numa visão diferente da Constituição de 1822.

O que concorreu, então, para radicalizar novamente as relações entre Estado e Igreja Católica? Seria isso uma inevitabilidade, nomeadamente a incorporação dos bens da Igreja, em particular das Ordens Religiosas, na Fazenda Pública?

Tenha-se em consideração que no tempo que venho abordando, o hábito de participação de membros do clero na governação estava instituído. Os exemplos são muitos, incluindo a

figura que estamos a estudar, que chegou a ser Ministro dos Assuntos Eclesiásticos e da Justiça, em 1848, no período conhecido por Cabralismo. Estas participações governativas conduziram aos mais diversos posicionamentos políticos destes intervenientes e isso passava-se na mesma medida com os que não eram do clero.

Tal como hoje qualquer cidadão pode mudar o seu posicionamento político, não devemos estranhar que isso tenha acontecido nessa época com muitas das figuras da governação. Basta olhar para o percurso político de Costa Cabral, que de cartista passou a setembrista e novamente a cartista, até ser arredado do poder pelos próprios cartistas, e temos um bom exemplo. No caso do clero, o melhor exemplo que conheço é o do Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo. Estes dois exemplos são propositados e explico porquê.

Depois da constituição do primeiro governo da Regência de D. Isabel Maria, em agosto de 1826, que tinha como Ministro do Reino Francisco Trigoso de Aragão Morato, seguiram-se rapidamente várias alterações na sua composição, a mais importante em 6 de dezembro e no dizer de José Liberato de Carvalho, “para a formação do novo ministério houverão todas as intrigas que são próprias de taes épocas politicas” (Carvalho, 1840, p. 56).

Afinal que remodelação do Governo veio a ser esta? O Ministro do Reino, Aragão Morato, dado como anticonstitucional por uns e prudente e moderado por outros, foi substituído no mesmo cargo

por Luís Manuel de Moura Cabral⁴, que as bibliografias não identificam politicamente, mas que eu coloco como pró constitucional, pois tinha sido o presidente da Junta Governativa Liberal da Baía, em 1822, e todo o seu percurso político será feito dentro desta corrente; os restantes foram António Manuel de Noronha, na marinha; D. José Bernardino de Portugal e Castro, na guerra e Pedro de Melo Breyner manteve-se na justiça.

Mas as mudanças não ficaram por aqui e só com aquelas não poderia explicar o que pretendo.

Dez dias depois (16 de dezembro), o Bispo de Viseu, Francisco Lobo, substituiu Luís de Moura Cabral na pasta do reino, cargo que este não chegara a exercer, por doença, mas permaneceu no governo, como ministro dos Assuntos Eclesiásticos e da Justiça, substituindo Pedro de Melo Breyner; entrou ainda o Almirante António Manuel de Noronha para a pasta da Marinha, substituindo o almirante Inácio da Costa.

Esta mudança de membros de governo voltaria a ocorrer sucessivas vezes até ao final de 1827, mas antes do seu fim sairiam o Bispo de Viseu e Moura Cabral, em 8 de junho desse ano. Isto mostra bem como, ainda antes da implantação do absolutismo, por D. Miguel, já as várias correntes ideológicas se digladiavam.

⁴ Tio paterno do Arcebispo D. José e Moura, já referido, natural da localidade de Pombal, no concelho de Alfândega da Fé, onde nasceu em 1763, tendo falecido em Lisboa, em 1847.

Termino esta alusão iniciada pelos exemplos de Costa Cabral e do Bispo de Viseu, à qual agora juntei Moura Cabral, com esta constatação: o Bispo Lobo, que terá começado por ser liberal, de facto, aderiu ao miguelismo e recusou-se jurar a Carta depois de 1834; mas apesar de ser um importante vulto da Cultura não foi hábil a lidar com Costa Cabral e este nunca mais o deixaria regressar a Viseu; sucedeu-lhe exatamente D. José Joaquim de Azevedo e Moura, amigo de Costa Cabral, com quem estudara em Coimbra, sobrinho de Luís Manuel de Moura Cabral atrás referido e que fora Ministro do Reino por uns dias, da Justiça por vários meses, Desembargador que serviu na Casa da Suplicação, deputado e presidente de uma Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, em 1846.

O que eu quero dizer com estes exemplos é que as dinâmicas sociais e políticas do período do liberalismo, particularmente até que se reataram as relações com a Santa Sé, em 1841, perdidas que foram, mais uma vez, como consequência da extinção das Ordens Religiosas masculinas e outras interferências do Estado na Igreja, são muito mais complexas do que por vezes parecem, e perceber os interesses que as moviam não é coisa que se encontre facilmente nos documentos oficiais.

Esta primeira governação Cartista, na qual o alfandeguense Moura Cabral participou até 8 de junho de 1827, sendo substituído na pasta da Justiça pelo Bispo do Algarve, D. Bernardo António de Figueiredo (altura em que o Bispo de Viseu também foi substituído)

terminaria no início de 1828, com a nomeação do 1.º Governo de D. Miguel, já como novo Regente.

Em maio do mesmo ano a Carta Constitucional foi abolida e D. Miguel passou a governar como rei Absoluto, fazendo regressar o país ao modelo político e social anterior a 1820.

O que se passou a seguir tem necessariamente de ser tido em conta para se perceber a crispação que se criou entre as duas grandes correntes nacionais: liberais e absolutistas.

Neste período as questões estavam muito mais centradas na sucessão do trono e não se conhece qualquer medida contra a Igreja Católica e, como vimos, na governação participaram pelo menos dois Bispos.

O Governo de D. Miguel e o extremar de Posições

A chamada *usurpação* de D. Miguel, que ficou conhecida por regime miguelista, ou miguelismo, conduziu o país a uma guerra civil e a governação deste período caracterizou-se por uma enorme repressão sobre os liberais que ficaram em Portugal, sendo que milhares tiveram de emigrar.

Esta conjuntura, no entender de Veríssimo Serrão, terá contribuído para que a corrente mais jacobina do liberalismo se reforçasse e provocasse uma mudança devido ao “penoso exílio de muitos liberais que não perdoaram a parte activa que o clero havia tido no apoio à realza de D. Miguel.” (Serrão, 1984: VII, 485).

Esta opinião, embora tenha fundamento, veremos adiante não considerar um pormenor das negociações de Évora Monte, que, quando articulado com uma parte do decreto de extinção das Ordens Religiosas masculinas, não deixa de causar alguma estranheza.

Mas a verdade é que em 1828 a maior parte dos bispos aconselharam os seus diocesanos a aceitar a nova realeza. Essa atitude não foi seguramente tomada com a mesma convicção por todos, mas entre o espírito de acalmia, para evitar os horrores da guerra, de algumas pastorais e a sua aplicação prática nas paróquias vai uma grande distância e diferença que não pôde ser, como se compreende, controlada pela hierarquia da Igreja Católica.

Extravasando o seu apego ao novo regime, muitos párocos ultrapassaram as suas funções e é assim, por exemplo, que, sem autoridade para isso, em 1830, o Vigário da paróquia de Pombal, no concelho de Alfândega da Fé, a partir de determinada altura passou a escrever nos assentos de batismo, a seguir ao seu nome, “Realista condecorado com a Real Efigie do Senhor D. Miguel primeiro”!⁵

A reintrodução dos Jesuítas (1832), embora não tivessem recuperado os bens que D. José I lhes confiscara, foi outro tema que acicatou a corrente liberal mais extremista. Seguiu-se depois, em 21 de setembro de 1831, o reconhecimento pelo Papa Gregório VI de D. Miguel como rei, num tempo em que o país já tinha entrado em guerra civil.

⁵ Exemplo: o assento de batismo PT-ADBM-PRQ-AFE09-001-00002_m0272.

Todas estas circunstâncias, mas não apenas estas mais diretamente ligadas à Igreja Católica, evidentemente, contribuíram para radicalizar posições.

O Desfecho da Guerra Civil e as suas Consequências

Normalmente considera-se a Convenção de Évora-Monte, celebrada em 27-5-1834, como o ponto de viragem do ciclo político. Parece-me, porém, que a questão não deve ser vista dessa forma. A legislação do segundo cartismo não começou em 1834, mas sim em 1832, ainda na Ilha Terceira e é aí que se devem procurar os ideais reformistas que foram gizados por Mouzinho da Silveira, um “protótipo de burguês agrário” (Sá, 1981: 7), não de forma tão individual como se tem dito, pois com ele trabalharam Almeida Garrett e Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa (Sá, 1981: 20-21), mas sem grande confronto de ideias, nomeadamente com elementos do clero que eram afetos à ordem constitucional, mas ali não estavam presentes.

Mesmo considerando que Mouzinho, sendo adepto da Revolução Francesa, não era jacobino e nem sequer muito apologista do sistema democrático da Constituição de 1822, foi com a sua ação que teve início o anseio por “uma profunda reforma do clero regular e secular. [...] Como balão de ensaio, surgiu a decisão de Mouzinho de reduzir as 27 colegiadas dos Açores ao número de três, que era julgado necessário para as necessidades do culto” (Serrão, 1984: VIII, 317).

Diz Martins da Silva, que a extinção das Ordens Religiosas “terá surpreendido e até chocado pela sua radicalidade. Contudo, bem vistas as coisas, ela tinha-se tornado praticamente inevitável: pela crise persistente das ordens religiosas, pelo contributo que estas prestaram ao regime miguelista, pela convicção generalizada da sua inutilidade, pela convergência de interesses particulares e públicos, pelas exigências das «luzes do século», entre outras razões.” (Silva, *apud* Mattoso, 1993: V, 98). Em meu entender esta opinião resulta da aceitação do que se escreve no relatório que acompanha a publicação do decreto⁶ de extinção da Ordens Religiosas masculinas e limitação das femininas. Mas a questão tem de recuar algum tempo para que a narrativa seja compreensível.

Com data de 5 de agosto de 1833, portanto ainda antes da extinção das Ordens Religiosas, foram publicados três decretos que já anunciavam o que viria a seguir. Um deles, declarando rebeldes e traidores todos os Eclesiásticos Seculares e Regulares que “desamparam e abandonaram as suas Paróquias, capelas, Conventos, Mosteiros, e Hospícios na ocasião em que se aclamou o legítimo Governo de Sua Majestade Fidelíssima a Rainha Dona Maria II (...)”, viria a ser desenvolvido de forma ainda mais rigorosa no Decreto de 28 de maio de 1834, outro declarando “vagos todos os Arcebispados, e Bispados, que foram confirmados no Consistório de

⁶ Este relatório é consultável na *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Majestade Real o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação da Câmara Legislativa*. (1835). Lisboa: Imprensa Nacional, 184-188.

Roma; em virtude de nomeação e apresentação do Governo usurpador; e bem assim todas as Dignidades, Priorados Mor, Canonicatos, Paróquias, Benefícios e quaisquer outros empregos Eclesiásticos, nomeados e apresentados pelo mesmo Governo intruso, e confirmados em consequência desse título vicioso” e o terceiro extinguindo “todos os Padroados Eclesiásticos de qualquer natureza, ou denominação que sejam” e determinando que “só o Governo pode nomear e apresentar os Arcebispados, Bispados, Dignidades, Priorados Mor, Canonicatos, Paróquias, benefícios e quaisquer outros empregos Eclesiásticos”.⁷ Em boa verdade, estes decretos são em si mesmos o resultado de uma situação anterior, ocorrida com o estabelecimento das relações oficiais da Santa Sé com o governo de D. Miguel, facto que levou D. Pedro IV a escrever ao pontífice (Gregório XVI), declarando-lhe que “não reconhecia como válidas as nomeações e consideraria traidores e rebeldes os candidatos que as aceitassem.” (Oliveira, 2001: 228)

Apesar de as situações descritas já anteverem boa parte do que se passou a seguir, no que respeita às relações entre o Estado e a Igreja Católica, situar as razões deste conflito *apenas* durante o período da governação miguelista e depois cartista, pode resultar em esquecer que as “queixas” liberais em relação à posição de alguns membros do clero são anteriores. Vale a pena recordar, por exemplo, que o próprio tio de D. José e Moura, quando ministro dos Assuntos

⁷ *Idem*, 6-8.

Eclesiásticos e da Justiça, fez sair em 1 de março de 1827 uma Circular extremamente dura e acusadora, exigindo ao Arcebispo Primaz, Par do Reino – e a este porque a questão se colocava sobretudo no norte de país – que passasse “as ordens necessárias debaixo de severas penas a todos os Párocos da sua Diocese para em todos os Domingos, na ocasião da Missa Conventual, façam aos seus fregueses uma prática, em que lhes mostrem as vantagens da forma de Governo dado por El-Rei na Carta Constitucional (...)” (Almeida e Araújo, 1857, p. 209).

Mesmo depois de reatadas as relações com a Santa Sé os conflitos, ou desentendimentos, como se queira, mantiveram-se; e já em 1864, quando se levantou a polémica com a nomeação do governo para o lugar de Escrivão da Câmara Eclesiástica do bispado de Coimbra, sendo o assunto amplamente debatido na Câmara dos Pares do Reino, Rebelo da Silva, apresentando um longo discurso sobre a história das relações entre Governo e Igreja, dizia o seguinte sobre as leis de 1833:

“Essas leis foram promulgadas no meio do fumo da pólvora por entre o troar incessante dos canhões. Que razão as justifica e que principios confirmam? A razão era a mesma que levantou nos pavezes guerreiros de seus heroicos companheiros de armas a dictadura de D. Pedro. Os principios para grande parte das disposições legislativas dimanaram do antigo direito patrio e dos saudáveis costumes do reino. Foi-se longe de mais? N’este ponto do decreto de 5 de agosto e de outras leis entendo que não. De certo os dias da guerra não são os dias da paz. Quando as balas e bombas, cruzando os baluartes do Porto e de Lisboa, ameaçavam a liberdade em cada brecha; quando as peijas se feriam de um contra cem; quando os peitos dos soldados serviam de trincheira aos vallos quasi rotos defendidos com o seu corpo, quem via na testa das columnas

inimigas, ferozes e implacaveis os ministros de um Deus de paz, profanando pelo homicidio o character sagrado do sacerdocio, quem via alguns claustros quasi convertidos em arsenaes e quartéis, e os monges em guerrilhas, quem via finalmente as igrejas, as collegiadas e as parochias despovoadas de pastores o que podia crer e pensar? O imperador e os homens, que n’aquelles terriveis momentos participaram da responsabilidade immensa de perderem, ou salvarem a causa do futuro, não hesitaram, e a mesma mão, que empunhava a espada nas horas de batalha, continuou no gabinete a defeza, fulminando em nome da religião desacatada e dos principios ultrajados essas leis que desarmaram os seus contrarios, punindo-os! Tristes tempos e dolorosa necessidade de deveres imperiosos! A liberdade contava já duas epochas de curta, mas instructiva experiencia. Em ambas ellas se inclinára reverente diante dos altares, e em ambas, minada nas bases, trahida, denunciada pelo fanatismo á aversão da plebe, sentira estremecer, alluir-se de repente, e baquear o edificio mal amparado pelos falsos esteios do antigo regimen, sepultando debaixo de suas ruinas os homens, as instituições nascentes, e até a proxima esperanza de melhores futuros. Os exemplos estavam vivos e eram recentes. Convinha despreza los, fechar os olhos, e animar com a tolerancia os abusos e os males? Eis a historia das leis de 1833! Não lhes attribuem outra. Foram plebiscitos, alguns d’elles tremendos como a profunda revolução; mas não foram nem attentados contra a igreja, nem imprecações de impios contra o poder de Deus!⁸

Regressando ao decreto de extinção da Ordens Religiosas masculinas, efetivamente a surpresa e o choque referidos por Martins da Silva sentiram-se mesmo em alguns quadrantes das hostes liberais. Mas na época poucos ousaram discutir publicamente esta medida. Uma das razões dessa surpresa e choque foi tratar-se de um decreto assinado pelo ministro José António de Aguiar, que ganhou o apodo de “Mata-Frades”, mas com a concordância de D.

⁸ <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cp2/01/01/01/028S2/1864-03-22>, p. 1062, col. B.

Pedro, e este aspeto tem sido pouco assinalado. Terá a aceitação por D. Pedro resultado da euforia pós Convenção de Évora Monte?

Claro que não. A data do decreto (30 de maio) deixa entender que já estava escrito.

Veríssimo Serrão tem na sua *História de Portugal*, que é parca sobre o assunto como as restantes, um pormenor que passa despercebido: segundo o autor, existe um testemunho coevo de que o projeto de D. Pedro de “separar a Religião de Jesus Cristo das Instituições ruinosas com que os homens a desfiguravam, e a dignidade do Ministério do Santuário, dos abusos e crimes dos Eclesiasticos” (Serrão, 1984: VIII, 316)⁹, nasceu ainda nos Açores e não após a Convenção de Évora Monte.

Parece ficar mais claro que, não sendo necessariamente uma inevitabilidade, como afirma José Mattoso, o assunto estava decidido muito antes da referida Convenção que pôs fim à guerra civil e instaurou definitivamente o regime liberal. De acordo com a minha leitura, o que deveria ter surpreendido, mesmo na época, não era a medida em si, mas a forma radical como foi executada e devia ter chocado sobretudo o resto do articulado do decreto que normalmente não se lê, nem aparece referido: o artigo 4.º, no qual, em seis parágrafos, se indicam “os tipos de ações e comportamentos que excluem os frades do subsídio pago pelo estado (...)” (Rodrigues, 2004, p. 14).

⁹ Trata-se de uma citação do autor, cuja fonte é remetida para a nota 20 da página 317. A legislação que serviu de fonte encontra-se em linha.

Os comportamentos que esses seis parágrafos definem reportam-se todos ao apoio eventualmente dado ao “Governo do Usurpador” ou de alguma forma contra o “Throno legítimo”. A pergunta sobre este artigo 4.º é simples: esta perseguição pessoal dirigida expressamente aos Frades não contrariava o acordado na Convenção de Évora Monte, acabada de assinar? É que o 1.º ponto dessa Convenção trata exatamente de conceder amnistia a todos os delitos políticos cometidos desde 31 de julho de 1826.

Não disponho de números, mas este artigo 4.º excluiu seguramente uma grande parte dos Frades. E os que não tinham meios próprios de subsistência, ou apoios familiares, foram simplesmente lançados para a mendicância, ao ponto de alguns anos mais tarde o próprio Alexandre Herculano ter levantado a questão desta injustiça.

Para além das Ordens Religiosas, entre 1833 e 1835 viveu-se um período de extinções e incorporação de bens na Fazenda Publica, como os da Casa das Rainhas (1833), da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa e Basílica de Santa Maria Maior (1834) da Casa do Infantado (com algumas exceções) (1834) e da Universidade de Coimbra (1835). (Silveira, 1980, pp. 87-100). Com exceção desta última, todas as restantes situações foram antecedidas de extinção.

Mas qual era verdadeiramente a intenção destas incorporações e vendas? Para Mouzinho da Silveira, mentor do processo, isso deveria servir para pagar a dívida pública, mas parece que não foi bem isso que aconteceu. O assunto levaria algum tempo

a expor, dada a sua complexidade, mas podemos deixar alguns tópicos.

Em primeiro lugar, a extinção das Ordens Religiosas “é independente da incorporação dos seus bens, pois qualquer delas poderia continuar subsistindo mesmo depois de expropriada” (Silveira, 1980, p. 92).

Em segundo lugar, uma parte significativa dos bens móveis das Ordens Religiosas nunca chegou a ser incorporada, pois foi roubada ou desapareceu no meio da confusão que se gerou;

Em terceiro lugar, a venda dos bens nacionais, onde se incluem os expropriados à Igreja Católica, nunca resolveu os problemas económicos do Estado, que foram uma constante durante todo o século XIX, para não ultrapassar a cronologia deste tema...

Finalmente, sem numeração, mas não menos importante, parece hoje ser unânime que a venda dos bens nacionais (o *devorismo*, como ficou conhecido) aproveitou sobretudo à elite liberal.

Para trás ficou um imenso património que ou se perdeu, ou se vendeu, ou se abandonou. E quase duzentos anos depois ainda são visíveis as marcas em muitos edifícios abandonados, degradados e em ruínas.

Seriam muitos os exemplos de liberais que aproveitaram a venda de bens nacionais para se transformarem em novos senhores. O exemplo que me ocorre é novamente o de Costa Cabral, que comprou tudo quanto se vendeu do Convento de Cristo, em Tomar.

Talvez por essa razão a rainha o tenha agraciado mais tarde com o título nobiliárquico de Conde de Tomar!

Esta minha comunicação vai longa, pelo que concluo com um último apontamento relacionado com Alfândega da Fé.

As Ordens Religiosas no Concelho de Alfândega da Fé

Que tenha conhecimento, neste concelho nunca se fixou nenhuma Ordem Religiosa, embora aqui tenham tido bens.

No início do século XVIII ainda se regista a presença da Abadia dos Frades de Bouro, nomeadamente em Vilares de Baixo, Vilarelhos, Santa Justa, Eucísia e Nozelos e Ridevides (Costa, 1706, p. 458).

Em 1758, as Memórias Paroquiais continuam a registar a presença da Abadia de Santa Maria de Bouro nas mesmas localidades (Costa, 2015, p. 208).

Em 1766, quando se fez o Tombo dos Bens do Concelho, esse documento regista a presença dos Frades da Graça da cidade de Évora¹⁰, ou seja, Frades Eremitas Calçados de Santo Agostinho. A presença destes Frades é assinalada porque tinham em sua posse terrenos que o Juiz de Fora considerou como usurpados ao concelho, tendo-lhos retirado. Não consegui obter qualquer informação sobre a data em que se terá iniciado a presença destes Frades no concelho,

¹⁰ AHMAFE/CM/SA/PA/TOM/Lv001, f. 14. Tombo dos Bens do Concelho de Alfândega da Fé, 1766-1769.

mas é quase certo que teriam outras propriedades suas, legítimas, que não se mencionam naquele documento por não fazerem confrontação com os bens do concelho.

Documentalmente, o que posso adiantar é que, em 1834, a extinção das Ordens Religiosas não mereceu qualquer tomada de posição, comentário ou registo nos autos das sessões da Câmara Municipal.

Entretanto, em 1832, um alfandeguese mandava escrever o seu testamento, na Vila de Porto de Mós, onde estava a residir ocasionalmente. O documento revela tratar-se de uma pessoa com um enorme património fundiário e urbano.

Em 1840, o mesmo alfandeguese mandou escrever um codicilo ao seu testamento, porque entretanto tinha adquirido outras propriedades, compradas “à Fazenda Nacional pela extinção da Comenda da Represa, as herdades denominadas Comenda Grande, Comenda do Meco, Comenda do Coelho e Comendinha mista, situadas na Freguesia de São Geraldo, concelho de Montemor o Novo”.¹¹

O acesso à compra dos bens vendidos pela Fazenda Nacional não estava ao alcance de qualquer pessoa, mas este alfandeguese, que já era antes um dos maiores proprietários da cidade de Évora, fez parte desse grupo.

¹¹ PT-ADEV-AL-ACEVR-004-00004_m0091.

Chamava-se José Joaquim de Moura e era tio, por via paterna, de José Joaquim de Azevedo e Moura, futuro Arcebispo de Braga, que nesta época ainda estava naquela cidade. José Joaquim de Moura era também irmão de Luís Manuel de Moura Cabral, que referi anteriormente. Todos liberais, representativos da burguesia, do clero secular e dos letrados em ascensão.

Termino com uma reflexão pessoal: mesmo que muitos membros do clero tivessem contribuído para extremar as posições e houvesse necessidade de redefinir a estrutura da sociedade, a extinção pura e simples das Ordens Religiosas e a venda dos bens nacionais não parece ter aproveitado ao Estado, mas a privados; deitou a perder um património histórico e cultural valioso e provocou situações de verdadeira desumanidade. Talvez por essa razão a historiografia nacional esqueça tanto este assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Francisco Duarte de Almeida e (1857). *Chronica da Rainha a Senhora Dona Maria Segunda*. Lisboa: edição António José Fernandes Lopes.

CARVALHO, José Liberato Freire de (1840). *Ensaio Político*. Lisboa: Imprensa Nevesiana.

Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Real o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação da Camara Legislativa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1835.

COSTA, António Carvalho da (1706). *Corografia Portuguesa...*

Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes.

COSTA, Paulo Sousa (2015). *A Torre do Relógio e o Castelo de Alfândega da Fé – 1258-1758*. Porto: Debater História.

MATTOSO, José (Dir) (1993) *História de Portugal*. Vol. 5. Lisboa: Editorial Estampa.

OLIVEIRA, Miguel de, 2001, *História Eclesiástica de Portugal*. (2.^a ed.)

Mem Martins: Publicações Europa-América.

RODRIGUES, Henrique (2004). *Extinção das Ordens Religiosas e dinâmicas sócio-culturais: Frades residentes no Alto-Minho no século XIX. Lusitania Sacra*, 2.^a série, 16, 13-42.

SÁ, Victor de Sá (1981). *Mousinho da Silveira – revolucionário a título póstumo*. Portalegre: Edições O Semeador.

SERRÃO, Veríssimo (1984). *História de Portugal*. Vols. VII e VIII. Viseu: Editorial Verbo.

SILVEIRA, Luís Espinha da (1980). *A venda dos bens nacionais (1834-1843). Uma primeira abordagem. Análise Social*, vol. XVI (61-62), 87-110.

OS CISTERCIENSES E O MOSTEIRO TRAPISTA DE SANTA MARIA MÃE DA IGREJA, EM PALAÇOULO

The Cistercian people and the Trappist Monastery of Santa Maria Mãe da Igreja, in Palaçoulo

José Manuel Cordeiro¹²

Resumo

O artigo “Os cistercienses e o mosteiro trapista de Santa Maria Mãe da Igreja, em Palaçoulo” apresenta-nos uma visão diacrónica da reforma cisterciense, cujo objetivo principal visava restaurar a antiga ordem de S. Bento. Nessa caminhada, faz referência a uma segunda reforma, levada a cabo em 1892, na agora denominada Ordem de estrita observância. O artigo foca o seu escopo no regresso das primeiras dez monjas do mosteiro trapista de Santa Maria, Mãe da Igreja, em Palaçoulo, no final de outubro de 2020, em pleno planalto mirandês.

Abstract

The article “The cistercians and the Trappist Monastery of Santa Maria Mãe da Igreja, in Palaçoulo” presents us with a diachronic vision of the cistercian reform, whose main purpose was to restore the old order of S. Bento. In this journey, he makes reference to a second reform, carried out in 1892, in the now called Order of strict observance. The article focuses its scope on the return of the first ten nuns from the Trappist monastery of Santa Maria, Mother of the Church, in Palaçoulo, at the end of October 2020, in the middle of the Planalto Mirandês.

Palavras chaves: *Cistercienses; Trapistas; Palaçoulo.*

Keywords: *Cistercians; Trappists; Palaçoulo.*

¹² Bispo da Diocese de Bragança-Miranda. PORTUGAL. E-mail: djosecordeiro@gmail.com.

Os Santos Abades Roberto de Molesmes, Alberico e Estevão Harding, monges beneditinos, solicitaram ao seu Abade uma vivência mais austera e rígida da Regra de São Bento, tornando a uma Liturgia mais simples e a uma vida quotidiana mais sóbria.

Assim, em 21 de março de 1098, memória do trânsito de São Bento, acontece a reforma beneditina, e nasce o mosteiro de Cîteuax, na Borgonha em França. Em 1125 estabelece-se um mosteiro feminino em Tart. “O objectivo principal do movimento de Cister era restaurar a antiga austeridade da Ordem de S. Bento, reformando, por conseguinte, a leitura de Cluny, a qual era, na época, a mais importante na Europa” (Campos, 2017, p. 71).

Até o hábito muda de cor, passa do preto ao branco, símbolo da simplicidade e pobreza.

Todavia, vai ser em 1112, que acontecerá a verdadeira reforma, com S. Bernardo, tornando-se em 1115 Abade de Claraval.

A maior presença de Cister em Portugal, de fundação de raiz, foi no mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, em 1153, e até 1833.

Em 1140 refundaram o mosteiro de S. João Baptista de Tarouca (existente de cerca de 1110), que foi até 1834, a que ficarão associados os seguintes conventos: Santiago de Sever, de 1145 até 1244; Santa Maria de Aguiar, Figueira de Castelo Rodrigo, de entre 1170 e 1176 até 1834; São Pedro das Águias, Tabuaço, de 1170 até 1834; Santa Maria de Fiães, Melgaço, de entre 1173 e 1179 até 1834; Santa Maria de Salzedas, Tarouca, a partir de 1155 até 1834; Santa Maria de Ermelo, Arcos de Valdevez, do séc. XII até 1560.

Em 1892 ocorre nova reforma – os Trapistas, a Ordem dos Cistercienses Reformados da Bem-Aventurada Virgem Maria da Trapa, agora denominada Ordem Cisterciense da estrita Observância.

Em Portugal, depois da extinção das ordens religiosas, em 1834, a Ordem de Cister, os Cistercienses, não restauraram nenhum mosteiro.

As primeiras 10 monjas do mosteiro trapista de Santa Maria, Mãe da Igreja, em Palaçoulo, no final de outubro de 2020, vieram ocupar uma parte da hospedaria do mesmo mosteiro, enquanto não se constrói o mosteiro propriamente dito.

Experimentar o silêncio orante na hospitalidade do Mosteiro Trapista de Santa Maria, Mãe da Igreja, em Palaçoulo, uma nova fundação do Mosteiro italiano de Vitorchiano é como aproximar-se de uma fonte límpida em território inóspito.

As dez Monjas trapistas: Giusy, Annunciata, Deborah, Lucia, Irene, Augusta, Maria da Luz, Alice, Margherita, Sara, transmitem a Esperança alegre e contagiante de quem é autenticamente feliz. Deus lhes conceda a Sua Paz e o dom de novas vocações.

Todos os dias, cada ação litúrgica celebra-se com sóbria beleza e nobre simplicidade. O dia é ritmado pelas sete orações litúrgicas: Vigílias, Laudes, Eucaristia com Tércia, Sexta, Noa, Vésperas e Completas. O trabalho e o estudo completam o dia, conforme o mote beneditino: *ora et lege et labora*.

A Providência Divina oferece agora a Portugal o dom da Graça de mais uma comunidade monástica, como uma aldeia para Deus. Este oásis de silêncio e, ao mesmo tempo, uma palavra para o mundo, situa-se no Planalto mirandês, na comunidade de Palaçoulo, Município de Miranda do Douro, Diocese de Bragança-Miranda.

Este mosteiro é construído depois de quase 500 do desaparecimento do último mosteiro na Diocese de Bragança-Miranda: o Mosteiro (Beneditino) de S. Salvador de Castro de Avelãs, em 1545. A data da fundação do Mosteiro mantém-se desconhecida, apontando para os séc. XI e XII, de arte mudéjar – estilo entre o românico e o gótico.

Na cidade de Bragança existiu ainda o mosteiro de S. Bento (1590-1853) de monjas beneditinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Ana Maria (2000). *O tombo do Mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs de 1510-1514. Um património monástico no dealbar da idade moderna*. Braga. dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, texto policopiado.

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*, apêndice XVII do vol. 1, p. 110.

ALVES, Francisco Manuel (1909). *Castro de Avellãs: mosteiro benedicto*. Coimbra.

BARROCA, Mário Jorge (1996). *O túmulo de D. Nuno Martins de Chacim, no mosteiro de Castro de Avelãs*, in «Revista da Faculdade de Letras: História» Porto, 2ª série, 13, p. 595-614.

DE CAMPOS, FERNANDA M. G. (2017). *A Ordem das Ordens Religiosas. Roteiro identitário de Portugal (séculos XII-XVIII)*. Caleidoscópio. Casal de Cambra.

FERNANDES Maria da Conceição Correia (2001). *Uma história da diocese de Bragança-Miranda*. Lisboa, p. 88.

GIURGEVICH, L.-LEITÃO, H. (2016). *Clavis bibliothecarum. Catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Lisboa.

IDEM. *O mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs. A construção de uma identidade. Trás-os-Montes e Alto Douro* (2022). Bragança, p. 106-111.

MARQUES, José (1988). *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa, p. 648-9 e 688-695.

MARTINS, Firmino Augusto (1964). *O mosteiro beneditino de S. Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da região vinhaense*. in «Bracara Augusta». Braga, 16-17, p. 301-309.

MATTOSO, José (2002). *O monaquismo beneditino português no princípio do século XIII*. in *Obras Completas*, 8, Lisboa, p. 292.

OLIVEIRA, Carlos Prada (1991). *O mosteiro beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da região bragançana*. in «Brigantia», Bragança, 11: 1-2, p. 33-46.

PASSOS, Carlos de (1958). *A igreja românica de Castro de Avelãs*. In «Douro Litoral», Porto, ser. II, 9, p. 809-842.

SÃO TOMÁS, Leão de (1974). *Benedictina Lusitana*, fac-símile da ed. de Coimbra 1644-1651, ed. crítica por José Mattoso. Lisboa, tomo I, parte IV, cap. XVI, p. 490-493.

OS MARIANOS EM TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, ATÉ À EXTINÇÃO, EM 1834: BALSAMÃO, ALGOSO E CEDOVIM

The Marianos in Trás-os-Montes e Alto Douro, until extinction in 1834: Balsamão, Algosó and Cedovim

Basileu Pires, MIC¹³

Resumo

A congregação dos Marianos da Imaculada Conceição foi fundada pelo Pe. Estanislau Papczynski, na Polónia, em 1670, e introduzida em Portugal pelo Pe. Frei Casimiro Wyszynski, em 1754. Depois da tentativa falhada de abrir uma comunidade em Lisboa, o Frei Casimiro veio para Balsamão, onde foi muito bem recebido pelos Barbadinhos de Nossa Senhora de Balsamão, da Terceira Ordem de S. Francisco, que pediram para serem admitidos na Ordem da Imaculada Conceição. Tendo partido para o Pai a 21 de outubro de 1755, a obra do Frei Casimiro continuou com o Pe. Aleixo Fischer, checo, que chegou a Balsamão em 1758 e veio a falecer em 1783. Ainda durante o seu tempo, os Marianos abriram Casas em Algosó (diocese de Bragança), Lisboa e Cedovim (diocese de Lamego), acabando por ser extintos, com aconteceu com todas a congregações religiosas, em maio de 1834.

¹³ Marianos da Imaculada Conceição, Balsamão. PORTUGAL. E-mail: basileu.pires@gmail.com.

Abstract

The Marian Congregation of the Immaculate Conception was founded by Father Estanislau Papczynski, in Poland, in 1670, and introduced in Portugal by Friar Casimir Wyszynski, in 1754. After the failed attempt to open a community in Lisbon, Friar Casimir came to Balsamão, where he was very well received by the 'Barbadinhos' of Our Lady of Balsamão, of the Third Franciscan Order, who asked to be admitted into the Order of the Immaculate Conception. Having died on October 21, 1755, Friar Casimir's work continued with Father Alex Fischer, a Czech, who arrived in Balsamão in 1758 and deceased in 1783. Still in his lifetime the Marians opened convents in Algoso (diocese of Bragança), Lisbon and Cedovim (diocese of Lamego), which were extinct in May 1834, as happened with all religious congregations in Portugal.

Palavras-chave: *Marianos; Balsamão; Frei Casimiro; Frei Aleixo Fischer; Congregação.*

Key-words: *Marians; Balsamão; Friar Casimir; Father Alex Fischer; Congregation.*

A Ordem dos Marianos da Imaculada Conceição foi fundada, na Polónia, pelo Padre Estanislau de Jesus Maria Papczynski, em 1670. O Pe. Estanislau, que nasceu a 18 de maio de 1631, com vinte e três anos (em 1654), entrou na Congregação das Escolas Pias da Santa Mãe de Deus (Piaristas). Depois de um conflito com os Superiores, sentiu que Deus o chamava a fundar uma Congregação em honra da Imaculada Conceição. No acto de saída dos Piaristas, com 39 anos, faz a *Oblatio* (a 11 de dezembro de 1670), onde renova a sua consagração a Deus, pelos votos de castidade, pobreza e obediência na Congregação do Padres Marianos da Imaculada Conceição que quer fundar. A data da *Oblatio* é, hoje, considerada a data da Fundação da Ordem dos Marianos da Imaculada Conceição. A ordem foi aprovada pelo Papa Inocêncio XII, em 1699, com uma tríplice missão carismática: defender o promover o Culto à Imaculada Conceição, auxiliar os fiéis defuntos e a evangelização do povo simples, auxiliando os párocos. O Pe. Estanislau parte para o Pai no dia 17 de setembro de 1701, com a consciência de ter cumprido a sua missão. Foi beatificado em 2007 e canonizado em 2016.

A Ordem dos Marianos vem para Portugal pelas mãos do Padre Frei Casimiro de S. José Wyszynski, em 1754. Em 1723, com 23 anos de idade, encontra-se em Roma (onde foi para pedir dispensa, por motivos de saúde, do voto de continuar a peregrinação a Santiago de Compostela) com o Pe. Joaquim de Santana Koslowski, membro da ordem dos Marianos, aí a tratar dos assuntos da Ordem, que lhe contou os estragos que o seu irmão de sangue, José Wyszynski, fez à

Ordem dos Marianos, sendo um dos promotores da dispersão dos Marianos levada a cabo pelo bispo Rostkow. Depois de ouvir, respondeu decididamente: “Eu quero reconstruir o que o meu irmão destruiu.” E pediu o hábito dos Marianos. Foi esse o mote dinamizador da sua vida. Entra no noviciado em 1724 e faz os votos solenes em 1725, sendo ordenado padre no ano seguinte. Foi Superior Geral por duas vezes: de 1737 a 1741, e de 1747 a 1750. Em 1750, vai para Roma, como Procurador da Congregação junto da santa Sé. Aí toma conhecimento, através do Superior Geral dos Franciscanos, de quem os Marianos dependiam, de um (pretenso) pedido da Igreja e da Coroa portuguesas, para ir abrir uma comunidade dos Marianos em Portugal. Depois de fazer todas as diligências, junto do Superior Geral, para que avançasse para este empreendimento, que ele considerava de capital importância, e vendo morosidade no processo, ele mesmo se oferece para vir para Portugal. Acompanhado do Pe. Benão Bojalski, chega a Lisboa a 16 de outubro de 1753.

Foram acolhidos em casa do Padre António de Sousa Salazar Teixeira, tendo descoberto que foram enganados: nem a Coroa nem a Igreja portuguesas tinham convidado os Marianos para abrir aqui uma fundação, mas tinha sido um convite particular deste Pe. Salazar, que competia com Frei João de Deus da Conceição na fundação de uma comunidade da Imaculada Conceição. Depois de sofrer muito nas mãos deste Padre Salazar (que o tratava como um noviço, infligindo-lhe muitas humilhações), no Santuário de nossa

Senhora da Conceição Abóboda, perto de Tires, por intercessão de dois benfeitores e amigos (Salvador Marcelo de Figueiredo e Silva e do Capitão António Joaquim de Oliveira Pires, cunhado do Frei João de Deus da Conceição) foi libertado das mãos do P. Salazar e levado para o Convento Franciscano de S. Pedro de Alcântara, em Lisboa.

Como a origem de Frei João de Deus da Conceição era Moncorvo, sabia da existência da Ermitério de Balsamão. Escreveram ao Bispo de Miranda, para ver se o P. Casimiro poderia vir para Balsamão e abrir aqui a comunidade dos Marianos tão desejada. O Bispo falou com os Ermitas e estes, depois de vencerem várias resistências, manifestaram abertos à sua vinda.

O P. Frei Casimiro, acompanhado de Frei João de Deus da Conceição, a quem tinha imposto o hábito Mariano no dia 25 de Março de 1754, saiu de Lisboa a 28 de agosto de 1754 e chegou a Bâlsamão a 6 de setembro de 1754, onde foi muito bem acolhido pelos Ermitas, que pediram para entrar na Congregação dos Marianos. Com essa petição, o Presidente dos Ermitas, P. Jerónimo da Trindade, acompanhou o Frei Casimiro a Bragança, onde foram muito bem recebidos pelo Bispo D. João da Cruz, no dia 10 de Setembro de 1754. Tendo falecido o P. Jerónimo da Trindade em Bragança, o Bispo nomeou o Frei Casimiro Presidente dos Ermitas de Balsamão. E no dia 1 de outubro de 1754, mandou passar o Alvará da Incorporação dos Congregados de Balsamão na Ordem Mariana.

Importa, neste momento, realçar que o P. Frei Casimiro encontrou o Convento já feito e os candidatos prontos para entrar

nos Marianos. Com efeito, já existia em Balsamão o Convento da Congregação dos Barbadinhos de Nossa Senhora de Balsamão. O processo iniciara-se quando, em 1731, António Corcas, natural de Outeiro, apresentou à Vila e Concelho de Chacim o seu desejo de ser ermita. Foi aconselhado a retirar-se para o ermo de Balsamão e construir aí uma comunidade para assistir os numerosos peregrinos que aí afluíam¹⁴. Assume o nome de Irmão António de S. José. A ele juntaram-se outros leigos. A Câmara de Chacim, no dia 18 de julho de 1731, oferece aos Congregados a capela de Nossa Senhora de Balsamão e algum terreno na quinta das Olgas, para eles cultivarem para seu próprio sustento.

No dia 2 de Março de 1732, a mesma Câmara de Chacim fez a doação do Monte do Caramouro ou da Senhora de Balsemão, aos Congregados Barbadinhos. Eram o Ir. António de S. José, Presidente, cinco leigos e um sacerdote, todos professores da Ordem Terceira de S. Francisco (Chamados “Penitentes” ou “Suplicantes” de S. Francisco). Tinham por missão acolher os muitos peregrinos que acorriam a este santuário ao longo de todo o ano e especialmente no dia de Nossa Senhora dos Prazeres, Festa de Nossa Senhora de Balsamão, e também na Novena do milagroso Santo Cristo de Malta que, em tempos de seca, vinha em procissão à capela de N. S. de

¹⁴ Para o esboço histórico do Convento de Balsamão, vide Padre José Manuel MORAIS, Fernando Andrade Lemos (1997). *O Convento de Balsamão em 1834. Congresso Histórico* (Bragança, 7 a 10 de outubro de 1996) *sobre a Diocese de Bragança-Miranda. 450 anos da Fundação* (1545-1995). Actas. Bragança: Comissão de Arte Sacra de Bragança-Miranda, pp. 239-242.

Balsamão. Viviam sujeitos à obediência do Padre Comissario do convento de S. Francisco de Bragança e subordinados à jurisdição do Bispo de Miranda.

No dia 4 de fevereiro de 1733, D. João V, confirma a doação e dá autorização à Câmara de Chacim para, na falta destes ermitas, nomear outros: “Hey por bem fazer merce aos suplicantes de que no mensionado sitio por Esmola demarquem Lugar para cazas, e orta em que vivaõ os Ermitas, e que faltando algum eles mesmos nomeem outro de justificada vida, e faltando todos a mesma Camera como ademenistradora, os nomeara e tomara conta das Esmollas, que gastem no assey, o limpeza, e aumento da Capella.” (Morais, Lemos, 1997, p. 242).

A 12 de Abril de 1746, realizou-se a festa da inauguração oficial do Convento. Inscreveram-se na Congregação cerca de 100 Irmãos, sendo eleitos 12 para viverem no ermitério. O Fundador do Convento, o Ir. António de S. José, como prémio do seu trabalho, foi afastado dos cargos de responsabilidade (Morais, Lemos, 1997, p. 242). A nível de construções, é do tempo dos Barbadinhos de nossa Senhora de Balsamão a construção das Sete Capelas dos Passos do Senhor (a Capela dos Cajados já é do tempo dos Marianos), a configuração actual Igreja, o claustro antigo com os edifícios que o envolviam, como a ala norte do novo Claustro (chamado primeiro dormitório). Sobre o tempo que precedeu a vinda dos Marianos, diz o Frei Aleixo Fischer, que chegou a Balsamão em 1758, para continuar a obra do Frei Casimiro:

havera vinte annos, se fundou a congregação dos suppt.es com consentimento de sua Magestade que Deos goarde e com o consentimento do senado da camera desta villa, nobreza, e povo emtrando na dita congregação, clérigos, e leijgos em cujo principio se tratavam como recoletos terceiros de são Francisco, e dese tempo emthe o prezente tem feijto grande augmento tanto na igreja como digo do mesmo cabeço de Balsamão, como nas cazas junto a mesma igreja como na cerqua retificando tudo de novo com grande despesa e coriosidade tanto assim que a dita jgreja he hum dos melhores templos que tem esta Província, como tão bemfeijto sete capellas com as figuras da Sagrada paixão de Christo Senhor Nosso [...].¹⁵ (Fischer, 1758, p. 41).

Para o Frei Casimiro Wyszynski, Balsamão é uma preciosa dádiva de Deus aos Marianos, como ele diz, na Carta que escreve, de Balsamão, ao Superior Geral, de 13 de junho de 1755:

Muitos nos chamam para diversos lugares. Visto que não tínhamos pessoas, o próprio Deus, em razão da honra da sua Mãe, deu-nos uma fundação em que há pessoas e um convento de Nossa Senhora, bem apetrechado e privilegiado pelo rei: chama-se Balsamão (Frei Casimiro, 2005, p. 450).

E mais adiante refere-se a Balsamão, como um lugar maravilhoso, muito especial, o paraíso:

O lugar em que nos encontramos chama-se Nossa Senhora de Balsamão, ou seja, 'Nossa Senhora que segura em Suas mãos o Bálsamo'. Pertence à diocese de Bragança. É preciso procurá-lo no mapa onde se encontra a inscrição 'Trás-os-Montes', onde se encontram montanhas. Eis que entre essas montanhas encontra-se

¹⁵ FISCHER Padre Frei Aleixo de S. Octaviano (1758). *Protocollum Ordinis Mariani immaculata Conceptionis B. V. Mariae* (em sufrágio das almas e ajuda dos párocos, erecta pelo Ven. P. Estanislau de Jesus Maria Papczynski, no reino da Polónia, no ano do Senhor 1679; verdadeiramente introduzida pelo Ven. P. Casimiro de S. José Wyszynski, Ex-Superior Geral da Ordem, no ano do Senhor 1754, em Balsamão, no Reino de Portugal, Episcopado de Miranda), Balsamão, fl. 41. (n.b. - Normalmente é conhecido por *Protocollum Balsamanensis*).

um monte especial, que é cercado por dois rios e separado dos demais montes. As montanhas o envolvem, como anuncia o Salmo 124. Este lugar é tão maravilhoso que não tenho visto um mais belo em Portugal. Diversos religiosos nos invejam este lugar, ao passo que outros nos felicitam porque de forma admirável Deus o preservou para nós (Frei Casimiro, 2005, p. 452).

A 13 de abril de 1755, o Frei Casimiro dá o hábito e admite ao noviciado cinco portugueses e aceita dois novos candidatos (Fischer, 1758, p. 21). A 13 de junho escreve ao Superior Geral, e, embora dizendo que estava muito bem de saúde, parece pressentir que a hora da partida para o Pai já se aproximava, e pede que venha alguém da Polónia para manter a união com a Congregação: "Dado que estou avançado em idade, e não sabendo o dia nem hora, gostaria que algum, de entre os jovens, viesse da Polónia até junto de mim ... a fim de poder conservar, deste modo a união da nossa Congregação" (Frei Casimiro, 2005, p. 453).

O Frei Casimiro morreu a 21 de outubro de 1755, vitimado pela doença da malária que tinha contraído em Roma, dizendo aos seus novos irmãos que choravam: "Não choreis. A Virgem Santíssima é a vossa fundadora, e eu do céu, posso ajudar-vos muito mais." (Fischer, 1758, p. 112).

Como resposta ao pedido do Frei Casimiro foi enviado da Polónia o Padre Aleixo Fischer, de origem checa, acompanhado pelo P. Rafael de Bufa, italiano, que chegaram a Balsamão, a 8 de março de 1758. O P. Aleixo Fischer veio para Portugal "para garantir a estabilidade e o crescimento desta nova planta da Congregação",

escreve ele mesmo (Fischer, 1758, p. 68). O Superior Geral, P. Cipriano Fijalkoski, aos 11 de setembro de 1757, nomeou-o Comissário Geral, com todos os poderes sobre os Marianos em Portugal:

Pela presente, concedemos todos os poderes necessários para tratar dos problemas relacionados com a admissão de noviços, admissão à profissão religiosa, aceitação de novas fundações, de acordo com a regra primitiva do nosso Instituto (Jakimowicz, 1975, pp. 48-49).

Um dos primeiros objectivos do P. Fischer foi a aprovação régia da comunidade de Balsamão. Para o efeito, o P. Rafael vivia em Lisboa. A aprovação só foi conseguida a 29 de abril de 1778 (Sá Vargas, 1859, p. 129-130, onde transcreve o Decreto da Rainha D. Maria I.^a), que concedia ampliar o número de religiosos, até 20, incluindo padres e irmãos. O outro objectivo, referido pelo Padre Casimiro na sua Carta ao Superior Geral, era manter a união com a Congregação. Essa foi a primeira dificuldade sentida logo que chegou a Balsamão, pois o Frei João de Deus, que tinha abandonado Balsamão antes da morte de Frei Casimiro, tinha regressado e tinha-se automeado Procurador Geral dos Marianos em Portugal, imprimindo vários livros, entre os quais a vida do Fundador escrito pelo Frei Casimiro. Com a chegada do Pe. Aleixo Fischer, Frei João de Deus provocou uma revolta dos coirmãos portugueses contra ele. Por fim, depois de muitas brigas, Frei João de Deus abandonou o convento a 2 de abril de 1758 (Sá Vargas, 1859, p. 125-126), deixando escrito um “Manifesto” em que exprime a sua revolta.

“Todavia, que ninguém diga no futuro – escreve Frei Aleixo Fischer no *Protocollum Balsamanensis* –, que queríamos prejudicá-lo; que a Ordem se mostrou ingrata para com ele; que o mandámos embora do nosso meio, visto que ele era a primeira vocação portuguesa. Devemos uma gratidão toda especial à sua família e seus parentes que nos têm feito tantos benefícios. Sempre nos lembraremos deles com um sentimento de gratidão” (Fischer, 1858, p. 73; cf. Jakimowicz, 1975, p. 50). Embora o primeiro obstáculo para conseguir esta comunhão com a Congregação na Polónia tenha sido ultrapassado, as dificuldades continuaram (Jakimowicz, 1975, p. 52-53), a semente da separação fora lançada, e o objectivo de tal comunhão não foi conseguido, pois o decreto de aprovação régia da Casa de Balsamão punha a comunidade sobre a Jurisdição do Bispo local, para muita dor do P. Fischer. Além disso, um capítulo tido em outubro de 1782, por ordem do Bispo, com o P. Fischer ausente em Lisboa, elegeu o superior da casa e o Superior Geral dos Marianos em Portugal, desprezando o voto do P. Fischer, sem qualquer vínculo como Superior Geral na Polónia (Sá Vargas, 1859, p. 134-135).

O P. Rafael faleceu em Lisboa, em 1782, e o P. Fischer, faleceu em Balsamão, nos finais de 1783 (Sá Vargas, 1859, p. 135). Depois do P. Fischer – que escreveu o *Protocollum Balsamanensis* no qual nos transmitiu a vida dos primeiros Marianos em Balsamão – as notícias sobre a comunidade de Balsamão escasseiam.

Do tempo dos Marianos, de 1755 a 1834, a comunidade Balsamão deixou-nos uma um precioso património artístico: 19 telas, muitas delas referentes ao carisma dos Marianos; 21 ex-votos, referentes a “milagres” concedidos, uns, pelo Senhor da Costa (ou dos Cajados), outros, por intercessão de Nossa Senhora de Balsamão, e ainda outros, por intercessão do Venerável Frei Casimiro. A pintura do tecto do presbitério, de 1763 (Serrão, V., Cardoso, M., s. d., p. 15), é também do tempo da presença dos Marianos. A nível de construção de novos edifícios, temos a capela dos Cajados (de 1777, como ficou registado na padieira da porta, embora a construção seja um pouco anterior), o dormitório do lado sul (celas), que é de 1779 (Sá Vargas, 1859, p. 133).

Durante a vida do P. Fischer, os Marianos abriam mais duas comunidades: uma em Lisboa, o Hospício de S. Rafael (em 1781), e outra em Algosó, Hospício de S. to António, na Diocese de Bragança (em 1783). Ainda se abriu uma comunidade em Sebadelhe e Cedovim, na Diocese de Lamego (de 1780 a 1790), mas que, por falta da aprovação régia, fechou.

Com o Decreto de 30 de maio de 1834, foram extintos os conventos de Balsamão, Lisboa e Algosó. Na casa de Balsamão, na altura, segundo o Álbum dos Defuntos da Congregação dos Marianos (do dia 13 de julho de 1834), residiam 6 padres e dois irmãos, sendo superior o P. José da Cruz Vieira. José Manuel Morais e Fernando Andrade Lemos, no estudo apresentado sobre *O Convento de Balsamão em 1834*, referem 7 padres, um subdiácono, um de ordens

menores e um irmão, cujos nomes não coincidem (Morais, Lemos, 1997, p. 252-253). Perece-nos mais fidedigna esta última informação, pois o referido estudo é sobre o documento da supressão do Convento. Monteiro Cardoso fala de 9 frades ali residentes à data da extinção (Cardoso, 2004, p. 808).

Em 1781, possivelmente antes da fundação da Casa de Lisboa (que se deu nesse mesmo ano), o P. Fischer informou o Núncio Apostólico, de que na Casa de Balsamão havia 15 religiosos, sendo 7 sacerdotes e 8 irmãos (Jakimowicz, 1975, p. 56).

O convento de Balsamão foi extinto pelo Decreto de 30 de maio de 1834, e logo no mesmo ano foi arrendado pelo P. José da Cruz (natural de Lagoa), último superior da Comunidade de Balsamão. Em 1841, foi posto em arrematação pela Fazenda Nacional, mas só se chegou a alienar uma parte da cerca e um olival grande do lado de fora. O restante da cerca e o edifício teria de voltar à praça. Porém, um requerimento que deu entrada na Câmara dos Senhores Deputados, feito certamente pela diplomacia do P. José da Cruz, na sessão de 6 de outubro de 1841, impediu isso. O requerimento, julgado urgente, era recomendava ao governo “para reconhecer a conveniência de se estabelecer uma Escola prática de Agricultura na cerca e edifício do extinto Convento de Balsamão, no Concelho de Chacim, Districto Administrativo de Bragança”, “mandando no em tanto suspender a arrematação daquelle prédio”. Este requerimento foi aprovado pela Câmara. A arrematação foi suspensa e assim permaneceu até 1850 (Sá Vargas, 1859, p. 142-143).

A 14 de outubro de 1850, o edifício do Convento e o restante da cerca foram arrematados em hasta pública e foram comprados pelo Doutor José António de Miranda, por 2.010\$0016. Foi desta família Miranda que os Marianos o receberam, no regresso a Balsamão. Balsamão é o único Convento em Trás-os-Montes que ressuscitou das cinzas de 1834. Isso aconteceu em 1954, com o regresso dos Marianos a Balsamão.

Sobre o ambiente político que se respirava na altura supressão dos conventos, em 1834, e a sua influência nos frades de Balsamão, e sobre o motivo por que o P. José Cruz conseguiu ficar mais tempo em Balsamão, escreve António Manuel Monteiro Cardoso:

Os marianos polacos de N. Sra. de Balsamão, estabelecidos em Chacim, representam um caso especial, devido à influência constitucional, que há muito ali dominava, pois tanto em 1826, como em 1828, tinham acolhido liberais perseguidos. Em pleno reinado de D. Miguel, os frades liberais controlavam de tal modo aquele convento que, em 1829, o procurador-geral da ordem o apelidou de 'verdadeira caverna de revolucionários mações'. Para escapar à perseguição, Fr. José da Cruz, que fora capelão de infantaria 18, fugiu para Espanha, onde se lhe juntaram outros companheiros. Deste modo, quase todos os regulares de Balsamão merecem a nota de constitucionais decididos, permitindo-se que Fr. José da Cruz continuasse a residir no edifício, mesmo após a extinção, 'pelas suas virtudes e perseguição que sofreu' (Cândida Ferreira 1931, p. 486). (Cardoso, 2004, p. 808).

Sobre a tentativa de fundação dos Marianos em Sebadelhe e em Cedovim, há já alguns anos (pelo ano 2004) entrei em contacto com o Pároco de Sebadelhe, que me disse que a única documentação

¹⁶ Conforme o documento de venda, de que temos uma cópia e transcrição.

que ele conhecia sobre a presença dos Marianos em Sebadelhe e em Cedovim era a que vem no livro de Francisco de Jesus Fego, *Cedovim. Memórias da Terra e das Gentes* (Subsídios para a sua História), Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Coa, 1995. O autor transcreve o que D. Joaquim de Azevedo (que se notabilizou pelos seus trabalhos históricos sobre a Diocese de Lamego), natural e Abade da paróquia de Cedovim, escreveu sobre Cedovim (Sedavim). Eis o que se refere à presença dos Marianos em Sebadelhe e Cedovim:

A capela de Santa Marinha Virgem fica fóra da villa à vista da mesma, em sítio alto no caminho que vae para ranhados, na ladeira do monte. Pelo anno de 1780 se deu esta capela aos padres Marianos da Conceição, que foram chamados pelo reverendo vigário de Sabadelhe para fundarem na sua freguesia; mas não se effectuando essa fundação, ouvida a nobreza, povo e clero, os admitiu a camara a Sedavim, deu licença o Snr. Bispo de Lamego; mas não podendo obter licença régia, pelo anno de 1790 largaram a fundação. Estes padres começaram em Polonia pelo venerável Estanislau de Jesus Maria, morto em 1701, com titulo de Marianos da Conceição, suffragadores das Almas, coadjutores dos parochos; fundaram em Balsamão, freguezia de Chacim, em Traz-os Montes, seu convento, com hospicio em Lisboa: são clérigos regulares com túnica branca; vivem exemplarmente, mui prontos para confessar, assistir aos doentes, ajudar os parochos em tudo que pertence ao culto divino, e socorro do próximo (Fego, 1995, pp. 53-54).

Sá Vargas parece referir a existência de duas casas em simultâneo. Diz que, na Diocese de Lamego, os Marianos tiveram "duas casas, em Sebadelhe e em Cedovim; para a primeira ainda chegou a eleger-se Presidente em 1782, a para a segunda em 1785. Porém ambas delas foram logo abandonadas." (Sá Vargas, 1859, p. 136)

O pároco de Sebadelhe que convidou os Marianos foi o Pe. Miguel Jerónimo Ponto Donas Boto, que tinha um irmão a trabalhar nos desembargos da Corte, e era Juiz Superior no Supremo Tribunal de Justiça (informação dada pelo Pároco, em 2004). Segundo o mesmo pároco, houve um ou dois Marianos que foram sepultados em Cedovim.

Sobre a capela de Santa Marinha, diz Francisco de Jesus Fego:

No interior da capela de Santa Marinha oculta-se um retábulo renascentista. No altar, ladeiam a imagem do Orago duas telas pintadas, distinguindo-se numa a figura de S. Domingos e na outra a legenda "S. João de Deus, 1669". Junto ao altar vê-se um túmulo exibindo uma cruz de cavaleiros medieval esculpida na tampa (Fego, 1995, p. 76).

Em 2004, com os Marianos que vieram à festa dos 250 anos da vinda dos Marianos para Balsamão e dos 50 anos do seu regresso, visitei esta capela, mas só pudemos ver o exterior.

Em 1783, durante os últimos meses da vida do P. Fischer, os Marianos aceitaram uma fundação em Algosó, na Diocese de Bragança, onde podiam morar 5 a 8 religiosos (Jakimowicz, 1975, p. 56).

O Convento de Santo António, segundo Andrade Lemos, "viu-se dotado de alvará de Licença Passado por D. Bernardo Pinto ribeiro Seixas, I Bispo de Bragança e Miranda, em 3 de Janeiro de 1783. Destinava-se a receber até 16 padres. Em 6 de Dezembro de 1785, realizou-se o capítulo para a eleição do Presidente." (Lemos *et al.*, 2006, p. 96).

O Hospício e Igreja de Santo António, de Algosó, que fica perto da vila, antes de pertencer aos Marianos, teve outros donos, como nos referem Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal) e Adriano Martins Amado, numas notas monográficas sobre Vimioso (Alves, Amado, 1968, p. 8-9). Segundo a tradição, foi erecto por um companheiro de S. Francisco. Diz o cronista Frei Manuel da Esperança: "A custódia que os Franciscanos tiveram no Hospício de Santo António em Algosó foi fundada por alguns companheiros do servo de Deus Frei João Pascoal e abandonada em 1563, por a Ordem não a poder conservar" (Esperança, 1656. Citado por Alves, Amado, 1968, p. 9).

Esteve abandonado pelos religiosos e em ruínas até que, por volta do ano 1700, "veio viver nele Padre João da Cruz, que reedificou e ampliou a cerca. Pela sua morte, entraram os oratorianos, que o abandonaram por pouco sadio. Vieram depois os trinitários descalços, que fizeram o mesmo, de maneira que hoje (escreve Luís Cardoso, em 1747) não vive ninguém e vai-se arruinando o dormitório, claustro e oficinas" (Cardoso, 1751. Citado por Alves, Amado, 1968, p. 9).

E assim esteve, possivelmente, até que os Marianos foram para lá, em 1783. Pouco se sabe dos Marianos deste Convento (Hospício e igreja de Santo António) até a sua extinção, em 1834. "Sabe-se, porém, diz-nos Andrade Lemos, que, em 5 de Maio de 1818, o Convento de Algosó relevava pelo escândalo que os seus religiosos

constituíam, não cumprindo deveres e esquecendo virtudes e preceitos” (Lemos *et al.*, 2006, p. 96).

Em 1824, temos uma fonte que documenta a presença dos Marianos. Diz o seguinte: “Cópia do Alvará de Sua Majestade o Senhor Dom João sexto expedido em 7 de Julho de 1824 que o Padre José da Encarnação e Sampaio, Propósito Geral da Ordem da Conceição Sofragadores das Almas, mandou publicar e registar segundo a determinação de mesmo Alvará, não só na casa Capitular de Balsamão, mas também nos Hospícios de São Rafael de Lisboa e Santo António de Algoso sujeitos a sua jurisdição”. Segue-se o Alvará, e no fim diz-se: “Certificamos em como em acto de comunidade se leu a cópia do Alvará de Sua Majestade Fidelíssima nós abaixo assinados Irmão António de São Luís, Padre Manuel Teixeira de Santa Ritta, Padre Manuel Joaquim das Dores e Moura, Padre Andréles Gregório, Presidente a fez publicar” (Alves, Amado, 1968, p. 9-10). São-nos assim referidos os membros da comunidade Algoso, nesse ano de 1824: 3 padres e um irmão. “No resumo das consultas especiais da Junta do Melhoramento elaborado no âmbito do «Plano e Regulamento das Ordens Regulares» determinado pelo Decreto de 7 de Setembro de 1829, é referido que a Congregação dos Clérigos Regulares da Imaculada Conceição tem três casas, 23 padres e 304\$000 réis de renda. A Junta é de parecer que o Hospício de São

Rafael se suprima e que os religiosos passem para o Hospício de Algoso”. Assim se pode ler no *site* da Câmara Municipal de Lisboa.¹⁷

Pela informação que se refere a seguir, sobre os religiosos presentes na comunidade Algoso, na extinção do Convento, de facto os religiosos que estavam em Lisboa foram para Algoso.

A extinção do Convento foi em 1834, com o Decreto de 30 de maio de 1834, de Joaquim António Aguiar. O Álbum dos Defuntos da Congregação dos Marianos, no dia 14 de Julho de 1834, diz: “No momento da cassação do convento de algoso, Portugal, residiam nele os seguintes coirmãos: o Pe. Francisco da Purificação de N. Sra., superior; Pe Gregório de S. Vicente; Pe. André de S. Gregório; Pe. Manuel Joaquim das Dores Moura; Pe. Manoel da Santa Rita Teixeira”. Os que vieram de Lisboa são os dois primeiros padres.

No índice do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças consta que o convento foi vendido depois da cassação. Porém, na Caixa 2194, só foi encontrado um documento¹⁸, que refere, sucintamente, os bens urbanos (Igreja, celas, claustro, refeitório, cozinha, adega, dispensa, forno e palheiro) e rústicos (dentro da cerca do convento, duas nascentes de água, árvores de fruto, vinha, dois pés de oliveiras grandes e três pequenos).

Hoje, no lugar do convento, assim lhe chamam as pessoas de Algoso, apenas podemos ver algumas paredes do edifício, em ruínas.

¹⁷ <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/base-de-dados> (cons. 9 agosto 2021).

¹⁸ Pertence à quota do Livro 1.º das Requisições, fl. 194, Inventário n.º 13, reproduzido por Lemos *et al.*, 2006, pp. 98-101.

Na Igreja paroquial de Algosó, encontra-se um pequeno e lindo quadro da Imaculada conceição, que antes se encontrava na Sacristia, e agora, depois de restaurado, se encontra na parede do presbitério, do lado direito que quem entra, que julgo deveria pertencer ao Convento (por ser dos Marianos da Imaculada Conceição).

As actividades desenvolvidas pelos Marianos foram de acordo com o seu carisma: defesa e difusão do Culto à Imaculada Conceição, sufrágio das almas e auxílio aos párocos (pregação, catequese, confissões e tudo o que lhe era solicitado). Os quadros em tela que eles nos deixaram exprimem o seu carisma: o do Fundador, Estanislau Papczynski, em cuja legenda se pode ler que fundou os Marianos da Imaculada Conceição em sufrágio das Almas do Purgatório; o do Frei Casimiro, cuja legenda o identifica como Ex-Superior Geral e o primeiro que plantou em Portugal a Congregação; o da Beata Joana de Valois, fundadora das Monjas da Anunciada, em que se mostra em livro das Dez virtudes Evangélicas de nossa Senhora, no superlativo, sob a qual os Marianos foram aprovados; e o da apoteose dos Marianos, que mostra quem são os Marianos da Imaculada Conceição: somos a família de Jesus, conforme as suas palavras: "Eis a minha mãe e os meus irmãos" (Mt 12, 49), e o seu gesto, apontando para Maria, a Imaculada Conceição, e para os Marianos (da Imaculada Conceição), vestindo todos de branco (Jesus, Maria e os Marianos). Mas o que é que faz com que sejamos a

família de Jesus, mãe e irmãos de Jesus? Isto leva-nos ao Evangelho de São Mateus (12, 46-50).

De acordo com o texto evangélico, como o próprio Jesus diz: "Minha Mãe e meus irmãos" são todos que fazem a vontade de meu Pai que está no Céu." É esta a nova família de Jesus! E Maria já fazia parte desta família! Ela está entre os primeiros que fazem a vontade do Pai. O quadro leva-nos também, pela presença de João Evangelista, ao episódio de Maria junto à Cruz, em que ela é chamada a uma nova missão: a maternidade espiritual em relação ao discípulo amado, que a todos nos representa: "Mulher, eis o teu Filho." (Jo 19, 25-27) Os discípulos de Jesus, os Marianos, recebem a mãe como sua. Por isso Jesus pode dizer: "Eis a minha mãe e os meus irmãos". Apresenta também o Fundador e o Frei Casimiro com o símbolo da sua missão, bem como a *Regra das Dez Virtudes Evangélicas de Maria*. Fazer a vontade Deus para ser da nova família de Jesus passa necessariamente por viver a Rega dos Marianos. De referir ainda o quadro das Almas do Purgatório, que os Marianos auxiliam, com o olho de Deus justo e misericordioso, e o quadro de Nossa Senhora da Divina Providência, devoção muito presente na Congregação dos Marianos.

Sobre o seu apostolado, no auxílio aos párocos, vale pena lembrar o testemunho dado por D. Joaquim Azevedo, natural e Abade da paróquia de Cedovim, a respeito dos Marianos que passaram por Cedovim, para não se ficar só com o mau exemplo dos frades do Convento de Algosó: "Vivem exemplarmente, mui prontos

para confessar, assistir aos doentes, ajudar os parochos em tudo que pertence ao culto divino, e socorro do próximo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), AMADO Adriano Martins (1968). *Vimioso. Notas monográficas*, Coimbra: Publicação da Junta Distrital de Bragança.

CARDOSO, António Manuel Monteiro (2004). *A revolução liberal em Trás-os-montes (1820-1834). O povo e as elites*, [Dact. Tese de doutoramento]. Lisboa: ISCTE.

ESPERANÇA, Frei Manuel da (1656). *História Seráfica da Ordem dos frades menores de São Francisco na Província de Portugal*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana.

FEGO, Francisco de Jesus (1995). *Cedovim. Memórias da Terra e das Gentes* (Subsídios para a sua História). Vila Nova de Foz Coa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Coa.

FERREIRA, Cândida Florinda (1931). *Talhinhas e as guerrilhas liberais. Notícias monográficas inéditas*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

FISCHER, Padre Frei Aleixo de S. Octaviano (1758). *Vita, virtutes et s^a mors V. P. Casimiri. Protocollum Ordinis Mariani immaculata Conceptionis B. V. Mariae*. Balsamão, pp. 90-116.

FISCHER, Padre Frei Aleixo de S. Octaviano (1758). *Protocollum Ordinis Mariani immaculata Conceptionis B. V. Mariae* (em sufrágio

das almas e ajuda dos párocos, erecta pelo Ven. P. Estanislau de Jesus Maria Papczynski, no reino da Polónia, no ano do Senhor 1679; verdadeiramente introduzida pelo Ven. P. Casimiro de S. José Wyszynski, Ex-Superior Geral da Ordem, no ano do Senhor 1754, em Balsamão, no Reino de Portugal, Episcopado de Miranda). Balsamão. (n.b. - Normalmente é conhecido por *Protocollum Balsamanensis*).

FREI CASIMIRO WYSZYNSKI (2005). *Diário das actividades em Roma e em Portugal, in Guardião da herança espiritual dos Marianos. Selecção de escritos do Frei Casimiro* (cuidou P. Segismundo Proczek, MIC). Curitiba: Congregação dos Padres Marianos.

JAKIMOWICZ Pe. Boleslau MIC (1975). *Pe. Aleixo Fischer, Comissário Geral de Portugal, in Marianos 1673-1973*. Sob a direcção de Pe. João Bukowicz MIC e Tadeu Górski MIC. Roma (Tradução portuguesa, para uso interno da Comunidade Mariana, sem referência ao tradutor, em folhas dactilografadas e encadernadas, do original polaco: Marianie 1673-1973 (1975). Praca zbiorawa pod redakcja ks. Jana Bukowicza MIC i Tadeusza Górskiego MIC, Rzym, pp. 44-58.

LEMONS Andrade, CORTINHAS Ana, MOREIRA André e MOURA Sara (2006). *Estabelecimentos religioso relacionados com a Congregação dos Marianos da Imaculada Conceição e seu Fundador em Portugal até 1834. Frei Casimiro: Memória e Profecia. Celebração do 250^o Aniversário da sua morte* (VIII Jornadas Culturais de Balsamão). Balsamão: Centro Cultural de Balsamão, pp. 83-102.

MORAIS, Padre José Manuel e LEMOS, Fernando Andrade (1997). *O Convento de Balsamão em 1834. CONGRESSO HISTÓRICO* (Bragança,

7 a 10 de outubro de 1996) *sobre a Diocese de Bragança-Miranda. 450 anos da Fundação (1545-1995)*. Actas. Bragança: Comissão de Arte Sacra de Bragança-Miranda, pp. 237-282.

SÁ VARGAS António Júlio (1859). *Memoria acerca de Balsamão*. Bragança: Typ. de Bragança.

SERRÃO Vítor, CARDOSO Manuel (s.d.). “Dez núcleos de pintura da idade moderna na região das terras quentes (concelho de Macedo de Cavaleiros). Séculos XVI, XVII e XVIII”, in ATQ - Cadernos “Terras Quentes”. Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros, (http://www.terrasquentes.pt/wp-content/uploads/2018/01/Artigo_Dez_Núcleos_de_Pintura.pdf.) (cons. 9 de Agosto de 2021).

RETRATOS DA GENTE E POÉTICA DE UM INSTANTE

Portraits of people and poetics of an instante

Paulo Patoleia¹⁹

Resumo

Percorro as aldeias, feiras e mercados de Trás-os-Montes, onde capto a essência deste povo que conheço bem, na forma que eu mais aprecio. Na fotografia, mais que a qualidade técnica, procuro captar e registar as gentes, as emoções, os olhares e os momentos. Honrou-me o convite para participar com uma exposição integrada nas Jornadas do Convento de Balsemão, edição 2020, belíssima ocasião para partilhar com os ilustres participantes este mundo maravilhoso que é a fotografia das nossas gentes. Os Rostos Transmontanos Durienses, ganharam um espaço próprio em livro editados pela Lema de Origem, Porto, com duas edições cujos títulos «Rostos Transmontanos» e «Rostos de Gente e Poesia do Instante», com prefácio do Dr. Carlos De Abreu e a participação escrita de cerca de uma centena de autores transfronteiriços, em três línguas (Português, Castelhana e Mirandês), culminando assim, este trabalho fotográfico, dedicado aos retratos registados ao longo da última década, uma espécie de «janela» entreaberta para o passado deste povo, que pretendi homenagear.

¹⁹ Nascido a 9-9-1959, em Açoreira, Torre de Moncorvo.

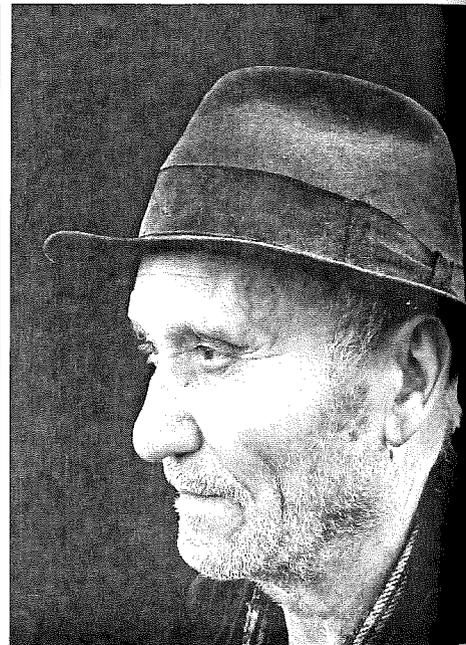
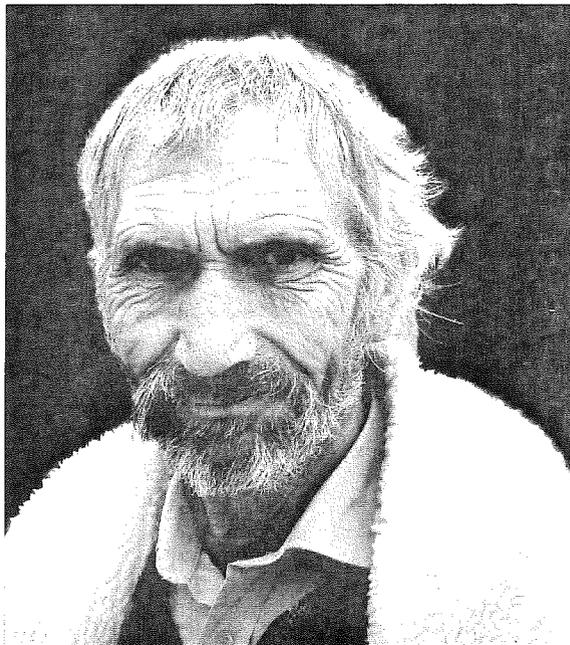
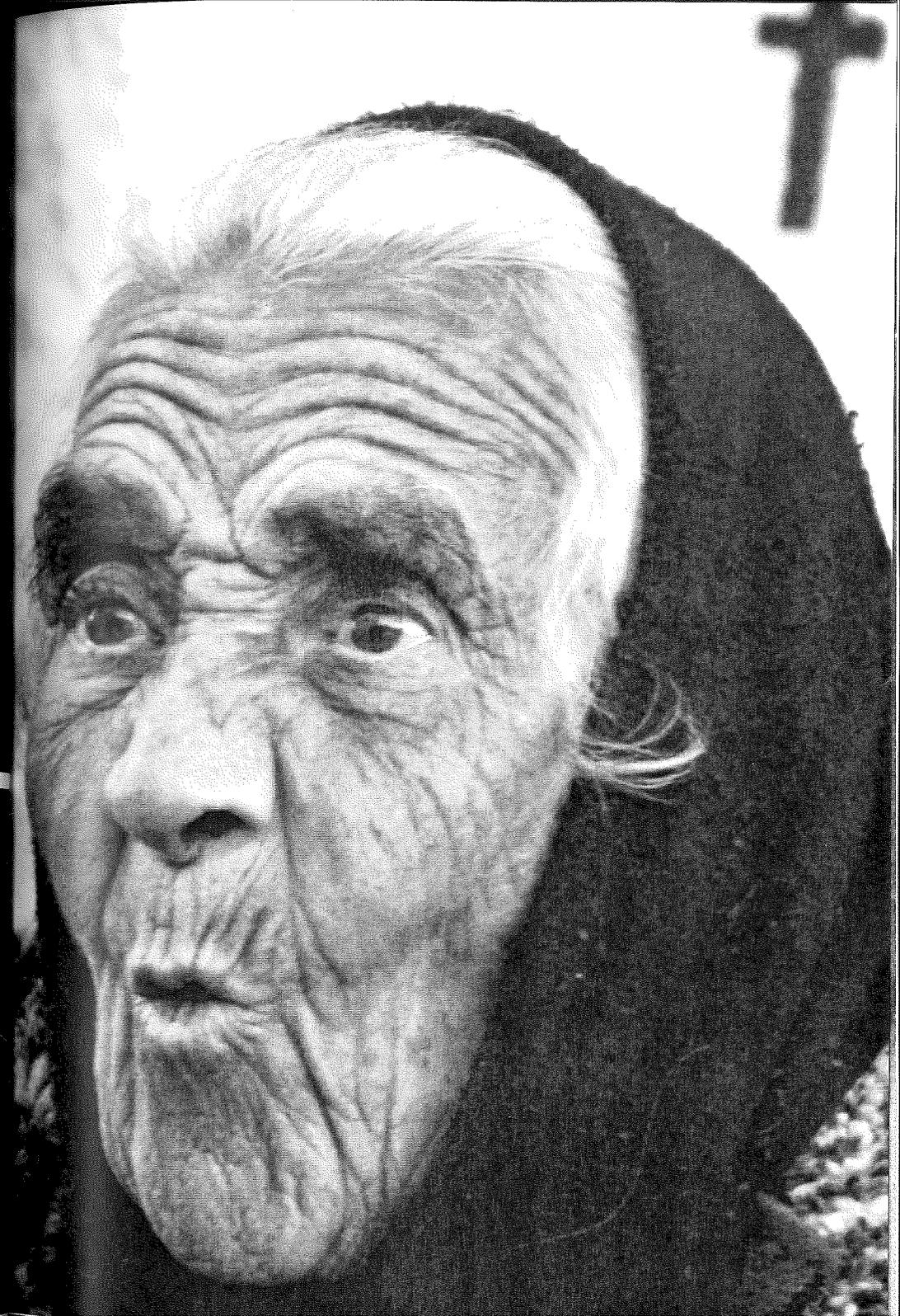
Abstract

I travel through the villages, fairs and markets of Trás-os-Montes, where I capture the essence of these people I know so well, in a way that is near and dear to my heart. In photography, in addition to technical quality, I try to capture and register the people, emotions, looks and moments. I was honored by the invitation to participate with an exhibition integrated in the conference of the convent of Balsamão, 2020 edition, a wonderful occasion to share with the distinguished participants this wonderful world that is the portraits of our people. The transmontano-duriense faces gained their own place in a book published by Lema de Origem, Porto, with two editions, titled «Rostos transmontanos» and «Rostos de gente e do instante», with a preface by Dr. Carlos De A and the participation of about of a hundred cross-border authors, in three languages (Portuguese, Castilian and Mirandese), thus culminating this photographic work, dedicated to portraits recorded throughout the last decade, an opened window to the past of these people, which I intend to honor.

Plavras-chave: *faces; transmontanos; photography.*

Key words: *faces; Transmontanos; fotografia.*







ECOS DO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DAS FLORES

Echoes from Our Lady of Flowers Convent

Maria Emília Pires Nogueiro²⁰

Resumo

O Convento franciscano de Nossa Senhora das Flores em Sezulfe, (Macedo de Cavaleiros), hoje praticamente destruído, permanece na memória local na devoção, que ainda se mantém a Nossa Senhora das Flores. A materializar a memória do extinto convento franciscano permanecem duas esculturas no interior da igreja de Sezulfe. Talhadas em madeira e policromadas, permitem-nos estabelecer proximidades formais e iconográficas com as esculturas dos restantes espaços franciscanos da Diocese de Bragança-Miranda. Partindo das formas e dos modelos iconográficos privilegia-se a análise comparativa para uma aproximação ao sentido narrativo das esculturas.

Abstract

The Franciscan Convent of *Our Lady of Flowers*, Nossa Senhora das Flores, in Sezulfe (Macedo de Cavaleiros), is practically in ruins nowadays; nevertheless, it remains in the local memory thanks to the devotion to Nossa Senhora das Flores. Materializing the memory of the extinct Franciscan convent, there are two sculptures inside the church of Sezulfe. These sculptures, carved in wood and polychromatic, allows us to establish a formal and iconographic proximity with the sculptures from other Franciscan churches of the Diocese of Bragança-Miranda. Based on the formal concepts and in the iconographic models, a comparative analysis was privileged, enabling an approach to the narrative sense of these sculptures.

²⁰ Escola Superior de Educação | Instituto Politécnico de Bragança, PORTUGAL. E-mail: emilianogueiro@ipb.pt

Palavras-chave: *Convento de Nossa Senhora das Flores (Sezulfe, Macedo de Cavaleiros); Diocese de Bragança-Miranda; Ordem de São Francisco; Escultura; São Francisco de Assis; Santo António de Lisboa.*

Key-words: *Convent of our Lady of Flowers (Sezulfe, Macedo de Cavaleiros); Diocesis of Bragança-Miranda; Saint Francis of Assisi Order; Sculpture; Saint Francis of Assis; Saint Anthony of Lisbon.*

O património artístico conventual da Diocese de Bragança-Miranda, (assume-se a atual configuração territorial da Diocese), em especial o do convento de Nossa Senhora das Flores em Sezulfe, permanece pouco estudado. As contingências que provocam esta limitação são várias-- entre elas destaca-se o abandono que o espaço sofreu após a extinção das Ordens Religiosas masculinas, a generalizada ausência documental bem como o limitado prestígio da produção artística local.

Todavia, a falta de documentos contrasta com a resistente presença de património artístico, sobretudo da escultura. Nos diversos espaços que a família franciscana criou no território da diocese, entre as distintas categorias artísticas, é a escultura a que mais se destaca quantitativamente (Nogueiro, 2015).

A profunda escassez de informação sobre a produção artística do convento de Nossa senhora das Flores, em Sezulfe, supôs a formulação de um plano de trabalho capaz de produzir conteúdos que permitissem uma abordagem analítica do processo artístico em questão.

A visita às igrejas que conforme a historiografia, (Castro, 1947, Afonso, 1995), receberam os bens móveis do extinto convento (igreja de Sezulfe e a igreja das Arcas), permitiu identificar apenas duas esculturas claramente relacionadas com o convento franciscano. Existe (popularmente) a referência a outros espaços que receberam bens do convento, como a igreja matriz de Macedo de Cavaleiros, e mesmo outros imóveis privados. Mas é na igreja de Sezulfe, no retábulo no lado da Epístola, que estão expostas duas imagens que nas devoções representadas se aproximam a outras esculturas de espaços franciscanos vizinhos. Perante o que restou da produção escultórica do extinto convento de Nossa Senhora das Flores foi produzido o inventário (Figura 1 e 3) que recolhe elementos para a análise comparativa formal e iconográfica (Figura 2 e 4) propiciatória à aproximação dos ritmos de produção, influências, modelos e narrativas.

O contexto do convento de Nossa Senhora das Flores: na Ordem de São Francisco de Assis e na produção escultórica da Diocese de Bragança-Miranda

A Ordem de São Francisco chegou a Portugal pouco tempo após a sua fundação, em Itália, em 1209. No território em estudo, os Frades Menores chegaram a Bragança, onde se fundou a primeira casa franciscana, ainda durante o século XIII, (Esperança, 1656; Borges, 1721-1724), documentalmente registada pela primeira vez

em 1271 (Borges, 1721-1724; Alves, 2000b; Teixeira, 1997; Rodrigues, 1997). No convento mais longevo da Diocese foram registadas 44 esculturas de vulto pleno. O importante reforço na produção artística ao longo do século XVII e XVIII permitiu que chegassem aos nossos dias importantes exemplos da devoção ao Pobrezinho de Assis como *alter-Christus* materializados em invulgares conjuntos escultóricos. Estes conjuntos destacam-se não apenas pela escala e qualidade do trabalho, mas sobretudo pela originalidade dos modelos iconográficos representados. Neste sentido, merece sempre ser individualizada a escultura de Cristo Alado, ou Cristo Serafim que se relaciona com uma figura de São Francisco ajoelhado a receber os estigmas conforme a aparição no monte Alverne (Nogueiro, 2015).

Os Frades Menores também fundaram casa em Torre de Moncorvo, durante o século XVI, mas, tal como ocorreu com o convento de Nossa Senhora das Flores, o edificado foi abandonado e destruído e não subsistem vestígios (DGEMN, 2021).

As clarissas edificaram dois conventos. Em Bragança, fundado em 1569, e em Vinhais, fundado algum tempo antes de 1659, (Lalanda, 2000). O decreto de 1834 de Extinção das Ordens Religiosas foi menos duro com as ordens femininas, pois permitia que as religiosas se mantivessem, (até à morte da última irmã), dentro dos conventos, mas sem receber noviças. No entanto, este apoio não foi suficiente para melhor preservar os bens das clarissas. Pelo contrário, no território em estudo, ambos os conventos foram

destruídos, apenas resistindo a igreja do convento de Bragança. Em Bragança, após bênção episcopal do local em 1569, o convento foi ocupado pelas clarissas em 1598 (Castro, 1946; Rodrigues, 1997). Tal como o edificado conventual, que foi destruído e alterado, também o interior da igreja foi fortemente intervencionado. Das escassas 15 esculturas de vulto pleno inventariadas apenas 4 se podem relacionar com as clarissas, as demais obras são todas do século XX, afetas a uma produção em série das oficinas de Braga, (Nogueiro, 2015).

Em plena época de domínio filipino, chegaram a Mogadouro os frades da Terceira Ordem Regular de São Francisco. Durante o conflituoso século XVII foi fundado o convento da Ordem Terceira Regular, na vila de Mogadouro, em 1618, mas as obras prolongaram-se até 1689 (Alves, 2000a; Mourinho, 1995). As esculturas que ainda hoje se encontram no interior da igreja são 16; com exceção de Nossa Senhora do Caminho e das devoções contemporâneas, a maioria das imagens que ainda resistem foram produzidas por encargo dos frades terceiros franciscanos (Nogueiro, 2015).

A Ordem Terceira Regular de São Francisco teve diversos conventos em Portugal e nos territórios colonizados. Além do convento de São Francisco de Mogadouro, também o convento de Nossa Senhora das Flores de Sezulfe, fundado em 1686, pertencia a este ramo da família franciscana (Afonso, 1995; Rema, 1995; Félix Lopes, 1997; Teixeira, 1997). É de notar também a proximidade temporal da fundação e construção, mas sobretudo a proximidade

geográfica que une os dois conventos, pois Mogadouro e Macedo de Cavaleiros são concelhos contíguos. Este aspeto reforça a imagem da complexa malha franciscana, que, mais que qualquer outra ordem religiosa, foi responsável, ao longo da época moderna, pela evangelização da prática que definiu os comportamentos sociais, num território de fronteira, rural e periférico e com forte presença de comunidades de judeus conversos.

Já na segunda metade do século XVIII, após licença obtida em 1740, foi em 1752 fundado o Seminário Apostólico, em Vinhais (Martins, 1929; Castro, 1947; Rema, 1995; Montes, 2000). Ao longo dos escassos 80 anos em que o seminário funcionou, os missionários apostólicos de Vinhais constituíram um verdadeiro estaleiro de potentíssima produção artística. O edificado do Seminário Apostólico inclui a igreja, a capela de Nossa Senhora das Dores, as capelas da via-sacra - Capela da Oração no Horto e Capela do Senhor do Monte e a área conventual, atualmente apenas ocupada, em parte, pelo Museu de Arte Sacra da Ordem Terceira de Vinhais. Foram inventariadas 44 esculturas. Não só é significativa a quantidade de esculturas, mas também se destaca a qualidade da produção da oficina de Frei Domingos, frade escultor franciscano. Neste amplo conjunto de esculturas afetas à produção da oficina de Frei Domingos, merecem-nos especial atenção as invulgares esculturas em barro no contexto local, que estão no interior das capelas da Via Sacra, pela urgência na sua conservação pois estão expostas a um forte desgaste, (Nogueiro, 2015).

Ainda em Vinhais, entre 1762 e 1780, a Ordem Terceira Secular fabricaria a sua própria igreja (Martins, 1929; Castro, 1947; Rema, 1995). Do conjunto de espaços da família franciscana é a igreja da Venerável Ordem Terceira que constitui o exemplo mais homogêneo relativamente à linguagem artística expressa. A coerência do discurso explica-se pelo curto espaço de tempo que a obra arquitetónica e os ornatos do interior (estruturas retabulares, pinturas, esculturas) demoraram a ser feitos. No interior da igreja foram inventariadas 13 esculturas, (Nogueiro, 2015).

Conforme fica exposto a escultura constituía, nos espaços franciscanos, um elemento determinante na ilustração dos valores morais que a Ordem de São Francisco e as emanações gerais da Igreja evangelizavam perante comunidades maioritariamente iletradas. Neste sentido, também no convento de Nossa Senhora das Flores a escultura constituiria um rápido veículo de transmissão de valores, ensinamentos, normas e gestos, mas sobretudo das verdades das Sagradas Escrituras espelhadas também nas vidas dos santos.

Quase 200 anos depois do abandono, o que sobrou Convento de Nossa Senhora das Flores?

A poucos quilómetros de Sezulfe, de difícil acesso e cobertas por vegetação, as escassas paredes que restam do convento permitem ainda, (pelo aprumo e zelo de um dos cunhais), perceber

a escala do desaparecido conjunto edificado. Ali, naquele ermo, o convento de Nossa Senhora das Flores seria imenso. Hoje, as ruínas servem de apoio às explorações agrícolas e é entre rebanhos e oliveiras que se disputa o espaço.

Frei Agostinho de Santa Maria, na sua obra - Santuário Mariano de (1716), expõe com detalhe as vicissitudes do convento de Nossa Senhora das Flores. Faz recuar ao tempo dos Godos a devoção a Nossa Senhora das Flores, e ressaltando-se da falta de informação, revela que a sagrada imagem teria sido recuperada após a reconquista cristã. Durante o período islâmico, a escultura fora escondida sob um monte de pedras, entretanto coberto de plantas silvestres, que, quando a imagem foi achada na primavera, estavam floridas, daí a sua invocação - Senhora das Flores. (Santa Maria, 1716). Mas, detrás da evocação bucólica da *milagrosa imagem* da Santa Mãe de Deus, desenvolveu-se uma intensa trama, de avanços e recuos entre ordens religiosas e edilidades locais, que não foi fácil estabilizar no decurso do tumultuoso século XVII.

Em síntese, o convento de Nossa Senhora das Flores em Sezulfe foi originalmente construído para a ordem do Oratório de S. Filipe Néri, em 1679, mas apenas esteve a funcionar durante seis anos. Em 1686, a pedido do bispo D. Frei António de Santa Maria, a Ordem Terceira Regular de São Francisco aceitou ocupar o convento já bastante arruinado. Em setembro de 1690, foi lançada a primeira pedra do novo edifício conventual num novo local, (próximo do local original, mas a uma cota mais elevada), pelo abade de Podence,

Gregório Pegas de Gouveia. Contribuiu o Cabido, estando vaga a sede episcopal de Miranda, com a quantia de 150 mil réis retirados das rendas da mitra para a nova obra. No capítulo geral da Ordem Terceira Regular, celebrado em Lisboa a 20 de março de 1694, é nomeado o primeiro Prelado para este convento. D. Fr João da Cruz no relatório da visita *ad limina* de 1754 informou que nele existiam 20 religiosos. Monsenhor José de Castro refere ainda 8 a 10 religiosos, ou 12, apenas D. Fr. João da Cruz refere 20 religiosos. Depois da extinção das ordens religiosas, em 1834, parte das imagens que havia nos altares foram para Sezulfe e outra parte para as Arcas, (Santa Maria, 1716; Castro, 1947; Afonso; 1995; Teixeira, 1995).

Não estranha que tenha ficado tão pouco do extinto convento de Nossa Senhora das Flores. Mas, o pouco que ficou é significativo. No interior da igreja de São João Batista em Sezulfe, (Macedo de Cavaleiros), duas esculturas ilustram o compromisso que a comunidade de frades, terceiros franciscanos, assumiu na evangelização de um território ermo, despovoado e frágil na presença de religiosos.

Em madeira policromada, as esculturas representam São Francisco de Assis e Santo António de Lisboa. Atualmente, estão expostas ao culto no retábulo rocaile do lado da Epístola dedicado, no nicho central, ao Sagrado Coração de Jesus (que é devoção contemporânea expressa numa escultura contemporânea feita em

série). É evidente que o retábulo lhes fica pequeno, e que não foi pensado para expor tantas esculturas nem de tão grande tamanho.

A escultura de São Francisco de Assis sobressai perante as restantes imagens ao culto desde logo pela escala. Mas, além do tamanho, sobressai também pelo cuidado nos detalhes. Refletindo as recomendações do Concílio de Trento, a escultura de São Francisco participa da prática escultórica portuguesa característica do século XVII. De forte pendor evangélico, a escultura seiscentista nacional privilegiava a carga narrativa das formas em detrimento da estética que as constituía (Pereira, 1995; Pereira 2009; Serrão, 2014). A escultura de Sezulfe revela um São Francisco contido no gesto e grave na expressão do rosto. A tonsura é muito demarcada e a linha do cercilho, artificialmente regular, é muito afastada das orelhas. Os panejamentos são pesados, com pregas regulares que impõem estaticidade à figura. Estes aspetos denunciam a produção afeta à centúria da Guerra da Restauração. Mas o elemento mais chamativo é talvez o destaque dado a atributos iconográficos (a caveira e a cruz) que constituem, simbolicamente, a ilustração da narrativa que se pretende exaltar na representação escultórica. É na iconografia que a imagem nos aproxima do modelo de São Francisco Místico. Réau (1997) refere que este modelo se foi impondo, ao longo do século XVII, sobre o modelo medieval da representação de São Francisco expondo as chagas que como *alter-Christus* sofreu. Nesta narrativa que se encontra em Sezulfe é o ascetismo desprendido do mundo que o Santo de Assis nos comunica.

A sistematização dos dados, recolhidos aquando da visita à igreja de São João em Sezulfe, relativos às esculturas provenientes do extinto convento de Nossa Senhora das Flores, apresentam-se sob a forma de fichas de inventário (Figuras 1 e 3). As fichas de inventário seguem as normas e procedimentos das instituições de estudo e salvaguarda do património histórico e artístico (Pinho, e Freitas, 2000; Carvalho, 2004).

Figura N.º 1- Ficha de inventário da escultura de São Francisco de Assis.

Fonte: Emília Nogueiro

Título \ Denominação: São Francisco de Assis	
Registo fotográfico: (13-09-2020)	
	

Categoria: Escultura de vulto completo
Descrição: Escultura de vulto completo representando São Francisco de Assis. Em madeira policromada a figura está de pé, em posição frontal com ligeiro contraposto que os acentuados vincos do hábito ligeiramente reforçam. O rosto, com carnação mate de linhas simétricas e cuidado tratamento nos detalhes anatómicos apresenta-se com barbas curtas e levemente bifurcadas (apresenta sinais de repinte). A cabeça tonsurada apresenta o cercilho com cabelo curto, castanho com regulares e estáticas madeixas verticais. A expressão do rosto é grave com a boca fechada e olhar fixo em frente. Enverga o hábito franciscano, castanho-escuro, cingido na cintura com o cordão grosso que pende sobre o corpo até aos pés com três rolos de nós, sobre o hábito enverga o capuz que se apoia amplamente sobre os ombros e ao redor do pescoço. Os panejamentos com fundos vincos evidenciam o contraposto sugerido pela perna direita que avança ligeiramente. O hábito está discretamente rasgado sobre o peito, no lado direito, de modo a expor a chaga do Santo. As mangas do hábito são mais amplas na zona dos cotovelos (como se observa em várias esculturas da igreja da Ordem Terceira Secular de Vinhais e na igreja da Ordem Terceira Regular de Mogadouro). Os braços abertos e fletidos assimetricamente mostram na mão direita a cruz e na mão esquerda segura uma caveira. Toda a escultura sofreu já vários repintes e na mão direita que segura a caveira é possível ver marcas enegrecidas de fumo. A escultura está assente sobre uma base polilobada decorada com marmoreado vermelho.
Técnicas (de suporte): Talhe
Técnicas (de acabamento): Policromia; marmoreado
Materiais (de suporte): Madeira
Materiais (de acabamento): Pigmentos
Estado de Conservação: Regular; apresenta lacunas nas pontas dos dedos e pés, manchas negras de fumo sobre a mão esquerda.
Dimensões aproximadas Altura: 125 cm Largura: 66 cm Profundidade: 45 cm
Restauro: apresenta sinais de repintes
Datas: XVII
Proveniência: Convento de Nossa Senhora das Flores
Autoria: Desconhecida
Oficina: Regional (portuguesa)
Escola:

Localização (inicial \ Atual): Inicialmente estaria no Convento de Nossa Senhora das Flores. Atualmente está no retábulo rocaille do lado da Epístola dedicado, no nicho central, ao Sagrado Coração de Jesus.
Histórico do objeto: Assumindo a proximidade devocional da escultura, hoje ao culto na igreja de Sezulfe, com esculturas análogas de outros conventos franciscanos vizinhos, podemos entender que originalmente estaria no convento franciscano de Nossa Senhora das Flores, sito (em estado de ruína) na mesma freguesia de Sezulfe.
Iconografia: Hábito Franciscano; estigma sobre o peito; cruz; caveira.

Relativamente às representações do santo fundador da Ordem - São Francisco de Assis, com exceção da igreja do convento das clarissas em Bragança, (atual igreja de Nossa Senhora das Graças), que já não tem a escultura original, as restantes igrejas têm esculturas anteriores à extinção das ordens religiosas (1834) a representar o Pobrezinho de Assis. O convento de São Francisco de Bragança, que é o mais longevo, tem 4 representações escultóricas do santo fundador, (no entanto, na composição da Figura 2 apenas constam 2 esculturas do convento de Bragança, pois as outras 2, junto com esculturas de Cristo são parte de conjuntos escultóricos e não se enquadram formalmente na análise comparativa em curso, que se restringe a figuras do santo isoladas).

Conforme podemos observar (Figura 2), a pluralidade dos modelos iconográficos do santo de Assis é bastante restrita. A maioria das representações fixaram a exposição das chagas, (o momento da estigmatização do santo), em menor número, valorizaram a personalidade penitente, mística e asceta do frade medieval (Nogueiro, 2015).

Figura N.º 2 – Composição de imagens de esculturas que representam São Francisco de Assis nos espaços franciscanos da Diocese de Bragança Miranda.

Fonte: Emília Nogueiro (Nogueiro, 2015)

<p>Oficina Nacional finais do século XV, início do XVI; Museu de Arte Sacra, Vinhais</p>	<p>Oficina Regional; finais do século XVII, sacristia da igreja de São Francisco, Bragança</p>	<p>Oficina Nacional; primeira metade do século XVIII; igreja de São Francisco, Mogadouro</p>	<p>Oficina Regional; meados do século XVIII; igreja de São Francisco, Bragança</p>
			
<p>Regional; finais do século XVII, igreja de Sezulfe, Macedo de Cavaleiros</p>	<p>Oficina Local de Frei Domingos; segunda metade do século XVIII, igreja de Nossa Senhora da Encarnação, Vinhais</p>	<p>Oficina do Porto\Braga: último quartel do século XVIII, igreja de São Francisco, Vinhais</p>	
			

Na composição das várias esculturas de São Francisco da Diocese (Figura 2) a imagem relativa à escultura de Sezulfe está aumentada, para a destacar visualmente das restantes, pese embora a diferença de tamanhos não corresponder aos tamanhos reais das peças. A comparação não é exaustiva, (as obras que são parte de conjuntos escultóricos foram excluídas), mas permite-nos perceber que na iconografia a escultura de Sezulfe se aproxima das esculturas das igrejas de Vinhais, que representam o santo místico, com a caveira ou com a cruz. A mais antiga representação de São Francisco que existe nos espaços franciscanos da diocese está atualmente exposta no Museu de Vinhais, assim como as esculturas de Bragança e Mogadouro, privilegia o momento da estigmatização do santo. Este modelo constitui, no território da Diocese de Bragança-Miranda, a narrativa iconograficamente mais explorada na escultura.

Em todas as igrejas dos diversos ramos da ampla família franciscana em Portugal, depois do fundador da Ordem, é a figura de Santo António de Lisboa a que tem mais representações escultóricas.

Não deixa de ser extraordinário que, apesar das várias vicissitudes que se impuseram no convento de Nossa Senhora das Flores em Sezulfe, se tivessem preservado as duas devoções da hagiologia franciscana popularmente mais queridas. Chama a atenção que o culto que deu origem e nome ao convento – Nossa Senhora das Flores, ter perdido a sua imagem original, a *milagrosa imagem* que Frei Agostinho de Santa Maria (1716) descrevia que já os Godos veneravam. A escultura de Nossa Senhora das Flores que

atualmente está no altar do lado do Evangelho da igreja de Sezulfe, é uma escultura recente, da segunda metade do século XX, feita em Braga.

A escultura de Santo António de Lisboa que ainda está ao culto em Sezulfe (Figura 3), sugere, nas formas, outro momento na produção escultórica nacional distinto daquele que produziu a escultura de São Francisco com que agora partilha retábulo.

O século XVIII é na escultura portuguesa marcado pelo estaleiro de Mafra. A escultura recebeu, a partir do segundo quartel, um importante reforço: na encomenda de obras de Itália, mas também na produção nacional, no estudo e melhoramento das técnicas de acabamentos (Pereira, 1995). Desde Mafra o *gosto moderno* expandiu-se a todo o território. No norte do país foi no Porto e em Braga onde se concentrou um maior número de oficinas de talha, a partir de onde entalhadores e escultores produziam para todo o norte litoral, mas também para o interior (Ferreira-Alves, 2003). Foi este ambiente que criou a escultura de Santo António.

De anatomia suave, com linhas sinuosas a definir as mãos roliças e o jovem rosto imberbe, o Santo apresenta o Menino que, em dinâmico naturalismo, o abraça. Os panejamentos do hábito com a capa que o cobre são amplos e volumosos e evocam, no pregueado, uma certa tensão atmosférica que quebram a estaticidade da figura. O Menino que o Santo segura ao colo está esculpido com delicado cuidado anatómico, que o vigoroso gesto do abraço enfatiza. Na representação do Menino, percebe-se a proximidade com outras

esculturas que também representam crianças e que estão ao culto na diocese (por exemplo o Menino que está ao colo de São José na igreja do seminário de Vinhais ou os querubins esculpido na peanha de Nossa Senhora da Conceição também em Vinhais). Este aspeto sublinha a relação entre escultores e entalhadores de retábulos e a continuada prática, tão ao gosto do barroco, da representação da infância, com figuras do Menino, anjinhos e querubins.

Figura N.º 3- Ficha de inventário da escultura de Santo António de Lisboa.

Fonte: Emília Nogueiro



Título \ Denominação: Santo António de Lisboa com o Menino

Categoria: escultura de vulto completo

Descrição: Escultura de vulto completo representando Santo António com o Menino.

Em madeira, policromada e estufada a figura apresenta-se de pé em posição frontal com ligeiro contraposto, sustentando com a mão esquerda o Menino Jesus. O rosto, de linhas suaves e juvenis apresenta uma expressão grave, os olhos são postiços em vidro, o cercilho é ondulado e volumoso. Sobre a cabeça, levemente inclinada para a esquerda, apresenta um resplendor em prata. Eleva e flete ambos braços à altura da cintura, com o esquerdo segura o Menino, e parte da capa que cinge traçada sobre a cintura, enquanto o braço direito aproxima a mão dos pés do menino em gesto de proteção, e sustém ainda parte da volumosa capa. Enverga o hábito franciscano que, tal como a capa, está coberto de uma policromia dourada muito desgastada. O hábito cobre-o até aos pés, calçados com sandálias. A capa apresenta sobre o braço direito um orifício circular escavado com cuidado que indicia tratar-se de um nicho para exposição de relíquia (relicário). A capa envolve-o em esvoaçantes e amplas vincos que imprimem dinamismo à figura. O Menino destaca-se pelo cuidado anatómico dedicado ao corpo nu de contornos arredondados e pela delicadeza da gestualidade. Está sentado sobre o braço de Santo António, tem ambos braços abertos e elevados à altura da cabeça como se sugerisse a eminência de um amplo abraço em torno do pescoço do Santo. A cabeça tem cabelos loiros esculpido e está ligeiramente voltada para a figura de Santo António. O corpo do Menino descreve uma torsão acentuada reforçada pela assimetria do gesto dos membros. A escultura está assente sobre uma base polilobada decorada com marmoreado vermelho, sob esta está uma peanha decorada com querubim entre enrolamentos volumosos.

Técnicas (de suporte): Talhe

Técnicas (de acabamento): Policromia

Materiais (de suporte): Madeira

Materiais (de acabamento): Pigmentos; prata; vidro

Estado de Conservação: Regular; apresenta forte desgaste na policromia, lacuna de um dedo na mão esquerda e destacamentos da policromia na figura do Menino.

No supedâneo do retábulo onde está assente a escultura a continuada colocação de jarros de flores com água provocou a deterioração da madeira colocando em perigo não só o retábulo, mas também a escultura que expõe.

Dimensões: aproximadas

Altura: 98 cm

Largura: 48 cm

Profundidade: 35 cm

Restauro: Apresenta sinais de repintes

Datas: XVIII

Proveniência: Convento de Nossa Senhora das Flores

Autoria: Desconhecida

Oficina: Nacional

Escola: Os detalhes anatómicos e os acabamentos (olhos de vidro) refletem o trabalho de uma oficina apetrechada de recursos técnicos (Porto, Braga)

Localização (inicial \ atual): Inicialmente estaria no Convento de Nossa Senhora das Flores. Atualmente está no retábulo rocaille do

lado da Epístola dedicado no nicho central ao Sagrado Coração de Jesus.

Histórico do objeto: Assumindo a proximidade devocional da escultura, hoje ao culto na igreja de Sezulfe, com esculturas análogas de outros conventos franciscanos vizinhos, podemos entender que originalmente estaria no convento franciscano de Nossa Senhora das Flores, sito (em estado de ruína) na mesma freguesia de Sezulfe.

Iconografia: Santo António; Menino Jesus.

A capa que cobre o santo apresenta sobre o braço direito um orifício circular escavado com cuidado que indicia tratar-se de um nicho para exposição de relíquia (relicário).

O dinamismo nos gestos, a anatomia de linhas sinuosas e detalhes de acabamento, como os olhos de vidro, relacionam a escultura com a produção nacional da segunda metade do século XVIII, seguramente afeta a uma oficina bem apetrechada de recursos técnicos do Porto ou de Braga, (conforme a Figura 3).

A iconografia da imagem valoriza o episódio da milagrosa visita do Menino Jesus ao Santo, narrativa que se desenvolve nas representações artísticas antonianas desde o século XV, (Réau, 1997; Azevedo, 2010). A partir do século XVII, a clara intenção nacionalista na divulgação do culto relaciona-se com os coevos programas escultóricos régios que se desenvolvem após a Restauração e onde Santo António, enquanto santo português, é comumente representado (Pereira, 1995).

Figura N.º 4 – Composição de imagens de esculturas que representam Santo António de Lisboa nos espaços franciscanos da Diocese de Bragança Miranda.

Fonte: Emília Nogueiro (Nogueiro, 2015)

Oficina Nacional; segunda metade do século XVII, igreja de São Francisco, Bragança	Oficina Nacional; segunda metade do século XVII, igreja do convento das Clarissas, Bragança	Oficina nacional: Segunda metade do século XVIII igreja de Sezulfe, Macedo de Cavaleiros
		
Oficina de Frei Domingos (?); segunda metade do século XVIII, igreja de Nossa Senhora da Encarnação, Vinhais	Oficina de Porto\Braga: último quartel do século XVIII, Igreja de São Francisco, Vinhais	
		

Na análise comparativa com outras esculturas que representam a mesma invocação nos espaços franciscanos da diocese de Bragança Miranda (Figura 4) é evidente que se destaca o episódio do Menino.

A espiritualidade veiculada na associação de Santo António com o Menino Jesus reflete a humanidade de Jesus, valorizada também na promoção do presépio. O atributo antoniano harmonizava-se com esta linha espiritual franciscana e servia a causa da sua difusão, motivando a visualização de um amor ao Menino, ensinado na pregação popular (Azevedo, 2010).

Na composição das várias esculturas que representam Santo António (Figura 4), tal como na composição de imagens de São Francisco, a fotografia relativa à escultura de Sezulfe está aumentada, para a destacar visualmente, pese embora a diferença de tamanhos não corresponder aos tamanhos reais das peças.

A escultura de Santo António com o Menino de Sezulfe representa o santo português, pregador e taumatúrgico associado à figura do Deus Menino. De menor tamanho que a escultura que representa São Francisco de Assis, revela nos detalhes igual compromisso com a prática evangélica franciscana apoiada na linguagem visual tridimensional das esculturas, que frequentemente era também utilizada nas celebrações em espaço público.

Observando a Figura 4 percebemos maior variedade nos modelos iconográficos do primeiro dos santos populares. Além do santo com o Menino é também destacada a faceta de pregador. No conjunto de esculturas antonianas é imperativo destacar a imagem da igreja de São Francisco de Vinhais, que representa Santo António, menino do coro

(Nogueiro, 2015). Mesmo num território onde é intensa a devoção a Santo António, plural nas suas invocações e variada nas suas representações, o modelo iconográfico do Santo enquanto menino do coro é invulgar. A escultura remete para os anos de adolescência em que Fernando Martins de Bulhões vivia ainda em Lisboa. A presença do livro reforça a faceta didática do santo pregador, primeiro Doutor da Ordem Franciscana. O livro está na mão, porque o usava, e aberto porque o compreendia. O livro - as Sagradas Escrituras, repete-se nas representações de Santo António em igual número que o Menino.

Reflexões finais

As esculturas de São Francisco de Assis e de Santo António de Lisboa atualmente ao culto, (no retábulo rocaillé do lado da Epístola), na igreja de São João Batista em Sezulfe, (Macedo de Cavaleiros), foram seguramente encomendadas pelos Terceiros Regulares Franciscanos para o Convento de Nossa Senhora das Flores situado na mesma freguesia. As devoções representadas, o cuidado na representação e o apuro nas técnicas escultóricas denotam o compromisso que a Ordem Franciscana assumia na aplicação da arte enquanto facilitadora do processo evangélico.

No território em estudo esta prática produziu resultados significativos que pese embora os quase 200 anos de vicissitudes várias ainda resiste.

São Francisco e Santo António, com correspondência com São Pedro e São Paulo são, não raras vezes, as figuras que tutelam os espaços centrais dentro do edificado sagrado. Mas, que espaço ocupariam no interior da igreja do convento das Flores as esculturas que estão agora na igreja de Sezulfe? Com que outras esculturas partilhariam as devoções locais? Estas e outras questões ficarão para posteriores estudos. A pesquisa da documentação do Ministério das Finanças na Torre do Tombo (inacessível à data deste estudo) poderá acrescentar elementos.

As esculturas do extinto convento de Nossa Senhora das Flores - São Francisco enquanto *alter-Christus* e Santo António com o Menino aproximam-nos da mensagem, sempre necessária, dos valores da humildade, do amor e da fraternidade.

Num território periférico e reiteradas vezes com problemas de baixa densidade populacional, a Ordem de São Francisco foi determinante na aproximação, educação e evangelização dos valores cristãos. Neste contexto é inquestionável a importância que as imagens assumiram perante comunidades maioritariamente iletradas. Este legado clama hoje pelo nosso estudo, por cuidados de conservação e valorização. A valorização do nosso património histórico religioso constitui não só um fator de desenvolvimento local, mas pode também, entendido como espaço comum de carácter simbólico, (cognitivo e emocional), assumir-se como espaço idóneo para a comunicação e o desenvolvimento das relações humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, B. (1995). Os Franciscanos no Distrito de Bragança. In *Boletim do Arquivo Distrital de Vila Real - Revista de Cultura, Estudos Transmontanos e Durienses n.º7*. 333-351. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real.

Alves, F.M. (2000a). *Bragança Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança Tomo I*. (edição original 1910-1947). Bragança: Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus - Museu Abade de Baçal.

Alves, F.M. (2000b). *Bragança Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança Tomo II*. (edição original 1910-1947). Bragança: Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus - Museu Abade de Baçal.

Azevedo, C.A.M. (2010). Variantes iconográficas nas representações antonianas. In *Cultura Revista de história e teoria das ideias. Vol. 27*, Lisboa: Centro de História da Cultura. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Borges, J.C. (1721-1724). *Memórias de Bragança*. Edição de 2012, Sousa, F. (Coord.). Bragança: Câmara Municipal de Bragança, CEPESSE

Carvalho, M. (2004). *Normas de Inventário - Artes Plásticas e Artes Decorativas - Escultura*. Lisboa: I.P.M. (Instituto Português de Museus).

Castro, J. (1946). *Bragança e Miranda, (Bispado) Tomo I*. Porto: Tipografia Porto Médico, Lda.

Castro, J. (1947). *Bragança e Miranda, (Bispado) Tomo II*. Porto: Tipografia Porto Médico, Lda.

DGEMN (2021). *Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*: SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) acessido a 31-08-2021, disponível em:

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27424

Esperança, M. (1656). *História Seráfica Da ordem Dos Frades Menores de S. Francisco Na Província de Portugal*, Tomo I. 49, 50. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana; Acedido a 01-09-2021, disponível em:

<http://purl.pt/20706/4/>

Félix Lopes, Frei F. (1997). *Colectânea de estudos de história e literatura, Volume I*, Lisboa: Academia Portuguesa de História.

Ferreira-Alves, N. M. (2003). Pintura, Talha e Escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal. In *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património vol. 2*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património.

Lalanda, M.M.S.N. (2000). Clarissas. In Azevedo, C.M. (Dir.) *Dicionário de história religiosa de Portugal*. 353-355. Lisboa: Círculo de Leitores.

Martins, F.A. (1929). *Subsídios para a história religiosa do distrito de Bragança: a Ordem III e a casa do Fundador do convento de S. Francisco de Vinhais*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Montes Moreira, A. (2000). Franciscanos. In Azevedo C.M. (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. 273-280. Lisboa: Círculo de Leitores.

Mourinho, A.R. (1995). *Arquitetura religiosa da diocese de Miranda do Douro – Bragança*. 255. Sendim: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

Nogueiro, M.E.P. (2015). *A Escultura da Ordem Franciscana da Diocese de Bragança-Miranda*. (Tese de Doutoramento), Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Salamanca, Espanha. Disponível no repositório do IPB. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/10366/127868>

Pereira, J.F. (1995). O barroco do século XVII: transição e mudança. In Paulo Pereira (Dir.), *História da Arte Portuguesa, Volume III*, Lisboa, Círculo de Leitores,

Pereira, J. F. (2009). Estética barroca I: arquitetura e escultura. In Dalila Rodrigues (Coord.), *Arte Portuguesa - Da Pré-História ao Século XX*, volume 12, Lisboa, Fubu Editores.

Pinho, E. e Freitas, I. (2000). *Normas de Inventário - Normas Gerais Artes Plásticas e Decorativas*. Lisboa: I.P.M. (Instituto Português de Museus)

Réau, L. (1997). *Iconografía del arte cristiano - Iconografía de los santos, de la A a la F. Tomo 2 / Volumen 3*. (edição original 1955-1959). Barcelona: Ediciones del Serbal.

Rema, H. (1995). A Ordem Franciscana em Tras-os-Montes. In *Boletim do Arquivo Distrital de Vila Real - Revista de Cultura, Estudos*

Transmontanos e Durienses nº7. 299-332. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real.

Rodrigues, L. A. (1997). *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura, Volume I*. Bragança: Junta de Freguesia da Sé.

Rodrigues, L.A. (2012). A ação dos padres de Brancanes em Vinhais. O Seminário da Senhora da Encarnação e constituição da Venerável Ordem Terceira da Penitência. In Ferreira-Alves, N. M. (Coord.) *Os Franciscanos no Mundo Português II. As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco*. 163-193. Porto: CEPES.

Santa Maria, Frei A. de, (1716). *Santuário Mariano, e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora*. Vol. V. Lisboa: Edição Antonio Pedrozo Galram.

Serrão, V., (2014). Impactos do Concílio de Trento na arte portuguesa entre o Maneirismo e o Barroco (1563-1750). In António Camões Gouveia, David Sampaio Barbosa, José Pedro Paiva (Coord.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: Olhares Novos*. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa: Lisboa.

Teixeira, V.R.G. (1997). A presença franciscana na região de Bragança-Miranda até ao séc. XV. In Comissão de Arte Sacra de Bragança Miranda (Ed.) *Páginas da História da Diocese de Bragança-Miranda, Actas do Congresso histórico 450 anos da fundação*. 671-683. Bragança: Comissão Executiva das Comemorações.

OS JESUÍTAS E O COLÉGIO DO SANTO NOME DE JESUS EM BRAGANÇA

The Jesuits and the Colégio do Santo Nome de Jesus in Bragança

João Cabrita²¹

Resumo

Era 27 de novembro de 1540, por bula do Papa Paulo III, estava criada a Companhia de Jesus, graças ao empenhamento de Inácio de Loyola. D. João III já havia manifestado interesse em mandar apóstolos para a Índia. Era grande essa oportunidade. Propagam-se os jesuítas na difusão de Deus. Chegam a Portugal. Bragança esperava-os. D. Julião de Alva, bispo da diocese de Miranda considera Bragança o principal e mor povo do Bispado, estando no meio dele. Estudada a futura localização do colégio, foi acordada a sua fundação e a sua situação na cidade, no terreno do lugar de Santa Cruz, junto das eiras do Arcebispo, hoje Praça da Sé, pertencente ao mosteiro do Castro de Avelãs, contribuindo, além da cidade e da Câmara, o duque de Bragança. Só em 1561, ficou definitivamente assente a fundação do Colégio, mas só em 1562, se tratou de abrir as aulas, até que são expulsos por sentença de expulsão, a 12 de janeiro de 1759, o que aconteceu efetivamente a 7 de novembro desse ano. Cento e noventa e sete anos a criar prosperidade e progresso...

²¹ Doutorado em Filologia. Email: joaocabrita@gmail.com.

Abstract

It was November 27, 1540, by the bull of Pope Paul III, the Society of Jesus was created, thanks to the commitment of Ignatius of Loyola. D. João III had already expressed interest in sending apostles to India. This opportunity was great. The Jesuits spread in the spread of God. They arrive in Portugal. Bragança was waiting for them. D. Julião de Alva, bishop of the diocese of Miranda, considers Bragança the main and major people of the Bishopric, being in the middle of it. The future location of the college was studied, its foundation and its situation in the city were agreed on the land of Santa Cruz, next to the Archbishop's threshing floors, today Praça da Sé, belonging to the Castro de Avelãs monastery, contributing, in addition to the city and the Chamber, the Duke of Bragança. It was only in 1561 that the foundation of the College was definitively established, but only in 1562, the classes were opened, until they were expelled by sentence of expulsion, on January 12, 1759, which effectively happened on November 7 of that year. One hundred and ninety-seven years creating prosperity and progress...

Palavras-chave: *Jesuítas; Bragança; Colégio.*

Key-words: *Jesuits; Bragança; Collegge.*

Europa. Século XVI. Se Leão X sentiu necessidade de mandar pregar as indulgências para angariar fundos para concluir a Igreja de São Pedro, não menor necessidade sentiu Lutero para responder ao que achava uma provocação. Quando em 1517 afixou à porta da Catedral de Wittenberg as noventa e cinco teses contra a determinação do Papa, tinha-se iniciado a maior crise que a Igreja enfrentara desde a sua fundação. Lutero não ficou só, nem estava só. O movimento alastrara por toda a Europa civilizada. Muitos foram os seus seguidores. Estava cortado o cordão que ligava a Igreja aos países europeus.

Os povos mediterrânicos ciosos da sua obediência a Deus mantiveram-se no seu conservadorismo atávico. Como se fosse uma mãe que se sentisse desautorizada, a Igreja Católica concertou mecanismos tendentes a debelar a crise que a prepotência e o fundamentalismo, por um lado, e a rebeldia, por outro, originaram nas sociedades civilizadas da época. Era a sua condição de figura tutelar da civilização mundial que estava em causa.

Lutero ousara abrir uma brecha no poder espiritual dogmático do sucessor de São Pedro, arrastando consigo o aplauso dos seus compatriotas e de outros que, entretanto, em diferendo com a Igreja, resolveram, de todo, abandonar o grupo de que faziam parte.

Ao queimar em público a bula de excomunhão, que recebera do Papa Leão X em 1520, Lutero estava a fazer um convite à guerra activa, ao mesmo tempo que tinha dado vida a um certo mal-estar que se vivis no interior da Igreja. A guerra das religiões deflagra.

Muitos são os que se congregam na contestação. Católicos e Protestantes esgrimem as suas razões. Da dissidência e de novos credos será pilar a Igreja Anglicana de Henrique VIII, em Inglaterra, separada até aos nossos dias do poder espiritual do Vaticano.

As ordens religiosas, vivendo em clausura, afastadas do mundo, procuram estar ao lado desta hecatombe que se lançara sobre a Igreja. Sangue novo era necessário inculcar nos mais cétricos e medidas drásticas deviam ser adotadas contra os heréticos, refreando ou coartando as veleidades que não se desejavam. Se as medidas tomadas no Concílio de Trento com a reativação do tribunal do Santo Ofício não foram suficientes, a criação de uma milícia era peça importante na prevenção do risco protestante que se alastrava cada vez mais.

Apesar de arredado dos grandes areópagos, Portugal mantinha-se em contacto com o que se ia passando por fora. Não são poucos os portugueses que estudam em estabelecimentos de ensino estrangeiros. Garcia de Orta, Pedro Nunes, André de Resende, Damião de Góis, Diogo de Teive e Jerónimo Osório não alguns dos nomes cujo rasto se faz sentir pelas Universidades por onde passaram.

Neste período de crise religiosa, fazendo apelo aos clamores saídos da Igreja, aparece o braço mais ativo desta luta que a Igreja se propunha travar: a Companhia de Jesus. É seu fundador Inácio de Loyola, espanhol da província de Guipúscoa, aí nascido em 1491. Inicialmente, de vida desregrada, tal como Santo Agostinho, este

fidalgo e cavaleiro, após ter ficado imobilizado numa cama, por ferimentos recebidos numa perna, que o marcaram para a vida, quando defendia Pamplona, propõe-se ir em peregrinação à Terra Santa. Hesitando quanto à prossecução da viagem, resolve seguir os seus estudos, ingressando na Universidade de Alcalá, com trinta e três anos, depois de ter aprendido uns rudimentos de latim. Estuda depois em Salamanca, fixando-se em Paris, onde frequenta a Universidade, cujos métodos elogia, passando por adotar nos Colégios que, mais tarde, fundará o chamado *modus parisiensis*.

Uma vez em Paris, consegue congregar estudantes teólogos, que compartilham as instalações do colégio de Santa Bárbara, dirigido pelo português Diogo de Gouveia, para onde D. João III mandara cinquenta bolsheiros para se formarem em Teologia. De entre os íntimos de Inácio de Loyola constava, também, o português Simão Rodrigues de Azevedo, que vive entre 151-1579.

Estava em embrião o que seria a Companhia de Jesus. Por bula do Papa Paulo III, denominada *Regimini militantis Ecclesiae*, de 27 de novembro de 1540, estava fundada oficialmente, a Companhia de Jesus,

Já em 1538, o principal do colégio de Santa Bárbara, em Paris, Doutor Diogo de Gouveia, dava conta ao rei D. João III, da maturação da Companhia. Conhecia pessoalmente Inácio de Loyola e sabia do interesse do rei em mandar apóstolos para a Índia.

O rei profundamente religioso, monarca de um povo, também, profundamente religioso e obedientíssimo, conforme documento da

época, fez chegar até Inácio de Loyola, o seu desejo em mandar missionários para a Índia: Simão Rodrigues, por ser português e o espanhol Nicolau Bobadilha, substituído, depois, por Francisco Xavier, vítima de doença.

Uma vez chegados a Portugal, por cá ficaram colocados, pelo facto de o rei ter decidido não mandar os missionários para a Índia. Francisco Xavier não aceitando a decisão do rei, escreveu a Inácio de Loyola, conseguindo partir para a Índia em abril de 1541, onde permaneceu cerca de dez anos, falecendo com 46 anos, quando se encontrava às portas da China. Simão Rodrigues ficou com a promessa de lhe ser dado um colégio em Coimbra, junto da Universidade para acolhimento e preparação espiritual daqueles que quisessem ingressar na Ordem.

Ano e meio após a sua chegada a Portugal, Simão Rodrigues viu cumprido o prometido por parte de D. João III, embora parcialmente: o rei disponibilizara o mosteiro de Santo Antão para a instalação dos jesuítas, constituindo, assim, a primeira casa própria que a Companhia de Jesus teve em todo o mundo, atingindo tal projeção e valia que, vale a pena recordar, que até ao fim do século XVIII, saíram para o Oriente cerca de mil jesuítas portugueses e quinhentos para o Brasil.

Habitado inicialmente por sete jesuítas, cinco estrangeiros e dois portugueses, Simão Rodrigues e Gonçalo de Medeiros, que foi o primeiro em Portugal a ingressar na Companhia de Jesus, o mosteiro de Santo Antão transformou-se num Colégio. Convém esclarecer que

na terminologia de Inácio de Loyola, assim como em geral, o significado fundamental da palavra colégio designava uma casa ou residência onde vivia um grupo de estudantes, i.e., colégios significavam residências para os jovens jesuítas cuja principal ocupação eram os estudos; distinguiam-se das “Casas” que eram as residências dos padres ou dos estudantes que tinham terminado os seus estudos e se dedicavam aos ministérios.

Ao criar a Companhia de Jesus, Inácio de Loyola tinha em mente fundar uma Ordem que tivesse por objetivo guiar os homens no caminho da própria santificação, de os levar ao conhecimento e amor de Deus e de os conduzir finalmente, à posse da bem-aventurança a que são destinados.

Tentando chamar a si pessoas capazes para a sua causa, criou escolas públicas gratuitas. Os colégios funcionavam como externatos, estando abertos aos rapazes de todas as procedências, sendo gratuitos. Quando foi fundado o colégio de Santo Antão pretenderam alguns que fossem reservados aos filhos das famílias distintas ou nobres, com exclusão dos do povo. Eram, exatamente, os filhos do povo quem mais tinha a beneficiar da gratuitidade do ensino. Temia-se que a gente plebeia ao provar o gosto pelas letras e aperfeiçoando-se aos estudos, viriam a faltar ofícios mecânicos e braços para os trabalhos mais humildes. Para que todos tivessem a gratuitidade do ensino e para conseguir mantê-la, os jesuítas tinham que recorrer a beneméritos. Assim, aceitavam a dotação de rendas que permitissem o sustento dos mestres e do pessoal necessário ao

seu funcionamento, bem como à oferta de propriedades e de outras fontes de receita que, eventualmente, pudessem transmitir a ideia de riquezas, mas que, sem dúvida, evitavam despesas, quer do erário público, quer das famílias.

A par das ofertas e de outros benefícios recebidos, empreenderam os jesuítas a composição de obras didáticas que contribuía para custear as despesas inevitáveis e de carácter cíclico.

Como se pode calcular, os problemas começam a surgir quando o número de estudantes jesuítas começou a aumentar e não havia suporte económico capaz, recorrendo a Companhia, cada vez mais, ao mecenato. Para contornar algumas dificuldades económicas e a resistência da hierarquia da Igreja, os jesuítas começaram a lecionar em escolas públicas e privadas. Para além de praticarem um ministério caridoso, poderiam dar-se a conhecer aos alunos e atrair jovens à Companhia, o que vai influir de modo decisivo na transformação dos colégios, ao repensarem na sua natureza e decidirem abri-los a um público externo, iniciando, assim, um novo e fundamental magistério apostólico.

Entretanto, em Portugal, no dia 16 de dezembro de 1545, o Papa Paulo III fez Cardeal, Dom Henrique, irmão de D. João III, rei de Portugal, arcebispo de Évora, de 30 anos de idade. Nesse mesmo ano, é criada diocese de Miranda do Douro, sujeita à jurisdição do arcebispo de Braga, quanto ao direito metropolitano, sendo nomeado bispo D. Turíbio Lopes, deão da capela da rainha, sendo auxiliar Frei

Gil de Leiria, autorizando a unir a mesa capitular do Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs, ao mesmo tempo que Miranda do Douro era elevada à categoria de cidade, por carta régia de 10 de Julho.

Em Portugal falecia em Lisboa, a 11 de junho de 1557, com 55 anos e 35 de reinado, D. João III, deixando viúva D. Catarina que se reuniu de conselheiros para governar durante a regência de D. Sebastião, herdeiro do trono, que tinha três anos à morte do avô.

A instâncias de D. João III foram-se estabelecendo em Portugal os jesuítas, de acordo com a cronologia que acharam conveniente, adotando a seguinte denominação:

1542 – Colégio de Jesus – Coimbra

1551 – Colégio do Espírito Santo – Évora

1553 – Colégio de Santo Antão – Lisboa

1555 – Colégio das Artes – Coimbra

1559 – Universidade de Évora

1560 – Colégio de São Paulo – Braga

1560 – Colégio de São Lourenço – Porto

A instalação dos colégios nem sempre foi pacífica. Contra os jesuítas manifestou-se, também, a cidade do Porto, ao ponto de a Câmara ter proibido, sob grave pena, os seus cidadãos, de mandarem estudar os seus filhos. Face à disseminação dos Colégios pelo país, em 1557-58, uma delegação de brigantinos composta pelo bacharel Manuel Gomes e seus filhos Estêvão Rodrigues e o licenciado Francisco Gomes Abreu, avista-se em Valhadolid com o Padre

Francisco Borja, comissário da Companhia em toda a península, procurando a acordo sobre a fundação de um colégio em Bragança, o que virá a acontecer após contactos que Francisco Borja estabeleceu com ao Provincial da Ordem em Portugal e com o Duque de Bragança, D. Teodósio.

A razão da escolha de Bragança para a instalação do colégio, destinado a servir toda a região da diocese de Miranda, está na situação estratégica de Bragança, tal como explica D. Julião de Alva “Por ser a dita cidade de Bragança o principal e mor povo do dito Bispado e estar no meio dele”. Em 1559, foram enviados a Bragança, pelo provincial Miguel Torres, o Padre Leonel Lima, o Padre Domingos Cardoso e o Irmão Garcia Simões, com a missão de estudarem a futura localização do colégio, tendo ficado recolhidos no hospital, recusando mais cómoda hospedagem que na cidade lhe ofereciam. Começaram por dar exercícios espirituais, pregando, ensinando a catequese e administrando a catequese e administrando os sacramentos.

Acordada a fundação do colégio e a sua situação na cidade no terreno do lugar de Santa Cruz, junto das eiras do Arcebispo, hoje Praça da Sé, pertencente ao mosteiro de Castro de Avelãs, tinha decidido a cidade fazer aí um mosteiro e uma igreja para as freiras clarissas. Para essa construção tinham contribuído, além da cidade e da Câmara, o duque de Bragança. Iniciada a construção do mosteiro para albergar as clarissas, por volta de 1539, e a igreja, que foi obra dos mestres Pero de la Faya e Fernão Pires, estaria pronta onze anos

mais depois em 1550. Não estando o edifício habitado por freiras, corria-se o risco de se perder e de se profanar, uma vez que podia estar na iminência de ser abandonado. O facto de não ter o devido uso, era razão suficiente para ser doado. D. Teodósio ofereceu cem mil réis de renda, enquanto se decidia a doação de igrejas ao seu padroado que, posteriormente, foram anexadas ao colégio. O bispo D. Julião de Alva ofertou igual quantia e, ainda, alfaias, paramentos e ornamentos para o colégio.

Só em 1561, ficou definitivamente assente a fundação do colégio, tendo chegado a Bragança, em 22 de Dezembro os mesmos religiosos que já antes haviam sido enviados, mas só no ano seguinte se tratou de abrir as aulas, para o que foram a Bragança mais dois padres e quatro irmãos. Dois destes iam para mestres, o que na cidade causou grande decepção por serem mancebos na flor da idade, quando esperavam que o ensino fosse exercido por pessoas mais adiantadas em anos. Parece que só no dia 1 de outubro de 1568 se fez a abertura solene do colégio, com grande concurso de pessoas da cidade e arredores, embora a catequização e as primeiras aulas já datassem de 1563, com grande número de alunos, avaliado em cerca de trezentos. Após a chegada dos mestres, abriram-se as aulas; o irmão Pedro Rodrigues explicava os paradoxos de Cícero, o irmão Rocha explicava o poeta Virgílio e o padre Domingos Cardoso ensinava os Casos de Consciência, tendo a aula sido frequentada por grande número de alunos.

D. Teodósio manifesta desde logo o seu interesse pela atividade do novo colégio, solicitando que o reitor escreva, cada três meses, como vai o estudo, dando conta do número de estudantes e qual o seu aproveitamento, em livro adequado, sugerindo a mesma prática para os reitores seguintes. Sempre presente, com grande esmero e cuidado, não deixa o duque de Bragança, D. Teodósio, de manifestar o seu apreço pela obra que ajudara a trazer para a cidade de Bragança. Mostrando grande solicitude ao Principal dos jesuítas, espera que “por tempo folgaria de se lerem nele artes e teologia e fazer-se ali uma universidade muito honrada”.

Apesar das grandes dificuldades iniciais, que passavam pela falta de meios materiais e das condições climatéricas adversas, o colégio foi construindo o seu património através de doações régias e de particulares, salientando-se a oferta de D. Filipa Mendes, viúva do Dr. Gaspar Jorge, que decidiu doar os seus bens sitos em Vilar do Monte. Em sinal de agradecimento e reconhecimento, escreveram na campa da benemérita o seguinte epitáfio:

Aqui jaz Filipa Mendes, Senhora que foi deste lugar de Vilar do Monte e por sua piedade em vida o doou ao Colégio do Coração de Jesus da cidade de Bragança.

Em 1565, o rei D. Sebastião fez a doação de terras e moinhos nas margens do rio Sabor e posteriormente da Quinta da Rica Fé que, segundo o Abade de Baçal, é, sem dúvida, a melhor propriedade que há em terras de Bragança. Para a posse desta quinta, alegavam os

jesuítas puderem sustentar carneiros para seu gasto e alívio dos doentes.

É grande a proteção régia relativamente aos colégios dos jesuítas, nomeadamente, no que diz respeito à atribuição da exclusividade do ensino do latim, proibindo-o a outros mestres, numa área de doze léguas, citando-se, mesmo, nomes de mestres que foram penalizados por estarem proibidos de o fazer. Enaltecendo-se o colégio, salienta o proveito que teriam os jovens que nele aprendessem, recebendo instruções não só nas letras, mas também nos bons costumes e virtudes, sendo nomeados alguns mestres que ensinavam latim e casos de consciência que estavam proibidos de o fazer, para além do colégio.

Remontava a exclusividade do ensino do latim ao privilégio concedido por D. Sebastião, em Almeirim, a 12 de fevereiro de 1574 e, depois, confirmado por D. João IV a 23 de setembro de 1656, sujeitando-se o transgressor a excomunhão, cinquenta cruzados de multa e a degredo de dois anos para África. Solicitado pelo bispo de Miranda, D. Lourenço de Castro, a autorizar a lecionação, o reitor do colégio indefere a pretensão, fundamentando a indecisão no interesse do bem comum.

Uma vez instalados no antigo convento das freiras clarissas, que tinha capacidade para cerca de vinte pessoas, ao mesmo tempo que era utilizada a igreja para o exercício dos ministérios próprios da Companhia, iam aproveitando alguns frutos que os espaços agrícolas proporcionavam. Eram escassas as instalações que tinham

sido destinadas à clausura das freiras. Os jesuítas tinham outros projetos; era necessário adaptar os espaços doados, às necessidades e aos objetivos da nova Ordem que se ia mantendo graças à generosidade do bispo de Miranda, D. Julião de Alva, do Duque de Bragança e de alguns meios recebidos de particulares.

O reitor queixa-se pelo facto do colégio ser húmido e da deficiente exposição, propondo a construção de outro edifício, tendo sido decididas obras de adaptação. Pedido apoio ao duque, é acordado não mudar de local, se necessário, uni-lo ao mosteiro de Vila Flor, tendo sido mesmo questionada a supressão do Colégio, em 1573. Ainda foi pensada a construção do Colégio para a Companhia de Jesus, para os lados da igreja abacial de Santa Maria de Rebordãos, de que era reitor o Padre Sebastião Soares. Por causa do excessivo custo do terreno e da fábrica, não podendo levar a cabo tal desejo, o Papa Urbano VIII, por bula de 6 de outubro de 1628, concedeu-lhe a graça de uma prorrogação de vinte e cinco anos, para tal efeito.

O problema da insalubridade do local e a conveniência da mudança de sítio foi levado à Congregação Provincial, em dezembro de 1572, sobre os quais a Assembleia se pronunciou nos seguintes termos:

Não se deveria edificar noutra local, porque havia esperança de resolverem o problema, quer com meios já utilizados, quer aproveitando outros, que com maior facilidade e menor dispêndio, tornariam o edifício mais sadio.

Não havendo necessidade de mudar de local, não se vê também necessidade de uma fundação mais alargada.

Não esquecer que no início da sua fundação, catorze dos dezoito membros da Comunidade caíram doentes e as causas desse mal-estar eram atribuídas à insalubridade do local e à situação defeituosa do edifício exposto a sul e coberto na parte norte, aconselhando os Visitadores da Companhia a pavimentação das salas com tijolos, ou, pelo menos, cobrir o chão com tábuas, a fim de proteger contra o frio e a humidade, tornando-as mais aconchegadas.

Num documento de 1579, os brigantinos aparecem definidos como um povo forte, mas inclinado às rixas, amigos da briga, chegando, por vezes, ao uso das armas. Nessa altura, o Colégio era frequentado por cerca de duzentos alunos, vivendo a Comunidade de alguma instabilidade e desconfiança. Sendo reitor o Padre Francisco Gomes, em carta dirigida ao Geral, Everaldo Mercuriano, dá conta de algumas incomodidades por que passavam, pela qualidade da terra, carecida de provimentos necessários para a manutenção, até à inclemência do clima, de muito frio e de excessivos calores. Se os ares não eram favoráveis, a alimentação não era melhor. O pão que se consumia era como terra, as carnes muito macilentas e desabridas, o peixe seco e salgado, sentindo-se a falta de azeite e escassez de lenha.

O cenário não era dos melhores. A verdadeira causa de todo o mal-estar não dependia apenas de fatores externos, como o clima e

alimentação. Razões endógenas, como a disciplina interna, pesavam no ambiente vivido no seio da comunidade jesuítica no Colégio de Bragança, queixando-se o reitor que as pessoas que lá estavam manifestavam má vontade, lamentando a sua sorte, a tal ponto que o colégio se transformara numa casa de correção para onde eram enviados os mais imperfeitos e inúteis. Dos oito ou nove que lá residiam, não havia um que colaborasse com o reitor, porque se têm boa vontade, falta-lhes entendimento. Este ambiente de contrariedades começaria a desanuviar-se com a celebração da IV Congregação Geral que decorreu entre 7 de fevereiro e 22 de abril de 1581, tendo em vista resolver, em primeiro lugar, a situação dos enfermos, aconselhando a manter o Colégio na cidade, tentando arranjar instalações num local mais aprazível junto da cidade.

Ouvida a opinião de pessoas entendidas e de um médico, optaram por comprar e construir uma casa de recreio e descanso em Parâmio. Na escolha do local, pesaram vários fatores. Por um lado, tratava-se de uma povoação em que a igreja pertencia ao colégio e que reunia condições ideais para o descanso da comunidade, distante da cidade pouco mais de uma milha, num lugar muito fresco e acomodado para os irmãos passarem as férias em tempos calorosos e de dolência, e assim se acomodarem melhor ao colégio.

Em março de 1581, foi o projeto encomendado ao arquiteto jesuíta Padre Silvestre Jorge, estando as obras, praticamente, concluídas, passados seis meses, em setembro de 1581, podendo a comunidade disfrutar das novas instalações, ainda que incompletas.

O edifício era constituído por dois andares. No piso de baixo situava-se uma boa receção com três compartimentos e um corredor. No piso superior, um corredor com sete câmaras, uma escada e uma receção. O edifício estava rodeado por um souto, de altos castanheiros, existindo nas proximidades uma fonte. Completaram-se as obras do Parâmio com a construção de um refeitório em 1660.

A partir do momento em que a Companhia de Jesus se dissemina na sua atividade educativa, sentiram os jesuítas a necessidade de formalizar um documento que uniformizasse o ensino pelos vários espaços onde se iam instalando. Trabalho moroso, já previsto na parte IV das Constituições, onde já eram traçadas as linhas mestras da organização didática e sublinhava o espírito que deve animar toda a atividade pedagógica da Companhia. Graças ao impulso e ao dinamismo do quinto geral, Cláudio Acquaviva que nomeou uma comissão de doze membros, pertencentes a seis nacionalidades, integrando os portugueses Pedro da Fonseca e Sebastião de Moraes, iniciados os trabalhos em 8 de Dezembro de 1584, depois de várias correções e revisões, onde colaboraram todos os Provinciais, é possível publicar um texto definitivo em 1599, com edição prínceps em Nápoles, quando a Companhia era constituída por 245 colégios. Documento em latim, composto por 30 regras com 467 artigos, serve de orientação a toda a prática pedagógica dos jesuítas. Foi-lhe dado o nome de *Ratio atque Institutio Societatis Jesu*, mais conhecido por *Ratio Studiorum*. A

edição foi retocada ligeiramente em 1616, vigorando nos colégios dos jesuítas até 1773, ano da supressão da Companhia.

Sendo o colégio um estabelecimento de ensino, onde o aproveitamento escolar e o comportamento tinham um papel importante, não passando despercebido o cumprimento do dever que se estabeleceu como lei através da *Ratio Studiorum* e acerca dos castigos, aconselha os professores a usar de moderação e parcimónia porque “é mais fácil obter resultados com a esperança numa honra ou numa recompensa, do que por meio de castigos corporais”. Em alguns casos a *Ratio* recomenda que as faltas sejam ignoradas:

Não seja o professor demasiado propenso a castigar os seus alunos, nem demasiado solícito a buscar-lhe as faltas. Mais vale fechar os olhos, se o puder fazer sem prejuízo de ninguém. Não castigue ninguém fisicamente com as suas próprias mãos (pois essa é a função do executor). Não chame ninguém a não ser pelo seu nome ou apelido. Algumas vezes poderá ser útil acrescentar aos deveres diários algum exercício literário, como forma de castigo.

O Verão trazia consigo as férias anuais:

- uma semana para os alunos das primeiras classes de gramática
- duas semanas para a classe mais alta de gramática
- três semanas para humanidades
- um mês para retórica
- um a dois meses para os restantes alunos e professores.

No âmbito das atividades letivas, existia no Colégio dos Jesuítas de Bragança, uma Casa de Castigo para os meninos do primeiro grau de aprender a ler e a escrever. Segundo a *Ratio Studiorum* estava previsto a existência de um corretor externo à Companhia que aplicava os castigos ordenados pelos mestres, sendo os castigos corporais aplicados quando a correção verbal se tornasse ineficaz. O Padre Francisco Rodrigues no livro *A formação intelectual dos jesuítas*, publicado em 1917, pela Livraria Magalhães & Moniz, Porto escreve a este respeito o seguinte, na página 33:

O Corretor era, naturalmente, na hierarquia colegial a figura menos simpática.

A Sebastião Sequeira, que durante quarenta anos exercera no Colégio de Bragança o cargo de corretor, tendo falecido a 12 de março de 1694, quiseram os nobres da cidade levá-lo a seus ombros à sepultura em prova de agradecimento pelos castigos escolares com que os educara na puerícia.

Segundo a *Ratio Studiorum* o uso do latim era obrigatório entre os escolásticos. Ninguém seria dispensado desta regra, a não ser nos dias de pausa semanal ou à hora do recreio, a menos que, em certos lugares, o provincial considere, eventualmente, que é possível, mesmo nessas ocasiões manter o uso do latim. Exigir que os alunos jesuítas, ainda que não tenham concluído os estudos, sempre que escrevam a outro jesuíta o façam em língua latina, e que, além disso, duas ou três vezes por ano (por ocasião de alguma solenidade, como o início do ano letivo ou a renovação de votos),

filósofos e teólogos componham alguns poemas para expor em público.

No teatro, as tragédias e comédias deverão ser em latim, sendo o tema sacro e piedoso. Não haverá interlúdios que não sejam em latim. Não haverá vestes nem personagens femininas.

Para os melhores alunos haverá uma distribuição pública de prémios uma vez por ano, desde que as despesas sejam à conta de pessoas notáveis e na cerimónia de distribuição dos prémios deverá fazer menção honrosa àqueles que suportaram os gastos.

Relativamente ao uso da língua latina nas classes inferiores, dever-se-ia observar, com especial rigor, costumes de falar latim, exceto nas aulas em que os alunos ainda o não sabem, de modo que em tudo quanto se refere às aulas não se permita nunca o uso da língua materna. Serão desclassificados os alunos que descurem esta norma, por isso o professor falará sempre em latim.

Falar com os pais dos alunos – Se, por vezes, parecer necessário, no interesse dos alunos, falar com os pais, o professor deverá perguntar ao reitor se os deve mandar chamar ao colégio, por meio do prefeito ou de outra pessoa, ou se os deve visitar pessoalmente, caso a sua posição social o exija.

Familiaridade com os alunos – O professor não deve mostrar mais familiaridade com uns discípulos do que com os restantes. Por isso, a fim de proceder com maior edificação, não conversará com eles fora do período das aulas, a não ser brevemente, sempre de

coisas sérias e em lugar aberto, isto é, fora da sala de aula, no pátio do colégio ou junto ao portão.

Oração antes da aula – Antes de começar a lição, alguém recitará uma breve oração, composta para esse fim, a qual deverá ser escutada pelo professor e por todos os alunos, atentamente e de cabeça descoberta, ou então o professor fará pelo menos o sinal da cruz, com a cabeça descoberta, e depois começarão a lição.

Admissão de novos alunos – Tanto quanto possível, o prefeito de estudos, não aceitará a inscrição de um aluno que não venha acompanhado pelos pais ou alguém por ele responsável, ou de um aluno que não conheça pessoalmente, ou sobre o qual não possa facilmente obter informação de pessoas conhecidas. Não se excluirá ninguém por ser pobre ou de condição humilde. De um modo geral, o prefeito de estudos não admitirá na classe inicial, nem moços já crescidos, nem meninos muito novos, a não ser que sejam extraordinariamente dotados, mesmo que venham só à procura de uma boa educação.

O espírito de emulação era fortemente inspirador e os jesuítas tiraram disso o maior partido, atribuindo frequentemente prémios e títulos honoríficos, com exposição de poesias e insígnias e emblemas com declamações públicas diante de outras classes, de todo o colégio ou da Universidade, ou mesmo de toda a cidade, ou de grandes realizações teatrais diante de toda a sociedade, mostrando como nada ficava ao acaso na pedagogia da palavra. No seio do colégio, a

estratificação social comum era sobreposta pelos méritos escolares que cada um alcançasse.

Da exiguidade de instalações, à precariedade de condições foram muitas as preocupações e benefícios que ocuparam os jesuítas até transmitirem a funcionalidade que o colégio necessitava até à sua saída de Bragança em 1759. Suplantando dificuldades, ultrapassando obstáculos, merecendo alguns elogios que chegaram aos nossos dias, muito animou a vivência destes religiosos que promoveram cultura no nordeste de Portugal. Não sendo uma construção de estilo jesuítico, mas adaptando a construção ao chamado "*modo nostro*", o Colégio dos Jesuítas de Bragança incluía três espaços fundamentais:

- Área da comunidade
- Área escolar
- Área da igreja

A área da comunidade era constituída por cubículos de habitação, designação adotada pelos jesuítas em vez de celas, situados no piso superior, bem como a capela doméstica, livraria, enfermaria, botica e rouparia. No piso inferior e ainda ao serviço da comunidade localizava-se o refeitório rodeado por um conjunto de dependências anexas. O serviço das mesas era orientado pelo Padre Ministro, com a colaboração dos Irmãos Soto-Ministro e Refeitoeiro, repartindo-se em três refeições diárias: almoço, jantar e ceia. À mesa serviam-se porções individuais, previamente preparadas na cozinha e examinadas pelo Padre Ministro ou pelo Irmão Soto-Ministro, de

forma a garantir a igualdade no peso das doses alimentares, antes de serem servidas.

Os jesuítas usufruíam de uma dieta alimentar sem grandes restrições, incluindo algumas variantes conforme as festas do calendário. Nunca se devia faltar com o necessário para o sustento e conservação das forças físicas dos Confrades. Conservar a saúde em ordem à vida apostólica era o objetivo supremo da dieta alimentar, por isso os superiores não duvidavam tomar medidas rápidas sempre que a saúde de um elemento da instituição corresse algum perigo.

A fim de preservar o recato da vida comunitária, não era permitida a entrada de hóspedes no refeitório, sendo as suas refeições servidas em dependência separada, reservada para esse efeito, contudo em casos excepcionais, e quando o superior o julgasse conveniente, poderiam dispensar as normas e fazer admitir à mesa alguma pessoa conhecida e de respeito. A passagem pelo refeitório constituía a última etapa do itinerário da visita de qualquer visitante ilustre. O refeitório de perfil monacal, dispunha de mesas, todas de pedra, por razões de higiene e encontrava-se junto da zona de clausura. Para maior facilidade de limpeza, os religiosos distribuía-se, normalmente, ao longo das paredes. Por vezes o número de religiosos era grande, impunha que se colocassem, também no corredor central. No refeitório foi colocado um púlpito utilizado para oração e leitura durante a refeição. A zona de clausura era constituída por celas conventuais para padres e irmãos. Os cubículos

compunham-se do respetivo mobiliário, normalmente, com uma escrevaninha, estante com ou sem gavetas, um banco ou cadeira, arquibanco, caixão, arcas, algumas pintadas, alguns quadros e imagens. O padre reitor tinha um maior número de objetos.

A portaria era comum, à zona de serviço à área escolar e da comunidade, assim como à zona da cozinha, despensa e oficinas. A partir da portaria eram desempenhadas funções de carácter pastoral e social, aí distribuíam esmolas aos pobres e administravam a doutrina cristã.

A área das escolas ficava situada no piso térreo, composto pelo conjunto de salas de aula, sala de atos públicos, à volta de um espaço aberto, o pátio quadrangular, em cujo centro se encontrava uma fonte. Era o espaço reservado aos mestres e estudantes internos e externos que frequentavam as escolas.

A igreja ocupava uma área reduzida, sendo considerada a peça mais importante do conjunto, servindo o grupo de padres que ali exerciam o múnus sacerdotal aos grupos de estudantes e fiéis que compunham a prática da vida cristã e utilizada, sobretudo, para quem sofria os rigores de um inverno transmontano.

A igreja herdada pelos jesuítas, aquando da sua instalação em Bragança, era escassa para o projeto ambicionado pelos seguidores de Santo Inácio. A igreja já construída necessitava de adaptações para a prática dos ministérios próprios da Companhia de Jesus. De entre as benfeitorias necessárias à prossecução da atividade dos jesuítas, aconselhados por alguns visitantes da Ordem que nas suas

vindas à cidade pugnavam pelas melhorias do Colégio, contava-se a instalação do púlpito e de dois confessorários para mulheres.

Relativamente ao púlpito, no que diz respeito às pregações, pode-se afirmar que antes do Concílio de Trento (1545-1563), há uma grande crise no sector da pregação. Os bispos sobre quem recaíra principalmente esta responsabilidade, demoravam anos a chegar à sua diocese após a sua nomeação, depois ausentavam-se, com frequência, por longos períodos, dedicando-se a estudos jurídicos, de que eram excelentes mestres, em vez de aprofundar as fontes da teologia em ordem à pregação.

Por vezes, a pregação era feita em latim para um público erudito, muito reduzido, ou, então, o mesmo sermão era proferido repetidas vezes em vários lugares. A igreja ciente da crise por que passava, no Concílio de Trento tomou consciência da gravidade do problema, tomando decisões, legislando sobre a maneira de fazer chegar através dos pregadores a palavra de Deus, interpelando os membros das Ordens religiosas, incutindo-lhes o sentido da responsabilidade da pregação. A Companhia de Jesus não sentiu qualquer dificuldade em acolher a mensagem conciliar, visto coincidir com o fim primordial da Instituição, consignado num dos pontos da sua Constituição.

Assumindo-se como ordem essencialmente apostólica, os jesuítas consideravam a pregação da palavra de Deus, como prioridade de toda a ação pastoral. Tinham consciência de que a batalha principal contra a Reforma Protestante se travava no

púlpito, dedicando para isso, especial atenção, tendo em vista criar condições necessárias às exigências de uma igreja de pregação. O púlpito constituía o elemento essencial para o exercício da pregação, devendo situar-se no ponto central da igreja, em posição elevada, de forma a que o pregador pudesse ser visto e ouvido pela assembleia dos fiéis. O púlpito deveria ficar do lado do Evangelho, quer por razões de carácter teológico, quer de ordem prática. A pregação não era mais que o desenvolvimento da palavra de Deus proclamada ao Evangelho. A colocação do lado da epístola, em Bragança, evitava que o pregador virasse as costas ao altar quando proferia o sermão com o Santíssimo sacramento exposto.

Os púlpitos eram construídos a partir de modelos de balaustrada de madeiras exóticas e de bronze, sendo sobreposto por um dossel cuja função principal consistia em favorecer a acústica, retendo e concentrando a voz do pregador, ao mesmo tempo que servia de suporte decorativo.

Habitualmente os sermões tinham a duração de uma hora, cujo tempo era controlado pelo prefeito da igreja, ou pelo sacristão, noutras circunstâncias era utilizado um relógio de areia.

Era necessário adaptar a igreja às novas circunstâncias. As atenções centravam-se, também, na construção de um novo retábulo para o serviço das missas no altar-mor e de toda a piedade eucarística, que tinha o ponto alto na devoção das 40 horas. O projeto para o novo retábulo, oferta de Maria Dalva, incluía quatro santos da Companhia, que só viriam a ser colocados em 1661.

As confissões ocupavam um lugar privilegiado entre as atribuições dos jesuítas, pelo que foi necessário arranjar confessionários só para mulheres, recomendando que as grades dos confessionários da igreja sobre que os confessores encostam o rosto, se forrem de pano, pelo grande frio que faz no inverno.

As relíquias são, também, uma preocupação da Companhia, devendo ocupar um lugar de relevo muito próximo da capela-mor, sendo necessário, também, um inventário das relíquias que ficaria na posse do prefeito da igreja, sendo, mais tarde sugerida a construção de um tabernáculo para as relíquias. Aumentando o grau de exigência em 1752, o Provincial P. Pimentel queixava-se que as relíquias não estavam guardadas com a decência necessária, sugerindo que se fizesse um nicho ao lado da capela-mor. Sendo insuficiente o nicho, o Provincial, Padre António Torres transmite novas instruções “Para as muitas relíquias que tem este colégio não basta o nicho que de novo se preparou para elas: é preciso outro que ficará no arco que está de frente”.

A sacristia constituía uma peça essencial para o culto e serviço religioso. A sacristia de Bragança distinguia-se pela harmonia das proporções, pela riqueza do mobiliário e beleza da decoração artística. Em 1657 é ampliado o espaço para o dobro, colocada uma porta de nogueira com almofada e pontas de diamante, aberta uma janela guarnecida com grades, portal de entrada em cantaria e criação de uma antessacristia.

Devido à inclemência do clima com fortes amplitudes térmicas, as estruturas do colégio necessitavam de constantes arranjos, que os seus habitantes não descuravam. São frequentes as notícias sobre os arranjos feitos nos telhados, mudanças das telhas, ou o arranjo de portas e janelas.

Os cuidados com os animais domésticos não faltavam. Galinhas, pombos e porcos eram notícia pelos melhores motivos, no que dizia respeito à melhoria do seu habitat. Era a região fustigada por fortes temporais, onde não faltavam trovoadas que pareciam assustar as populações.

Por volta de mil e setecentos, construíram os jesuítas na cerca, uma capela de grande beleza artística, dedicada a Santa Bárbara, cujo culto era totalmente desconhecido na região de Bragança. Era Santa Bárbara protetora de quem recorresse em momentos de grandes tormentas que assolavam a região, com grande frequência. Com a construção da capela, na quinta do colégio, a cidade de Bragança e as aldeias limítrofes sentiam-se mais seguras e protegidas contra as trovoadas, o que não acontecia com as outras povoações que viviam amedrontadas com os efeitos da queda de raios que atingiam os campos, casas e pessoas. A fama de milagres atribuídos a Santa Bárbara divulgou-se pela cidade, aumentando, assim, o culto da Santa, refletindo-se nas visitas frequentes à capela, bem como num maior número de missas solicitadas e celebradas. Coube ao bispo de Miranda, D. João Franco de Oliveira, celebrar a primeira missa na capela da santa, empolgando a assistência com um

sermão digno de quem tinha fama de grande orador e literato, tendo suscitado da parte de grande número de devotos, a criação de uma confraria em honra de Santa Bárbara, o que veio a acontecer nos começos do século XVIII.

A promoção do culto dos santos constitui um capítulo importante dos jesuítas, no contexto da igreja pós-tridentina, defendendo, assim, algumas devoções negadas pela Reforma Protestante. Em período de incertezas e indecisões, o culto de Santa Bárbara sofreu alguma perturbação, ao ponto de a capela ter sido votada a algum abandono. O padre Luís Reis, visitador em 1732, afirma que não se deveria transformar a capela em celeiro de espigas de milho, tratando-a com muito asseio e limpeza, sugerindo que se fizesse uma cortina para o altar, devendo o Padre Ministro manter a capela sempre fechada, a fim de evitar os inconvenientes da humidade e do mofo, devendo abri-la em dias de sol para arejar e fechá-la durante a noite. Deveria encomendar missa na capela no dia de festa da Santa para que a tenhamos propícia nas ocasiões das trovoadas que aqui não eram pequenas.

De 1560 a 1759, muitos foram os melhoramentos operados na estrutura que integra o Colégio, a Igreja e a Comunidade jesuítica em Bragança. Ordem obreira muito fez para que a pequena estrutura operasse uma obra que atingiu um património invejável e próspero.

Torre com 16 metros de altura, por 8,92 metros de lado, em quadrado de pedra de alvenaria, suporta 5 sinos, sendo um grande e outros pequenos. O relógio fazia parte da torre da igreja, sujeito a

limpeza periódica. Tratava-se de um bem público que não se circunscrevia à área do colégio. Em Bragança, o relógio não só regulava a vida interna do colégio, como servia também os cidadãos da própria cidade, cujos responsáveis alertavam para a necessidade de manterem o relógio acertado, uma vez que muitos cidadãos por ele se guiavam. O relógio, também, era usado para outros fins. O ajudante de professor ou bedel deverá ter sempre consigo um relógio, tanto nas aulas como nas disputas. Avisará pontualmente o prefeito e o professor, do tempo já decorrido para que respeitasse o espaço concedido a cada um para a disputa. E, sob a indicação do prefeito dê a cada um dos intervenientes o sinal para começar e terminar.

Envoltos na obediência, pobreza e castidade, além de se disponibilizarem ao papa para se deslocarem para onde for necessário, é possível, hoje, um pouco mais da vida destes apóstolos, graças à disciplina e organização que mostraram ao longo da sua existência, uma maneira de ajustar um equilíbrio entre os rendimentos de bens e as despesas. Numa época em que a Contabilidade era algo de muito vago e pouco praticado, é possível saber alguma coisa mais sobre a existência e a prática da Companhia, graças à prática de escrita que os acompanhou.

Segundo investigação feita no Tribunal de Contas, no capítulo dedicado à Administração e Contabilidade dos Colégios da Companhia de Jesus, nos séculos XVII e XVIII, é possível saber que o colégio de Bragança apresentava três livros de escrituração:

- o livro de avaliações, onde descreviam sumariamente cada uma das propriedades rústicas e lhes fixava um provável rendimento.
- o livro de "câmbios" registava os capitais colocados a juros e indicava a percentagem desse juro.
- o livro de "arrendamentos" anotava os termos e contratos de arrendamento com os rendeiros.

A receita extraordinária constituída por esmolas, legados e doações não tinha registo de provisões.

Há, ainda, a considerar o livro dos Encargos, Pios e Foros a pagar e dos Contratos com o pessoal que servia nos colégios.

Em determinada altura, é possível saber que no colégio de Bragança trabalhavam 26 serventuários, tendo todos um contrato. Entre os serventuários, apresentamos como exemplo:

Está concertado Francisco Gonçalves, natural desta cidade fazer as barbas dos religiosos no inverno e 12 em 12 dias e no verão de 20 em 20. É obrigado, também, a sangrar os religiosos e os moços do colégio e da quinta. Ganha de soldo 4000 réis, trigo e centeio.

Forneiro – Francisco Domingues – cozer pão de trigo e centeio e peneirar e fazer tudo o mais que lhe mandarem, ganha de soldada quatro mil réis e nada mais.

Começou no primeiro de novembro de 1683 e acaba em outro tal dia.

Recebeu do irmão despenseiro - 1100

Recebeu mais de minha mão - 0100

Recebeu do Ir. Despenseiro - 0300

Recebeu mais - 3900

Ficou outro ano pelo mesmo preço e começou a primeiro de novembro de 1686. E acabará em outro tal dia - 2400

9 de setembro de 1690

Serventuários que trabalham no Colégio dos Jesuítas de Bragança:

1 médico

1 ferrador

1 cirurgião (acumula de barbeiro)

1 lavadeiro

1 alfaiate

1 sapateiro (acumula com a guarda das estradas)

1 guarda da quinta

1 almocreve

3 quinteiros

1 forneiro

1 cerqueiro (acumula com o lugar de forneiro)

2 cozinheiros

1 moço de recados

2 pastores

1 azegal

3 boieiros

1 lavrador

1 guarda porcos

1 guarda de perus

1 cerieiro

1 cerqueiro (acumula com o lugar de forneiro).

Receitas e despesa da rouparia - Ano de 1699 - 1715

Despesas da Botica - Ano de 1749 - primeiro de julho

Havia um conjunto de livros auxiliares de onde se extraíam para o livro mestre chamado "Razão" que controla os fólhos onde se lançava à esquerda a receita e à direita a despesa e ambos os lados com os seus lançamentos mensais. Acrescente-se ainda o livro das Esmolas, o da Enfermaria, o da Livraria e o da Capela.

No Cartório do Colégio de Bragança merecem especial referência os livros da rouparia e da botica. Da leitura do livro da botica, permite-se avaliar como funcionava uma botica no século XVIII, bem como o material usado para a manipulação dos medicamentos. E as drogas usadas na terapêutica da época.

A botica inicia a sua atividade a 1 de julho de 1749, com todas as licenças superiores, sendo reitor do colégio, o padre Simão de Sá. Os primeiros lançamentos de despesa dizem respeito à instalação, tendo-se levantado tabiques, rebocaram-se as paredes, construiu-se uma chaminé, com sua roda e fresta, rasgou-se a janela até ao chão, colocou-se uma campainha com a sua cadeia montaram-se os balcões com as suas gavetas e os armários com os seus compartimentos.

Depois fez-se a aquisição do material do laboratório e conservação das drogas, vidros, potes, espátulas, cacetas, tachos, cassos, escumadeiras, um alambique, almofarizes com suas mãos e chocolateiras. De Lisboa, enviados pelo padre Francisco da Cunha, boticário do colégio de Arroios e de Zamora, chegaram as primeiras drogas de ervanária: 89 arráteis de escorcioneira, 30 arráteis de cerejas pretas, 6 arrobas de açúcar e muitas ervas, flores e raízes. No mês seguinte chegaram do Porto os restantes ingredientes: pez-negro, especiarias, chumbo, prata, ouro em folha, erva doce, ginjas, tabaco em folha, cera e limões azedos. Vinham, também, duas especialidades do tempo: o Bezoartico de Curvo e o Bezoartico de Lisboa e dois elementos vivos de terapêutica medicinal, os lacraus e as bichas. O material de laboratório foi completado com as pedras, grosas, peneiras, louça branca e barbante, começando, assim, a funcionar a botica, que aviou as primeiras receitas em agosto de 1749.

A botica não funcionava só para padres e moços, vendendo, também, aos irmãos da confraria e aos outros conventos da cidade. O livro da botica regista mensalmente a totalidade das importâncias recebidas das receitas aviadas.

Quando os bens da Companhia foram sequestrados, em 1759, escrevem Ana Maria Leitão Bandeira e João Rui Rocha Pita na *Revista Brigantia*, volume X - nº. 3, de julho/setembro de 1990 - Sequestro dos Bens do Colégio de Jesus de Bragança - Aspeto particular de uma botica:

As drogas e os medicamentos existentes na Botica do Colégio dos Jesuítas de Bragança foram distribuídos, por mandado do desembargador Raimundo Coelho de Jesus, da cidade de Bragança, cobrados por Francisco Xavier de Moraes, escrivão dos órfãos, e por Caetano de Villanova Guerreiro, escrivão do geral de Bragança, tendo a importância de 864\$505 réis, entregues ao depositário Domingos Pires Aires, ultrapassando a meia centena de indivíduos, sobretudo boticários, devidamente identificados, pelo nome, profissão, origem e valor da compra, residentes em Bragança, Mirandela, Chaves, Mogadouro, Valpaços, Sendim e outras localidades situadas no distrito de Bragança, havendo, ainda, remédios vendidos de forma avulsa a pessoas de Bragança.

De entre os livros utilizados no Colégio dos Jesuítas de Bragança havia, ainda, a considerar o livro do sacristão que consistia num memorial de obrigações diárias que continha à maneira de preâmbulo, as instruções e regras litúrgicas para o sacristão, para além dum termo de responsabilidade que lhe competia para todos os móveis, alfaias de culto, paramentos e trem de cozinha.

Estabelecimento de ensino que se vai afirmando nos confins da Lusitânia tinha, naturalmente, preocupações com os seus livros. O mesmo cuidado fazia parte dos hábitos dos visitantes dos jesuítas ao deixarem instruções sobre a livraria, chamando a atenção para as obras no domínio da Pregação, Moral, Humanidades e História, além de apelarem ao conserto das estantes, da limpeza e encadernação dos livros.

O irmão livreiro, dependente do reitor, dispunha de estatuto próprio que o colocava num lugar de destaque dentro do organismo da Livraria, tendo como tarefa assentar e catalogar em livro próprio, todos os livros, à medida que eram comprados, sendo responsável por outros cuidados relacionados com as operações de conservação, de limpeza e encadernação. Outra das tarefas do irmão livreiro, consistia em vistoriar os cubículos particulares à procura de livros retirados sem licença da livraria comum, ao mesmo tempo, devia vigiar para que não se escrevesse nem se assinalasse coisa alguma nos livros. Havia, ainda, livrarias particulares. Cada sala possuía um núcleo de livros próprios, numerados e escritos numa tábua que estava no cubículo do Mestre. Para o Colégio de Bragança, os visitantes insistiam na necessidade da compra de livros de “Autores Modernos” para a ação concinatória e docente dos Pregadores e Mestres de Casos, lamentando a falta de um *Flos Sanctorum* e de um *Martiroológico* novo e um *Gersão*. Tendo em vista a aquisição de mais exemplares para a livraria, os Visitadores sugerem em aplicar o rendimento da venda das peles dos carneiros que se consumiam anualmente, admitindo, também, a aceitação de ofertas diretas ou de verbas oferecidas expressamente para livros. Como recompensa, a Companhia oferecia-lhes benesses espirituais correspondentes. Antes de concluir o ano letivo, o professor apresentava um relatório com os livros julgados necessários para o bom sucesso do curso que regia. Situava-se a Casa da Livraria, com

quatro janelas rasgadas, na extremidade do corredor do poente para sul, junto da cerca que é hoje o jardim António José de Almeida.

A higiene foi, também, uma preocupação da comunidade jesuítica, não descurando a escatologia. Os cuidados de saúde eram um alvo desta gente dedicada a Deus e ao próximo. Para além da botica bem cuidada e bem fornecida, adaptaram um cubículo a enfermaria, com disponibilidade para seis doentes, devidamente dotado de material para o efeito, onde não faltava uma imagem de São Francisco Xavier, canonizado a 14 de março de 1622, pelo Papa Gregório XV, tal como Santo Inácio de Loyola. Fugindo aos hábitos de higiene dos portugueses, muito criticados pelos estrangeiros que nos visitavam, mormente no reinado de D. João V, os jesuítas em Bragança, dispunham de latrinas, colocadas em Zona própria, constituída por um espaço de forma retangular, contendo cabinas individuais que se distribuíam pelos dois andares a fim de servirem convenientemente os utentes dessas zonas. Estavam situadas em lugares periféricos afastados das áreas principais do colégio, com fácil acesso a partir da área escolar, do refeitório e da cozinha.

Contíguas à área da comunidade funcionavam outras dependências, quase todas ligadas à cozinha, que formavam o conjunto das oficinas, adega, fornos, despensa onde se guardavam as talhas de azeite, enterradas em covas revestidas de tijolo e cal, a casa do alfaiate e a casa do fogo, de grande utilidade durante o inverno rigoroso.

Muito se tem escrito acerca da vida dos jesuítas em Portugal, quer elogiando ou vituperando o seu comportamento. De entre os trabalhos chegados até nós, permitimo-nos utilizar muitas das nossas afirmações a partir do Padre Francisco Rodrigues, composta por sete volumes, denominada *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, publicada pelo Apostolado da Imprensa, nos anos trinta do século passado. Omitindo, naturalmente outros de grande valia, que aos jesuítas têm dedicado muito do seu trabalho, lembremos a tese de doutoramento de Fausto Sanches Martins, apresentada à Universidade do Porto *A Arquitectura dos Primeiros Colégios dos Jesuítas em Portugal*, assim como o livro publicado em 2014, *A arte, culto, vida quotidiana – jesuítas em Portugal 1542.1759*. Do bragançano Belarmino Afonso uma tese de licenciatura dactilografada *O Colégio do Santíssimo Nome de Jesus de Bragança*, Coimbra 1975, sem esquecer o trabalho extraordinário de Ana Maria Leitão Bandeira que, a partir de Coimbra, tem dado a conhecer muito dos Jesuítas de Bragança, a quem pretende saber o que neste canto da terra criou saber e prosperou.

Tratando-se de uma instituição dedicada ao ensino, é importante lembrar a existência da revista cuja publicação remonta a 1902, com uma tiragem de 1000 exemplares, atingindo neste momento o volume 191 – *Brotéria*.

Volvendo a Francisco Rodrigues, na obra já citada, tomo I, volume II, página 428, transcrevemos:

Em 1559, o arcebispo primaz pedia um colégio para a cidade de Bragança. Era tal o empenho do governador da cidade e os desejos da população que os superiores se sentiam poderosamente inclinados a lhes dar boa satisfação com tanto mais vontade, que bem sabiam que nunca por aquelas partes estiveram religiosos da Companhia. Para contentar, pois, a piedade da gente, estudar o terreno e dispor a fundação do futuro colégio tratou o Provincial de mandar alguns fervorosos obreiros que trabalhassem apostolicamente naquelas terras. O novo bispo D. Julião d'Alva, que também pedira, desejava que fossem diante dele e como que lhe preparassem entrada solene que fez em sua diocese no declinar de 1560 (...) Aceite o Colégio houve grande festa com repique de um e grande alvoroço pela cidade. Foi nomeado reitor o Padre Leonel Lima e o lente de casos Padre Domingos Cardoso. Em 1562, D. Julião d'Alva, em visita pastoral à cidade reconheceu no seu clero muita ignorância e pouca suficiência para o delicado ministério da salvação das almas, o mesmo verificara o Padre Leonel Lima nos anos anteriores por experiência própria.

No princípio de 1560, escrevia o Provincial com satisfação da obra, que prosperava *“De Bragança tenho muito boas novas. São os nossos muito bem aceites e nos estudos e em tudo mais se reconhece claro fruto, graças a Deus”*.

Em 1564, o lente de casos escreveu para Roma “O crédito da Companhia vai em crescimento nesta terra, não somente na cidade e na comarca, mas ainda noutras léguas à volta, por atribuíres todo o bem da terra a este colégio, estando nisto o recolhimento que ora têm os padres de São Francisco aí residentes”.

Posteriormente, D. António Pinheiro, bispo de Miranda, satisfeito com os benefícios do colégio, atribui grandes subsídios materiais.

Ultrapassando situações de doença e vencendo a inospitalidade do clima, o Padre Lourenço Mexia, em 1571, animando os paroquianos afirmava: "O serviço que se faz a Nosso Senhor com ensinar esta gente que é muito bárbara e indómita, vale mais que a vida de alguns".

Tentando remediar o mal, pensavam em edificar o colégio noutra local ou em desampará-lo. Em 1573, o padre Domingos Cardoso escrevia:

Nos estudos trabalha-se com muito fruto, tanto no aproveitamento das letras como da virtude. Muitos dos estudantes compõem versos com sua elegância o que se lhes explica de retórica e de Grego que tudo é fruto novo para esta terra. Em ouvir missa são diligentes e fazem-no com todo o sossego que é de muita admiração e edificação para os que veem.

O quotidiano no colégio dos jesuítas de Bragança não era fácil. Habitado por uma população que tinha que recorrer a serviços externos para satisfazer as várias tarefas que a comunidade necessitava, os jesuítas solicitavam colaboração a trabalhadores manuais, a quem pagavam segundo critérios que nos escapam. Através de uma contabilidade bem organizada chegada aos nossos dias, é possível verificar o Deve e Haver desta comunidade que não descarta a componente económica e financeira da sua existência, onde a medicina faz parte dos seus gastos, quando o médico é solicitado, e com uma farmácia de fazer inveja, onde em livro próprio é anotada a existência de maneira a que tudo seja controlado.

Com a subida ao trono de D. José I e por razões que têm a ver com o atentado contra o rei, em 3 de setembro de 1758, os jesuítas são expulsos, conforme sentença de expulsão de 12 de janeiro de 1759, o que vem a acontecer efetivamente a 7 de novembro desse ano. Foi o fim de um ciclo que durou cerca de 220 anos, de uma Ordem que do seu apogeu ao ocaso, arrastou consigo inúmeros seguidores até que a sua influência diminuiu drasticamente na Cúria Romana. Com a saída dos jesuítas de Portugal em 1759 e a sua eliminação pelo Papa Clemente XIV em 1773, fechou-se uma etapa na educação no nosso país.

Com 578 colégios e 1250 seminários espalhados por toda a Terra, não era possível terminar de forma tão abrupta uma instituição que tantas sementes lançara.

É verdade que a Companhia soçobrara perante a razão da força do Marquês de Pombal ou pela pena de Clemente XIV, ressurgindo oficialmente pela Santa Sé em 1814, pela força da razão daqueles que pensam que vale a pena lutar por ideais.

Nomes como Corneille, Molière, Lamartine, Descartes, Cervantes, Lope da Veja, Tasso, Alfieri, Nóbrega, Anchieta e António Vieira, Almada Negreiros e tantos outros, são bem o testemunho de uma instituição que pugna pelo ensino fazendo de cada um o seu lema:

A M D G

Ad majorem dei gloriam

REAL MONASTERIO DE SAN MARTIN DE CASTAÑEDA

Real Monasterio de San Martin de Castañeda

Maria Jesús Sánchez & José Ballesteros ²²

UBICACIÓN GEOGRAFICA

El Real Monasterio de San Martín de Castañeda se encuentra situado en el pueblo del mismo nombre, San Martín de Castañeda, anejo del Municipio de Galende, provincia de Zamora, Comunidad Autónoma de Castilla y León. Enclavado en el Parque Natural del Lago de Sanabria, (el Lago se extiende a los pies del Monasterio) queda muy próximo a la Raya con Portugal, en su vertiente noreste.

CRONOLOGÍA DE LA CONSTRUCCIÓN

Su parte más destacada es el templo románico que perfectamente conservada en la actualidad es parroquia de San Martín de Castañeda, pero que a lo largo de la historia paso por tres etapas siendo este templo que conocemos el último de los tres que aquí se levantaron:

²² Abogados. Contactos: majesusan@gmail.com; galendeabogado@gmail.com.

El primitivo: suevo - visigodo

De él queda información en la lápida de mármol blanco que los monjes mozárabes grabaron al levantar el suyo. (Está en el hastial de la iglesia actual, en la parte derecha del arco de la puerta): "antiguo templo dedicado a San Martín, estuvo largo tiempo abandonado" y que era "de obra pequeña".

El templo mozárabe, que en cuanto a las dimensiones probablemente coincidían con el actual, este es el que levantan los monjes en el siglo X

Siguiendo a Miguel Fernández de Prada, los mojes, que habrían salido de Córdoba para instalarse en San Cebrián de Mazote (Valladolid) donde un grupo de ellos habría abandonado esta Comunidad para instalarse en Sanabria y restaurar el de San Martín, dando origen así a la Comunidad de San Martín de Castañeda. Y al considerar el templo que se encuentran, obra pequeña, aprovechando su deterioro, y con la influencia que traían del templo mozárabe dejado en San Cebrián de Mazote, construyeron el que viene siendo el antecedente al templo actual.

El actual templo románico

Templo del siglo XII, según Gómez Moreno en la segunda mitad del siglo XII (1150).

Efectivamente con modificaciones a lo largo de los siglos que han ido dejando sus huellas, quizás la más sobresaliente fue la realizada en el siglo XVI, que se rehízo el hastial occidental y se levantó la torre de espadaña, así como se incorporó la escultura con la escena de San Martín, que siendo catecúmeno repartió su capa con un mendigo, inscripción que consta en latín, y que dice: "Martín, siendo aún catecúmeno, me cubrió con esta capa. Año 1571".

FORMACION Y DESARROLLO DEL MONASTERIO DE SAN MARTÍN DE CASTAÑEDA

Partimos del dato crucial del que disponemos que es la piedra que se conserva en el hastial derecho de la entrada al templo, en ella reza: traducción de Gómez Moreno:

ESTE LUGAR DESDE LA ANTIGÜEDAD A HONOR DE SAN MARTIN DEDICADO DE PEQUEÑA OBRA CONSTRUIDO LARGO TIEMPO EN RUINA PERMANECIO, HASTA QUE JUAN ABAD DE CORDOBA VINO Y ESTE TEMPLO CONSAGRÓ, DEL TEMPLO LA RUINA DE RAIZ LEVANTÓ Y CON LABRADA PIEDRA FABRICÓ, NO DE IMPERIAL ORDEN SINO DE LOS DILIGENTES HERMANOS CON EL AFÁN, EN DOS Y TRES MESES ESTA OBRA ACABÓ, ORDOÑO EL CETRO EMPUÑANDO ESTÁ. ERA NOVECIENTAS CINCUENTA Y NUEVE.

Esta inscripción nos deja claro que a este rincón apartado se retiran unos monjes en la Alta Edad Media para llevar vida consagrada y levantan una iglesia que dedican a San Martín, obispo de Tours, sobre unas ruinas de una iglesia anterior de pequeña fábrica, y que fue construida por ellos mismos. Así todos los autores están de acuerdo en que ignorando quienes fueron sus fundadores hubo un templo en tiempo de los visigodos, que fue arrasado por los árabes cuando vinieron a la península, y que este lugar fue el escogido por un grupo de monjes que, saliendo de Córdoba, pasaron por San Cebrián de Mazote y se acabaron instalando a las faldas del Monte Suspiazo y encima del Lago-mar como se denominaba su ubicación en términos de aquella época.

La vida monacal se desarrolla en este periodo bajo las reglas de San Isidoro y San Fructuoso y de la Regla "Común" del tiempo de los suevos y visigodos, no será hasta la segunda mitad del siglo XII la total introducción de la regla benedictina en San Martín de Castañeda con el espíritu de la reforma de Cluny y hacia 1245 entrará en su periodo cisterciense hasta la desamortización de 1835.

El Monasterio se fue engrandeciendo desde los primeros momentos de su existencia con:

1. La producción de los terrenos que le circundaban que por la "presura" y el "scalio" pasan a su propiedad, (figura jurídica que ponía en producción los terrenos de nadie). Así, de la misma forma, ocupan una buena parte de la sierra que ponen a producir introduciendo ganados, ovejas vacas y caballos. Y compran a sus

dueños las pesquerías del Lago, que le traerán problemas de titularidad, problemas que acaban en pleitos contra los que se arrojan como sus propietarios. (916-917 Pleito sobre las Pesquerías del Lago).

2. Aportaciones que hacen otros monjes que acaban integrándose en el Monasterio, bien porque vivían individualmente o bien porque formaban monasterios familiares (pequeños grupos consagrados a la oración) que aportan sus posesiones, así por ejemplo, Diploma de fecha 930 por el cual el presbítero Hanimio de Valdeorras (Orense) hace donación de su iglesia de San Vicente y otras propiedades al Monasterio de San Cipriano fundado en el territorio de Trefacio de Sanabria, ochenta y ocho años más tarde, otro presbítero de nombre Juan donará a nuestra abadía este monasterio de Trefacio, año 1018. Otro ejemplo es en el 953, el Monasterio de Intranio que se ha ubicado en tierras de la provincia de León, en La Baña, acaba con todas sus posesiones y monjes en el de San Martín de Castañeda.

3. Por donaciones reales que se hacen a partir del año 940. En este año los monjes acuden al rey Ramiro II a solicitar Privilegio Real, que le concede, pasando a ser REAL ABADIA DE SAN MARTIN DE CASTAÑEDA, a la vez que le CONFIRMA TODAS LAS POSESIONES y añade otras, como el contiguo pueblo de Vigo de Sanabria con todos sus términos. Otros ejemplos son las realizadas entre los años de 1129 - 1135, por Alfonso VII que le dona la villa de Galende (pueblo próximo al Monasterio), y la del rey Alfonso Henriques, rey de

Portugal de 1139 a 1185, que le dona la villa de MAYDE, que en la actualidad pertenece a la comarca de Aliste en la provincia de Zamora:

En el nombre de Dios. Amén. Yo Don Alfonso, rey de los portugueses, por amor de Dios y temiendo el día del juicio, hago carta de donación y firmeza de la villa que llaman MAYDE, doy a Dios y al Monasterio de San Martín de Castañeda y a ti abad Martín y todos tus sucesores, ahora y para siempre: doy y concedo con todas sus pertenencias y con sus términos...

Hecha la carta de donación y firmeza el XV calendas de octubre, Era MCLXXXII (¿esto es 1154? Septiembre 17). Yo, Don Alfonso, rey de los portugueses, confirmo y valido esta carta de donación y firmeza con mi propia mano.

4. Por donaciones privadas, que se empiezan a suceder a partir del año 965 y compraventas que hacen los monjes, permutas y préstamos. La donación de un molino en el río de Trefacio de Sanabria en el año 965: “donación hecha para remedio de nuestra alma, para que quedemos libres de delito y para que por la oración de los monjes merezcamos reinar en Cristo”.

En 1156, donación de la villa de Honor “Por lo cual yo Poncio Rodriguiz y mi esposa Tareisa IUaniz, [...] concedemos la villa que se llaman HONOR y está en el límite de la urbe de Sanabria [...]”.

Las donaciones, compras, permutas y prestamos que abarcan territorios lejanos al monasterio y que agrandan cuantiosamente sus propiedades, aquí seguimos las realizadas al otro lado de la Raya (en terreno portugués) de las que señalaremos un extenso ejemplo, haciendo constar que las posesiones del monasterio en Portugal comprendieron el área Calabor – Bragança, y que tan fuerte fue su

arraigo en esta zona que dispusieron de un monasterio anejo en Castro de Avellanas (aparece en el Libro-Tumbo del monasterio: “En Portugal, tuvo esta casa por filiación el Monasterio de San Salvador de Castro, de la Regla de N.º. Padre San Benito”) y de una Granja en Linares, zonas próximas a Bragança.

En 1158, donación en Braganza por Pedro Vermudiz: “de mi heredad propia y la parte de mi hermano que tengo, la compré igualmente y en la villa de Zaques ESTA EN EL TERRITORIO DE BREGANCIE mi porción y la de mi hermano”.

En 1178 por un lado reciben una donación en Monte Carvales y en la Villa Meana en Reino de Portugal en el territorio de Bragança, y por otro hacen una compra en villa de Zaques agrandando lo donado en 1158:

os la doy y concedo para que desde este día sea borrada de mi derecho y entregada a vuestro dominio, para que la tengáis y poseáis con derecho hereditario para siempre, con aguas, pastos, arboles, montes, términos, con entradas y salidas, con la parte en la iglesia, con todas sus derechos donde quiera podáis encontrarla; tenedla y poseedla.

Y recibo de vosotros, en roboración de esta carta, un potro en diez morabetinos, y una vaca con su cría en cuatro morabetinos que mucho me ha complacido.

Reinando el rey Alfonso con su hijo Sancho en Portugale.

En el año de 1186, las adquisiciones localizadas en Portugal, se extienden a 5 localidades en zona de Bragança (Santa Cruz de Repilados, Río de Onor, Gualdramir, Calçada y Villa Mediana) se trata de donaciones y compras, así como entregas de bienes en señal de cantidades entregadas por el Monasterio, pignoraciones.

En el año de 1191, se compra en Villamediana (Bragança). Este caso es el de una familia que posiblemente fue solicitada por el MONASTERIO ya que además del precio (un buey y una vaca) recibe un presente valorado en un morabetino y medio:

Crismón. El inicio de un escrito hágase bajo el nombre de Cristo. Yo Sancia Velidiz, con mis hijos y con mi marido don Vermudo hago carta de mi heredad propia que tengo de mi padre y de mis abuelos en Villamediana a vos Don Pedro, abad, a vuestros hermanos y también a vuestros sucesores, para que la tengáis con derecho hereditario

Os la doy por el alma de mi padre y también por precio a saber, por un buey y una vaca. Así que desde este día y tiempo sea borrada de mi derecho y entregada y confirmada en vuestro derecho. Hecha la carta de donación y venta en 1191. Reinando el rey Sancho en Portugal, arzobispo Fernando en Bragara. Fernando F. tenente de Bregancia.

Yo Sancia, con mis hijos y con mi marido roboramos con nuestras manos esta carta que hemos mandado hacer y en roboración hemos recibido de vosotros lo que nos ha complacido que vale un morabetino y medio.

En el año de 1191 acrecientan con la compra de una heredad lo que ya poseen en Villamediana (Bragança) y que vuelve acrecentar con la compra de otra heredad que los monjes hacen en 1205, en la misma localidad.

En 1192, reciben donación de una villa que "llaman San Julián, en Monte de Carvaliales, junto a la calzada", cerca de "Castro de Avellanas" donde está el monasterio anejo o dependiente de nuestra Real Abadía.

En 1212, reciben en donación toda una heredad en la villa llamada San Martín de Angueira en tierra de Bragança, a la vez que el monasterio presta a esta familia noble todo lo que posee en Villamediana (Bragança) con la condición que una vez muertos los esposos, quede todo lo prestado, con cuanto allí tengan y cuanto allí adquirieran para el monasterio.

Lo mismo ocurre en 1213, el monasterio recibe en donación una heredad en Villamediana y presta al donante la heredad de Casao con la iglesia de San Pelayo (Portugal) que ha de volver después de su óbito, con todo lo que tuviere al monasterio.

En 1215 los monjes compran una heredad en Villamediana (Portugal).

En 1217 vuelven a comprar en Miranda (Portugal) dice el documento: "la mitad de nuestras heredades que tenemos en Miranda, a saber, en San Juan y en Carreregios y en Giizo".

En 1120 compran en Villamediana (Portugal) una nueva heredad.

En 1230 comienzan a hacer numerosas compras en las zonas próximas a la Granja que el monasterio tiene en Linares, Fonte Arcada próxima a Bragança.

En 1230 una familia dona en Bragança "los casales de Linares con la tierra que está cerca del rio de San Jorge con frontera del mismo casal y de la misma tierra".

En 1231, en el mismo lugar se hace donación y venta “de cuanta heredad tenemos en Linares con casales y tierras, con montes, con aguas, con entradas y salidas”.

En 1233 nuevamente en la zona de Bragança cuatro documentos del Libro Tumbo del monasterio nos hablan de adquisiciones hechas por los monjes: una tierra en Linares, un linar en el mismo lugar, una tierra en Valle de Spino y toda la herencia que ha recibido la donante.

En 1234 compra de una tierra en Linares.

En 1235 se datan varias compras: varias viñas, toda una heredad y de está el documento refiere “que está encima de la Granja de San Martín” y una tierra en Valle de Spino. Y una donación de una tierra en Fonte Arcada.

Junto a la relación que antecede que hemos sacado siguiendo a Miguel Fernández Prada en su estudio de los documentos del Libro Tumbo del Monasterio de San Martín de Castañeda, hemos de añadir la relación que nos aporta Arsenio Vidal Rodríguez, en su Libro Tumbo de Bragança al transcribimos el documento titulado “Memoria de los papeles de la hacienda de Portugal que el monasterio entrega a Manuel de Figueredo el 3 de septiembre de 1715” donde aparecen posesiones en Rabal, Fuente Arcada, Aveleda, Salgueiro, San Martín de Angueira, França, Ravanal, Villamean, Freixedelo, Meixedo, Valdespino.

LAS PROPIEDADES DEL MONASTERIO DE SAN MARTIN DE CASTAÑEDA EN PORTUGAL, A PARTIR DE 1700

La situación en España con la muerte, en 1700, del último rey de la casa de Austria sin descendencia, Carlos II, va a dividir a Europa en intereses contrapuestos y mientras Francia consigue situar en el trono español a Felipe V. Austria, con Leopoldo I, no lo acepta ya que pretende el trono para su hijo y forma la Gran Alianza con Países Bajos e Inglaterra a los que se acaba uniendo Portugal. Comienza así la Guerra de Sucesión que aparecerá en el tablero peninsular en 1704 cuando proclamado rey de España en Viena, el archiduque Carlos desembarca en Lisboa. Desde 1705 hasta la firma del Tratado de Utrecht 1713, años de guerra con Portugal los bienes del Monasterio en la zona portuguesa permanecen embargados. Es muy seguro que, en vista de estos acontecimientos, los monjes decidan la venta de todos los bienes que tienen en zona portuguesa.

Así, en 1705 ponen en marcha todos los trámites necesarios para su venta, que comienzan con la solicitud de petición de licencia al padre General al que han de demostrar la utilidad de tal venta.

De la información que recaba el monasterio, por declaraciones que acompaña para solicitar el permiso, vemos que sus alegaciones para la venta se basan en lo mucho que se gasta para recaudar las rentas que le produce, las dificultades y contratiempos que se originan en la administración y cobranza, que tienen por incobrables hasta “cien reales de vellón”, que han de vender los frutos que allí

recogen para evitar un transporte largo y costoso, y la existencia de comprador en Portugal, que incluso ya ha ofrecido cantidad aceptable en dinero.

Así, en 1705 le es concedida la licencia para que hagan la escritura de venta y transacción de todo lo que tienen en Portugal.

En 1707, la Comunidad apodera a dos de sus frailes, el abab Fray Rodrigo Noreña y el cillero, Fray Jerónimo de Zúñiga para que vendan a don José Cardoso vecino de la ciudad de Bragança todo lo que el monasterio posee en Portugal, por el precio de treinta mil reales de vellón. Pero en el momento de la venta el monasterio tiene sus bienes embargados por el rey de Portugal por lo que el comprador solo entrega cuatro mil reales quedando obligado a entregar al monasterio el vino que corresponde según sus foros y una vez desembargados los bienes queda obligado a entregar el resto del precio convenido, es decir los veinte seis mil reales de vellón restantes. De tal forma, el titular de los bienes sigue siendo el monasterio, hasta que se produzca el desembargo y el comprador satisfaga las cantidades estipuladas en el contrato, eso sí, haciéndose cargo de hecho, desde ese momento de la hacienda, que en futuro será suya y pagando el foro al monasterio en los años que dure el embargo.

La guerra entre Portugal y España termina en 1713 aunque la paz con Portugal no se firma hasta 1715, y en enero de 1715 cuando ya están desembargados todos los bienes de Portugal, el comprador José Cardoso sigue adeudando al monasterio lo estipulado en el

contrato, alegando lo muy ocupado que está en cobrar las rentas de su rey.

Será en 1716, cuando el monasterio hará escritura de pago y revalidación de venta de la hacienda y bienes de Portugal a favor de Don José Cardoso y su esposa Doña María de Figueredo y Sarmiento.

En 1835, con la desamortización de los bienes eclesiásticos el monasterio deja de existir como tal, quedando un solo monje y su iglesia pasa a ser la iglesia parroquial del pueblo de San Martín de Castañeda. Llegan años de abandono y olvido. Actualmente, restaurada parte de lo que fue el convento ha alojado el Centro de Interpretación del Lago de Sanabria (Fig. N. 95).



LAS POSESIONES DEL MONASTERIO DE MORERUELA (ZAMORA) EN EL REINO DE PORTUGAL

The possessions of the monastery of Moreruela (Zamora) in the Kingdom of Portugal

José Ignacio Martín Benito ²³

Resumen

A lo largo del siglo XIII los centros monásticos participaron en la acción colonizadora de la región de Trás-os-Montes. Entre ellos estaba el monasterio cisterciense de Santa María de Moreruela, uno de los monasterios del reino de León que tuvo posesiones en el reino de Portugal. Su presencia en el territorio vino de la mano de donaciones realizadas por la Corona portuguesa y por otros magnates o aristócratas locales, así como por las compras del propio monasterio. El dominio de Moreruela se extendía por las tierras de Braganza y Miranda, donde gozó del señorío de algunas villas, de varias iglesias, casales, viñedos y otras propiedades.

Resumo

Ao longo do século XIII os centros monásticos participaram na colonização da região de Trás-os-Montes. Entre eles estava o mosteiro cisterciense de Santa María de Moreruela, um dos mosteiros do reino de Leão que possuía no reino de Portugal. A sua presença no território veio da mão de doações feitas pela Coroa portuguesa e por outros magnatas ou aristocratas locais, bem como por compras ao próprio mosteiro. O domínio da Moreruela estendia-se pelos terrenos de Bragança e Miranda, onde gozava do domínio de algumas vilas, várias igrejas, casas de campo, vinhas e outras propriedades.

²³ JOSÉ IGNACIO MARTÍN BENITO - Doctor en Historia. Miembro correspondiente de la Real Academia de la Historia. ESPAÑA. E-mail: joseignacio.ben@gmail.com

Palabras clave: Colonización; monasterio; Moreruela; reino de León; Trás-os-Montes; Miranda; Braganza; Zamora, villas; casales; iglesias; viñedos; lagares.

Palavras-chave: Colonização; mosteiro; Moreruela; reino do Leão; Trás-os-Montes; Miranda; Bragança; Zamora, vilas; casales; igrejas; vinhas; vinícolas.

1. INTRODUCCIÓN

La colonización y señorialización del territorio transmontano durante el último tercio del siglo XII y la primera mitad del XIII contó con la participación de los notables o caballeros, de las órdenes militares y de los centros monásticos. En el primer caso giró principalmente en torno al círculo de los Braganções, entre ellos Fernando Fernández de Braganza, que fue tenente real, Pedro Pérez Tyo y su hijo Pedro Mendes Tyo y Nuno Martins de Chacim. Pero también intervinieron "riqui homines" del reino de León, como Pedro Ponce o don Nuño de Zamora²⁴.

Las órdenes militares más destacadas en el territorio fueron la del Temple y la del Hospital, mientras que la principal acción colonizadora fue llevada a cabo por los monasterios: Castro de Avelãs (Bragança), Montederramo (Orense) (Lorenzo, 1997), San Martín de Castañeda (Afonso, 1998) y Santa María de Moreruela (Zamora), los tres últimos situados en el reino de León. A lo largo del siglo XIII, en la región oriental de Tras-os-Montes, se fue

²⁴ Sobre ellos vide Beceiro, 1998; y Barroca, 1996. Pedro Ponce "riquushomo Legionis", pobló la villa de Bíberes, en tierra de Miranda; don Nuño de Zamora, pobló junto a los frailes de Alcañices, la villa de Réfega (IDAIH, 1961, p. 1281). Bíberes tal vez sea Campo de Víboras, en el concelho de Vimioso.

extendiendo el poder señorial monástico. En la presente comunicación nos ocuparemos de uno de estos monasterios leoneses: el de Santa María de Moreruela, situado a orillas del río Esla.

A finales del siglo XVI Atanasio de Lobera fijaba en más de veinte los lugares que había tenido el monasterio de Moreruela en Portugal (Lobera, 1596, fol. 50v.). El registro de los diversos fondos documentales permite establecer el doble. Las posesiones se extendían por las tierras de Braganza y Miranda, actuales concelhos de Braganza, Vimioso, Macedo de Cavaleiros y Miranda do Douro.

Figura N.º 6 – Monasterios en la colonización del E. de Tras-os-Montes.



La presencia del monasterio de Santa María de Moreruela en Portugal vino de manos de la Corona, cuando en 1211 el rey don Sancho le donó el realengo de Ifanes con Constantim, en tierra de Miranda (Azevedo, Costa & Pereira, 1979, doc. 205). El patrimonio monacal se fue acrecentando con las donaciones de magnates locales y con las propias adquisiciones del monasterio mediante compra.

2. EL PATRIMONIO DE MORERUELA EN TRÁS-OS-MONTES

A la donación regia de Ifanes y Constantim siguieron otras de magnates locales, milites o guerreros que habían recibido donaciones regias. El 9 de mayo de 1224, Pedro Pérez Tío entregó al monasterio la heredad de Palazuelo (Palaçoulo). También durante el reinado de Sancho I recibió la mitad de Vila Chã de Braciosa, por donación de Fernando Fernández (IDAIII, 1961, pp. 1280, 1282 y 1283)²⁵ y de la mano de los hijos de Munio Beizo recibió propiedades en Avelanoso (IDAIII, 1961, pp. 1279 y 1282).

En 1255 Alfonso Méndez de Bornes donó al monasterio de Moreruela sus posesiones en Genísio y en San Juan de la Ribera, así como la tercia de sus bienes en Bornes, Cernadela, Cortiços y Val de Prados; los frailes orarían por su alma y su cuerpo sería sepultado en el monasterio (Alfonso Antón, 1986, docs. 136 y 137).

El patrimonio de Moreruela se incrementó con las adquisiciones. Los frailes obtuvieron la confirmación de sus posesiones en la tierra de Braganza por Alfonso III el 10 de mayo de 1253, al tiempo que les eximió del pago del portazgo de lo que adquirieran o vendieran en Portugal. Por entonces disponían en territorio de Braganza de dos aldeas: Montesinhos y Quintanilla (de Manzanas), así como varios casales en Soutelo, Carregosa y Pinela, además de casas, viñas, tierras de labranza, hornos y molinos en

Braganza. Estas y otras posesiones en tierra de Miranda se fueron amasando en el reinado de Sancho II, como reflejan las *Inquirições* de 1258 (Ventura & Oliveira, 2006, Lv. I, doc. 3)²⁶.

En el reinado de Alfonso III la principal adquisición del monasterio fue la villa de Angueira, adquirida entre 1246 y 1256. Dueño de la totalidad de la villa, al año siguiente el monasterio dio fuero a sus vecinos (Alfonso Antón, 1986, doc. 144). En 1262 adquirió la villa de Genísio, de manos del *miles* Ruy Paz y su mujer Urraca Alfonso. A cambio, los frailes les dejaban en prestimonio las pertenencias de Bornes y Braganza, recibidas de Alfonso Méndez de Bornes, padre de Urraca (Alfonso Antón, 1986, doc. 147). Cinco años más tarde Moreruela permutó tierras, viñas, árboles y un lagar que los frailes tenían en Pinela por las posesiones que aquellos tenían en Parada (Alfonso Antón, 1986, doc. 149). También mediante la permuta, Moreruela se desprendió de Ifanes, Constantim y Palaçoulo en 1311, entregándoselos de por vida al caballero de Cerecinos (del Carrizal) Fernán Pérez y a su hijo Diego Fernández a cambio de los bienes de estos en Cerecinos, San *Sadornin* y *Reguellino* de Santa María, aldeas de Castrotorafe (Alfonso Antón, 1986, doc. 203).

2.1. Villas

La labor colonizadora de Moreruela en las tierras transmontanas tuvo su acción directa en la concesión de fueros a los

²⁵ Tal vez Fernando Fernández de Braganza, que ocupó varios cargos tanto en Portugal como en León. Sobre este personaje véase Beceiro, 1998.

²⁶ El privilegio de exención del portazgo Ventura & Oliveira, 2006, Lv. I, doc. 4.

pobladores de las villas de Ifanes (1220 y 1310), Angueira (1257) y Palaçoulo (1297). El monasterio contribuyó a la repoblación de lugares como Constantim, San Juan (Alfonso Antón, 1986, docs. 75, 99, 104, 144, 181 y 199; IDAIII, 1961, pp. 1282 y 1283) y Montesinhos (Alves, 2000, vol. 3, p. 402)²⁷ y ejerció también su dominio sobre la aldea de Quintanilha de Maçãs.

2.2. Casales

Los casales eran unidades agrarias de explotación del espacio, con un núcleo habitacional y una serie de tierras o parcelas agropecuarias²⁸. En Montesinho, Moreruela tenía doce casales, uno en Carragosa, tres en Soutelo, tres en Pinela, que cambió por uno en Parada, uno en Rica Fé, varios en Rio Frio, uno en Vale Benfeito...

2.3. Iglesias

El monasterio gozó del patronazgo y de los bienes de iglesias en las tierras de Braganza y de Miranda. En 1232 el obispo de Braga le concedió autorización para construir una iglesia en Montesinho (Alfonso Antón, 1986, doc. 91). También le pertenecía la de Santo Tomé, en Quintanilha (de Maçãs) (IDAIII, 1961, p. 1332). En Nogueira la donación que en 1260 le dejó Alfonso Méndez de

²⁷ Sobre los fueros dados por el monasterio de Moreruela véase García de Valdeavellano, 1970; Alfonso Antón, 1986; y Rodríguez Fernández, 1990.

²⁸ Sobre el casal en Tras-os-Montes véase: Afonso, 2004; y Marques, 2017; Marques, 2008.

Travanca, incluía el iglesario, esto es, el conjunto de propiedades adscritas a su iglesia (Alfonso Antón, 1986, doc. 145). Tuvo también el patronazgo de las de Águas Vivas y Prado Gatão (Alves, 2000, vol. 2, p. 276). En tierra de Miranda le pertenecía la iglesia de San Cipriano en Angueira (Alfonso Antón, 1986, doc. 142 y IDAIII, 1961, p. 1283), la mitad de la de San Cristóbal de Barçiosa²⁹. También tenía el derecho de presentación en las iglesias de Palaçoulo, Ifanes y Constantim.

2.4. Viñedos y Lagares

La documentación recoge viñedos y lagares en las heredades y propiedades del monasterio. En Parada tenía dos viñas, que los frailes cambiaron con don Leonardo en 1267 por sus posesiones en Penniella, en las que también había viñas y un lagar (Alfonso Antón, 1986, doc. 14).

El monasterio fomentó la viticultura. En el fuero de Ifanes de 1220, se contemplaba que los vasallos que plantaran viñas gozaran de la mitad de los frutos del viñedo y la otra mitad para los frailes. En el segundo fuero, de 1310, el colono debía plantar anualmente una cuarta parte del viñedo durante cuatro años. En Angueira, los plantadores de viñedo se quedarían con $\frac{3}{4}$ de los frutos y los monjes una cuarta parte (Alfonso Antón, 1986, docs. 75, 199 y 144). Hacia 1300 el monasterio tenía viñas en Rica Fé (Braganza) (Alfonso

²⁹ Es actualmente la iglesia matriz de Vila Chã de Braciosa. IDAIII, 1961, pp. 1280, 1282 y 1283.

Antón, 1986, doc. 187). En 1328 se hizo con una en Vale de Prados (Braganza). En la confirmación de Alfonso IV de 1330 se incluyen, junto a otros bienes, viñas en Braganza (Alfonso Antón, 1986, doc. 223). En cuanto a las infraestructuras para la producción vitivinícola, la documentación desvela la propiedad de lagares, como el ya mencionado de Pinela.

En Braganza el monasterio dispuso de casas propias, en la actual calle de Moreirinhas. La documentación apunta también otros bienes, como montes, castaños, hornos y molinos³⁰.

3. POSESIONES DEL MONASTERIO DE MORERUELA EN PORTUGAL

3.1. *Propiedades en el Concelho de Braganza - Braganza*

En Braganza el monasterio de Moreruela poseía casas, viñas y una heredad suficiente para trabajar dos pares de bueyes, además de un horno y un molino (Ventura & Oliveira, 2006, Lv. I, doc. 3). Algunas de estas propiedades las había adquirido en tiempos del rey don Sancho II (Alfonso Antón, 1986, doc. 223 y IDAIII, 1961, p. 1288), entre ellas la que compró en 1238 a Pelayo Núñez y a su mujer, un huerto "con sua aqua et cum sua terra" en Val de Perales (Alfonso Antón, 1986, doc. 100). Un año antes compró también a Mennaa Faber y a su mujer las heredades que estos tenían en Braganza y en

³⁰ "... salvo un castaneyro que heredades con nos de Villa Bona", Alfonso Antón, 1986, p. 149; "... in Bragantia domos et vinee et hereditas sufficiens duobus jugis boum ad laborandum et unus furnus et unum molendium". CAIII, doc. 3

Sotiello (Soutelo) por 24 morabetinos (Alfonso Antón, 1986, doc. 97). En la ciudad tenía, además de las casas, un hospicio en la rúa llamada de Moreirola, actualmente R. das Moreirinhas (Alves, 2000, vol. 4). El 10 de mayo de 1253 el rey Alfonso III, atendiendo a los ruegos del monasterio, le confirmó las heredades que los frailes habían adquirido en tierra de Braganza, esto es, en Montesinho, Soutelo, Gimonde, Carvas, Carragosa y Pinela, junto a las propiedades ya citadas en la misma Braganza (Alfonso Antón, 1986, doc. 127). Ese mismo día el monarca portugués tomó bajo su protección todo lo que el monasterio tenía en Portugal (Ventura & Oliveira, 2006, lv. I, doc. 5).

Moreruela continuó acrecentando sus posesiones. El 8 de julio de 1300 María Lorenzo, tras la muerte de su marido, entregó al monasterio diversos bienes en Braganza, aunque retenía la casa donde vivía, una viña y un huerto (Alfonso Antón, 1986, doc. 186). Algunas de las casas las tenía cedidas en préstamo, como la que en 1323 disfrutaba doña Guiomar (Alfonso Antón, 1986, doc. 212).

En 1328 los jueces de Braganza tenían embargados los bienes y propiedades del cenobio por mandato del rey portugués. Moreruela recurrió. En las propias casas que tenía en la ciudad brigantina, el abad Pedro exhibió, ante el alcaide de Bragança y procurador del rey en su tierra y ante el escribano real, la carta de confirmación de Afonso III "avoho deste nosso senhor rey don Affonso que ora he" (Alfonso Antón, 1986, doc. 222). En virtud de ello, dos años más tarde, Afonso IV ordenó el desembargo de dichos

bienes y hacer guardar el privilegio dado por su abuelo (Alfonso Antón, 1986, doc. 223).

Montesinho

“Fuit regalengum et populaverunt eum fratres de Moreyrola in tempore Regis donnj Sanchii”. Allí el monasterio tenía doce casales (Alves, 2000, vol. 3, pp. 322 y 402). Sus posesiones fueron confirmadas por Alfonso III en 1253. Años antes, en 1232, el obispo de Braga concedió autorización al monasterio de Moreruela para construir una iglesia en el lugar (Alfonso Antón, 1986, doc. 91). El monasterio ejercía también la posesión jurisdiccional, pues una vez al año la aldea nombraba un juez y el monasterio designaba otro, los cuales entendían en todos los asuntos civiles. En el fuero de Angueira de 1257 se establecía que “los preitos que ovieren en el lugar que lo julgen los del lugar e quien se agraviar apele pora ante el frade que etuvier en el lugar por el señor”. Tras el “chamamento geral” de 1340, se sentenció que los abades y convento de Moreruela no podían usar ninguna jurisdicción en las aldeas de Montesinho y Quintanilha, encomendando a las justicias de Braganza el cumplimiento de la sentencia (Alves, 2000, vol. 3, doc. 60).

Montelo

En este lugar el monasterio de Moreruela tenía tres casales, bienes que le fueron confirmados por Alfonso IV en 1330 (Alfonso Antón, 1986, doc. 223).

Carragosa

El casal de la freguesía de Santa María de Carragosa fue adquirido en tiempos de D. Sancho II (Alves, 2000, vol. 3, p. 399) y su posesión confirmada en mayo de 1253 por Alfonso III (Ventura & Oliveira, 2006, Lv. I, doc. 3); tal vez por eso alguno de los testigos de las Inquiriões de D. Dinis señaló que “o Moesterio de Moreyrola ganhou hy hum casaal que era foreiro del Rey e de Bragança em tempo del Rey dom Affonssso padre deste Rey” (Alves, 2000, vol. 3, p. 321).

Carvas

La heredad, consistente en una yugada de tierra, fue adquirida entre 1228 y 1243: “Petrus Dominiyc de Carvas iuratus et interrogatus dixit ... scit quod monasterium de Morerola inpetrauit hereditatem forariam in villa de Caruis in tempore Regis Donnj S[ancii]” (IDAIII, 1961, p. 1338) y confirmada por Alfonso III en 1253 (Ventura & Oliveira, 2006, lv. I, doc. 3).

Soutelo

Probablemente se trate de Soutelo da Gamoeda, aldea de la freguesía de Carragosa, concelho de Bragança, aunque P. Sebastião lo sitúa en el concelho de Macedo de Cavaleiros. Aquí el monasterio poseía tres casales, confirmados por el rey en 1253 (Ventura & Oliveira, 2006, doc. 3 e IDAIII, 1961, p. 1288). La adquisición inicial habría tenido lugar en el reinado de Sancho II: “quod monasterium

de Moreirola quod stat in Legione et ecclesia de Riuulo Frigido inpetrauerunt in ipsa villa ij. casalia foraria in tempore Regis Sonnj S[ancii]" (IDAI, 1961, p. 1333). Tal vez el tercero de los casales fuera el que en 1237 comprara el monasterio a Mennaa Faber y a su mujer en Sotiello, junto a otras heredades en Braganza por 24 morabetinos (Alfonso Antón, 1986, doc. 97).

Pinela

La mitad de Pinela estuvo en manos de la orden del Hospital (IDAI, 1961, p. 1306 y Alves, 2000, vol. 3, p. 346). En esta villa, Moreruela poseyó tres casales (Alves, 2000, vol. 3, p. 344), adquirido en el reinado de Sancho II. Las propiedades figuran en la confirmación real de 1253 (Ventura & Oliveira, 2006, lv. I, doc. 3). En 1267 el monasterio acrecentó sus posesiones en el lugar, pues cambió con don Leonardo y su esposa María Martínez, moradores en Parada, unas tierras y una viña que los frailes tenían en esta villa por "tierras, viñas, árboles y un lagar en Penniella" (Alfonso Antón, 1986, doc. 149).

Según las Inquiriões de D. Alfonso III, estos casales estaban en la freguesía de San Nicolás de Pinela (IDAI, 1961, p. 1305 y Alves, 2000, vol. 3, p. 314). Es posible que dichos casales fueran los que se nombran en el documento de permuta con don Leonardo: "nuestros ombres de Peniella entren lavrar e pascer e cortar en

Retouza e en Cavallon³¹ e en Riego desde la carrera que vay de Hyzeda a suso contra tiermeno de Villa Bona".

Parada (de Infanções)

En el año 1200 Sancho I había hecho donación y acotamiento del realengo de Parada a Pedro Nunes (Azevedo, Costa & Pereira, 1979, I, doc. 132). En el reinado de Sancho II Moreruela adquirió un casal en este término (IDAI, 1961, p. 1303). En 1267 los monjes cambiaron tierras y viñas de este lugar con don Leonardo y su mujer María Martínez, moradores en Parada, por las posesiones que estos tenían en Pinela "salvo un castaneyro que heredades con nos de Villa Bona" (Alfonso Antón, 1986, doc. 149).

Rica Fé

En tiempos de Sancho II, Pelaguis Muñiz donó la mitad de una heredad que tenía en Riquafe a los frailes de Moreruela, por remedio de su alma (IDAI, 1961, p. 1286). Es probable que esta heredad fuera la que en 1300 disfrutaban Fernán Miguéliz y Marina Pérez, compuesta por una tierra y un bacillar. El monasterio incitaba al matrimonio a plantar viñas en un plazo máximo de cuatro años, reservándose este en foro el cuarto de la producción del vino (Alfonso Antón, 1986, doc 187).

³¹¿Calvelhe?

Vale de Lamas

Aquí tenía el monasterio de Moreruela una viña. En 1298 fray Miguel, fraile de Moreruela y morador en Braganza presentó una demanda de emplazamiento ante el juez de dicha ciudad contra García Peláez y su mujer de Val de Lamas por la viña “que dezia que era de Moryrolla e a qual iazia en termeno de Valde Lamas” (Alfonso Antón, 1986, doc. 182).

Rio Frío

En la parroquia o freguesia de Santa María de Rio Frío, “e na aldeya que chaman Sontelo”, tuvo el monasterio varios casales. Su número varía de uno a cinco según los testimonios que se prestaron en las Inquiriões de D. Afonso III de 1258 (Alves, 2000, vol., 3, pp. 322, 398, 404 y 405).

Nogueira

La presencia de Moreruela en Nogueira se debe a la donación hecha en 1260 por Alfonso Méndez de Travanca, el cual dejaba la tercia de sus bienes, así como cuanto tenía en Nogueira e incluía su iglesario (Alfonso Antón, 1986, doc. 145), lo que debe entenderse como el conjunto de propiedades adscritas a su iglesia.

Campelo

El lugar debe identificarse con la actual Quinta de Campelo, en las cercanías de Braganza. En este lugar el monasterio tenía una tierra con su prado, llamada de la “Caleyra”, que en 1299 daba en préstamo a Álvaro Pérez, morador en Braganza y por la que pagaba cada año tres octavas de centeno (Alfonso Antón, 1986, doc. 184).

Gimonde

Lugar situado en la confluencia de los ríos Onor y Sabor. Los frailes de Moreruela compraron una heredad en tiempos de Sancho II: “quod fratres de Moreyrola comparaverunt hereditatem forariam Donnj Regis in villa de Jemundj in tempore istius Regis et non facit inde forum” (IDAIII, 1961, p. 1306). Ya se citó que entre las propiedades del monasterio en tierra de Braganza confirmadas por Alfonso III en 1253 estaba una yugada entre Gimonde y Carvas (Ventura & Oliveira, 2006, lv. I, doc. 3).

Vale de Moinhos

Según la declaración de Donnus Nicholaus, prelado de la iglesia de Santa María de Gimonde, hecha el 16 de diciembre de 1258, el monasterio de Moreruela adquirió una heredad forera del rey en tiempos de don Sancho II: “et scit quod monasterium de Moreirola inpetravit hereditatem forariam Donni Regis de hominibus de Bragancia in loco qui dicitur vallis de Mollinis in tempore Regis Donnj S[ancii]” (IDAIII, 1961, p. 1305).

Deilão

Lugar cercano a la ribera del Maçãs. El prelado de la iglesia de Santa María de Gimonde declaró también que los frailes de Moreruela obtuvieron una heredad “per forciam” en Deilão en tiempos de Sancho II: “scit quod frates de Mereirola qui sunt de Legione filiarunt hereditatem Donni Regis per forciam in loco qui dicitur Deylam in tempore istius Regis” (IDAIII, 1961, p. 1305).

Quintela de Lampaças

Se infieren propiedades en este lugar a raíz de la autorización del obispo de Braga dada el 8 de noviembre de 1232 al abad Pedro de Moreruela de construir una iglesia en Montesinho, cuando aquel se reserva la percepción de los diezmos de las tierras que Moreruela cultivase “per se vel per alios... in terra de Bragançia vel de Lampazas” (Alfonso Antón, 1986 doc. 91).

Quintanilha

Citada a veces en la documentación como Quintela y otras como Quintanella e, incluso Quintana. Se ha supuesto que cuando se cita a Quintela esta se corresponde con la Quintela del concelho de Vinhais (Sebastião, 2017), pero la documentación en varias ocasiones añade su ubicación: “Quinteela que eacet prope Rivulum de masanis”; “Quinteela que est propie Riulum de masanis” (Alves, 2000, vol. 3, pp. 306, 309 y 399); “villa de Quintana que stat prope Riulum de Masanas” (IDAIII, 1961, p. 1285) o “quod ante Moreyrola

inpetruit hereditaten forariam Domini Regis in vila de Quinteela in Riulo de Masanas in tempore Regis Donni S[ancii]” (IDAIII, 1961, p. 1330). La ubicación geográfica de la documentación se ve reforzada por la advocación de su iglesia, dedicada a São Tomé, dedicación que se mantiene actualmente.

Quintanilla fue adquirida por los frailes cistercienses en época de don Sancho I: “fratres de Moreyrola comparauerunt hereditatem forariam Regis in Quinteela in tempore Regis Donnj S[ancii]” (IDAIII, 1961, p. 1287); “tota villa de Quinteela fuit foraria Doni Regis et modo Donnus Rex non habet in ipsa villar ergo iij casalia foraria et alia tota comparavit et inpetrauit monasterium de Moreirola in diebus istius Regis” (IDAIII, 1961, p. 1303 y Alves, 2000, vol. 3, p. 403). En la confirmación de Alfonso III de 1253 se cita: “unum vilare quod dicitur Quintanella, quod jacet circa Canelellam” (Ventura & Oliveira, 2006, doc. 3). En alguna ocasión aparece citado como Calelha: “freguesia de San Thome de Calelha: dizem as testemuhnas que a terça de Calelha he regenga del Rey a as duas partes som de Moreyrola e trage o mosteiro o seu por honrra” (Alves, 2000, vol. 3, p. 327).

Según la declaración de los testigos de las Inquirições de 1258, el monasterio habría adquirido las heredades de la villa (cuatro casales) y la iglesia estaría en la heredad adquirida por el monasterio:

Incipit parrochia Sancti Thome de Quinteela de Riulo de Masanis et non habetur modo ibi Abbas.- Martinus Rodericij de Quinteela iuratus et interrogatus dixit quod ipsa villa fuit tota foraria Domini Regis et modo non habet ibi Dominus Rex ergo iij. casalia et aliam totam comparauit monasterium de Moreirola in tempore Regis Donj S[ancii] fratris istius et comparauit de ea predictum monasterium in tempore istius Regis et non facit inde forum Domino Regi et ipsa ecclesia stat in hereditate de ipsa villa que fuit foraria et ipsum monasterium abbatat ipsam ecclesiam per forciam. (IDAIII, 1961, p. 1332).

Así pues, parece que el lugar (ya se denomine Quintela o Quintanella, se corresponde con la actual aldea de Quintanilha, a orillas del río Maçãs (Manzanas), junto a la Raya hispano-portuguesa: “et quare ipsa villa stat in fine Regni Portugalie (Alves, 2000, vol., 3, p. 310 y IDAIII, 1961, p. 1288).

Hacia 1340 la corona portuguesa llevó a cabo acciones encaminadas a que los distintos señoríos probaran sus derechos jurisdiccionales. En este proceso del llamado “chamamento geral”, se sentenció que los abades del monasterio de Moreruela no podían usar ninguna jurisdicción en las aldeas de Montesinho y Quintanilha, como ya se dijo *supra* (Alves, 2000, vol. 3, doc. 60).

Vila Boa

Lugar de la actual freguesia de Serapicos. El monasterio tenía un castaño en el término de Villa Bona, que compartía con don Leonardo y su mujer María Martínez. Cuando el 30 de noviembre de 1267 el convento permuta con dichos esposos unos bienes en Parada por otros en Pinela, se hace mención de esta posesión: “Esto vos

damus e vos cambiamus ... salvo un castaneyro que heredades con nos de Villa Bona con entradas e con salidas e con todas las cousas que pertenecen a esta vestra herdade” (Alfonso Antón, 1986, p. 149).

3.2. Propiedades en el Concelho de Macedo de Cavaleiros Vale de Prados

Formó parte de la donación hecha en 1256 por el señor de Bornes, Don Alfonso Méndez, el cual donó al monasterio la tercera parte de lo que tenía en Bornes, Cernadela, Corteços y Val de Prados (Alfonso Antón, 1986, doc. 137). En 1328 Moreruela compró a Salvador Pérez, “çapateiro y morador en Bragança” una viña en Val de Prados que estaba en la heredad del monasterio por 300 mr. nuevos y por la que recibía el cuarto en foro cada año (Alfonso Antón, 1986, doc. 220).

Bornes

Villa del señorío de Alfonso Méndez, quien el 25 de febrero de 1256 donó la tercera parte de sus bienes en esta villa al monasterio de Moreruela, junto a la tercia de otros lugares (*vide supra*). En 1262 los frailes cambiaron en prestimonio con Ruy Paz y su mujer, hija de Alfonso Méndez de Bornes, los bienes que aquellos tenían en Bornes y Braganza por lo que estos tenían en Genisio (Alfonso Antón, 1986, docs. 137 y 147).

Cernadela

Formó parte de la donación que en 1256 el señor de Bornes hizo al monasterio de Morerueta, dejándole la tercia de este lugar (*vide supra*). Los testimonios de las Inquirições en torno a 1258 reconocían que la villa de Cernadela había sido de realengo y ahora lo era de Don Alfonso de Bornes y del monasterio de Morerueta que "habet tertiam ipsa villa". Alfonso de Bornes habría comprado la villa de Cernadela a su sobrino Egidio Roderici, que la había obtenido de su padre Roderico Alfonsi, el cual la había cambiado, a su vez, con Fernando Fernández *Bragantianus* por la villa de Vimioso (IDAIII, 1961, pp. 1267, 1270 y 1271).

Cortiços

Incluido también en el lote de las donaciones realizadas por Alfonso Méndez de Bornes al abad y frailes de Morerueta en 1256. El lugar formaba parte entonces del término de Cernadela y fue Alfonso Méndez de Bornes el que hizo la villa de Cortiços, tras recibir el lugar de manos del rey: "villam de Valle Cortisis dederat Rex predicto Alfonso Mendj de Bornes"; "Alfonso Menendij de Bornes fecit villam de Valle de Cortisis in termino de Cernadela que fuit regalenga et modo habent ipsas uillas et Monasterium de Moreyrola habet tercias de ipsis uillis" (IDAIII, 1961, p. 1270 y 1271).

Sezulfe

Cernadela, Valle de Cortiços y Sezulfe fueron entregadas por Fernando Fernandez³² a Rodrigo Pérez, padre de Egidio Rodríguez a cambio de Vimioso, según declaran los testigos de las Inquirições alfonsinas. Empero Sezulfe junto con Vimioso habían sido entregadas por Sancho I en 1196 a Fernando Fernández *Bragantianus*. Egidio Rodríguez, en tiempos de Sancho II, las vendió a su tío Alfonso Méndez de Bornes, el cual dejó la tercia de dichas villas al monasterio de Morerueta (IDAIII, 1961, p. 1271). Empero, en el documento de la donación no se cita expresamente a Sezulfe, que quizás esté contenida dentro de la expresión "en otros lugares" (Alfonso Antón, 1986, doc. 137).

Santa María de Vale Benfeito

En este lugar Morerueta tenía un casal adquirido en tiempos del rey don Sancho:

Item freguesia de santa Maria de Val bempfeyto [...]. Item o moesteiro de Moreirola ganhou hy hum casal e Joham Gonçalvez creligo ganhou otro de Domingo Meendez e eran foreiros del Rey e de Bragança e peitavam vooz e cooima e davam senhas oytavas de pam ao andador de Bragança (IDAIII, 1961, p. 324).

3.3 Propiedades en el Concelho de Carrazeda de Ansiães:

Linhares

³² Sobre este personaje véase el trabajo de I. Beceiro, 1998.

Moreruela compró una heredad y una viña foraria en Linares en tiempos del rey Sancho, según declaró el testigo Pedro Fernández de Braganza en las Inquirições de 1258: “Inquiri supradictum monasterium de Moreyrola comparavit et inpetrauit hereditatem et uineam forariam Donni Regis in Lynares in tempore Regis Donnj S[ancii]”. (IDAI, 1961, p. 1288). Pedro Sebastião sitúa el lugar en la localidad epónima del concelho de Carraceda de Ansiães (2017, 344).

3.4 Propiedades en el Concelho de Vimioso: Angueira

Esta villa, situada entonces en tierra de Miranda, fue donada por el rey don Sancho I a Tello Fernández (Azevedo, Costa & Pereira, 1979, I, doc. 113 y Alfonso Antón, 1986, doc. 29).

Entre 1246 y 1256 el monasterio de Moreruela compró la villa. En septiembre de 1246 hizo tres adquisiciones. En una compraba la mitad de Angueira a Urraca Tellez y otros herederos de don Tello por 380 mrs y 8 sueldos “con casas, solares, huertos, viñas, tierras, cultas e incultas, montes, árboles, prados, molinos e inclusive la más pequeña piedra” (Alfonso Antón, 1986, doc. 117). En otra adquiría de Sancha Laurenz y sus hijas las dos partes de la cuarta de la villa e iglesia por 100 mrs. (Alfonso Antón, 1986, doc. 141) y en la tercera compró a María Rodríguez, hija de Ruiz Téllez y Marian Gil, por 50 mrs la tercia de la cuarta restante, que esta había heredado de su padre: “terras, casas, suelos, vasallos, montes e devesas, ríos e

molinos, entradas e exidas e quanto me pertenece en essa iglesia” (Alfonso Antón, 1986, doc. 142).

Dueño de la totalidad de Angueira, el monasterio otorgó fuero a sus vecinos en 1257 (Alfonso Antón, 1986, doc. 144). Antes lo había hecho con Ifanes (1220) también en tierra de Miranda y con las vecinas Nuez (1238) y Ataúlfo (1242). Para fomentar el asentamiento de población los frailes eximían del pago del foro durante cinco años a los que edificasen vivienda de nueva planta. Poco después, en las Inquirições mandadas hacer por Alfonso III en 1258 el capellán de la iglesia de San Cipriano de Angueira subrayaba la propiedad: “villa et ecclesia sunt de monasterio de Moreyrola” (IDAI, 1961, p. 1283).

En 1279 Angueira fue entregada en prestimonio, junto a otras posesiones en Miranda, al caballero (miles) Ruy Paz y su mujer María Rodríguez, trocándola por la villa de Genicio, que antes había tenido el monasterio (Alfonso Antón, 1986, doc. 159). Ruy Paz se comprometía a defender y proteger las posesiones del monasterio en Miranda. Sin embargo, los acuerdos no debieron ser respetados por Ruy Paz, y Moreruela entabló con él un pleito en 1284 (Alfonso Antón, 1986, do 171). Los jueces de Braganza fallaron a favor del monasterio, condenando a Ruy Paz a una multa de 500 mrs. y a las costas del juicio sentencia confirmada por el rey D. Dinis en 1284. El monasterio recurrió de nuevo a los jueces de Braganza con la carta real, en protesta por el débito del caballero (Alfonso Antón, 1986, doc. 172 y 173).

En 1309 el monasterio cedió a Alvar Pérez Ponz de por vida y por dos mil morabetinos “quanto nos avemos en Angera e en so termino con un jugo de bueys e con pan verde e seco” junto con lo que tenían los frailes en Santa Cruz del Yermo (Alfonso Antón, 1986, doc. 198).

São João de Angueira

En 1257 el monasterio compró a Alfonso Méndez de Bornes el sexmo de este lugar, junto con tres casales en Genisio (Alfonso Antón, 1986, doc. 143).

Vale de Frades

Fueron los frailes del Temple de Alcañices los que poblaron Villa de Frades, junto a Serapicos, Avelanoso, Guadramil y San Juan de Duero, entre otros lugares (IDAIII, 1961, p. 1279). Por su parte, el monasterio de Morerueta poseía en este lugar la tercera parte de los bienes (Afonso, 1998, p. 128). Empero, no hemos localizado documentación que acredite esta posesión.

Avelanoso

Los bienes en Avelanoso le vinieron a Morerueta por donación. Con anterioridad, la villa fue poblada por los frailes de Alcañices de la orden del Temple, junto con las pueblas de Sarapicos, Villar de Frades y San Juan de Riba Duero. En la puebla de Avelanoso debieron intervenir también los hijos de Munio Beizo. Los testigos de las

Inquirições de 1258 declararon que “filii Munio Beizo populaverunt villam de Avelaoso in Miranda et leixaverunt eam monasterio de Moreyrola in diebus Regis Donnj S[ancii]” (IDAIII, 1961, pp. 1279 y 1282).

3.5. Propiedades en el Concelho de Miranda do Douro Malhadas

La posesión de Morerueta en Malhadas databa de los tiempos de Sancho I de Portugal, cuando el monarca entregó la villa a varios caballeros comprometiéndoles la defensa de Braganza en caso de ser cercada; entre estos se encontraban don Nuño de Zamora y don Pedro Ponce³³. Según los testimonios de las Inquirições, en virtud del citado pacto, los caballeros se la entregaron al monasterio “supradicti quibus Rex dederat eam ad supradictum pactum dederunt eam supradicto monasterio”. De este modo, hacia 1258, el hijo de don Nuño y el propio monasterio tenían la villa de Malhadas (IDAIII, 1961, p. 1282).

Ifanes

El realengo de Ifanes, junto al de Constantim, en tierra de Miranda, fue entregado en 1211 a Morerueta por el Sancho I de

³³ Pero Malhadas debía también girar también en la órbita leonesa, pues Alfonso IX la donó en 1212 a don Pedro Gutiérrez (González, 1944, doc. 282). En cualquier caso, el control efectivo debía tenerlo a principios del siglo XIII don Nuño de Zamora. (Martín Viso, 2002, p. 66, nota 74).

Portugal. Lo hacía “pro remedio anime mee ad hedificandum supra dictum locum scilicet Ifaneis cum Constantino” (Azevedo, Costa & Pereira, 1979, doc. 205 e IDAIII, 1961, pp. 1281 y 1283-1284). La intención del rey de edificar o repoblar el lugar fue impulsada por el monasterio en 1220, al dar fuero a la villa (Alfonso Antón, 1986, doc. 75). La posesión del lugar derivó en conflicto con el arzobispo de Braga por las rentas de su iglesia. En 1232, el arzobispo bracarense y el abad de Moreruela mantenían un pleito sobre la percepción de la tercia de los diezmos de la iglesia de San Miguel de Ifanes, llegándose finalmente a un acuerdo, por el cual Braga recibiría la quinta parte de la tercia de Ifanes y de los otros lugares que Moreruela tuviera en la diócesis bracarense. La avenencia debió allanar las relaciones entre ambas instituciones y tan solo un mes más tarde el obispo de Braga daba autorización al abad de Moreruela para construir una iglesia en Montesinho (Alfonso Antón, 1986, docs. 90 y 91). Sin embargo, un nuevo pleito se originó en 1298 entre el obispo de Braga y el monasterio, por el derecho de presentación en las iglesias de Ifanes y de Constantim, que se saldó a favor de Moreruela (Alfonso Antón, 1986, doc. 183). Años más tarde este patronazgo fue ratificado por el Papa: el 7 de marzo de 1320 el papa Juan XXII desde Avignon expedía la bula dirigida al monasterio de Palatiolo de Souza en la que le comunicaba que el patronato de las iglesias de Ifanes, Constantim, Palazuelo y Angueira pertenecía al monasterio de Moreruela (Alfonso Antón, 1986, doc. 209).

En 1310 los frailes dieron un nuevo fuero a la villa para favorecer el establecimiento de setenta nuevos pobladores, obligando a estos a hacer durante seis años y anualmente, una cuarta de viña bajo pena de 100 mrs. anuales (Alfonso Antón, 1986, doc. 199). Un año después, Ifanes, junto con Constantim y Palazuelo fueron entregados a Fernán Pérez y a su hijo Diego Fernández, de Cerecinos, a cambio de los bienes de estos en Cerecinos, San Sadornín y Reguellino de San María, junto con las casas de Castrotorafe; por otro lado el monasterio recuperaba el prestimonio de las casas de Riego y Reguellino concedido en 1309 (Alfonso Antón, 1986, doc. 203).

Constantim

La corona portuguesa donó a Moreruela el realengo de Constantim, junto con el de Ifanes en 1211 (Azevedo, Costa & Pereira, 1979, doc. 205; IDAIII, 1961, pp. 1280-1284 y Alves, 2000, vol. 2, p. 276). Aquí el monasterio tenía el derecho de presentación de la iglesia de Santa María, como le reconoció la bula de Juan XXII de 1320 (Alfonso Antón, 1986, doc. 209). Junto con Ifanes y Palazuelo, Constantim fue entregada en prestimonio en 1311 al noble Fernán Pérez y a su hijo Diego Fernández por los bienes que estos tenían en Cerecinos, San Sadornin y Reguellino (Alfonso Antón, 1986, doc. 203).

Duas Igrejas

Antes de 1323 el monasterio se había hecho con posesiones en este lugar por donación de doña Guiomar, en razón del préstamo que Moreruela le había hecho de la casa en Braganza: “E con las vuestras casas de Miranda e con todo lo al que que avedes en Cerceno e en Dos Eglecias en termino de Miranda que nos vos donna Guyomar diestes por razón deste aprestamo desta casa de Bretogancia que nos vos diemos segund se contiene en las cartas de la avenencia e de la postura que con nosco avedes seelladas” (Alfonso Antón, 1986, doc. 212).

Villarino

El lugar pertenecía al término de Genisio. Tal vez el actual Belarinho. Tras la entrega de esta villa y su término al miles Ruy Paz en 1279, para que este defendiera y amparase las posesiones del monasterio en la tierra de Miranda, el notable debió exigir a los habitantes de Villarino “ciertas cargas y gravámenes”, contra lo establecido con Moreruela. Ello dio lugar a un pleito, que fue resuelto en 1284. Los jueces de Braganza entregaron al monasterio el lugar de Villarino y otros términos de Genisio. Tras la sentencia, el monasterio perdonó a Ruy Pérez los quinientos mrs. de pena a cambio de la devolución de Villarino (Alfonso Antón, 1986, doc. 174 y 175).

Genísio

La presencia de Moreruela en la villa deriva de la donación que en 1255 hizo al monasterio Alfonso Méndez de Bornes, por el remedio de su alma. Lo hacía junto a otros bienes en San Juan de la Ribera, que heredó de Meen Bonfino “con montes e con prados, con pascidos, con entradas e con salidas, con fontes e con aguas, con terras labradas e por lavrar” (Alfonso Antón, 1986, doc. 136). Al año siguiente los frailes le compraron además tres casales en Genisio y el sexmo de Angueira, por una “bona mula de la qual soe ya pagado” (Alfonso Antón, 1986, doc. 143).

En 1262 el miles Ruy Paz y su mujer Urraca Alfonso, hija de Alfonso Méndez de Bornes, entregaron a Moreruela sus pertenencias en Genisio: “toda la villa con sos términos, salvo el séptimo que he de dona Maria muler que fu de Lupe Domínguez, Freyre del Ospital e salvo el casal que ha y meu ermano Fernan Payz”; a cambio, el monasterio les dejaba en prestimonio lo que este tenía en Bornes y en Braganza y que había recibido del señor de Bornes, y a la vez “damos vos Genizo esta vila sobredita que lo tengades en vestra vida de ambos e la qual nos vos diestes e a vestra norte todo esto que vos damos ficar libre e quito al monasterio de Morerola” (Alfonso Antón, 1986, doc. 147). El monasterio recuperó la villa de Genisio en 1279 después de un pleito y avenencia hecha con Ruy Paz y su mujer María Rodríguez, a cambio de la cesión en prestimonio de la villa de Angueira (Alfonso Antón, 1986, doc 159). Los frailes buscaron la protección de Ruy Paz, que se comprometía a defender, guardar y

amparar “todas las vossas cousas que avedes en Miranda”. Sin embargo, el acuerdo no debió ser respetado por el magnate, lo que dio lugar a un pleito que los jueces de Braganza fallaron a favor del monasterio en 1284 y que fue confirmado por el rey D. Dinis. (Ver *supra* Angueira y Villarino, docs. 171 a 175).

Dueño de Genicio, parece que el monasterio se olvidó de pagar la tercia pontifical de su iglesia al arzobispo de Braga, por lo que en 1303 fue condenado en rebeldía por el *tabalion* o notario del rey en Braganza, que le impuso una multa de 20 libras (Alfonso Antón, 1986, doc. 190).

Miranda do Douro

En esta ciudad el monasterio poseyó varios inmuebles. Según Atanasio de Lobera, en su *Historia de la ciudad e iglesia de León* (Lobera, 1596, p. 363.), el monasterio poseyó “sin la Rúa toda la ciudad de Miranda”.

São João de Ripa Dorii

Sobre la ubicación de esta aldea se ha supuesto que pueda tratarse de Picote (Martín Viso, 2002, p. 68), S. Joanico (Leite de Valconcelhos, 1900, 38) o Cicouro (Herculano de Carvalho, 1952). Sin embargo, pudiera tratarse también del entorno del castro de São João das Arribas, muy cerca de Aldeia Nova, actualmente un promotorio sobre el Duero con una ermita dedicada al santo. El lugar fue poblado por los frailes de la Orden del Temple de Alcañices:

“quod fratres de Alcanizes populauerunt Santtum Johannem de Ripa Dorij” (IDAIII, 1961, p. 1279).

Parece que después hubo una repoblación por parte de Moreruela:

Petrus Maurus de Maladas iuratus et interrogatus [...] dixit quod scit quod Donnus Fernandus Fernandj populauit villam Jfanés quando tenebat terram de manu Regis et dedit eam monasterio de Moreyrola et modo non facin inde forum Donno Regi et scit quod fratres de Moreyrola poplauerunt uillam de Constantjm et villam Sancti Johannis in Miranda in diebus istius Regis (IDAIII, 1961, p. 1283).

En 1255 el monasterio recibió en donación los bienes que el notable Alfonso Méndez de Bornes tenía en Genisio y en “San Johan de la Ribera que eredy de Meen Bofino”.

Águas Vivas

F. Alves, abad de Baçal, refiere que el patronazgo de su iglesia estaba en manos de Moreruela, pasando después a la encomienda de la Ordem de Cristo (Alves, 2000, vol. 2, p. 276).

Prado Gatão

Citado también como uno de los lugares en los que los frailes de Moreruela tenían el patronazgo de su iglesia, que con el tiempo se integraría en la orden de Cristo (Alves, 2000, vol. 2, p. 276).

Palaçoulo

El realengo de Atenor y Palaçoulo, en tierra de Miranda, fue entregado por el rey Afonso Enriques a su miles Pedro Menéndez Tio, en julio de 1172 (Alfonso Antón, 1986, doc. 17; Ventura & Oliveira, 2011, Lv. II y III, doc. 35). El 9 de mayo de 1224, Pedro Pérez Tío, su mujer y sus hijos entregaban la heredad de Palazuelo al convento de Santa María de Moreruela, reservándose no obstante de por vida la mitad de las rentas y una yugada, que pasarían tras su muerte al monasterio; y lo hacía “pro animabus nostris et patris mei el Tyo, et domni Fernandi Fernandi” (CMO, doc. 78). Al día siguiente Pedro Pérez donaba un casal en Palazuelo a Martín Gees, para que con esta heredad fueran vasallos del monasterio de Moreruela, al que debían entregar siempre los diezmos (Alfonso Antón, 1986, doc. 79).

De esta manera, los testigos de las Inquirições de 1258 recordaban que “fratres de monasterio de Moreyrola populauerunt unam villam que vocatur Palaciolo in Miranda in tempore Regis Domnj S[ancii]” y que no pagaban foro al rey (IDAIII, 1961, p. 1281).

A finales del siglo XIII (8 de enero de 1297) el abad y el convento de Moreruela otorgaban fuero a cien pobladores para que “la ayan e la laboren e la persuyan in perpetuum por hereditat”. Se reservaban los frailes la “granja de la sacristanía” con sus dehesas, prados y términos. Cada vasallo debía dar al convento por San Martín tres mrs. de foro, pero el que viniera a poblar quedaba exento del pago durante cinco años (Alfonso Antón, 1986, doc. 181).

F. Alves apunta que San Miguel de Palazuelo, junto con Aguas Vivas, Prado Gatão y Angueira pasaron con el tiempo a integrarse en la Orden de Cristo como encomiendas, suponiendo el abad de Baçal que Moreruela perdió estos bienes en las guerras de Alfonso V (último tercio del siglo XV) (Alves, 2000, vol. 2, p. 276).

Vila Chã de Braciosa

En las Inquirições de 1258 se informaba que la posesión en Villam Planam de Barceosa por parte de Moreruela se remontaba a los días del reinado de don Sancho. El monasterio había adquirido la mitad de la villa por donación de Fernando Fernández. Con ello, disfrutaba también de la mitad de la iglesia de San Cristóbal de Barciosa (IDAIII, 1961, pp. 1280, 1282 y 1283).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. M. (2004). O Casal Transmontano no dealbar da Idade Moderna. *III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época: atas.* (pp. 335-361). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho.
- Afonso, B. (1998). Propriedades rústicas dos mosteiros de Santa María de Moreruela e S. Martinho de Castanheira em terras de Bragança. *Actas del II Congreso internacional sobre el Císter en Galicia y Portugal.* (vol. 1, pp. 127-146). Ourense.
- Alfonso Antón, I. (1986). *La colonización cisterciense en la meseta del Duero. El dominio de Moreruela (siglos XII-XIV).* Salamanca.

Alves, F. M. (2000). *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* (3.ª ed.). Bragança: Câmara Municipal e Museu do Abade de Baçal.

Azevedo, R.; Costa, P. A. J.; & Pereira, M. R. (1979). *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. (Vol I). Coimbra.

Barroca, M. J. (1996). O túmulo de D. Nuno Martins de Chacim, no mosteiro de Castro de Avelãs. *Revista da Faculdade de Letras, História* (vol. 13, pp. 596- 614). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Beceiro, I. (1998). Los poderes señoriales en los territorios fronterizos al norte del Duero (siglos XIII-inicios del XIV. *Revista da Faculdade de Letras, História* (2.ª Serie, vol. 15, pp. 1086-1089). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

García de Valdeavellano, L. (1970). Sobre los fueros de la villa portuguesa de Ifanes (1220) y de Angueira (1257). Notas para el estudio del señorío del monasterio cisterciense de Moreruela. *Boletín de la Real Academia de la Historia* (CLXVI, II). Madrid: Real Academia de la Historia.

González, J. (1944). *Alfonso IX*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Jerónimo Zurita.

IDAIH (1961). *Inquirições de D. Afonso III. Portugalia monvmenta Histórica a saevlo octavo post Christvm vsque ad qvintvmdecimvm. Inquisitiones* (Volvmen I, Pars II. Fascicvlvs VIII). Lisboa. 1961.

Lobera, A. (1596). *Historia de las grandezas de la muy antigua, e Insigne ciudad y Iglesia de León, y de su Obispo, y Patron san Froylan, con las del glorioso S. Atilano Obispo de Çamora*. Valladolid.

Lorenzo, R. (1997). Documentos portugueses de Montederramo. *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. (Vol II, pp. 135-156). Lisboa.

Marques, A. E. (2008). O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200). *Revista Medievalista*, ano 4, pp. 2-12 [online]

Marques, A. E. (2017). A organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: a morfologia do casal entre os textos e as materialidades. *No Tempo de D. Afonso Henriques: Reflexões sobre o primeiro século português*. (p. 195-227). Porto.

Marques, A. H. O. (1990-1992). *Chancelaria de D. Afonso IV*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Martín Viso, I (2002). La formación de la frontera con Portugal y su impacto en el occidente zamorano (siglos XII-XIII), *Stvdia Zamorensia* (Segunda Etapa, Vol. VI, pp. 66). Zamora.

Pita Beceiro, I. (1998). Los poderes señoriales en los territorios fronterizos al norte del Duero (siglos XIII-inicios del XIV. *Revista da Faculdade de Letras, História* (2.ª Série., vol. 15, pp. 1085-1100). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Rodríguez Fernandez, J. (1990). *Los fueros locales de la provincia de Zamora*. Salamanca.

Sebastião, P. (2017). As propriedades cistercienses na fronteira norte de Portugal – os casos de Santa Maria de Moreruela, S. Martín de Castañeda e Santa Maria de Fiães. *Revista de História das Ideias* (vol. 35, 2.ª série, pp. 335-366). Coimbra: Imprensa da Universidade.

Ventura, L. & Oliveira, A. R. (2006-2011). *Chancelaria de D. Afonso III* (Livro I, Vol. I; Livro I; y Livro II e III). Coimbra.

ANEXOS | TABELAS

Tabela 1 – Bienes del Monasterio de Moreruela en Portugal

LUGARES	BIENES	REFERENCIA
Bragança	Casas, huerto, viñas, horno y molino	Ventura & Oliveira, 2006, lv. I. doc. 3 Alfonso Antón, 1986, doc. 100
Montesinho	12 casales, la aldea y la iglesia	Alves, 2000, vol. 3, pp. 322 y 402 Alfonso Antón, 1986, doc. 91
Montelo	Tres casales	Alfonso Antón, 1986, doc. 223
Carragosa	Un casal	Ventura & Oliveira, 2006, lv. I, doc. 3 Alves, 2000, vol. 3, pp. 321 y 399
Carvas	Una yugada de tierra	IDAIII, 1961, p. 1338 CAIII, I, doc. 3
Soutelo	Tres casales	Ventura & Oliveira, 2006, lv. 1, doc. 3 IDAIII, 1961, p. 1288
Pinela	Tres casales, tierras y una viña	Ventura & Oliveira, 2006, lv. 1, doc. 3 Alfonso Antón, 1986, doc. 149 IDAIII, 1961, p. 1305 Alves, 2000, vol. 3, p. 314
Parada (de Infanções)	Un casal	IDAIII, 1961, p. 1303
Rica Fé	Una tierra y un bacillar	Alfonso Antón, 1986, doc 187

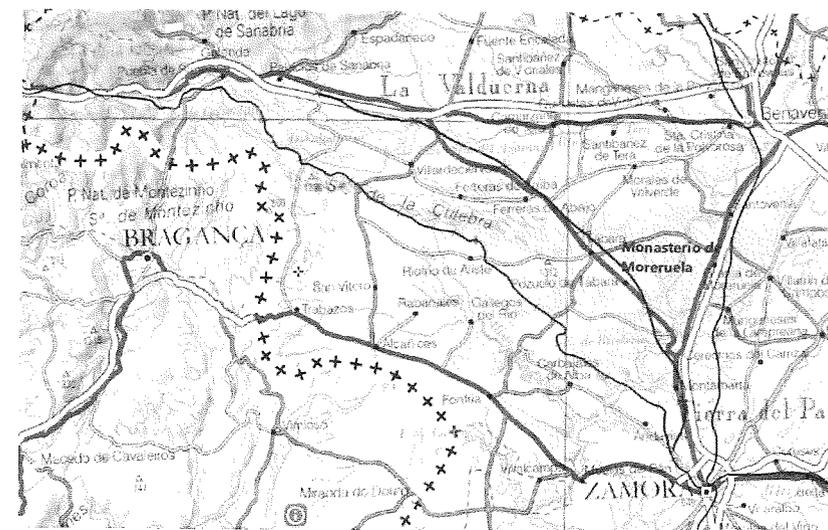
Vale de Lamas	Una viña	Alfonso Antón, 1986, doc. 182	
Río Frío	Casales (entre uno y cinco)	Alves, 2000, vol. 3, pp. 322, 398, 404 y 405	
Nogueira	La tercia del iglesario	Alfonso Antón, 1986, doc. 145	
Campelo	Tierra con prado	Alfonso Antón, 1986, doc. 184	
Gimonde	Heredad	IDAIII, 1961, p. 1306	
Vale de Moinhos	Heredad	IDAIII, 1961, p. 1305	
Deilão	Heredad	IDAIII, 1961, p. 1305	
Quintela de Lampazas	-	Alfonso Antón, 1986 doc. 91	
Quintanilha	La aldea, cuatro casales y la iglesia	IDAIII, 1961, p. 1285	
Vila Boa	Un castañal	Alfonso Antón, 1986, 149	
Vale de Prados	La tercera parte de los bienes de Afonso Méndez de Bornes y una viña	Alfonso Antón, 1986, docs. 137 y 220.	
Bornes	La tercia de los bienes de Afonso Méndez de Bornes	Alfonso Antón, 1986, docs. 137 y 147	
Cernadela	La tercia de los bienes de Afonso Méndez de Bornes	Alfonso Antón, 1986, doc.137 IDAIII, 1961, pp. 1267, 1270 y 1271	
Cortiços	La tercia de los bienes que fueron de Afonso Méndez de Bornes	IDAIII, 1961, pp. 1270 y 1271	
Sezulfe	La tercia de la villa	IDAIII, 1961, p. 1271	
Stª María de Vale Benfeito	Un casal	IDAIII, 1961, p. 324	
Linhares	¿Carrazada de Ansiães?	Una heredad y una viña	IDAIII, 1961, p. 1288
Angueira	La villa, con sus "terras, casas, suelos, vasallos, montes e devesas, ríos e molinos" y la iglesia	Alfonso Antón, 1986, docs. 117, pp. 141 y 142	
São João de Angueira	El sexmo	Alfonso Antón, 1986, doc. 143	

Vale de Frades	La tercera parte de los bienes de Afonso Méndez de Bornes	Afonso, 1998, p. 128
Avelanoso	Sin especificar	IDAIII, 1961, pp. 1279 y 1282
Malhadas	Villa compartida con el hijo de D. Nuño de Zamora	IDAIII, 1961, pp. 1282
Ifanes	La villa con su iglesia	Azevedo, Costa & Pereira, 1979, doc. 205 Afonso Antón, 1986, 209 IDAIII, 1961, pp. 1280-1284
Constantim	La villa con su iglesia	Azevedo, Costa & Pereira, 1979, doc. 205 Afonso Antón, 1986, 209 IDAIII, 1961, pp. 1280-1284 Alves, 2000, vol. 2, p. 276
Duas Igrejas	Sin especificar	Afonso Antón, 1986, doc. 212
Villarino ¿Belarinho?	Sin especificar	Afonso Antón, 1986, docs. 174 y 175
Genísio	Tierras, montes, prados, pastos y tres casales	Afonso Antón, 1986, doc. 136 y 143
Miranda do douro	Casas	Lobera, 1596, 363
São João de Ripa Dorii	Tierras, montes, prados, pastos, fuentes y aguas	Afonso Antón, 1986, doc. 136 y 143
Aguas Vivas	Patronazgo de la iglesia	Alves, 2000, vol. 2, p. 276
Prado Gatão	Patronazgo de la iglesia	Alves, 2000, vol. 2, p. 276
Palaçoulo	La villa con su iglesia. Un casal y una granja.	Afonso Antón, 1986, doc. 78, 79 y 181 IDAIII, 1961, p. 1281
Vila Chã de Braciosa	La mitad de la villa y de su iglesia	IDAIII, 1961, pp. 1280, 1282 y 1283

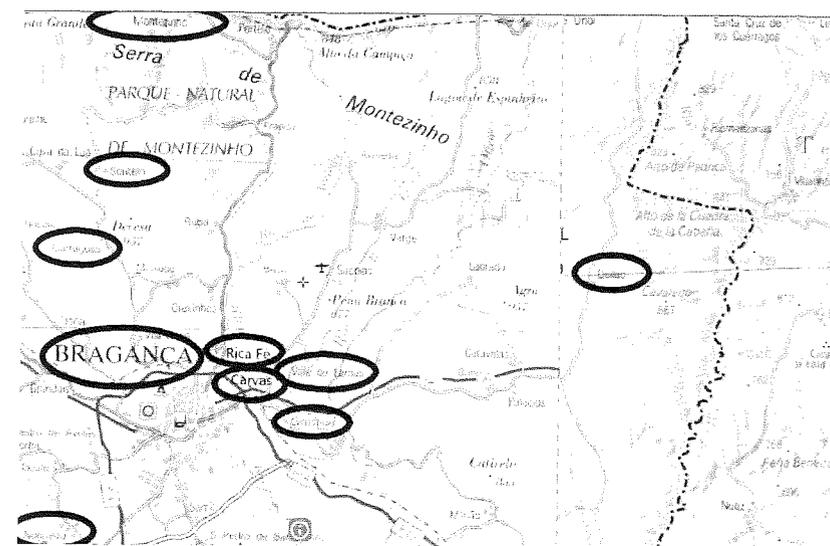
Concelho de Miranda do Douro

MAPAS

Figura N. 7 – Localización del monasterio de Santa María de Moreruela (Zamora).



Figuras N. 8 e 9 – Posesiones de Moreruela en Trás-os-Montes. Concelho de Bragança.



**A CASA DE RECOLHIMENTO DAS OBLATAS DO MENINO
JESUS DA MOFREITA³⁴**

*The Gathering House for the Oblates of the Child Jesus da
Mofreita*

Luís Vale³⁵

Resumo

O antigo Convento da Mofreita, tal como é conhecido e reconhecido, fundado em 1793 pelo 3º Bispo da Diocese de Bragança – D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara. A existência desta Casa de Recolhimento na Mofreita confunde-se com a vida e obra de D. António Luís e, aqui, procuraremos conhecer a história desta Casa de Recolhimento, desde a sua fundação até à sua extinção e, depois, ruína. Não só conhecer as motivações para a sua fundação, como descrição do edifício e da sua vida quotidiana, naquilo que eram os ritmos, actividades e tarefas das suas jovens Oblatas, assim como também, momentos, factos e personagens marcantes da sua história até à actualidade.

34 Não podemos deixar de começar por manifestar um agradecimento à D^a Maria Amália de Azevedo Gonçalves, técnica do Arquivo Distrital de Bragança, não só pelo inestimável apoio aí prestado, como por nos receber na Mofreita e nos possibilitar a visita às ruínas da Casa de Recolhimento e à capela do Senhor dos Milagres.

35 Antropólogo. A “Eira”.

Abstract

The old convent of Mofreita, as it is known and recognized, was founded in 1793 by the 3rd Bishop of Bragança diocese – D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara. The existence of this Retreat House in Mofreita merges with the life and work of D. António Luís and this paper will try to know the history of this House from its foundation to its extinction and downfall. It will discuss the motivations for its foundation, describing the building and its daily life - rhythms, activities and tasks of the young Oblates, as well as moments, facts and remarkable characters of its history up to now.

Palavras-chave: *Mofreita; Diocese de Bragança; Oblatas do Menino Jesus; Bispo D. António Luís;*

Key-words: *Mofreita; Bragança diocese; Oblate Sisters of the Child Jesus; Bishop D. António Luís;*

A Mofreita

A designação “Convento da Mofreita”, popularmente utilizada, conhecida e reconhecida, diz respeito à Casa de Recolhimento das Oblatas do Menino Jesus, que existiu e funcionou até 1910 na aldeia de Mofreita, no concelho de Vinhais. A aldeia de Mofreita tem 12,5 km² de território integrado no Parque Natural de Montesinho e, segundo o SENSOS, em 2011 tinha 54 habitantes. Desde Setembro de 2014, passou a integrar a União de Freguesias de Soeira, Fresulfe e Mofreita. A povoação está localizada no extremo nordeste do concelho de Vinhais, encostando a Norte a Ermisende (Espanha), a Este com o termo de Zeive, do concelho de Bragança, a Sul com as aldeias de Dine e Fresulfe, do concelho de Vinhais e, a Oeste com os termos da Moimenta e Montouto. Encontrámos ao longo destes últimos séculos vários registos descritivos desta aldeia.

No Inquérito Paroquial realizado em 1758 a Mofreita

[...] tem secenta e sette fogos que comprehendem em si duzentas e vinte e duas pessoas. Está situado em uma pequena ladeira, abrigado pela parte Norte e descoberto para a do Sul, cercado todo de montes, que ainda que pequenos, lhe impedem o ver-se delle outra alguma povoação (Gonçalves, 2008, p. 17).

Manuel António Ferreira Deusdado que terá visitado a Mofreita nas últimas décadas do século XIX, descreveu-a com as seguintes palavras:

A aldeia da Mofreita é perto da margem esquerda do Tuela, próximo da raia hespanhola, terreno acidentado, formando pequenas e numerosas encostas, portellas e medorros, o lugar do povoado fica no taboleiro d'uma colina, próximo já ao sopé, d'onde começa um valle de hortas esmeradamente cultivado. O povoado fica na ladeira, caras ao Sol, como quase todas aquellas povoações, porque o avessedo é mais frio e húmido. Lá chama-se avessedo às abas da montanha voltadas para o Norte (Deusdado, 1891, p. 538).

Também o Pe. Firmino Martins, no volume 1 da sua obra "Folklore do concelho de Vinhais", de 1927, descreveu assim esta pequena aldeia:

Situada na extremidade norte de ameno vale, a três quilómetros da fronteira, apertada por uma cintura de frondosos castanheiros, vive, descuidada e taciturna, a povoação da Mofreita. De casas enegrecidas do barro diluído pela invernia agreste e do fumo rarefeito na pequena "boeira"³⁶ aberta no "cúmio" da cosinha esburacada, apenas alvejam à luz do Sol, muito lavados, muito garridos, a igreja paroquial e o antigo convento das Oblatas do menino Deus (Martins, 1997 [1927], p. 287).

Uma pequena referência ao étimo Mofreita e sua possível origem:

No já referido Inquérito Paroquial, de 1758, está escrito: *O lugar de Mofreita ou Monfreita, pois de huma ou outra sorte se acha escrito o seu nome...*; também nas Memórias Arqueológico-Históricas do distrito de Bragança, Francisco Manuel Alves, conhecido Abade de Baçal, confirma o étimo Monfreita *nos livros do registo paroquial do século XVIII e anteriores* (Alves, tomo X, p. 132). Até ao étimo actual encontramos ainda outras variantes – *Moo freita*,

³⁶ Abertura, no cimo dos telhados, para deixar sair o fumo das lareiras, posteriormente substituída pelas chaminés.

no Livro II das Doações de D. Afonso III e *Moaa freita (freguesia de sam cibraão de moaa freita)*, no livro de inquirições da Beira e além Douro de D. Dinis, em 1290 (Gonçalves, 2008, p. 20). Porém, a origem do étimo é-nos apresentada por Ferreira Deusdado, sustentado pela opinião de J. Leite de Vasconcelos:

A sabedoria lendária indígena explica o nome de Mófreita pela tradição d'um homem que partiu n'aquelle sitio, em épocas de domínio romano, uma mão, "manus fractus" d'ahi a formação do vocábulo Mófreita, que também é um appellido. Mófreita tem a sua verdadeira etymologia em "mola fracta" pedra partida, segundo me disse o meu amigo J. Leite de Vasconcelos, autoridade no assumpto (Deusdado, 1892, p. 18).

Fundação da Casa de Recolhimento

A Casa de Recolhimento das Oblatas do Menino Jesus da Mofreita foi fundada por D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara, 27º Bispo da diocese de Bragança e Miranda e 3º Bispo da Diocese de Bragança (desde a sua autonomia em 1770) (Sousa, 2019, p. 41). A sua inauguração solene aconteceu no dia 1 de Novembro de 1793.

O Fundador

António Luís nasceu a 10 de Novembro de 1758 em Viana do Castelo, último dos 19 filhos de Francisco Xavier da Veiga Cabral e de Rosa Joana Gabriela de Moraes Pimentel, ambos naturais de Bragança. Com poucos meses de vida muda-se com a família para Bragança, onde seu pai foi governador das Armas da Província de Trás-os-Montes. Órfão de pai com apenas quatro anos e pelas consequentes dificuldades financeiras de sua mãe em manter uma

tão numerosa família, António Luís não teve oportunidade de prosseguir os estudos. Contudo, desde cedo demonstrou grande interesse pela leitura das Sagradas Escrituras e uma *inclinação para os pobres* (Sousa, 2019, p, 26), assistindo de manhã às missas na catedral, visitando o bispo D. Bernardo Pinho Ribeiro Seixas e dando pequenas esmolas aos pobres que encontrava. Ao mesmo tempo vai percebendo a actualidade social e política do reino, naquilo que eram as políticas promovidas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo e, em particular, as limitações da jurisdição eclesiástica, a perseguição aos membros da hierarquia da Igreja em Portugal e as devassas provocadas pela Inquisição pelo país e, mais concretamente, na cidade de Bragança.

Na sua biografia, Fernando de Sousa escreve:

É, portanto, num ambiente politicamente adverso à Igreja que o jovem António Luís, em Bragança, vai desenvolver a sua formação espiritual, sob a orientação do bispo D. Bernardo Seixas, preparando-se para a carreira sacerdotal, dedicando-se ao estudo e à oração, revelando já qualidades excepcionais de inteligência e memória, que ajudam a explicar, mais tarde, a sua ascensão a prelado diocesano e, quiçá, a inveja de que foi alvo por parte de outros eclesiásticos (Sousa, 2019, p. 27)

Com 19 anos, em 1778, Luís António recebeu o primeiro grau das ordens menores, a *prima tonsura*, acto presidido pelo bispo D. Bernardo Seixas, e em finais de 1786 recebeu a ordem de presbítero e foi nomeado pároco da aldeia da Mofreita, então pertencente ao concelho de Bragança e um curato da abadia de Zeive. Na Mofreita o jovem pároco instituiu hábitos de penitência, austeridade e

frequência assídua da comunhão, proibiu a música nas festividades e as cantigas nos trabalhos agrícolas, proibiu o trabalho aos Domingos e dias santos.

Conta-se que no dia em que se apresentou na paróquia de Mofreita, o recém-chegado abade, ao ouvir as músicas de um baile de uma boda, interveio e, de bons modos, fez acabar com o bailarico (Gonçalves, 2008, p. 111).

O próprio pároco dava o exemplo, levando uma vida espartana, de austeridade e de penitência, alimentando-se mal, jejuando frequentemente, dormindo sentado e poucas horas, despojado de qualquer bem material, desafiando assim a regra das ordens religiosas mais duras e, ao mesmo tempo, granjeando o respeito e consideração dos seus paroquianos, assim como a curiosidade e o prestígio junto das populações de outras aldeias, que se deslocavam à Mofreita para o ouvir e socorrer dos seus místicos conhecimentos e poderes.

Certa vez, trouxeram-lhe uma mulher de Zeive que diziam estar possesa do demónio. A doente vomitava pregos, agulhas, pedaços de sola e outras porcarias mais. O abade aplicou-lhe os exorcismos e a mulher ficou curada (Gonçalves, 2008, p. 111).

D. Bernardo Seixas, consciente da sua idade avançada e dos seus problemas de saúde, solicitou à rainha D. Maria I que lhe nomeasse um coadjutor e entre outros nomes, indicou o nome de António Luís. Depois de recolhidos vários testemunhos sobre as virtudes e o trabalho do abade da Mofreita, como por exemplo o de Luís António de Sousa, abade de Sobreiró, que se expressou da seguinte forma:

Desde subdiácono, ainda estando só em casa, usou sempre de vestido eclesiástico talar, muito modesto e fechado. Muitas vezes (...) se faltou a si para nunca faltar aos pobres, a quem não só liberalizou vestidos, mas até com eles comia à mesa, pelo muito que os amava (Sousa, 2019, p. 37).

O despacho da sua nomeação como bispo coadjutor e futuro sucessor está datado de 26 de Fevereiro de 1792, quando tinha 34 anos e servia há 10 anos na paróquia da Mofreita. Com a morte do seu antecessor, a 9 de Setembro de 1792, D. António Luís ficou a governar a diocese na qualidade de Vigário Capitular até que foi confirmado bispo no consistório de 17 de Junho de 1793, tomando posse da diocese de Bragança a 5 de Janeiro de 1794. Uma das particularidades desta sagração é o facto de António Luís não possuir qualquer grau universitário (teologia ou cânones), sendo caso singular entre os bispos marianos, pois o que estava estabelecido pelo Concílio de Trento era que os bispos deviam ser graduados num desses dois cursos (Sousa, 2019, p. 40).

A Casa

No mesmo mês e ano em que foi sagrado bispo, D. António Luís fundou na Mofreita o Recolhimento das Oblatas do Menino Jesus, inaugurado solenemente em 1 de Novembro de 1793. A Casa Recolhimento para as Oblatas instalou-se na casa cedida por Maria de Jesus Manuela, natural dessa aldeia, e que foi designada como primeira superiora do Recolhimento. Outras colaboradoras desta obra se destacaram: Domingas do Nascimento e Joana Baptista,

naturais de Dine e Ana Ferreira e Antónia Maria, naturais da Mofreita. Importa ainda referir o pormenor relatado pelo Abade de Baçal, de que “António da Veiga, presbítero, de Bragança, José Vaz, presbítero, de Dine, e sua prima D. Domingas Vaz, de Fontes Trás Baceiro, obtiveram em 1793 licença (do papa Pio VI) para oratório particular nas suas casas de moradia na Mofreita. Preliminares do recolhimento da Mofreita” (Alves, VI, p. 286).

É escasso o conhecimento que se tem das características do edifício e as descrições que se conhecem são muito genéricas e pouco pormenorizadas. Ferreira Deusdado descreve-o assim:

O convento fica quase no centro da pequena aldeia, com as suas pequenas janelas e paredes caiadas, o que se destaca das outras casas da povoação. Recebe o Sol vivificante da manhã, que espalha a vida e a alegria nas celas e na cerca, rodeada de toscos e altos muros. (...) O convento é que faz excepção para receber os seus hóspedes, agasalhando-os na morada do capelão (...) com as comodidades, o aseo e o conforto da cidade (Deusdado, 1891, p. 538).

Também António Gonçalves nas suas “histórias da Mofreita” sobre este assunto, escreveu:

O edifício, não tem arquitectura grandiosa nem rendilhada. Apenas a parte frontal, isto é, a parte voltada para poente, confinante com a rua principal (rua das Freiras) e onde se situa a portaria, é guarnecida com granito. Era todo pintado de branco, o que o fazia sobressair do restante casario. Na generalidade, é de construção vulgar, com espessas paredes em pedra, ligadas com barro. Tem uma capela, também com acesso para o lado da rua e também para o interior do convento, com três altares: um altar-mor e dois laterais, de talha pobre e sem grandes adornos. Tem uma cerca bastante espaçosa, suportada por altos muros, onde as freiras cultivavam grande parte dos produtos hortícolas que lhe serviam de sustento. A construção primitiva, foi realizada na segunda metade do século XVIII, mas depois teve algumas alterações. Pouco mais se sabe acerca

da sua construção. Desconhece-se quem o construiu, quais os autores da sua arquitectura e quanto tempo durou a execução da obra. Maior parte da pedra incorporada nas paredes, foi pedra do Vilar, assim é conhecida, arrancada numa pedreira próxima da povoação, sita no local com o mesmo nome. É um tipo de pedra xistosa, fácil de trabalhar, sendo muito boa para construção (Gonçalves, 2008, p. 109).

Os Estatutos

O Recolhimento da Mofreita tinha por missão, tal como se pode ler nos seus *Estatutos*³⁷ e logo no primeiro capítulo,

dar asilo a donzelas, as quais tendo vocação para serem religiosas, não tem dote suficiente para serem admitidas nos Mosteiros; Favorecer as meninas órfãs e abandonadas, aceitando-as na família para lhes ensinar a praticar a virtude, e fazer aprender às mesmas aqueles trabalhos dos quais serão susceptíveis; e para ensinar gratuitamente as raparigas pobres que de fora quiserem concorrer, dando-lhes uma educação civil e religiosa, e instruindo-as em tudo o aquilo que forem capazes³⁸.

Nos estatutos podemos encontrar todo o enquadramento para a existência, para a vivência e convivência na comunidade. Preceitos que transformavam as Oblatas numa ordem religiosa perfeita, sem, contudo, se pronunciarem os votos solenes, característica das Ordens Monásticas. O artigo 3º do capítulo 2 desses estatutos estabelecia que as jovens a admitir deveriam ser:

37 As instituições d'este recolhimento correm impressas; há duas edições, uma em italiano, impressa em Roma em 1844 e a versão portuguesa em Lisboa em 1847. Os estatutos elaborados por D. António da Veiga eram excessivamente rigorosos; só depois de mitigada a regra é que foram aprovados pelo papa Gregório XVI, por decreto de 20 de Maio de 1844, mandando-os cumprir sob a jurisdição dos ordinários, que são os bispos de Bragança (Deusdado, 1891:539).

³⁸ Documento manuscrito consultado no Arquivo Distrital de Bragança.

1º filhas de pais honrados, e de probidade, e de mais sejam garantidas com atestação do próprio pároco, pelo que respeita aos costumes, e do médico relativamente à sua saúde corporal.

2º que sejam ao menos de idade de quinze anos completos, e que não passem de trinta.

3º que não sejam viúvas, ainda que novas e de óptimos costumes.

4º que não se aceitem por qualquer motivo temporal aquelas jovens que são melancólicas, escrupulosas, duras de cabeça e de próprio juízo, como também aquelas que tiverem enfermidades notáveis ou hereditárias, ou também fossem difamadas a respeito da honestidade, e em admitidas não se tenha respeito algum nem a nobreza, nem a riqueza ou a recomendações.

5º ...e saibam ler, e escrever, e trabalhar a fim de que possam cumprir e satisfazer com os deveres do instituto.

No capítulo 3 encontramos a “forma de vestição” e no seu 2º ponto: Os vestidos pois tanto exteriores como interiores serão modestos, simples, decentes, e limpos sim, mas não vão nem curiosos. O Hábito e o Manto sejam de pano o mais simples assim no preço como na forma, de cor roxa, assim como vestem presentemente, e a corda que cingem seja também simples de lã verde, de um lado pendente com três nós. O Véu roxo, a touca seja sim limpa e aseada, mas com a simplicidade possível. Já o ponto 4º dizia: Tanto as irmãs como as noviças terão o cabelo cortado e trarão também pendente do pescoço sobre o peito a imagem do Menino Jesus, para prova e manifestação do devoto afecto com que juraram honrá-lo. O ponto 5º deste terceiro capítulo diz respeito ao número

de irmãs que devem compor cada um dos Recolhimentos, afirmando que não poderão ser maior de trinta e três no caso da Mofreita e de quarenta e quatro no caso de ser numa cidade, como era no Loreto. São vários os registos de que, tanto numa casa como noutra, estes limites foram larga e rapidamente ultrapassados, havendo registos de terem chegado a ser cerca de setenta oblatas na Casa da Mofreita³⁹. Mais tarde, por exemplo, em 1893 e segundo informação do bispo D. José Alves de Mariz a Monsenhor Domingos Jacobini, Núncio Apostólico e arcebispo de Tiro, o recolhimento de Monfreita tinha 41 oblatas, além de pessoal externo como o capelão, moços de capela, criados de serviço rural e criadas da casa.

A terceira parte dos estatutos diz respeito “à prática dos conselhos evangélicos, da clausura e das observâncias domésticas” e é onde podemos perceber como as Oblatas tinham um noviciado muito rigoroso e praticavam todos os actos de piedade habituais nos conventos: obediência, pobreza, castidade, silêncio e clausura. Para além disto, as conversas ao locutório só por detrás de um ralo para não serem vistas, as saídas para o exterior só por razões maiores, depois de superiormente autorizadas e sempre na companhia de outra Oblata. Não eram permitidas entradas no espaço da Casa e suas dependências a pessoas estranhas ao seu normal funcionamento e quando tal era necessário “... introduzir o médico, cirurgião ou pedreiro, ou qualquer obreiro, faça tocar primeiro a

³⁹ Teria albergado, logo de início, cerca de 70 mulheres (nota de rodapé, in Cardoso, 2004, p. 104).

campainha, para que as irmãs se retirem prontamente a fim de evitar o serem encontradas”. (ponto 1º do capítulo 4)

A Vida quotidiana

A vida das Oblatas na Casa da Mofreita era muito difícil e a disciplina muito rigorosa. As donzelas ocupavam os seus dias obedecendo a um horário muito rígido, em orações, em instrução religiosa, nos trabalhos domésticos e de lavoura, na recreação. Para além disto, dedicavam-se a pequenos trabalhos manuais e artesanais, como cartonagem de molduras para estampas e imagens de santos, tecelagem de linho e lã, trabalhos que eram vendidos e serviam para ajudar a custear as despesas de manutenção e subsistência da instituição. Embora a Casa possuísse terras agrícolas, o seu rendimento e o seu produto eram insuficientes para as necessidades da Casa, o que motivou a superiora, Maria Manuela, a fazer uma viagem a Lisboa, na companhia de mais duas recolhidas e familiares de D. António Luís, e tendo sido recebida em audiência pública pelo príncipe regente, D. João, apresentou um requerimento explicativo da situação da sua Casa e que esta só se poderia manter com “rendas e que estas só com o beneplácito de Sua Alteza Real se podiam consignar” (Sousa, 2019:52). Segundo António Gonçalves (2008:117), não há qualquer registo escrito do resultado deste requerimento, mas é de crer que o príncipe terá concedido uma renda permanente.

Manuel Ferreira Deusdado, no final do século XIX, faz uma descrição, ainda que em forma de elegia romântica, da vida *singelamente pobre e trabalhosa* (1891:539) no convento:

Dentro do convento ensina-se tudo o que tem vantagens reais na vida de família dos lavradores; as educandas ou as religiosas que quiserem sair, ficam com a preparação completa d'uma boa dona de casa, na vida da família dos campos. Dentro trabalha-se bastante, mas esse trabalho produz a alegria, a paz consoladora e a felicidade íntima, dando um encanto especial, que só gozam os que se sentem alumiados por uma luz superior (...). As distrações banais, as ninharias vaidosas e as futilidades nocivas da vida do século, que dão mais tédio do que ventura, essas não penetraram lá (Deusdado, 1892, p. 15).

E acrescenta, ainda:

Naquelas terras há bastante caça bravia, lebres, coelhos, perdizes, galinhas, mas a alimentação principal do convento são os produtos agrícolas, o centeio, o trigo, os legumes, chicharos, feijão, as frutas, a carne de porco, o pato, a galinha, o peru, o pombo, os lacticínios que são excelentes. O convento tem uma cabrada, que estrumando as terras para os cereais, fornece ao mesmo tempo com abundância carne e leite para o consumo. Os lameiros dão fartas pastagens, onde sustentam boiadas e viteladas e até criam vezeiras. É a venda das crias que lhes dá os meios para custear as outras despesas, como a compra de peixe, do arroz, do chá, do açúcar, do vestuário das religiosas, das soldadas dos criados de lavoura, etc. (Deusdado, 1892, p. 15).

D. António Luís e as casas de Recolhimento

Pouco tempo depois da fundação da Casa da Mofreita, a 5 de Agosto de 1794, D. António Luís funda uma outra casa de Recolhimento, desta vez junto à igreja de Nossa Senhora do Loreto em casas pertencentes à mitra, então nos arrabaldes da cidade de

Bragança, que se destinava a acolher donzelas nobres, órfãs ou desamparadas. Esta casa de recolhimento, vulgarmente chamada de "Beatas", mais tarde foi transferida para Fornos de Ledra, no concelho de Macedo de Cavaleiros. Diz-nos Ferreira Deusdado (1891, p. 539) que esta casa *tinha mais recursos materiais de que disponha* do que a casa da Mofreita. Em 1795, D. António Luís tentou ainda fundar um outro recolhimento em Cabeça Boa, na freguesia de Samil do concelho de Bragança, para onde pretendia transferir as religiosas da Mofreita, depois de concluída a obra. Só que neste caso o bispo encontrou forte resistência das populações locais, da Mesa da Confraria do Senhor Jesus da Cabeça Boa e dos magistrados da comarca de Bragança. As populações alegaram que D. António Luís tinha recolhido nas suas Casas raparigas, persuadidas, sem autorização de seus pais; estes estavam preocupados porque *é costume do país ajudar as mulheres e filhas a seus pais e maridos nas culturas dos campos. (...) Daqui desgostos nos fregueses e desordens nas famílias; os maridos não queriam tanta devoção nas suas mulheres, e os pais não gostavam de tanto saber em suas filhas* (Sousa, 2019, p. 53). Todas estas resistências fizeram abortar este projecto do bispo D. António Luís que, persistia em empregar os seus bens pessoais e os bens da própria diocese nas duas Casas de Recolhimento, continuando a dedicar-lhes muito do seu tempo. São vários os registos e testemunhos deste seu interesse nas Casas de Recolhimento.

Dom António Luís não desamparava a sua obra. (...) O bispo, a cuidar destes dois recolhimentos, parecia não dar a ida pela vinda. Difícil passar-se um mês que Mofreita não recebesse uma visita sua, onde era tratado por toda a gente com o máximo respeito e ternura (Castro, 1948, p. 225).

Gonçalves refere que

D. António Luís alimentava uma certa predilecção pelos recolhimentos que fundara, mas particularmente pelo de Mofreita. Aí se deslocava diversas vezes, para dirigir espiritualmente as recolhidas quem chamava filhas. (...) Vivia obcecado com os Recolhimentos e aí passava a maior parte do seu tempo, deixando de proceder a muitas obrigações próprias de um prelado diocesano (Gonçalves, 2008, p. 112).

Sousa, por sua vez lembra-nos que “as comunidades da Mofreita e do Loreto, onde o bispo se acolhia com regularidade e por largos dias” (Sousa, 1987, p. 204). “Nesses recolhimentos – diz Cardoso -, principalmente no de Mofreita, D. António passava longas horas em palestras, provocando êxtases e outras sobrenaturalidades, que lhe criaram fama de taumaturgo” (Cardoso, 2004, p. 204).

D. António Luís e a Inquisição

Este seu comportamento, esta sua persistente ausência do Paço Episcopal e demissão dos demais assuntos da diocese, como a permanente e insistente desvalorização e delegação em terceiros as visitas pastorais à diocese, trouxeram-lhe vários anticorpos dentro do seu próprio clero. O mal-estar junto de parte do clero diocesano levou ao surgimento de uma resistência, que teve como principais

detractores os franciscanos de Bragança, levando à apresentação de uma denuncia, em finais de 1796, ao Santo Ofício em Coimbra que, entre outros pormenores, descrevia:

Existiam uns Recolhimentos de mulheres, fundados e patrocinados pelo actual bispo, nos quais havia algumas recolhidas em que se dizia verem-se coisas maravilhosas, favores extraordinários de Deus, aparições do Menino Jesus, de Maria Santíssima, dos anjos impressões de chagas nos pés, mãos e lado, visões celestiais, revelações, milagres, mas tudo isto acompanhado de tais circunstâncias que faziam recear ser tudo puro fingimento (Gonçalves, 2008, p. 112).

Desta denúncia resultou de imediato um inquisidor a sindicar em Bragança que ouviu mais de trinta testemunhas, apurou tais acontecimentos, assim como estranhou a excessiva familiaridade que existia entre o prelado e as superiores dos dois acolhimentos. Na sequência destas averiguações, em Fevereiro de 1797, as superiores das casas da Mofreita e do Loreto, Maria de Jesus Manuela e Domingas Vaz, são levadas e detidas, *à ordem da Inquisição, aquela noite no aljube em Bragança, e remetidas para os cárceres da Inquisição em Coimbra* (Castro, 1948, p. 229), *não sem veemente protesto e resistência de D. António Luís* (Sousa, 2019, p. 63). Este escreveu várias cartas ao Inquisidor geral, intercedendo e defendendo as suas madres superiores e as suas virtudes, terá, inclusive, enviado dois emissários a Roma para expor a situação a Pio VI e solicitar a chamada das duas religiosas a Roma, só que os inquisidores fizeram letra morta das reivindicações do prelado, considerando que ele não poderia ser juiz em causa própria.

As duas religiosas durante cerca de um ano de cativo em Coimbra recusaram admitir qualquer comportamento ou atitude pecaminosa ou criminosa, *limitando-se a descrever a sua vida religiosa, êxtases, revelações e aparições, falas e locuções do Senhor, vexações e perseguições do demónio, mortificações e penitências extraordinárias* (Sousa, 2019, p. 63). Ainda segundo este autor, *aquelas miseráveis, após grande inquietação e angústia, acabaram por fazer as mais concordes e horríveis confissões* (Sousa, 2019, p. 63): todas as maravilhas relatadas eram falsas e reconheceram práticas carnis com o seu bispo, com quem viviam maritalmente, inclusive, dormindo os três na mesma cama, usando, ora de uma, ora de outra... Domingas Vaz reconheceu ainda terem sido feitas com as unhas as chagas que nela foram vistas; que todas as visões, locuções e revelações nunca existiram e foram por si inventadas; e que mantivera uma relação carnal com o seu bispo, assim como com um mancebo, tendo concebido deste uma criança⁴⁰ que, com as próprias mãos, afogou (Gonçalves, 2008, p. 113). Em todo o caso, também poderemos sempre suspeitar dos métodos de tortura e persuasão utilizados pela Inquisição para a obtenção de confissões.

A Mesa da Inquisição de Coimbra julgou estas duas rés pelos crimes de fingirem revelações e visões e de suspeitas na fé. No dia 1 de Agosto de 1798 e depois de três anos de reclusão incomunicável,

⁴⁰ Vários autores dão como certo que D. António teve um filho de Domingas Vaz, mas o Abade de Baçal considera que se trata de uma calúnia (Cardoso, 2004, p. 104 - nota de rodapé)

o tribunal ditou a sentença e ambas foram condenadas a receber açoites com pregão, reclusão por sete anos, abjuração, penitências espirituais e instrução. A sentença foi lida igualmente na Catedral de Bragança e na igreja de Mofreita. As duas religiosas ficaram detidas durante três anos em Coimbra e, depois, sete anos na cadeia do Castelo de S. Jorge em Lisboa, proibidas definitivamente de regressarem à sua diocese de origem, foram posteriormente transferidas para um convento de religiosas de Coimbra.

Depois de concluído este processo e não podendo inquirir e julgar o bispo, o Conselho Geral do Santo Ofício sugeriu ao príncipe regente, que D. António Luís fosse afastado da sua diocese, o que de facto veio a suceder em Agosto de 1799, quando o Rei, com veemência, o chama à Corte. D. António Luís alojou-se em Lisboa, mas nunca lhe foi permitido apresentar-se ao Rei, até que em Setembro de 1801, um aviso régio o manda recolher, sem possibilidade de saída, ao real mosteiro de S. Vicente de Fora.

A Casa da Mofreita e a morte do seu fundador

Com a saída do bispo da diocese e, principalmente, com a condenação das duas superiores, a vida das Casas de Recolhimento complicou-se. D. António Luís, mesmo tendo regressado à diocese e ao seu cargo, nunca mais até à sua morte, em 1819, regressou à Mofreita e à sua Casa de Recolhimento. O *bispo santo*, como também era nomeado, faleceu no dia 13 de Junho, aos sessenta anos, e depois

de vinte e seis anos de episcopado, em S. Salvador, no concelho de Mirandela, para onde tinha ido à procura de melhores ares para recuperar a sua frágil saúde⁴¹. “Morreu sentado numa cadeira” (Sousa, 2019, p. 135), o seu corpo foi embalsamado ainda em Mirandela, tendo as suas entranhas ficado sepultadas na igreja local. Depois o corpo foi levado para Bragança, onde se procederam as habituais exéquias fúnebres, tendo sido sepultado na capela-mor da catedral, no local onde mais tarde se viria a sepultar o seu sucessor. Quando isso sucedeu, passados cerca de dez anos, verificou-se que o seu corpo estava já consumido, mas as suas vestes estavam incorruptas. “Diz o Conde de Samodães que o seu crânio foi tirado da sepultura por um seu devoto, e logo conduzido aos Recolhimento do Menino Jesus da Monfreita, aonde se conserva” (Castro, 1948, p. 220).

Sobre a vida e o legado de D. António Luís, Monsenhor José de Castro escreveu o seguinte:

Foi Dom António Luís bispo de Bragança e Miranda durante 26 anos. E, durante este longo tempo, apenas publicou quatro pastorais, sendo uma delas um sermão pregado na catedral. Durante estes 26 anos, não fez uma única visita pastoral, a não ser à povoação da Mofreita, onde antes de ser bispo e depois, parecia ser e era o seu verdadeiro domicílio (Castro, 1948, p. 240).

⁴¹ O bispo contraíra um inchaço numa perna, que deixara apodrecer, por não fazer caso (Cardoso, 2004, p. 106 – nota de rodapé)

A Casa da Mofreita até à sua extinção

Por esta época, a Casa das Oblatas da Mofreita, ainda que com as sérias e perenes dificuldades, conseguia sobreviver e, no mesmo mês da morte do seu fundador, D. João VI ordena que as recolhidas nas duas casas (Mofreita e Loreto) fossem conservadas sem alguma alteração até nova resolução sua, o que permite pressupor que essas Casas seriam já beneficiárias de alguma renda proveniente da Coroa. Poucos meses depois, em Dezembro de 1819 e por intermédio do Conde de Peniche:

Por aviso da rainha D. Carlota Joaquina, mulher de D. João VI, de 29 de Dezembro de 1819, dirigido ao vigário capitular do bispado de Bragança, foi-lhe participado que ela tomava debaixo da sua imediata protecção os dois recolhimentos denominados do Loreto e Mofreita, instituídos no bispado de Bragança (Alves, 2000, p. 300).

Castro é contundente, quando refere:

Sendo certo que em consequência dessa graça que tanto concorre para a estabilidade e prosperidade das sobreditas instituições pias, ficam elas gozando da honra de poderem dirigir à soberana presença de Sua Majestade os seus requerimentos sobre quaisquer objectos de Justiça ou graça para nos em que houver dependência do supremo e único poder de El-Rei nosso Senhor, manifestar Sua Majestade ainda mais o seu régio patrocínio, conseguindo do mesmo augustíssimo senhor o deferimento que merecerem e de que se fizerem dignas (Castro, 1948, p. 230).

Entretanto, em 1822, a rainha D. Carlota Joaquina chamou para o palácio real as duas ex-superioras do Loreto e Mofreita, admitindo-as para o seu serviço doméstico. A casa da Mofreita teve também como protetor o sucessor de D. António Luís, D. Frei José Maria de Santa Ana Noronha, que tomou posse por procuração,

depois de uma longa e acidentada *sede vacante*, a 15 de Agosto de 1824. Convém lembrar que este prelado tinha sido um dos seis juízes que, no tribunal criado *ad hoc* em Lisboa, condenou a doutrina de D. António e o julgou louco (Castro, 1948:230). Por isso, não será de estranhar o tom com que o abade de Baçal se pronuncia a este respeito:

É notável que, sendo José Maria de Santa Ana e Noronha um desses teólogos, quando mais tarde sucedeu na cadeira episcopal de Bragança e conheceu de perto a fama de virtude de D. António e a sua acção sinceramente evangelizadora, declarou-se protector e benfeitor dos recolhimentos da Mofreita e do Loreto!!! Nestas fundações, além das rendas que lhe pertenciam da mitra, consumiu o egrégio bispo grande herança que lhe tocou de sua prima D. Luísa, reservando apenas um rico coche para... poleiro de galinhas!!! (Alves, 2000, p. 92).

Foi D. Frei José Maria Noronha quem, em Dezembro de 1828, concedeu aos dois Recolhimentos a isenção paroquial e a liberdade de tocar os sinos, ficando apenas sujeitos à jurisdição do Ordinário (Castro, 1948, p. 231). A propósito das disposições do testamento da rainha D. Carlota Joaquina, feito a 7 de Janeiro de 1830, diz-nos Francisco Manuel Alves (2000, p. 300), que demonstra bem quanto a obra do zeloso bispo D. António da Veiga era apreciado nas altas esferas da sociedade.

Determino, diz a régia testadora, que por um padrão a mim pertencente, que está em poder de Ignacio Rufino de Almeida, comprador da casa real, cujo padrão rende anual 3:000\$000 réis, seja este rendimento aplicado para a sustentação dos (três) Recolhimentos de donzelas estabelecidos em Fornos de Ledra, um com o titulo de Nossa Senhora do Loreto, outro no lugar de Mofreita,

ambos no bispado de Bragança. (...) E recomendo a meu muito amado e prezado filho el-rei D. Miguel continue na protecção dos sobreditos (três) Recolhimentos, mandando lhes dar a mesma mezada mensal que eu lhes costumava dar. Por esta minha esmola que deixo aos (três) Recolhimentos mandará dizer em cada um d'elles, em todos os dias santos do ano, in perpetuum, uma missa pela minha alma. (...) Deixo a minha quinta da Outra Banda ao Recolhimento de Mofreita, pois que (...) comprei com este desígnio (Alves, 2000, p. 300).

Em 1852 o recolhimento da Mofreita estava com sérias dificuldades financeiras. Não possuíam rendimentos e em 1853 até os porcos tinham morrido todos. Perante esta situação penosa, o vigário capitular mandou à Mofreita 9\$600 réis de esmola. Em 1854, sendo tão reduzidos os rendimentos, houve que reduzir a dez o número de missas por alma das irmãs defuntas (Castro, 1948:234). Nesta época os dois Recolhimentos estavam sob a direcção de Frei Simão da Rainha Santa, discípulo e devoto do falecido bispo D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara. Os anos e as décadas passaram e as carências mantiveram-se, pois no final da década de oitenta de 1800, D. José Alves de Mariz disse ao Núncio Apostólico em Lisboa, Mons. Vicente Vannutelli:

Confortei com as minhas exortações as piedosas habitadoras do recolhimento da Mofreita, que tanto têm edificado esta diocese com a perfeição da sua vida cristã. Celebrei missa no Domingo de Pentecostes na sua capela, e administrei o SS.mo Sacramento da Eucaristia. Crisei muitas donzelas ali recolhidas; e, por fim, visitei a sua pobre casa, tão insignificante e humilde quanto abundante e rica de virtudes e de santidade (Castro, 1948, p. 236).

A caminho da extinção

A história das Ordens Religiosas durante todo o século XIX é uma história conturbada, de perseguição, de intolerância, de injustiça, uma história resultante do sentimento anticlerical que um pouco por toda a parte invadiu os novos regimes liberais. Após vários avanços e recuos, de decretos de expulsões na década de trinta, como o decreto de 28 de Maio de 1834, que extinguiu em todo o país, conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as Ordens Regulares, naquilo que mais tarde Monsenhor José de Castro denominaria de *fúria iconoclástica* (Castro, 1948:238), de decretos e acordos, como a Concordata de 1848, que permitia a existência de profissões religiosas, assistimos a um regresso progressivo das Ordens Religiosas ao longo da segunda metade do século XIX. Contudo, a pressão anti-congreganista nunca deixou de existir, pelo menos até 1901 e à famosa Lei de Hintze Ribeiro, de 10 de Março, na qual o governo decretava que os governadores civis, com a maior urgência e cuidado, investigassem e informassem: a) a existência “de facto” nos seus distritos de instituições religiosas de ordens regulares, que se destinem à vida monástica. O objectivo seria serem suprimidas, dando-se cumprimento ao disposto no decreto de 28 de Maio de 1834; b) os governadores civis deveriam também averiguar se nos seus distritos existiam estabelecimentos de ensino, propaganda, beneficência ou caridade, dirigidos ou administrados por comunidades ou

congregações religiosas; c) a necessidade de os governadores civis confirmarem se em quaisquer casas religiosas abusivamente se dá admissão a ordens sacras e noviciados monásticos, a fim de se dar pronto e inteiro cumprimento ao disposto no decreto de 5 de Agosto de 1833, que formalmente proíbe os votos e noviciados⁴².

Diz-nos o Abade de Baçal que este decreto do Governo da nação causou alguns sustos nos dois recolhimentos das Oblatas do menino Jesus existentes no distrito de Bragança.

...ameaçados de imediata supressão, mas devido aos bons ofícios do conselheiro Abílio Augusto Ferro de Beça, então governador civil de Bragança, a quem o distrito deve inapreciáveis serviços, continuaram a reger-se como dantes, sem que por isso o distinto magistrado faltasse à verdade na informação dada ao Governo de que era delegado, pois efectivamente os recolhimentos supra mencionados não são casas religiosas na verdadeira acepção do termo (Alves, 2000, p. 300).

A extinção e a Casa depois disso

Mas se as Casas de Recolhimento da Mofreita e do Loreto sobreviveram à *fúria iconoclasta de 1834*, depois à séria ameaça de 1901, já não conseguiram resistir à implantação da República, em 1910, e ao decreto (com força de lei) de 8 de Outubro de 1910, que forçou a extinção das Ordens Religiosas em todo o território nacional. Em relação à Casa da Mofreita servimo-nos do trabalho de

⁴² Informação recolhida do texto de Artur Villares, “as ordens religiosas em Portugal nos princípios do século XX”, que é um resumo da sua Dissertação de Mestrado em História Moderna, defendida em Fevereiro de 1995, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

António Gonçalves (2008) para tentar perceber o destino dado às instalações, ao seu património e às suas religiosas. Segundo este autor, as religiosas que se encontravam, à época, na Casa, regressaram às suas terras de origem, tendo ficado apenas quatro religiosas nas instalações da instituição: Albina Rosa, da Carrapatinha; Justa Rodrigues, da Quadra; Constança da Glória Gonçalves, da Mofreita e uma Albertina (não se sabe o apelido). Esta última, enquanto lá esteve, dava instrução às crianças da aldeia, as outras religiosas, mais idosas, cultivavam o quintal, criavam animais e prestavam serviços aos moradores. Dirigiam também os actos religiosos, como os terços, as vias-sacras e as visitas ao cemitério. O autor ainda identifica mais duas ou três ex-recolhidas e os seus destinos, no entanto, consideramos relevante para o nosso propósito seguirmos o destino de Constança da Glória Gonçalves, natural da Mofreita, que casou com João Fidelis de Abreu, de Fontes Transbaceiro. Tiveram um filho de nome Manuel João, que após ter concluído os estudos em Bragança, emigrou para o Brasil, onde se formou em engenharia.

O Recolhimento das Oblatas do Menino Jesus foi dissolvido e todos os seus bens foram confiscados e arrematados em hasta pública, tendo sido comprados por Manuel João Gonçalves, natural da Mofreita e emigrado no Brasil. Os bens passaram a ser administrados pelos pais do comprador, que logo se mudaram para o convento com sua filha, Constança da Glória Gonçalves, ex-recolhida e irmã do comprador, que, entretanto, lhe fez doação de

todos os bens. Com o falecimento desta, em 1968, o seu marido João Fidelis, pôs à venda os seus bens com excepção do edifício do convento, a casa da eira e a cerca, embarcou para o Brasil onde veio a falecer. Entretanto, e por vontade da esposa, em Maio de 1967, João Fidelis entregou o edifício do convento, a casa da eira e a cerca, ao pároco da Mofreita, para que este lhe desse um fim mais apropriado com o seu passado. Apenas pediu que quando a obra estivesse a funcionar, fosse dada uma sopa às crianças de Dine que se deslocavam à Mofreita para irem à escola.

O Pe. Adérito Custódio contactou as Servas Franciscanas do Divino Mestre, apresentou-lhes o seu propósito e elas aceitaram o desafio de erigir novamente uma instituição religiosa à imagem da antiga Casa de Recolhimento das Oblatas do Menino Jesus. Assim, em 1969, chegavam à Mofreita duas irmãs dessa congregação, mais três aspirantes. Ficaram a residir no convento, mas sem as mínimas condições, principalmente pelo estado ruinoso do edifício e as condições precárias de habitabilidade do mesmo. As colheitas da cerca eram insuficientes, ainda cuidaram de uma cabra e viam-se obrigadas a pedir esmolas pelas povoações para sobreviverem, o que, naturalmente, levou ao abandono do projecto apenas passado um ano de terem chegado à Mofreita.

Em 1977, sem conhecimento do então bispo da diocese, D. Manuel de Jesus Pereira, venderam o convento e demais propriedades a um conterrâneo, o senhor Augusto Barreira. Pelo que conseguimos apurar na própria aldeia, ainda hoje, é propriedade

dessa família. Entretanto, resultado do perfeito abandono a que foi votado, a parte Sul e central do edifício ruíram, tendo sobrevivido apenas a capela do Senhor dos Milagres que ainda hoje podemos encontrar em relativo bom estado e até funcional.

Etnografias

Depois de conhecermos a história da casa de recolhimento e alguns dos seus protagonistas, importa-nos partilhar algumas das histórias que pudemos recolher, não só da bibliografia consultada, mas também e acima de tudo, dos contactos que realizámos com habitantes desta pequena aldeia raiana. É que, por força da formação em Antropologia, teimamos em privilegiar aquilo que são as diferentes percepções locais, ainda que muitas vezes, tal como aqui acontece, com as naturais limitações do afastamento temporal. Neste pequeno exercício de memória sobre um património já desaparecido há tanto tempo, será importante e necessário procurar na comunidade e na sua memória colectiva, sobrevivências desses caracteres culturais, isto é, só através da pertença ao grupo social, os indivíduos são capazes de adquirir e evocar as suas memórias, embebendo a memória individual na colectiva, influenciando-se e transformando-se mutuamente. Ou, citando diretamente Maurice Halbwachs (2004), *é na sociedade que as pessoas adquirem normalmente as suas memórias. É também na sociedade que recordam, reconhecem e localizam as suas memórias.* Assim, partimos

para o terreno e para a pequena comunidade de Mofreita com o propósito não só de descobrir o maior número possível de vozes representativas, como também identificar os discursos sociais dos informantes, ou seja, as continuidades/descontinuidades com aquilo que é a história escrita e estudada, e à qual poderemos ter acesso sem qualquer trabalho de campo. Este tipo de abordagem foi cunhada por Michaela Wolf (2008) de *etnografia descentrada*.

- Nenhuma das pessoas com quem conversámos na Mofreita conseguiu identificar a designação correcta da instituição, referindo-se a ela apenas como o “Convento”;
- Ninguém lembra de ouvir falar da história do crânio do *bispo santo*;
- A casa foi vendida a uns brasileiros que, diziam os antigos, ainda estiveram por aí uns tempos, mas depois ficou tudo ao abandono e foi ruindo;
- Diz que o Bispo estava sempre aí, que gostava mais de estar aqui do que em Bragança;
- O Bispo passava aqui muito tempo, sentado na sua cadeira. Tratavam-no bem aqui;
- O Convento era uma coisa boa aqui para a aldeia, vinha cá muita gente de todos os povos da região. E as meninas do Convento também vinham de muitos lugares;
- Dizem que o Bispo era um Santo e que fazia milagres e as pessoas vinham para o ver e ouvir;
- É uma pena terem deixado aquilo cair tudo. Ficou apenas a capela, mas se não olharem por ela, vai pelo mesmo caminho.

Curiosidades

Nas consultas e pesquisas que realizámos, encontrámos um blogue com várias referências ao Convento da Mofreita, com informações, imagens e testemunhos sobre a vivência e alguns dos seus caracteres cultuais. O blogue *velhariasdoluis@blogspot.com* de Luís Montalvão, entre outros pormenores, refere-se aos medalhões que as Oblatas da Mofreita usavam ao peito, apresentando imagens desses medalhões e informando que já mesmo depois da extinção da Casa de Recolhimento, em 1910, as pessoas guardaram estas relíquias, atribuindo-lhes propriedades de protecção e de cura. Por exemplo, afastaria os espíritos maus, as tempestades, trovões, raios e granizos e ainda as pestilências.

O trabalho que desenvolvemos na preparação desta comunicação permitiu-nos também conhecer melhor a nossa genealogia, assim como identificar e explicar alguns caracteres identitários. Somos naturais de Vila Boa, também no concelho de Vinhais, e por lá existe uma família que, ainda hoje, é conhecida como sendo os “freiras”. Pois bem, a nomeada familiar, que não só identifica, como caracteriza e localiza socialmente os indivíduos, foi motivada por uma jovem de nome Lucrecia Maria Pires, natural de Vila Boa, que, em meados do século XIX, esteve na Casa de Recolhimento de Fornos de Ledra. Não conseguimos encontrar qualquer registo relativo à sua entrada, permanência ou saída da

instituição, sabemos apenas, por conversa com familiares nossos⁴³, que casou com Lino de Moraes e que em 1862 baptizou uma filha de nome Maria Lucrecia. A Lucrecia Maria era uma das bisavós do nosso avô materno. Esse nosso avô ainda era identificado como sendo dos “freiras”. Este pormenor de carácter mais pessoal, trouxe-nos uma nova curiosidade e uma motivação para futuras deambulações pelo território: Esta nomeada terá sido caso isolado, ou noutras aldeias e lugares, as raparigas que estiveram nas Casas de recolhimento das Oblatas na Mofreita, ou em Fornos de Ledra, terão motivado a criação de uma qualquer nomeada relativa à sua condição de “recolhidas”?

Resta-nos agradecer, uma vez mais, à organização destas jornadas culturais o convite e o desafio para aqui vir e participar. Terminamos partilhando um pequeno sobressalto que nos assalta a mente: Mesmo conscientes do pouco valor arquitectónico do edifício, algo que ainda hoje podemos perceber pelas ruínas que restam, como foi possível um património como este ter sido votado ao abandono e, depois, ter sido privatizado e convertido em lugar de serventia agrícola: cortinhas, hortas, roucios, cabanais e depósito de restos e outras velharias.

⁴³ Agradecemos a leitura crítica deste texto e o esclarecimento sobre algumas dúvidas e incertezas relativas às questões genealógicas ao nosso primo e amigo Alfredo Afonso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, F. M. (2000 a 2007). *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* (Tomos II, VII e X). Bragança: Câmara Municipal de Bragança/Museu Abade de Baçal;
- Cardoso, A. M. M. (2004). *A revolução liberal em Trás-os-Montes (1820-1834). O povo e as elites* (Tese de doutoramento). Lisboa: ISCTE;
- Castro, M. J. (1948). *Bragança e Miranda* – volume III. Porto: Tipografia Porto Médico;
- Deusdado, M. A. F. (1891). O Recolhimento da Mofreita no concelho de Vinhais. *Revista de Educação e Ensino*, volume 6, (pp.533-546)
- Deusdado, M. (1892). *O Recolhimento da Mofreita e o espírito das ordens religiosas*. Lisboa: Guillard, Aillaud & Ca.;
- Gonçalves, A. M. (2008). *História(s) de Mofreita*. Mofreita: Edição de Autor;
- Halbwachs, M. (2004). *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropos Editorial;
- Martins, F. (1997). *Folklore do concelho de Vinhais* – volume 1º. Vinhais: Câmara Municipal de Vinhais;
- Rainha Santa, Frei S. *Memórias da vida do EXmo. e R.mo Sr. Dom António Luís da Veiga Cabral e Câmara, Bispo de Bragança e Miranda*. Arquivo Distrital de Bragança (manuscrito);

- Sousa, F. (1987). Inquisição e heresia nos finais do século XVIII. *História: revista da faculdade de letras da universidade do Porto* – volume 4, Porto, Universidade do Porto;
- Sousa, F. (2019). *D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara, Bispo de Bragança e Miranda (1758-1819)*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança;
- Woolf, M. (2008). “Para além da cultura como tradução. Modelos de representação etnográficos nos estudos de tradução”, in Duarte, J. F. (org.). *A Cultura entre Tradução e Etnografia*. Lisboa: Nova Veja.

**A ORDEM DA SANTÍSSIMA TRINDADE DA REDENÇÃO
DOS CATIVOS EM TRÁS-OS-MONTES - O CASO DA
LOUSA⁴⁴**

*The Holy Trinity of the Redemption of Captives in Trás-os-
Montes - Lousa's case*

Carlos d'Abreu⁴⁵

Resumo

Pretende esta comunicação contribuir para um melhor conhecimento da Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos, fundada pelo catalão João da Mata (1198) – ordem religiosa que tinha como principal missão o resgate dos cativos cristãos aprisionados pelos mouros – e a sua vinda para Portugal onde já exercia actividade em 1217, provavelmente através dos cruzados, construindo-se o seu primeiro mosteiro em Santarém, e um outro em Lisboa por finais dessa centúria. Através destes outros foram criados, nomeadamente os de Trás-os-Montes (Lousa, designado por N.ª S.rª dos Remédios, em 1474; Miranda do Douro e Mirandela, ambos em 1718), não obstante ser apenas o primeiro deles a merecer, por ora, a nossa maior atenção, socorrendo-nos para o efeito de duas velhas crónicas monásticas: o *Agiolégio Lusitano dos Sanctos Varoens...*, por George Cardoso (1652) e a *História Cronológica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade...*, por Fr. Jerónimo de S. José (1789).

⁴⁴ Esta comunicação retomou o tema tratado in *Côavisão – Cultura e Ciência*, coord. António N. Sá Coixão, n.º 5, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal, 2003, pp. 43-57.

⁴⁵ Doutor em Geografia (USAL / UC); co-fundador do Centro Cultural de Balsamão; membro da comissão organizadora das Jornadas Culturais de Balsamão; abreu@usal.es

Abstract

This communication intends to contribute to a better knowledge of Order of the Holy Trinity of the Redemption of Captives, founded by Catalan João da Mata (1198) - religious order which main mission was to rescue Cristian captivities imprisoned by the Moors - his coming to Portugal, being already active in 1217, probably through the crusaders, building its first monastery in Santarém and another one in Lisboa by the end of that century. The crusaders were responsible for the ones in Trás-os-Montes (Lousa, designated by Nossa Senhora dos Remédios in 1474; Miranda do Douro and Mirandela both in 1718). For now, one will focus solely on the Lousa monastery, supported by two old monastic chronicles: the *Agiológico Lusitano dos Sanctos Varoens...*, by George Cardoso (1652) and *História Cronológica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade...*, by Fr. Jerónimo de S. José (1789).

Palavras-chave: Ordem Trinitária; Convento da Lousa; fundação e extinção.

Key-words: Trinitarian Order, Lousa Monastery, foundation and extinction.

1. Fundação da Ordem

A Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos (Pujana, 1993, pp. 16-47) foi fundada por João da Mata e aprovada a sua constituição por bula de Inocêncio III, em 1198. Crê-se que o pontífice tomou esta decisão no dia 28 de Janeiro – festa de Santa Inês “segunda” – o mesmo dia e mês em que o fundador, cinco anos antes, celebrara a sua primeira missa e, nela tivera uma visão, na qual Cristo sustia nas suas mãos dois homens presos por correntes, um deles negro (mouro) e, o outro, branco (cristão).

Não será despidendo referir que João da Mata foi criado numa sociedade escravagista, em boa parte motivada pelo intenso comércio de escravos que girava em torno da guerra santa entre a Cristandade e o Islão, com alguns episódios, para ele certamente marcantes, nomeadamente a queda de Jerusalém em 1187 e a organização da terceira cruzada (1189-1192), bem como a invasão da Península Ibérica por parte dos Almohadas. Estes acontecimentos levaram ao aumento crescente dos cativos, tanto na Palestina, como no norte de África e no sul de Espanha. É, pois, neste quadro social que nasce a vocação de João da Mata e que o levará à fundação de uma ordem religiosa redentora.

Considera-se o ano de 1194, como o início da instituição, por então se ter criado a primeira comunidade trinitária, em Cerfroid, imediações de Gandelú (80km a nordeste de Paris), composta por João da Mata que presidia e mais quatro ermitães, onde o fundador,

nos quatro anos seguintes, se empenhou na elaboração da Regra, pois a particularidade da missão em vista – o resgate dos cativos cristãos – não se enquadrava em qualquer das ordens religiosas existentes. Uma outra ordem, igualmente redentora por excelência, foi criada na centúria seguinte – a de Nossa Senhora das Mercês ou dos Mercedários – mas não chegou a ter expressão em Portugal (Braga, 1994, p.26).

A criação e consolidação da Ordem Trinitária, beneficiou do grande empenhamento e protecção do pontífice romano, não só nos privilégios e imunidades que lhe concedeu, mas também no lançamento da própria missão, a que não estará alheia a suspeita, de ter sido Lotário Segni (futuro papa Inocêncio III), coetâneo ou mesmo colega de João da Mata, no *Studium* catedralício de Paris, futura Universidade da Sorbone.

A título de mera curiosidade, refira-se que este papa aprovou igualmente as ordens mendicantes fundadas por S. Domingos e por S. Francisco, entregando à primeira delas – dominicana ou dos pregadores – a repressão à doutrina herética dos cátaros, através de uma cruzada criada para o efeito sob os auspícios da Inquisição, instituição criada, em termos práticos, por ele próprio (Grandi, 1967; Carvalho, 1992). O quotidiano dos adeptos destas crenças foi estudado e magistralmente descrito por um historiador francês (Ladurie, 1980).

Quanto à protecção e empenho referidos, é importante mencionar a carta que o papa escreveu em 1199 ao rei de Marrocos,

filho de Almançor [último dos grandes soberanos marroquinos da Península Ibérica (Serrão, 1992, I)], onde lhe apresentava o projecto dos trinitários, referindo que aquela Ordem e Regra, reservava para a obra redentora um terço de todos os seus rendimentos, podendo efectuar os resgates tanto por pagamento em dinheiro, como por troca de cristãos por muçulmanos. Nessa missão se efectuou o primeiro resgate, que alguns julgam ter sido perpetrado pelo próprio João da Mata. O desembarque deste primeiro contingente de cristãos libertados, provavelmente em Marselha, suscitou uma onda de entusiasmo e admiração nesta região do sul de França, onde logo de seguida foram fundadas três casas.

Como João da Mata, primeiro ministro-geral da Ordem Trina, nascera cerca de 1155, na pequena aldeia alpina de Faucon – próximo de Barcellonnette no departamento de Basses-Alpes – não admira pois que, em 1201, se encontre a consagrar a igreja da casa em Avinganya (Pujana, 1993, p.27), Serós (Catalunha), a partir das doações de Pere de Bellvis, como agradecimento pela sua libertação do cativo árabe de Valência, naquela que será a primeira fundação da Ordem na Península Ibérica e, anos mais tarde (1250), igualmente o primeiro mosteiro trinitário feminino da Península (Lleida, 1988). Estivemos nas instalações desse antigo mosteiro, em Maio de 2000, quando da nossa participação num congresso aí realizado, por ser actualmente sede do *Centre d'Arqueologia d'Avinganya* (Abreu & Mata-Perelló, 2002).

Num documento datado de Outubro de 1203, onde João da Mata celebra um acordo com o bispo de Marselha, apresenta-se pela primeira vez a designação completa da Ordem, isto é, *Ordinis Sancte Trinitatis et redemptionis captivorum*, bem como, que os trinitários celebravam a festa da Santíssima Trindade *in octavis Pentecostes*, celebração aliás, já prevista na própria Regra, o que permite afirmar que desde sempre festejaram o dia consagrado ao seu titular, apesar desta festa ter sido alargada a toda a Igreja, apenas em 1334, com João XXII.

A expansão da Ordem foi célere, pois em 1209 já possuía 21 casas, repartidas por França, Espanha e Itália, assim como *confratrias*, sinal da preocupação do fundador em promover à volta das suas comunidades, associações de laicos, designadas por confrarias ou irmandades, uma vez que, para além dos resgates dos cativos, era tarefa prevista na Regra, o serviço aos pobres e, para lhe dar cumprimento, necessário seria o apoio de hospitais, onde a participação dos leigos era bem vinda.

O mais famoso *hospitium* criado por João da Mata, talvez seja o de S. Tomás *in Formis* (Roma) na antiga abadia cisterciense, para onde o fundador dos Trinitários transfere a residência em 1209 e, no ano seguinte, sob o portal monumental que faz abrir no edifício, é colocado o medalhão em mosaico polícromo, representando a visão que João da Mata tivera na sua primeira missa. Este mosaico (ou os motivos que contém) amplamente reproduzido, é um dos símbolos da Ordem, podendo ver-se, por exemplo e por ser mais perto de nós,

numa das paredes exteriores da sua Casa em Salamanca ou numa bela escultura na fachada da Basília do Convento de Mafra.

Quando o ministro geral da Ordem morreu em S. Tomás *in Formis* a 17 de Dezembro de 1213, deixava a funcionar três dezenas de casas, volvidos apenas quinze anos após a aprovação da sua Regra. Foram os seus restos mortais trasladados em 1655 para Madrid, após terem sido alvo de um “piedoso furto”. Depois de algumas peripécias em torno da confirmação e veracidade das ossadas de João da Mata, foram as relíquias repartidas entre os conventos madrilenos de trinitários calçados e descalços, em 1722. A partir de 1835, reunidas e transferidas para o mosteiro madrilenho das trinitárias de clausura e aí permanecendo – salvo durante a guerra civil em que estiveram na catedral – até à sua transferência para o colégio trinitário de Salamanca (1966), em cuja igreja pudemos observar a urna de prata que as contém. O sarcófago original (de S. Tomás *in Formis*) encontra-se no Museu Arqueológico da capital do estado espanhol.

Relativamente a Félix de Valois, geralmente tido como co-fundador dos trinitários, alguns autores são de opinião, opinião documentada, que tudo não passa de alguns equívocos e até falácias, mas que levaram a Igreja em 1666, a reconhecer o culto – o que equivale a canonização – a S. João da Mata e a S. Félix de Valois, precisamente como fundadores da Ordem da Santíssima Trindade (Pujana, 1993, pp.35-39), quando este último não passará de um destacado colaborador.

Da Regra dos trinitários ressalvamos o dever da tripartição dos bens, as viagens em burro, a abstinência de carne e peixe e, o trabalho como indispensável; 1/3 dos bens para o resgate dos cativos, outro para os indigentes (também peregrinos) e o restante para as necessidades da casa; determina ainda que a comunidade seja composta por sete membros, quatro deles sacerdotes – incluindo o ministro – e mais três irmãos leigos.

Esta tão aparentemente longa introdução geral à fundação da Ordem, pareceu-nos necessária para melhor percebermos o principal objecto deste nosso estudo.

2. A Ordem em Portugal

A Ordem aprovada por Inocêncio III, em 1198, exercia já actividade em Portugal aquando da sua confirmação em 1217, por Honório III, provavelmente através dos cruzados. O seu primeiro mosteiro foi o de Santarém que contou com o apoio empenhado do poder régio (Costa, 1992, p.214).

Com o beneplácito da rainha Santa Isabel, construíram os trinitários um outro em Lisboa, entre 1283-1294, próximo do actual Largo da Trindade, sendo reedificado e ampliado a partir de 1561, ficando com capacidade para albergar 110 frades. Foi destruído em parte, por um incêndio em 1708, salvando-se a livraria; não foi poupado em 1755 pelo terramoto, tendo ainda sido reconstruído (Araújo & Silva, 1985, p.255).

Sob os auspícios destes dois conventos, largo número de escravos cristãos foi resgatado da tutela muçulmana da Península, até à fundação do convento de Sintra, ocorrida em 1400 (Costa, 1992, p.214), sendo de destacar a acção de Fr. Vasco e Fr. Aires, numa redenção a Granada, onde foi reconhecido que o número de cativos era superior ao dinheiro disponível, determinando que um deles ficasse como refém, enquanto o outro conduziu os presos a Lisboa e procurou meios para libertar o companheiro (Almeida, 1910, p.145).

Sabemos que no século XV a província portuguesa atravessou um período de crise, provavelmente por insuficiência de meios, ou porque estes diminuíssem, ou porque o número de cativos aumentasse devido ao incremento das conquistas africanas, todavia, outros indícios há que poderão ter concorrido para esta situação, como por exemplo, quando em 1420, o superior do convento de Santarém, Fr. Pedro, participa ao papa, a continuação do exercício da actividade por parte do frade Gomes Martins e conseqüente realização de peditórios, apesar de excomungado havia meia dúzia de anos, com a acusação de não utilizar as verbas no resgate dos cativos; curiosamente, informam as fontes que o provincial Fr. Gomes Martins, entre 1416 e 1431, realizou onze redenções gerais, nas quais resgatou cerca de três mil cativos (Costa, 1992, p.214; Almeida, 1910, p.145).

Ao tempo do supra mencionado Fr. Gomes Martins, deslocou-se Fr. Bernardo de Santa Maria, a Granada, com o objectivo de realizar resgates, perdendo a vida nessa missão (Almeida, 1910, p.146).

Parte das receitas para a redenção, era obtida através das esmolas recolhidas pelos chamados mamposteiros dos cativos, cuja actividade estava regulamentada por regimento, desde D. Manuel I, com publicações em 1560 e 1754 (Almeida, 1870, p.116; Torres, 1992), para além de haver outras formas de as arrecadar, como peditórios, doações e disposições testamentárias, por vezes direccionados para alguém em particular, ou para certo tipo de cativos, como por exemplo mulheres ou crianças, ou até prisioneiros oriundos de determinadas zonas do País (Braga, 1994, p.29).

Certamente que a criação por D. Afonso V do Tribunal dos Cativos (1461), chamando a si toda a actividade destinada à recolha de fundos para o resgate e ao qual aplicou mesmo certos rendimentos da Coroa, comprova a agudização das dificuldades dos trinitários. A este Tribunal presidiu, com o título de provedor, o clérigo João de Évora, começando logo por notificar a Ordem para se abster da arrecadação das esmolas e deixar de pregar as indulgências, instituídas pelo papado, àqueles que contribuíssem para a obra do resgate. Naturalmente que os trinitários reclamaram, sanando-se, somente em parte, o conflito, através do direito a um subsídio. A restituição à Ordem da sua missão de redenção, só é alcançada em 1498, através do papa Alexandre VI (Almeida, 1910,

p.146; Costa, 1992, p.214). Devido a esta oposição de D. Afonso V, não registam os anais trinitários qualquer redenção realizada por mosteiros portugueses, entre 1461 e 1558 (Pujana, 1993, p.110).

Paulo III, em 1534, estendeu todos os direitos e prerrogativas, graças e privilégios, dos trinos dos reinos de Castela, Leão e Bética, aos trinitários portugueses (Costa, 1992, p.214).

Num acordo conseguido com a coroa em 1561, sob os auspícios da regência de D.^a Catarina (reinado de D. Sebastião), foi a missão partilhada entre os trinitários e o Estado, cabendo a esta a administração temporal e àqueles o direito dos resgates (Braga, 1994, p.27). Esta parceria obteve o beneplácito de Pio VI, em 1566 (Costa, 1992, p.214).

Ainda no século XV é fundado um convento na Lousa, então Concelho de Vilarinho da Castanheira (Comarca de Torre de Moncorvo) e do qual, em particular, mais adiante trataremos.

Na regência de D.^a Catarina foi construído, em 1562, um convento junto da Universidade de Coimbra, que esta recentemente reabilitou como Casa da Jurisprudência (2017). Como colaboração no resgate de cativos, consequência da política de expansão territorial, criaram-se em 1568, em Ceuta e Tânger, também conventos trinos, até então pertença dos franciscanos. Devido ao desaire do rei Sebastião sofrido em Alcácer Quibir, resgataram os trinitários milhares de cativos – entre eles o corpo real, depositado numa primeira fase na igreja do mosteiro da Santíssima Trindade de

Ceuta - de cuja missão foram encarregados pelos monarcas peninsulares (Costa, 1992, p.214; Rivas Calvo & Abreu, 2007).

Vários outros conventos foram sendo criados até ao século XVIII, nomeadamente os de Alvito, Lagos e Setúbal, destacando-se os femininos de Guimarães, Lisboa, Campolide e Braga, e após a aprovação da Ordem Terceira dos Trinitários por Clemente XIII, os de Lisboa e Porto (Costa, 1992, p.214).

Segundo o juiz demarcante da Província de Trás-os-Montes, nesta região existiam em 1796, três conventos trinos, um na comarca de Miranda do Douro e dois na de Torre de Moncorvo, assim repartidos: em Miranda do Douro, fundado em 1718, de trinitários descalços, aí vivendo 9 religiosos, 3 leigos, 2 donatos e 3 moços, tendo de renda incerta 550.000 réis; na Lousa, designado por convento de N^a. Sr^a. dos Remédios, fundado em 1474, com 7 religiosos, 1 leigo e 2 moços, com renda certa de 300.000 réis; em Mirandela, também de trinitários descalços, fundado em 1718, com uma população composta por 11 religiosos, 5 leigos, 2 donatos e 3 moços, possuindo uma renda certa de 50.000 réis e de renda incerta, 710.000 (Mendes, 1981, pp.225/324).

Segundo um inventário oficial dos objectos preciosos existentes nas casas religiosas suprimidas, existiriam em Portugal, ao tempo, dez conventos e um hospício trinitários, assim distribuídos: Sintra; Coimbra; Lagos; Lisboa; Lousa; Miranda do Douro; Mirandela; Santarém; Setúbal; Vila Franca (distrito de Lisboa); hospício em Alvito (Moeda, 1842).

Estima-se que entre meados do século XVI a meados do XVIII, tenham sido libertadas por acção dos portugueses, em resgates gerais e particulares, mais de 10.000 pessoas (Pujana, 1993, p.110).

Só redenções particulares de Portugal, realizadas entre 1625 e 1661, no norte de África, contam-se 708, devendo-se a Henrique Coutinho, leitor de Teologia no colégio de Coimbra, 600, efectuadas em Tânger e Tetuão (Porres Alonso, 1998, p.558). Convém talvez lembrar a acção de pessoas singulares na empresa do resgate, tanto cristãos, como judeus, mouriscos e elches (cristãos convertidos ao islamismo) (Braga, 1994, p.27). Quase nos atreveríamos a afirmar, tratar-se o resgate de um verdadeiro negócio.

3. O Convento da Lousa

Em 1474 é fundado o Convento da Lousa de "Religiosos Trinos Calçados" (Abreu, 2003), localizado numa região distante do palco privilegiado das operações dos trinitários, num contexto político em que a estes estava agora vedado o cumprimento da sua principal missão, isto é, a redenção dos cativos cristãos em mãos muçulmanas, devido à oposição de D. Afonso V, como acima ficou dito, para além dos condicionalismos demográficos provocados pela peste negra de 1343 e epidemias que se lhe seguiram (Marques, 1987, p.21) e que ainda nesta altura se faziam sentir, uma vez que a retoma dos valores anteriores só começa gradualmente a acontecer, a partir de finais de Quatrocentos (Abreu, 1998, p. 36).

Provavelmente devido às consequências de tal diminuição populacional, ocorreu em 1436, um desentendimento entre os fregueses da Lousa (Concelho de Vilarinho da Castanheira) e a diocese de Braga, a que pertenciam e que assim se pode resumir: como as rendas desta Freguesia eram tão diminutas que, tirando a soldada do capelão, pouco ou nada sobrava para os capitulares, estes conseguiram que o arcebispo determinasse que a Lousa apenas fosse servida por sacerdote, de quinze em quinze dias, aos domingos, ou até noutra dia da semana. Mas os moradores protestaram da medida e fizeram-no saber ao prelado através do procurador Pero Antão, que eles próprios achariam clérigos que os servissem e aos quais garantiriam setecentos reais de soldada. O certo é que D. Fernando da Guerra cedeu aos argumentos dos rústicos (Marques, 1988, p.1149).

Naturalmente que os primeiros trinitários da Lousa, mesmo não podendo por esse tempo, cumprir com a principal função da Regra, sempre recolheriam esmolas para ajudar os pobres e os peregrinos, por ser igualmente de sua competência.

O que aqui trazemos continua muito aquém daquilo que pretendemos acerca do estudo deste antigo Convento porque, para qualquer “loiseiro, a história da freguesia passa pelo CONVENTO e nessa conformidade cumpre-nos continuar esse trabalho.

O Convento “está” por toda a zona urbana: na igreja e capelas através de alguns exemplares do património artístico-religioso móvel, destacando-se as imponentes imagens de S. João da Mata e S.

Felix de Valois; na imagem da Senhora dos Remédios que vive em casa emprestada pelo Santo António; nas habitações e muros construídos com a sua cantaria; nas pedras avulsas em que tropeçamos; nas cortinhas existentes no seu antigo assento, onde aparecem ossadas; em uns ténues vestígios de muros naquele local lá no alto do Cabeço; na cisterna que afinal ainda serve; na antiga Cerca que abriga chãos de cultivo; na fábrica de seda que aí laborou; na aquisição de “hum Casarão que servio antigamente d’Igreja, do extinto Convento da Santissima Trindade da Louza”, em 1868, por parte de um nosso antepassado (APFAM, 1868a; APFAM, 1868b); no curral de gado que sucedeu a várias atribuições e atribuições; no enorme incêndio que iluminou toda a aldeia e que destruiu o edifício; o CONVENTO está presente no imaginário colectivo, através de histórias e lendas... “Ruínas sacrosanctas do templo trinitario da minha saudosa terra natal: Vós sois o triste emblema da vida humana, em tudo transitoria e enganadora! Vós sois as testemunhas mudas, mas expressivas duma geração de protervos e revolucionários!”, no dizer do Abade de Carviçais (Tavares, 1914; Abreu, 2016). Mas o Abade José Augusto Tavares ainda teve a sorte de contemplar ruínas, nós, nem isso...

Fica então o início dessa História, a partir de duas velhas crónicas monásticas: o *Agiolégio Lusitano dos Sanctos Varoens Ilustres em virtude do Reino de Portugal, e sua Conquistas*, por George Cardoso, publicado em 1652 (Cardoso, 1652), e a *História Cronológica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade, Redempção de*

Cativos, da Provincia de Portugal, por Fr. Jerónimo de S. José, em 1789 (José, 1789), por esta sequência.

Conta a história religiosa – na narrativa de George Cardoso – que, no décimo quinto dia de Janeiro, se comemora a morte de Frei Antão Trinitário, cuja traços biográficos o apontam, por finais do Século XV, como um jovem adolescente, filho de ricos e honrados pais do Seixo de Ansiães, que deixou a sua casa retirando-se para as brenhas vizinhas da Lousa, determinado a fazer vida solitária.

É então que a tradição nos informa que, certa noite, lhe apareceu um anjo, pedindo-lhe que edificasse uma igreja no alto da serra onde vivia, dedicada à Santíssima Trindade. Contou o anacoreta a visão aos moradores da aldeia, ao que estes não deram crédito.

Apareceu-lhe segunda vez o anjo, recomendando-lhe que voltasse a tentar e que, se acaso continuassem os moradores duvidando que mandasse vir perante si um moribundo, ao qual, em nome da Santíssima Trindade daria saúde.

E o milagre deu-se. E os aldeões acreditaram por fim no que o mancebo dizia. E a igreja levantou-se. E quando concluída outra vez lhe apareceu o anjo para que a ela chamasse religiosos trinitários.

Obedeceu. Foi ao mosteiro dessa Ordem a Santarém e convenceu alguns frades que com ele regressaram e aí se recolheram fundando um novo convento, que contou com mais um hábito, pois o jovem aderira ao monacato.

E com esse hábito viveu em estado de santidade, pois na Comarca, após a sua morte ocorrida em 1510, santo foi considerado, atestando-o em 1633, a alvura e cheiro com que os seus ossos foram encontrados na capela-mor.

Ao tempo da Reforma chegou a pensar-se em desactivar este Convento e empregarem-se as suas rendas no seu colégio de Coimbra, por os prelados o considerarem fora de mão.

Todavia assim o não entendeu a Providência, pois em 1570 foi para ele residir Fr. Basílio que o ampliou e engrandeceu com a colaboração dos moradores da Comarca, a tal ponto que, em 1580, sendo Provincial Fr. Baptista, para ele enviou confessores, pregadores e mestres para ensinarem latim, tornando-se o Convento famoso em pouco anos, uma vez que a ele ocorriam estudantes de várias zonas da arquidiocese de Braga, a que pertencia, bem como da vizinha diocese de Lamego (Cardoso, 1652, pp. 147-148/154-155).

A História Cronológica da Ordem da Santíssima Trindade (1789), de Frei Jerónimo de S. José, refere-se naturalmente à fundação do Convento da Lousa, localizado no antigo Concelho de Vilarinho da Castanheira, apontando para tal o ano de 1474, por Frei Antão de Bem-Espera, natural do Seixo, termo do antigo Concelho de Ansiães.

Que este indivíduo com inclinações ascéticas, resolvera instalar-se numa ermida onde se encontrava uma devota imagem de N^a. Sr^a. dos Altos Céus; deduzimos que esta ermida se localizasse no

sítio onde mais tarde se edificou o Convento, pois é o lugar mais eminente de todo o termo da Freguesia e, por conseguinte, onde faz sentido venerar-se tal divindade. É curioso notar que ainda hoje na paróquia da Lousa existe uma imagem de roca desta invocação, nessa mesma ermida hoje de invocação de Santa Bárbara, imagem há poucos anos completamente descaracterizada (Abreu, 2011).

Nesse local, recebe numa noite o anacoreta, a visita do anjo que lhe pede a construção da igreja, como já sabemos.

Que foi em Coimbra que encontrara os religiosos trinitários mas pertencentes ao Convento de Santarém, para onde partiram com vista a uma audiência com o prelado; que o ministro do Convento e ao tempo também da Ordem, Fr. Pedro de Évora, duodécimo Provincial, tivera algumas dúvidas do que ouvira ao eremita e que este, para provar a veracidade dos acontecimentos, espetou na terra o bordão que no dia seguinte se havia de encontrar florido.

Assim foi e assim aconteceu, decidindo logo o prelado que dois religiosos acompanhassem o transmontano-diriense até à Lousa, para aí fundarem a sua nova casa.

Um dos frades foi o Fr. Tristão, que mais tarde veio a ser ministro do Convento da Lousa, o segundo na sua história, governando-o a partir de 1532, por um período de 26 anos. Ora, considerando que o Convento se edificara, ou concluíra, ou “principiou a ter forma regular”, apenas em 1500, pois nessa data surge o nome de Fr. João de Marvila no princípio do seu governo,

parece-nos inverosímil que um indivíduo que já aí chegara adulto em 1474, pois já tinha recebido ordens, pudesse vir a assumir a administração do Convento, 58 anos após essa data, governando ainda 32 anos, como indica a cronologia da Ordem.

Por instruções do prelado, os dois religiosos aí chegados atribuíram hábito trino ao eremita, agora Fr. Antão do Bem Espera que ficou a servir na mesma igreja e posteriormente no Convento que edificaram.

Essa edificação começou numa primeira fase, com a erecção de “humas pobres casas, aonde habitarão todos, até se fazerem outras maiores, que depois servirão de Convento bastantes anos”.

Aqui, nesta História Cronológica da Ordem, o Frei Antão ter-se-á finado no ano de 1486 e que depois da sua morte, continuou fazendo milagres.

Ainda em vida do fundador se deu início à ampliação da igreja, por se considerar pequena, cuja construção se adaptou à existente, por forma a que esta servisse de abside, funções que manteve até 1633, ano em que o seu ministro Fr. Tomás da Conceição a demoliu, substituindo-a.

Nestas obras, a capela-mor foi transferida para a parte onde estava a porta da igreja antiga, e no seu lugar fez-se a portaria.

Era esta a igreja existente ao tempo de Frei Jerónimo de S. José, autor da História Cronológica da Ordem da SS. Trindade, cujo tomo aqui tratado foi publicado em 1789, como acima se disse. Este frade esteve no Convento da Lousa, tanto quanto podemos inferir pelas

suas palavras, provavelmente a colher elementos para o seu trabalho.

Afirma este autor, ser a “Igreja bastante grande”, descrevendo-a, como tendo 110 palmos de comprimento [110 x 0,22cm = **24,20m**], 63 de largura [63 x 0,22cm = **13,86m**] e 36 de altura [36 x 0,22cm = **7,92 m**]. Avantajadas dimensões como se constata.

As paredes da igreja eram de “cantaria tosca, e parda, cor da terra”, isto é, de granito local, não aparelhado, ou somente aparelhado numa das faces, como é mais vulgar na arquitectura local, não obstante, cunhais, padieiras, ombreiras e outros elementos, serem constituídos por silhares, ou peças devidamente lavradas, como no-lo atestam elementos destes que se encontram hoje espalhados pela aldeia, assim como uma fotografia, a única conhecida, em que das suas ruínas sobressai uma das esquinas do antigo edifício.

Tinha três naves assentes sobre colunas de granito que sustentavam o tecto, todo de madeira de castanho, “algum tanto abatido, por causa da eminência, e dos ventos que fazem neste sitio grande impressão”. Ora, cremos que esta informação se deva interpretar, como tendo a igreja um telhado de inclinação pouco acentuada, relacionando o cronista este facto, com a altitude do sitio de implantação do edifício, sendo por conseguinte lugar muito ventoso, pois quem conhece a Lousa sabe que assim é. Julgámos

ainda que a elevada altimetria das paredes da igreja, como acima se viu, colaborava neste pormenor architectónico.

O seu interior constava de três capelas, cada qual com seu altar, cujos pisos se não encontravam ao nível do restante corpo da igreja, estando, por conseguinte, algo elevados, provavelmente à altura de um degrau.

Estes elementos aqui apurados, serão certamente de grande utilidade num futuro projecto arqueológico para o local, aliás já há alguns anos por nós proposto, não tendo ainda colhido as vontades necessárias para a sua realização.

O altar-mor era dedicado à Santíssima Trindade, o que é natural.

O altar da parte do Evangelho, ou da direita, pertencia a N^a. Sr.^a dos Remédios, cuja imagem, bela no dizer do autor, era de roca, vestida com o hábito da Ordem trina, a quem o povo dedicava muita devoção e que, supunha o mesmo autor, seria a mesma que tivera o título dos Altos Céus.

O altar do lado esquerdo, ou da Epístola, era dedicado a Santo António. Aqui ocorre-nos referir, a título de mera curiosidade, a existência, como já foi dito, de um edifício religioso designado por capela de Santo António, no meio do Povo, a mais importante de quantas existem na Freguesia, não só pela qualidade da construção, mas também porque serviu a sua galilé e sineta para as reuniões dos vizinhos, até há poucos anos.

Por que razão coexistiram duas capelas, dedicadas ao mesmo Santo, separadas por escassas centenas de metros?

Naturalmente que uma não invalida a existência da outra, não sabendo nós sequer qual delas se construiu primeiro, apenas que a do Convento pode ter resultado da construção da segunda igreja (antes de 1486, pois o fundador ainda era vivo), ou das obras de remodelação ocorridas em 1633.

Convém talvez lembrar que, apesar da mesma designação – capela – uma situava-se no interior da igreja do Convento, enquanto que a outra, era/é um edifício autónomo, do tipo ermida. Será talvez curioso notar que, por exemplo na vizinha Castela, se distingue entre *capilla* e *ermita*, o que geralmente não ocorre entre nós.

Permitam-nos, antes de regressarmos à descrição da igreja do Convento e a talhe de fouce, uma vez que falamos de capelas, de referir a existência já em meados do século XVIII, então fora do Povo, numa pequena elevação a Nascente do Convento e a não muita distância, de uma capela da invocação do Espírito Santo (e da qual a minha família é vizinha). Considerando ser a Santíssima Trindade titular do Convento, terá sido esta capela erigida sob a influência dos frades trinos?

Voltando aos altares, à altura da descrição, eram “ornados com seus retabulos antigos”. Aqui, confessemos-lo, gostaríamos de ter mais informação, como contributo para a História d’Arte deste antigo e desaparecido Convento, bem como contributo à sua investigação, pois algum deste património artístico-religioso móvel

poderá ter subsistido e encontrar-se na Freguesia, em maior número do que aquele que costuma ser considerado, porquanto, a lei de extinção das ordens religiosas, previa a sua distribuição pelos templos.

Para além da descrição da igreja e seu interior, temos também preciosos informes sobre o restante edifício do Convento. Vejamos.

Possuía um claustro, o que não é novidade para um cenóbio.

Mas esse claustro era rigorosamente quadrado, acrescentando o cronista que apresentava até dimensões maiores do que pedia o risco, podendo daqui inferir-se que o projecto arquitectónico não foi exactamente respeitado e que, ao tempo da visita do Frei Jerónimo de S. José, talvez no cartório do Convento se conservassem ainda esses documentos e que ele lhe tenha acedido, ou tão só, ser da memória de alguns esse facto. Tinha dois pisos, suportando o térreo, com suas colunas graníticas, uma varanda a toda a volta, fechada com doze janelas de galeria, onde se localizavam várias celas que comunicavam com um dormitório. No rés do chão possuía várias oficinas.

No meio do claustro, a respectiva cisterna. Cisterna que constitui hoje um dos raros vestígios do mosteiro, no sítio onde esteve implantado e que ao tempo era habitado por doze religiosos.

Em 1796, pouco mais de meia dúzia de anos após este relato, a população do Convento era apenas composta por dez religiosos, sendo sete deles clérigos regulares, um leigo e dois moços, como acima se viu (Mendes, 1981, pp.313/324). Valores que parecem

estar de algum modo em desacordo com a Regra, quando determina que a comunidade seja composta por sete membros, quatro deles sacerdotes (incluindo o ministro) e mais três irmãos leigos (Pujana, 1993, p.45), a menos que, entretanto, alguma reforma a tenha alterado, o que é mais provável, pois as outras casas trinas na Província, como vimos, ultrapassavam em muito esses valores.

O Mosteiro possuía uma cerca de “meia legua de circuito”, com vinha, horta, terras de pão, muita lenha, pomar, ainda que pouco frutífero devido às “muitas neves”, no dizer do freire cronista, e duas fontes de boa água.

Parte deste muro da cerca, existe ainda, mormente na zona sul do sítio do Convento, subsistindo aliás, na toponímia local.

Segundo alguns já antigos autores ao tempo da elaboração da História Cronológica, aqui residiram alguns famosos religiosos pela sua virtude. Entre eles, “o Veneravel servo de Deos” Fr. António da Conceição e seus discípulos, para onde se retiraram, “fugindo da nossa Corte”, em 1629.

Diz o autor que ainda no século XVIII, os religiosos faziam “muito serviço a Deos”, não só através da evangelização, mas sobretudo pelo “Sacramento da Penitência”, pois muita gente vinha ao Mosteiro procurar a reconciliação com Deus através deste Sacramento.

Aqui se ministrou o ensino do latim durante “muitos annos”, coisa rara na região, tendo-se aí preparado “muitos Abbades, e Parocos”, e certamente leigos também. Estas aulas já não existiam ao

tempo do cronista (cerca de 1789), “por alguns inconvenientes que o tempo foi mostrando”, não especificando quais.

Ao tempo da Reforma, ou seja, no reinado de D. João III, considerando a aspereza do sítio e a grande distância para as visitas a que os prelados superiores estavam obrigados, decidiram estes, com a devida autorização do cardeal Henrique e aprovação do Legado Apostólico, desactivá-lo e anexar as suas rendas ao Colégio de Coimbra.

Conta-se que um lavrador chamado João do Prado, do lugar de Valtorno – termo também do então Concelho de Vilarinho da Castanheira e hoje do de Vila Flor – ao saber da pretensão de se aforarem as suas rendas foi a Lisboa com a intenção de as vir a possuir, tendo inclusive uma audiência com o Provincial, Fr. Baptista de Jesus e os demais do seu governo.

Acontece, porém, que ao fazerem o contrato, emudeceu repentinamente o lavrador. Foi isto visto pelos religiosos como um sinal da vontade de Deus de se manter aquela Casa, tanto mais que os bens renderiam pouco, a somar ao reduzido número de Conventos na Província Portuguesa.

Foi conservado o Mosteiro, voltando o seu prelado a deter o título de ministro, pois em 1564, pela decisão de o subordinar ao Colégio de Coimbra, ficara apenas com o de presidente (José, 1789, pp.296-300/305-307).

De entre os numerosos ministros do cenóbio da Lousa que por ora se conhecem, desde 1500 até 1788, ressaltamos o nome de Fr.

Francisco Botelho, que o governou durante 3 anos (1744-47), por ser coetâneo e certamente familiar do nosso maior poeta torremoncorvino, Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos (Abreu, 2015).

E perdurou o nosso Convento até à extinção “em Portugal, Algarve, Ilhas Adjacentes, e domínios Portugueses [de] todos os Conventos, Mosteiros, Colégios, Hospícios, e quaisquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, instituto ou regra”, conforme reza o artigo 1º. do Decreto de 30 de Maio de 1834 (Reis, 1988, p.235).

Mas ao longo dos trezentos e sessenta anos da sua existência, foi engrossando o seu património, património passível de ser avaliado, entre outras fontes, através do inventário realizado pela comissão encarregue de arrolar os seus bens, então nacionalizados. Incluía, por exemplo, a administração por inícios do século XVIII, da ermida da invocação de S. Francisco, existente em Vila Nova, Abadia de Sambade [Alfândega da Fé] (Costa, 1868, p.405).

A maioria dos seus bens foi vendida em hasta pública, outros recolhidos à Casa da Moeda e alguns oferecidos à paróquia, entrando aqui sobretudo várias imagens que na Lousa ainda hoje se reconhecem como tendo pertencido aos trinitários. Dos objectos em metais preciosos, provenientes do convento da Lousa, foram inventariados e deram entrada na Casa da Moeda, 3 cálices, 3 colheres, 1 custódia, 4 patenas e 1 píxide, tudo no valor de 78\$748 réis; valores muito inferiores, aos avaliados nos outros conventos

trinos da Província: Miranda do Douro, 279\$467; e Mirandela, 318\$513 (Moeda, 1842).

Foram os documentos recolhidos e produzidos pela referida comissão, bem como muitos outros do seu cartório, entretanto por nós consultados no Arquivo do Ministério das Finanças instalado no Convento de Santa Marta, em Lisboa (transferidos entretanto para a Torre do Tombo), microfilmados e com a leitura paleográfica em curso, para através deles se tentar a redacção de uma história (*quasi*) total dos seus quatro séculos de existência e que certamente terá como título, “O Convento Trinitário da Lousa e o seu património em 1834”.

Proibindo a legislação do regime liberal, o enterramento nas igrejas, previa, no entanto, o aproveitamento das cercas dos conventos, para cemitérios. Nessa conformidade estará porventura a Portaria da Fazenda de 31-03-1837, sobre a “Igreja arruinada, pedida pela Junta de paróquia de S. Lourenço da Louza para cemitério, sendo informado sôbre esta pretensão o Administrador Geral de Bragança e o Administrador do Concelho de Anciães” (ANTT, 1837).

Sobre este documento, permitam-nos alguns breves comentários.

Volvidos apenas três anos da extinção do Convento, já a sua igreja se encontrava arruinada; será que o estado de degradação era já tão evidente em tão pouco tempo? Será que o adjectivo, teria apenas a intenção por parte da junta de paróquia, de ver a petição

mais facilmente satisfeita e, tentar evitar desse modo a arrematação da igreja? Por outro lado, como poderia a igreja ser utilizada para cemitério? A menos que fosse intenção do governo local, demolir alguns aspectos do edifício, para poder reutilizar as paredes exteriores como muros da necrópole. Ou o que se pretende no requerimento não é somente a igreja, mas todo o conjunto edificado, prevendo-se utilizar para os enterramentos, uma zona adjacente, ao ar livre, na cerca, ou mesmo no claustro?

O documento *supra* refere que fora informado dessa pretensão “o Administrador do Concelho de Anciães”, o que condiz com a História, pois com a supressão do Concelho de Vilarinho da Castanheira, pelo decreto de 06-11-1836, a Freguesia da Lousa, fora incorporada no Concelho de Ansiães, aí permanecendo até à restauração do Município do Vilarinho, pela carta de lei de 27-09-1837 (Abreu, 1996).

O processo de privatização dos prédios que foram do convento, foi algo de moroso porque burocratizado, arrastando-se ao longo de vários anos, pelo menos entre 1837 e 1841⁴⁶.

Mas a história do cenóbio, ou dos seus edifícios, não se esgota aqui, perdura ainda ao longo de toda a segunda metade do século XIX com a arrematação dos seus bens, assunto sobre o qual, também já em parte, já nos debruçámos em trabalho anterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Carlos d' (1994), *Memória Setecentista de Vilarinho da Castanheira*, in *Terra Quente* (jornal regional), Ano VI, n.º 80, Mirandela, 01 Nov, pp. 6-7.

Abreu, Carlos d' (1996), *Reformas Administrativas Liberais (1832-1836) O Caso de Vilarinho da Castanheira*, in *Terra Quente* (jornal regional), Ano VII, n.º 107, Mirandela, 01 Jan, p. 3.

Abreu, Carlos d' (1998), *Torre de Moncorvo – percursos e materialidades medievais e modernos*, dissertação de Mestrado em Arqueologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Abreu, Carlos d' (2000), *As Memórias Paroquiais de 1758 do actual Concelho de Torre de Moncorvo, XIV – Lousa*, in *Terra Quente* (jornal regional), Ano XI, n.º 210, Mirandela, 01 Maio, p. 4.

Abreu, Carlos d' & Mata-Perelló, Josep (2002), *Chapa-Cunha (Torre de Moncorvo, Portugal): un paso intermedio del camino de la farga catalana hacia el Brasil*, in: Libro de Actas del Primer Simposi sobre la Minería i la Metal.lúrgia Antiga al Sudoest Europeu, vol. II, ed. Josep Mata-Perelló y Joan-Ramon González, Manresa, Universitat Politècnica de Catalunya, pp. 415-426.

Abreu, Carlos d' (2002), *O Património Cultural do Sul do Distrito de Bragança Segundo o Abade de Baçal – tentativa de elaboração de índices temáticos às Memórias Arqueológico-históricas*, in

⁴⁶ In Diários do Governo 1837a; 1837b; 1838; 1841a; 1848b; 1841c; 1841d.

Brigantia revista de cultura, vol. XXII, n.º 1/2, Bragança. Assembleia Distrital, pp. 9-96.

Abreu, Carlos d' (2003), "Para a história do antigo Convento da Trinitário e culto à Senhora dos Remédios na Paróquia de S. Lourenço da Lousa", in *Côavisão – Cultura e Ciência*, coord. António N. Sá Coixão, n.º 5, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal, pp. 43-57.

Abreu, Carlos d' (2011), "Das coisas da Loisa – uma aldeia empoleirada no Doiro", in *Trás-os-Montes e Alto Douro: Mosaico de Ciência e Cultura* (colectânea de autores oriundos de Trás-os-Montes), coord. Armando Palavras, Lagoaça (Freixo de Espada à Cinta), Comissão de Festas de N.ª S.ª das Graças, pp. 105-113/360.

Abreu, Carlos d' (2015), "Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos poeta ibérico da pré-ilustração e fundador da Academia dos Unidos", in *Hipogrifo – Revista de Literatura y Cultura del Siglo de Oro*, vol. 3, n.º 2, Nueva York, Instituto de Estudios Auriseculares (Universidad de Navarra), pp. 71-109.

Abreu, Carlos d' (2016), "Reseña" ao livro de Maria Alegria Marques, *Os Forais de Vilarinho da Castanheira* (Carrazedada de Ansiães, ed. comemorativa dos 500 anos de atribuição do Foral Novo, Câmara Municipal, 2014, in *Stvdia Zamorensia*, Segunda Etapa, Volumen XV, Zamora, UNED, pp. 213-217.

Almeida, Candido Mendes de (1870), *Ordenações Filipinas*, livro I, titulo LXII, Rio de Janeiro [ed. "fac-símile" com nota apresentação Mário Júlio de Almeida Costa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985].

Almeida, Fortunato de (1910), *História da Igreja em Portugal*, tomo II, livro II, Coimbra.

ANTT (1837), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Conv. SS. TT. da Ordem da SS. TT. Fundado em 1474 Louza*, 2ª Repartição n.º 96, Livro 1.º das Requisições, fl. 8v., Inventário n.º. 242, Lisboa, ANTT. APFAM – Arquivo Particular da Família Abreu Machado (1868a), "Escritura pública de compra e venda de um Casarão que fora Igreja do antigo Convento Trinitário da Lousa", secção *Dioníria dos Prazeres [Cabral] Lopes*, cx. I, doc. 1, manuscrito, Lousa, 11 Abril.

APFAM (1868b), "Registo de um Casarão que fora Igreja do antigo Convento Trinitário da Lousa" secção *Dioníria dos Prazeres [Cabral] Lopes*, cx. 1, doc. 2, Conservatória do Concelho de Moncorvo, manuscrito, Torre de Moncorvo, 22 Out.

Araújo, António de Sousa & Silva, Armando B. Malheiro da (1985), *Arquivo Distrital de Braga, Inventário do fundo Monástico-Conventual*, Braga, Arquivo Distrital / Universidade do Minho.

Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond (1994), "Contribuição monetária das comarcas portuguesas para a obra da redenção de

cativos (1523-1539)", in *Brigantia – revista de cultura*, vol. XIV, n.º 1/2, Bragança, Assembleia Distrital, pp. 23-34.

Cardoso, George (1652), *Agiologio Lusitano dos Santos Varoens Ilustres em Virtude do Reino de Portugal, e sua Conquistas*, Tomo I, Lisboa, Officina Craesbeekiana, pp. 147-148/154-155.

Carvalho, Alberto Martins de (1992), *Santo Ofício*, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 472-477.

Costa, P.º António Carvalho da (1868), *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do Reyno de Portugal*, t. I, 2ª. ed., Braga, 1868 [1ª. ed., 3 vol., Lisboa, 1706, 1708 e 1712 respectivamente].

Costa, António Domingues de Sousa (1992), "Trinitários", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. VI, Porto, Livraria Figueirinhas, p. 214.

DG – Diario do Governo (1837a), *Arrematação perante o Administrador Geral do Districto do Porto*, n.º 102, Lisboa, 02 Maio, p. 561.

DG (1837b), *Arrematação perante a Junta de Credito Publico*, n.º 277, Lisboa, 23 Jan, p. 1305.

DG (1838), *Arrematação perante a Junta de Credito Publico*, n.º 69, Lisboa, 21 Mar, p. 281.

DG (1841a), *Arrematação perante a Junta de Credito Publico*, n.º 24, Lisboa, 28 Jan, p. 108.

DG (1841b), *Arrematação perante a Junta de Credito Publico*, n.º 145, Lisboa, 22 Jun, p. 651.

DG (1841c), *Arrematação perante a Junta de Credito Publico*, n.º 179, Lisboa, 31 Jul, p. 837.

DG (1841d), *Arrematação perante a Junta de Credito Publico*, n.º 254, Lisboa, 27 Out, p. 1269.

Esteves, Vigário António (1758), "Lousa", in *Dicionário Geográfico*, ANTT, vol. 21, n.º 150, 1297-1304, 22 Abr.

Grandi, A. Galli-D. (1967), *História da Igreja*, Lisboa, Edições Paulistas, II ed.

José, Fr. Jeronimo de S. (1789), *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade, Redempção de Cativos, da Provincia de Portugal...*, Tomo I, Lisboa, na officina de Simão Thaddeo Ferreira, pp. 296-307.

Ladurie, Emmanuel Le Roy (1980), *Montaillou, Cátaros e Católicos numa Aldeia Francesa (1294-1324)*, Lisboa, Edições 70.

Lleida (1998), Fundació Pública Institut d'Estudis Ilerdencs de la Diputació de Lleida, Centre d'Arqueologia d'Avinganya, op. il. c/ texto de Joan-Ramon González i Joana Xandri, Lleida, 2ª. ed.

Marques, A. H. de Oliveira Marques (1987), *Portugal na crise dos Séculos XIV e XV*, in: *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. De Oliveira Marques, vol. IV, Lisboa, Editorial Presença.

Marques, José (1988), *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, col. Temas Portugueses.

Mendes, José Maria Amado (1981), *Trás-os-Montes nos fins do Século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra / Instituto Nacional de Investigação Científica, textos de história-2. Moeda, Casa da (1842), *Contas correntes dos objectos preciosos de ouro, prata, e joias que pertenciam aos Conventos Supprimidos do Continente do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Morais Jr., João Baptista de (1869), "Origem e fundação do Convento da Lousa", in *Almanach de Lembranças Luzo-Brasileiro para o ano de 1869, com 437 artigos e 90 gravuras*, por Alexandre Magno de Castilho Tenente da Armada e Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro Bacharel em Direito, Lisboa, Typographia Franco-Portuguesa, pp. 137-138.

Porres Alonso, Bonifacio (1998), *Libertad a los Cautivos, Actividad Redentora de la Orden Trinitaria*, tomos II y III [I vol.], Córdoba-Salamanca, Secretariado Trinitario.

Pujana, Juan (1993), *La Orden de la Santísima Trinidad (Trinitarios)*, Salamanca, Secretariado Trinitario, col. Testigos 10.

Reis, António do Carmo (1988), *O Liberalismo em Portugal e a Igreja Católica – A época de Sua Majestade Imperial e Real D. Pedro*, Lisboa, Editorial Notícias.

Rivas Calvo, Emilio & ABREU, Carlos d' (2007), "Alcazarquivir. El enigma (o el rescate del cuerpo d'el rey don Sebastián)", in *Praça*

Velha revista cultural, ano X, n.º 21, Guarda, Câmara Municipal, pp. 39-59

Rolo, Frei Raul de Almeida (1981), "Dom Frei Bartolomeu dos Mártires por terras de Moncorvo", in *Brigantia – revista de cultura*, vol. I, n.º 3, Bragança, Assembleia Distrital, 5-29.

Serrão, Joel (1992), "Almançor", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, p. 114.

Tavares, [José Augusto] Abbade (1914), "O Convento da Lousa", in *Legionário Transmontano* [jornal], 25 Dez.

Torres, Ruy d'Abreu (1992), "Mamposteiros, ou Pedidores", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, p. 148.

**CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA 3.ª ORDEM DA
PENITENCIA NO MOGADOURO:
INVENTARIO DE TODOS OS BENS MOVEIS**

*Convent of São Francisco da 3.ª Ordem da Penitencia no
Mogadouro: Inventory of all movable property*

Fernando Andrade Lemos⁴⁷

Introdução ao Convento de Mogadouro

Por ser relativamente recente, o Convento de S. Francisco de Mogadouro apresenta uma história rápida e não muito intensa.

S. Francisco foi alvo de profunda veneração tanto geral como particular no nosso país. O seu culto calou profundamente na alma dos portugueses. Muito possivelmente por estes motivos a devoção, brotando da alma popular, perdurou.

D. Afonso III, em 27.XII.1272 concedeu foral à Vila de Mogadouro. Teria havido um local de culto no espaço do convento? No que respeita a este antigo templo, ou local religioso, ainda surgem várias opiniões. No entanto, a presença de cruz latina com 3 naves baseia a viabilidade deste antigo templo, dado que a presença destas naves remetem para uma construção anterior ao Concílio de Trento. Igualmente possuiria 2 altares laterais dedicados a Nossa Senhora da Conceição e à Santa Cruz.

⁴⁷ Fernando Andrade Lemos. Portugal. E-mail: faalemos@hotmail.com.

Certo é que de 1618 a 1689 a Ordem Franciscana edificou este convento, com o apoio decisivo de D. Luís de Távora⁴⁸, grande possuidor de terras e funções governativas na região. Foi este apoio que permitiu finalizar a construção do convento, que já se alongava e parecia nunca acabar. Deste modo, a presença do maneirismo, do barroco e do rocóco fizeram-se sentir. A título de exemplo refira-se que os altares refulgiam em talha dourada.

Em 25 de Dezembro de 1624 o Convento, ainda inacabado, viveu uma grande alegria: os frades celebraram a natividade de Cristo no novo templo. Depois disto, abateu-se sobre o Convento uma série de anos aziagos. Em 1834, os frades foram expulsos pela lei de Joaquim António de Aguiar, conhecido por 'Mata-frades'. Regressados, tiveram que enfrentar dois incêndios que esfumaram muito da arte que os frades possuíam e colocaram aos monges a premência da reconstrução. O primeiro ocorreu nos finais do século XIX e o outro na década de XX do século passado⁴⁹. Felizmente manteve-se o retábulo-mor de talha, atribuído a Francisco Lopes de Matos⁵⁰, entre outros elementos artísticos e artesãos.

Nesta época, já no século XX, demoliu-se parte da área conventual. A sua área de construção em U mudou para uma

⁴⁸ D. Luís de Távora (1634-1672), 1º marquês do título e 9º Senhor de Mogadouro.

⁴⁹ Catarina Oliveira, *Notícia Histórico-Artística*, in Internet: *Igreja do Convento de S. Francisco de Mogadouro*.

⁵⁰ Francisco Lopes de Matos, foi um entalhador de reconhecido mérito em Trás-os-Montes, tendo trabalhado em vários locais, como, a título de exemplo, a Catedral de Miranda do Douro.

configuração em L. A degradação parecia encaminhar o Convento para uma ruína total. Mas num rasgo de conservação do monumento, os Paços do Concelho instalaram-se, em 1971, no espaço vago e restante. Hoje ainda ali permanecem, dando vida, embora não religiosa mas elaborando um exemplo que deveria ser seguido por todos, aquelas paredes que persistem em manter-se facultando um louvável momento de estudo e de turismo.

Não pretendemos elaborar um historial perfeito do Convento, mas chamar a atenção do seu valor histórico e artístico. O documento que apresentamos acarreta uma visão muito própria de possível sobrevivência.

PT-TT-MF-DGFP-E-001-00262

IV/D/9(2)⁵¹
Bragança⁵²

100-C⁵³

M
N.º 261

Mogadouro

Convento de São Francisco – São Francisco 3.ª Ordem da Penitencia

N.º antigo⁵⁴
6⁵⁵
Tras-os-Montes⁵⁶

⁵¹ A esferográfica vermelha.

⁵² A esferográfica vermelha.

⁵³ A lápis.

⁵⁴ A esferográfica vermelha.

⁵⁵ A esferográfica vermelha.

⁵⁶ A esferográfica vermelha.

Extractado.
a) Machado /

[f. 2]
Trás-os-Montes
Comarca de Moncorvo

Convento de São Francisco da 3.^a Ordem da Penitencia no Mogadouro

Extractado no Caderno de Tras-os-Montes a folhas 4v.^o
Livro 2.^o folhas 53

261⁵⁷ /

[f. 3]

261⁵⁸

1831

Mogadouro
e
Convento de São Francisco

Inventario de todos os bens moveis, de
rais, direitos, acções e alfaias que constituem o
Convento de São Francisco desta villa do Mogadouro

Extractado no caderno de Trás-os-Montes a folhas 4v.^o
Livro 2.^o folhas 53

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos e trinta e quatro annos aos treze dias do mes de Agosto do dito anno nesta villa do Mogadouro e cazas de residencia do Doutor Manoel Jose da Silva Leal juiz de fora nesta villa do Mogadouro e seu termo com alçada por Sua Magestade Imperial e Real como Regente do Reino em nome de Sua Augusta Filha a Senhora Dona Maria da Gloria que Deos goarde etc. ahi por elle dito ministro me foi entregue o officio da Subprefeitura da Provincia o qual lhe ordena proceda a inventario na forma das instruções que para esse fim lhe forão remetidas pello provedor do concelho da villa

⁵⁷ A lápis.

⁵⁸ A lápis.

de Freixo de Espada a Sinta, em todos os bens moveis, semoventes de rais acções e direitos, e bem assim joias e alfaias e mais utensilios / [f. 3v] pertencentes ao Convento de São Francisco desta villa da Treceira Ordem da Penitencia, para cuja deligencia mandou que eu escrivão servisse de escrivão no arrolamento de todos os bens pertencentes ao mesmo convento, mandando citar os louvados da camara e concelho, e na falta destes dous homens inteligentes e fazendeiros para servirem de louvados neste inventario de que para constar mandou fazer este auto que assignou comigo Joaquim Jose Teixeira o escrevy.

a) Manoel Jose da Silva Leal /

[f. 4]

Subprefeitura de Moncovo

Illustrissimo Senhor

Respondendo ao officio de Vossa senhoria com dacta de 25 do passado Julho, cumpre-me dizer-lhe, que fica em esta Secretaria, para ser remettida à Prefeitura a certidão que me enviou respeito aos bens incorporados nos proprios da Nação, e como Vossa Senhoria me diz que ainda nessa villa se não tem procedido a tomar conta e inventariar o extincto Convento de São Francisco, queira Vossa Senhoria pedir officialmente, e auctorizado por mim, ao Provedor do concelho de Freixo, huma copia fiel das instruções que lhe inviei para elle tomar conta e inventariar o Convento de São Felipe Neri, e logo que lha remetta Vossa Senhoria na forma daquellas instruções passe a tomar conta do convento dessa villa observando em tudo o disposto nas mesmas condições, pois que hontem participei ao Excellentissimo Prefeito que dava a Vossa Senhoria esta ordem. Se porem se apresentar algum outro magistrado auctorizado pelo Excellentissimo Prefeito para proceder nesta deligencia Vossa Senhoria lha sederá entregando-lhe os trabalhos a que tiver precedido, e comonicando-me o que obrar sobre este objecto. Divolvo a Vossa Senhoria os papeis que me remeteu pertencentes as minas de chumbo de Ventuzelo, porque sendo estas propriedade nacional e achando-se ademenistradas por hum / [f. 4v] adeministrador auctorizado pelo Inspetr Geral das

Minas do Reino julgo não dever tomar ingerencia neste objecto sem positiva ordem da Prefeitura.

Deos Guarde a Vossa Senhoria.

Secretaria da Prefeitura em Moncorvo 1.º de Agosto de 1834.

Illustrissimo Senhor Manoel José da Silva Leal.

O Sub-Prefeito

a) Luis Claudio d'Oliveira Pimentel / [f. 6]

Mandado para serem citados os louvados da camara desta villa

O Doutor Manoel Jose da Silva Leal juiz de fora nesta villa do Mogadouro e seu termo com alçada por Sua Magestade Imperial e Real como Regente do Reino em nome de Sua Augusta Filha a Senhora Dona Maria Segunda que Deos goarde etc.

Mando a qualquer official deste juizo cite aos louvados do concelho e no seu impedimento a outros homens lavradores, fazendeiros e inteligentes para procederem na avaliação dos bens moveis e de rais pertencentes ao Convento de São Francisco desta villa vindo tomar juramento para o mesmo fim. O official passara certidam.

Mogadouro 13 de Agosto de 1834.

Joaquim Jose Teixeira o fes.

a) Leal

Certidam da citação

Aos treze dias do mes de Agosto de mil oitocentos e trinta e quatro annos nesta villa do Mogadouro e meu escritorio ahi sendo presente o alcaide do juizo deu sua fe em como tinha citado a Antonio Jose Pego louvado do concelho, a Levi Antonio Calejo homem inteligente e fazendeiro / [f. 6v] na falta do louvado do concelho, e assignou comigo Joaquim Jose Teixeira o fes.

a) Joaquim Jose Teixeira

a) Luis Manoel Lopes

Juramento dado aos louvados Antonio Jose Pego e Luis Antonio Calejo

Aos treze dias do mes de Agosto de mil oitocentos e trinta e quatro annos nesta villa do Mogadouro e cazas de residencia do Doutor Manoel Jose da Silva Leal juis de fora nesta villa do Mogadouro e seu termo com alçada por Sua Magestade Imperial e Real como Regente do Reino em nome de Sua Augusta Filha a Senhora Dona Maria Segunda que Deos goarde etc. Ahi perante elle ministro sendo presentes os louvados atras nomeados Antonio Jose Pego e Luis Antonio Calejo desta villa aos quaes elle ministro deferio juramento nos santos evangelhos em forma devida debaixo do qual lhe encarregou e mandou que debaixo do juramento recebido bem e verdadeiramente servissem de louvados em todos os bens moveis semoventes e de rais pertencentes ao Convento de São Francisco desta villa, e da Treceira Ordem da Penitencia, de todos os bens / [f. 7] que julgarem e conhecerem serem proprios do mesmo convento, e que lhe forem noemados pello Reverendo Padre Ministro Frei Manoel Lopes de Santa Agueda Moutinho, o que elles louvados prometerão fazer debaixo do juramento recebido de que para constar elle ministro mandou fazer este termo que asinou com os louvados, eu Joaquim Jose Teixeira o fes.

a) Leal

a) Luis Antonio Calejo

a) Antonio Jose Pego

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos e trinta e quatro annos aos quatorze dias do mes de Agosto do dito anno nesta villa do Mogadouro e cazas do Convento de São Francisco della aonde se achava o Doutor Manoel Jose da Silva Leal juiz de fora nesta villa e seu termo com alçada por / [f. 7v] Sua Magestade Fidelissima que Deos goarde etc ahi elle dito ministro para efeito de proceder ao arrolamento de todas as joias, alfaias pertencentes a igreja deste convento, assim como de todos os bens moveis semoventes e de rais pertencentes ao mesmo convento extinto na conformidade do officio junto da Subprefeitura da

Provincia e mais instruções a semelhante respeito, para o que sendo presente o Reverendo Padre Menistro do mesmo convento Frei Manoel Lopes de Santa Agueda Moutinho ao qual elle menistro encarregou e mandou que debaixo do juramento de sua profição declarasse e nomeasse a este inventario todas as alfaias, joias de igreja e mais bens, moveis, semoventes, bens de rais, e todos os mais direitos, acções e pensões que fossem pertencentes ao convento extincto por decreto de trinta de Maio ultimo: o que elle dito Padre Menistro prometia fazer debaixo de responsabilidade, e juramento de sua profição de que para constar elle menistro mandou fazer este auto que assignou com o dito Padre Menistro, eu Joaquim Jose Teixeira o fis.

a) Leal

a) Frei Manoel Lopes de Santa Agueda Moutinho Ministro / [f. 8]

Asentada

Aos quatorze dias do mes de Agosto de mil oitocentos e trinta e quatro annos nesta villa do Mogadouro e cazas do Convento de São Francisco da mesma aonde se achava o Doutor Manoel Jose da Silva Leal juiz de fora nesta villa e seu termo com alçada por Sua Magestade Fidelissima que Deos goarde etc ahi elle dito menistro comigo escrivão e louvados deu principio ao presente inventario na forma e maneira seguinte de que fes este termo. Joaquim Jose Teixeira o fis.

Primeiramente examinado o templo, achou elle menistro que havia no mesmo hum retablo com sua tribuna, sacrario, banquetta, cruz e crucifixo e castiçais, tudo de madeira dourada, o que adorna o altal [sic] môr, que tem para ornamento duas imageins grandes, huma de São Francisco e São Domingos;

Mais huma pedra ara;

Mais na mesma capella môr trez asentos forrados de lan;

Mais quatro tocheiros de madeira grandes;

Mais huma banca que serve de credencia;

Mais dous pares de cortinhas de damasco encarnado ja velhas; / [f. 8v]

Mais hum docel de damasco branco em sima da tribuna, para a expozição do santissimo sacramento, ja velho;

Mais huma alampada de metal amarello em bom uzo.

Altars collaterais

Primeiramente, nos do lado do Evangelho, huma imagem de Nossa Senhora da Conceição colocada no meio do retablo dourado unido ao mesmo altal que tem hum crucifixo dois castiçais, de madeira, tres sacras, huma pedra ara, e humas cortinas de damasco encarnado ja velhas.

No segundo altal do mesmo lado achou a imagem de Nossa Senhora dos Remedios adornada com seu manto de seda matizada, e huma coroa de prata; mais duas imagens, huma de São Jorge, e outra de São Caetano; mais hum crucifixo, e quatro castiçais de madeira, tres sacras, e huma pedra ara.

No terceiro altar que esta unido ao retablo que tem varias imageins debuxadas achou as imageins de Santo Antonio, e imagem de Nosso / [f. 9] Senhor Jezus christo, e pedra ara, e dous castiçais de estanho.

No quarto altar e ultimo do mesmo lado, achou a imagem de Nossa Senhora da Lapa, a de Nosso Senhor Jezus Christo cruceficado, e dois castiçais de estanho.

Altars do lado da Epistola

No primeiro altal achou as imagens de Nosso Senhor Jezus Christo, huma grande, e outra piquena, dois castiçais de madeira, tres sacras, huma estante piquena, huma pedra ara, humas cortinhas de damasco branco ja velhas, e hum veo de filó de seda velha que tapa o crucefixo grande.

No sigundo, tres imageins, Santa Isabel São Barnardino, e São Pedro d'Alcantara;

No terceiro, hum retablo, com seu painel das almas, e hum crucefixo.

No quarto e ultimo, a imagem de São Pedro, e hum crucefixo.
Mais duas alampadas de metal amarello velhas, no corpo da igreja / [f. 9v]

Coro

Huma estante grande, e outra piquena, com tres livros competentes.

Sacristia

Primeiramente, hum altar, com hum crucefixo, e pedra ara, dois castiçais de estanho, e huma sacra;

Mais huma banca de castanho em <mau> uzo e piquena;
Mais duas cruces procecionais, huma de pao preto, e outra de metal amarello pratiado;
Mais quatro miçais velhos;
Mais tres pares de galhetas de estanho velhas;
Mais hum vazo de estanho da comunhão;
Mais hum candieiro da semana santa, de madeira, em bom uzo;
Mais hum esquife dos mortos em bom uzo;
Mais sinco quadros.

Roupa branca

Ha oito alvas de panno de linho / [f. 10] completas uzadas;
Mais quatro alvas de linho uzadas sem os seus competentes singullos;

Mais sete toalhas d'altar de linho e algodão, goarnecidas;
Mais des toalhas d'altal lizas de algodão, e linho;
Mais sinco sobpelizas de linho, e algodão, uzadas;
Mais hum terno branco completo com suas flores d'ouro, ja uzado;

Mais hum terno de damasco branco e pano do pulpito do mesmo completo ja velho;

Mais quatro cazullas de damasco branco goarnecidas de galão, ja velhas;

Mais tres cazullas de lan branca ja velhas;
Mais hum pallio branco com sua goarnição de prata uzado;

Encarnado

Mais hum terno completo de damasco ja uzado;
Mais quatro digo trez cazullas de damasco em bom uzo;

Verde

Mais hum terno completo de seda com tessume de prata em bom uzo / [f. 10v] mais huma cazulla de seda em bom uzo.

Roxo

Mais hum terno de damasco completo uzado;
Mais huma capa de laã ja uzada.

Preto

Mais hum terno de velludo completo em bom uzo;
Mais tres cazullas de laã velhas;
Mais seis bolças de corporais, e outros tantos veos competentes ja uzadas.

Prata

Huma pisxide [*sic*] do sacrario dourada;
Mais hum calix dourado;
Mais hum calix que serve na costodia dourado;
Mais a capella, ou relicario da costodia que serve no sobredito calix.

Metal

Hum turibullo, com sua naveta;

Mais dois sinos, e huma sineta na torre, e na mesma hum enjenho de relojo, velho e desconcertado.

Mais duas sinetas piquenas no / [f. 11] interior do convento.

Juros

Direitos, e acções que constituem o fundo e rendimento deste convento.

Azinhoso

Primeiramente huma escriptura de juro de sincoenta mil reis que deve Joze Manoel Cordeiro, da villa do Azinhozo reformada em vinte e oito d'Outubro de mil e oitocentos e trinta e dois, a quem costuma pagar a vinte e seis de Março - 50:000 pagos os juros competentes

Algozo

Vicente Pais, e sua molher Joana Pirez, huma escriptura de juro de sincoenta mil reis, que se costuma pagar em vinte e hum de Outubro - 50:000 juros pagos athe Outubro de 1834

Azinhozo

Vicente Rodrigues Pimentel, e sua molher Luiza Thereza, huma escriptura de juro de quinze mil reis, que se costuma pagar em vinte e oito de Outubro - 15:000 deve pagar em 28 d'Outubro de 1836

Brunhozo

Francisco Martins Rua, tem huma escriptura de juro de vinte e quatro mil e seiscentos reis, reformada em dezaseis de Setembro de mil e oitocentos e trin/ta [f. 11v] e dois, e nesse mesmo dia do corrente anno deve pagar o seu juro vencido do mesmo anno - 24:600

Antonio Martins Rua, do mesmo lugar tem huma escriptura de juro de quinze digo de quatorze mil e quinhentos reis feita em honze de Outubro de mil e oitocentos e trinta e dois que deve todo o tempo de seu vencimento. - 14:500 deve o [sic] juros todos vencidos

Maria Joze Romana viuva de Antonio Periera, reformou huma escriptura de juro de doze mil reis em doze de Setembro de mil e oitocentos e trinta e dois, deve o juro do corrente anno - 12:000 deve o juro deste anno.

Francisco Joze Thomaz, tem huma escriptura de juro de vinte mil reis reformada em dois de Outubro de mil e oitocentos e trinta e dois, e deve o juro do anno corrente - 20:000 deve o juro deste anno.

Burçô

Os erdeiros de Thereza do Carmo viuva tem huma escriptura de juro de treze mil e seiscentos reis, e seu juro se costuma pagar em vinte e tres de Abril, deve de juros tres mil sento e vinte reis - 13:600 deve o juro athe 23 de Abril de 1834 = 3:120 / [f. 12]

Francisco Joze Neto, tem huma escriptura de juro, de quarenta e sinco mil reis, e seu juro se costuma pagar em vinte e quatro de Setembro - 45:000 deve o juro de 1834

Os erdeiros de Ciriaco Martins, tem huma escriptura de juro de quinze mil reis, e se costuma vencer o seu juro em dez d'Abril - 15:000 deve de juro 2:150 desde 1831 athe 1834

Castinheira

Antonio Edra, tem huma escriptura de juro de vinte mil reis, e seu juro acha se pago athe vinte e sinco de Abril de mil e oitocentos e trinta e quatro.

Domingos Fitas Vellozo, tem huma escriptura de juro de sessenta mil reis e seu juro acha se pago athe vinte e nove de julho de mil e oitocentos e trinta e quatro - 60:000

Maria Magdallena viuva, tem huma escriptura de juro de vinte mil reis, e seu juro se paga em vinte sinco d'Abril acha se pago athe o presente anno - 20:000

Castro Vicente

Antonio Fernandes da Barbara, tem huma escriptura de juro de noventa mil e qua/trocentos [f. 12v] reis, acha se pago o seu juro athe vinte de junho do presente anno - 90:400

Joze Vicente d'Aragão, tem huma escriptura de juro de vinte e quatro mil reis, acha se pago a seu juro athe vinte de Maio do presente anno. = 24:000

Os erdeiros de Anna Maria viuva, tem huma escriptura de juro de sincoenta mil reis, acha se pago o seu juro athe dezanove de Setembro de mil e oitocentos e trinta e trez - 50:000

Figueira

Francisco Joze sapateiro, tem huma escriptura de juro de sessenta sete mil e quinhentos, o seu juro acha se pago athe honze de Abril de mil e oitocentos e trinta e quatro - 67:500

Antonio Ferreira, tem huma escriptura de juro de trinta mil reis, acha se pago o seu juro athe quatorze de Março do presente anno - 30:000

Antonio Pirez, malgueiro, tem huma escriptura de juro de sessenta e oito mil reis acha se pago o seu juro athe o primeiro d'Abril do presente anno - 68:000

Antonio Ferreira, tem huma escriptura de / [f. 13] juro de sincoenta mil reis, acha se pago o seu juro athe vinte digo sinco de Outubro de mil e oitocentos e trinta e trez - 50:000

A viuva de Joze Raimundo, tem huma escriptura de juro de trinta mil reis, acha se pago a seu juro athe trinta de Setembro do presente anno - 30:000

Gebolim

Os erdeiros do Reverendo Antonio Xavier Luis Vergueiro, tem huma escriptura de juro de setenta nove mil reis, o seu juro se vence a sinco de Novembro, e deve athe mil e oitocentos e trinta e trez, e deve athe antão trinta mil e oitenta e sinco reis, continuando a correr desta data athe ao diante - 79:000 juros vencidos athe 1833. 30:085

Os erdeiros do Reverendo Nicollao Burgos Campos, tem huma escriptura de juro de cem mil reis, o seu juro costuma vencer ce em vinte e tres de Março athe o mesmo dia do corrente anno, deve sincoenta mil reis - 100:000

Lagoaça

A viuva de Antonio Lopes Moreiras tem huma escriptura de juro de vinte e tres mil reis, e vence o seu juro em vinte e tres de Junho, esta pago - 23:000 / [f. 13v]

Linhares

Manoel Affonço tem huma escriptura de juro de cem mil reis, seu juro se vence em quinze d'Agosto, esta pago athe o mesmo dia do presente anno - 100:000

Macedo

Laura Maria de Moraes viuva tem huma escriptura de juro de quarenta mil reis, seu juro se vence em vinte e dois de Março esta pago athe o mesmo dia do presente anno - 40:000

Mogadouro

Paulo Manoel Correia da Veiga, tem huma escriptua de juro de cem mil reis, seu juro se vence em vinte e sete de Junho, esta pago athe o referido dia do presente anno - 100:000

Antonio Vitorino de Moraes Machado tem huma escriptura de juro de sincoenta mil reis, seu juro se vence em seis de Maio, esta pago athe o mesmo dia do presente anno - 50:000

Os erdeiros de Francisco Jgnacio Machado, tem huma escriptura de juro de cem mil reis, seu juro se vence no dia primeiro de Outubro, esta pago athe o mesmo dia de mil e oitocentos e trinta e trez - 100:000 / [f. 14]

Maria Antonia viuva, tem huma escriptura de juro de sincoenta mil reis, seu juro se vence em dezeseis de Outubro, esta pago athe dezoito de Maio do presente anno - 50:000

Henrique Jose Pereira, tem huma escriptura de juro, de trinta mil reis, seu juro se vence em trinta de Novembro, esta pago athe dezoito de Maio do presente anno - 30:000

Os erdeiros de Dona Barbara Jozefa, e Dona Anna Joaquina, tem huma escriptura de juro de cento e dez digo de duzentos e dez mil reis, seu juro se vence em trinta de Julho, esta pago athe o referido dia do presente anno - 210:000

João Pirez Pardal, tem huma escriptura de juro de sincoenta e quatro mil e setecentos, seu juro se vence em dezoito de Outubro, esta pago athe o dia referido de mil e oitocentos e trinta e trez - 54:700

João Jose Amoedo, tem huma escriptura de juro de vinte e quatro mil reis, seu juro se vence em dia dezeseis de Dezembro, esta pago athe dia dezeseis de mil e oitocentos e trinta e trez - 24:000 / [f. 14v]

Luis Antonio Caleijo, tem huma escriptura de juro, de vinte e dois mil trezentos e vinte e sinco reis, seu juro se vence em doze digo em sete de Maio, esta pago athe mil e oitocentos e vinte e nove aliaz, athe o dia referido de mil e oitocentos e trinta e hum - 22:325 deve de juro 3:336

Bento Martins Anjo, tem huma escriptura de juro de sincoenta mil reis, seu juro se vence em dia dezaseis de Dezembro, esta pago athe o dia referido de mil e oitocentos e trinta e trez - 50:000

Gonçalo Jose da Costa, tem huma escriptura de juro de vinte e sete mil reis, seu juro se vence em trinta de Setembro, esta pago athe o referido dia de mil e oitocentos e trinta e trez - 27:000

Aniceto Jose Salvador, tem huma escriptura de juro de trinta mil reis seu juro se vence em trinta de Maio, esta pago athe trinta de Maio do presente anno - 30:000

Caetana Gonçalves viuva, tem huma escriptura de juro, de trinta mil reis, seu juro se vence a trinta de Maio, esta pago athe o referido dia do presente anno - 30:000

Celestino Joze de Carvalho, tem huma escri/ptura [f. 15] de juro de cento e quatro mil reis, seu juro se vence em dia trinta de Junho, esta pago athe o referido dia do presente anno - 104:000

Joze Antonio Fontes, tem huma escriptura de juro de quatorze mil e quatrocentos reis seu juro se vence em dezesete d'Agosto, esta pago athe o referido dia do presente anno - 14:400

Alexandre Martins, tem huma escriptura de juro de quinze mil reis, tem digo seu juro se vence em vinte d'Abril, esta pago athe o referido dia do presente anno - 15:000

João Manoel Parreira, tem huma escriptura de juro de doze mil reis, seu juro se vence em dezeseis de Setembro, esta pago athe o referido dia de mil e oitocentos e trinta e trez - 12:000

Francisco d'Asis, tem huma escriptura de juro de noventa mil reis, seu juro se vence em sinco de Janeiro, esta pago athe o referido dia do presente anno - 90:000

Francisco Antonio Fernandes, tem huma escriptura de juro de quarenta e nove mil nozesentos e quarenta sete reis, seu juro se vence em vinte e trez de Janeiro, esta pago athe o referido / [f. 15v] dia do presente anno - 49:947

Roza Maria viuva, tem huma escriptura de juro de cento sesenta e nove mil trezentos e setenta reis, seu juro se vence em dia quatro de Outubro, esta pago athe o referido dia de mil e oitocentos e trinta e trez - 169:370

Joze Maria Marques Filgueiras, vai adiante a folhas treze verso.

Meirinhos

Francisco Ignacio Fernandes, tem huma escriptura de juro de sincoenta mil reis, seu juro se vence em vinte e sinco de Junho, esta pago athe o referido dia do presente anno - 50:000

Miranda

Jose Rodrigues, carpinteiro, tem huma escriptura de juro de sincoenta mil reis, seu juro se vence em vinte e sinco de Março, esta pago athe vinte e sinco de Março de mil e oitocentos e trinta e trez - 50:000

Penas Roias

Os erdeiros de Enez Martins viuva, tem huma escriptura de juro, de dez mil reis, os quais erdeiros são Domingos Cunha, e Joze Cunha, seu juro se vence em dez de Setembro, devem de juros vencidos sinco mil reis, athe o referido / [f. 16] dia do presente anno - 10:000 deve de juro 5:000

Luis Antonio Fabião, tem huma escriptura de juro de dez mil reis, seu juro se vence em vinte e quatro d'Outubro, esta pago athe o referido dia de mil e oitocentos e trinta e trez - 10:000 deve de juro atrazado athe a factura desta 1:000 reis

Os erdeiros de Manoel Gonçalves dos Santos, tem huma escriptura de juro de trinta mil reis, seu juro se vence em o primeiro de Novembro, esta pago athe o referido dia de mil e oitocentos e trinta e trez - 36:000

Domingos Alves Cunha, tem huma escriptura de juro de dez mil reis, seu juro se vence em dia vinte e quatro de Outubro, e deve de juros desde mil e oitocentos e trinta e trez, digo de trinta e dois - 10:000 deve de juro de 832 para 33 = 500 reis

Os erdeiros de João Affonço, tem huma escriptura de juro de sincoenta mil reis, seu juro se vence em trinta e hum de julho, esta pago athe o referido dia do presente anno - 50:000

Pezo

Maria Joze Alves, tem huma escri/ptura [f. 16v] de juro de vinte e cinco mil reis, seu juro se vence em dia honze de Fevereiro, esta pago athe o referido dia do prezente anno - 25:000

Paulo Gonçalves, tem huma escriptura de juro de quarenta e oito mil reis, seu juro se vence em dezeseis de Julho, esta pago athe o referido dia do prezente anno - 48:000

Parada

Antonio Joaquim menorista, reformou huma escriptura de juro de trinta e trez mil reis, seu juro se vence em dezoito de Setembro do prezente anno - 33:600

Paradella

Manoel Ferreira, tem huma escriptura de juro de trinta mil reis, seu juro se vence em doze d'Agosto, esta pago athe o referido dia do prezente anno - 30:000

Prado de Bemposta

Joaquim Louzas, tem huma escriptura de juro de quarenta mil reis, seu juro se vence em dezeseis de Abril, deve os annos de mil e oitocentos e trinta e trez, e trinta e quatro - 40:000 juros vencidos 4000 reis / [f. 17]

Joze Lopez, tem huma escriptura de juro de trinta mil reis, seu juro se vence em dezeseis d'Abril, e deve de juros mil e quinhentos reis athe o referido dia do prezente anno - 30:000 deve de juro 1:500

Quinta da Roca

Ignacio Joaquim, tem huma escriptura de juro de vinte e cinco mil duzentos e dez reis, seu juro se vence em vinte e hum de Outubro, deve os annos de mil e oitocentos e trinta e trez, e o anno corrente - 25:210

Manoel Lourenço tem huma escriptura de juro de trinta mil reis, seu juro se vence em honze de Dezembro, deve os annos de mil e oitocentos e vinte e nove the o corrente anno - 30:000

Antonio Joze, tem huma escriptura de juro de dez mil reis, seu juro se vence em vinte e quatro de Agosto, esta pago athe mil e oitocentos e trinta e trez, deve o anno corrente - 10:000

Quintas das Quebradas

Manoel Jose Pinto, tem huma escriptura de juro de sincoenta / [f. 17v] mil reis, seu juro se vence em sete de Março, esta pago athe outro igoal dia do corrente anno - 50:000

João Baptista Nunes, tem huma escriptura de juro de sessenta e sete mil e quinhentos reis, seu juro se vence em dia honze de Abril, esta pago athe o referido dia do corrente anno - 67:500

Mogadouro

Jose Maria Marques Filgueiras, tem huma escriptura de juro de cem mil reis, seu juro se vence em trinta e hum de Julho, esta pago athe o referido dia do corrente anno - 100:000

Remondes

João Manoel de Mattos, tem huma escriptura de juro de nove mil e seiscentos reis, seu juro se vence em vinte e cinco d'Abril, esta pago athe o anno de mil e oitocentos e trinta e trez, e deve o prezente anno - 9:600 deve de juros 480

Joaquim Joze Fernandes, tem huma escriptura de juro de doze mil reis, seu juro se vence em sete de Setembro, esta pago athe dia sete do dito mez do anno de mil e oitocentos e trinta e trez, deve o prezente anno - 12:000 deve de juros 600 / [f. 18]

Manoel Joze Pacheco, tem huma escriptura de juro de trinta mil reis, seu juro se vence em vinte e oito de Março, esta pago athe o prezente anno - 30:000

Santo Antão

Manoel Ignacio, tem huma escriptura de juro de vinte e quatro mil reis, seu juro se vence em dezaseis de Fevereiro, esta pago athe o referido dia do prezente anno - 24:000

Soutello

João Ignacio, tem huma escriptura de juro de vinte mil reis, seu juro se vence em dezasete d'Abril, esta pago athe o referido dia do prezente anno - 20:000

São Martinho

Paulo Manoel Fernandes Mendes, tem huma escriptura de juro de cento e quatro mil quatrocentos e trinta reis, seu juro se vence em dois de Julho, deve athe o respectivo dia do seu vencimento dezasete mil e novecentos e quarenta reis - 17:940

Soutello

João Rodrigues Lindo, tem huma escriptura de juro de quarenta mil reis, seu juro se vence em seis de Maio, esta pago athe o referido dia do prezente anno - 40:000 / [f. 18v]

Manoel Antonio Mendes, tem huma escriptura de juro de sincoente e quatro mil duzentos e trinta reis, seu juro se vence em vinte e sete de Janeiro, esta pago athe o referido dia do prezente anno - 54:230

Os erdeiros de Francisco Luis, tem huma escriptura de juro de dezoito mil e seiscentos reis, seu juro se vence em vinte e hum de Novembro, esta pago athe o respectivo dia de mil e oitocentos e trinta e trez - 18:600

Francisco Jose Luis Moço, tem huma escriptura de juro de vinte e sinco mil reis, seu juro se vence em vinte e sinco d'Abril, esta pago athe o referido dia do corrente anno - 25:000

Manoel Ferreiro, tem huma escriptura de juro de trinta mil reis, seu juro se vence em sinco d'Outubro, esta pago athe o sobredito dia de mil e oitocentos e trinta e trez - 30:000

Thô

Alexandre Gonçalves, tem huma escriptura de juro de quatorze mil e oitocentos reis, seu juro se vence em dois de Maio, esta pago athe o referido dia do anno de mil e oitocentos e trinta e trez - 14:800 / [f. 19]

Val de Porco

A viuva de Alexandre Joze Pinto, tem huma escriptura de juro de sincoenta mil reis, seu juro se vence em dez d'Abril digo em doze de Maio, esta pago athe o referido dia do prezente anno - 50:000

Manoel Luis, tem huma escriptura de juro de sessenta mil reis, seu juro se vence em vinte de Março, esta pago athe o referido dia do prezente anno - 60:000

Antonio Martins do Ribeiro, tem huma escriptura de juro de cem mil reis, seu juro se vence em quinze de Janeiro, esta pago athe o referido dia do prezente anno - 100:000

Villarinho

Maria Joze Morena, tem huma escriptura de juro de honze mil reis, seu juro se vence a vinte e hum de Outubro, esta pago athe o referido dia de mil e oitocentos e trinta e trez - 30:000

Ignacio Martins, tem huma escriptura de juro de trinta mil reis, seu juro se vence em vinte e hum de Outubro, esta pago athe o referido dia de mil e oitocentos e trinta e trez - 30:000 / [f. 19v]

Val da Madre

Joze Manoel Figueiro, tem huma escriptura de juro de quarenta mil reis, seu juro se vence em nove de Maio, esta pago athe o referido dia do prezente dia digo do prezente anno - 40:000

Francisco Monteiro, tem huma escriptura de juro de dezenove mil e duzentos reis, seu juro se vence em dezanove de Dezembro, esta pago athe o referido dia do anno de mil e oitocentos e trinta e trez - 19:200

Jose Mendes, tem huma escriptura de juro de noventa e trez mil trezentos e setenta reis, seu juro se vence em sete de Outubro, esta pago athe o respetivo dia do anno de mil e oitocentos e trinta e trez - 93:370

Os erdeiros de Manoel Ignacio Affonço, tem huma escriptura de juro de trinta mil reis, seu juro se vence em dezeseis de Novembro, esta pago athe o anno de mil e oitocentos e trinta e dois, e deve os annos de trinta e trez, e trinta e quatro - 30:000

Ignacio Affonço, tem huma escriptura de juro de vinte mil reis, seu juro se vence em oito de Novembro, esta pago athe o referido dia do anno de mil e oitocentos e trinta e trez - 20:000 / [f. 20]

Francisco Monteiro, tem huma escriptura de juro de doze mil reis, seu juro se vence em o primeiro de Setembro, esta pago athe o respectivo dia de mil e oitocentos e trinta e trez - 12:000

Thereza Filgueiras viuva, tem huma escriptura de juro de sessenta e trez mil reis, seu juro se vence em quatro de Março, esta pago athe o referido dia do prezente anno - 63:000

Manoel Antonio Cancellia, tem huma escriptura de juro de sessenta mil reis, seu juro se vence em vinte de Dezembro, esta pago athe o respetivo dia do anno de mil e oitocentos e trinta e dois, deve os annos de trinta e trez, e o corrente anno- 60:000

Ignacio Rigo, tem huma escriptura de juro de doze mil reis, seu juro se vence em o primeiro de Setembro, esta pago athe o anno de mil e oitocentos e trinta e trez - 12:000

Maria Bernarda viuva, tem huma escriptura de juro de trinta e dois mil reis, seu juro se vence em dez de Setembro, esta pago athe o anno de mil e oitocentos e trinta e trez - 32:000

João Manoel Linhares, tem huma escriptura de juro de quarenta mil reis, seu juro se vence em nove de Dezembro, / [fól. 20v] esta pago athe o referido dia de mil e oitocentos e trinta e trez - 40:000

Manoel Jose, tem huma escriptura de juro, de dezeseis mil reis, seu juro se vence em oito de Dezembro, esta pago athe o referido dia do anno de mil e oitocentos e trinta e trez - 16:000

O Padre Thomaz Joaquim Filgueiras, tem huma escriptura de juro de trinta e tres mil reis, seu juro se vence em vinte e trez

d'Outubro, esta pago athe dezoito de Julho do presente anno - 33:000

O Padre Manoel Caetano, tem huma escriptura de juro de quarenta mil reis, seu juro se vence em vinte e quatro de Março, esta pago athe o dia referido do corrente anno - 40:000

João Manoel Figueiro, tem huma escriptura de juro de sessenta mil reis, seu juro se vence em honze de Janeiro, esta pago athe o referido dia do corrente anno - 60:000

O Padre Theodozio Martins Filgueiras, tem huma escriptura de juro de cento e quatorze mil reis, seu juro se vence em trinta de Setembro, esta pago athe trinta de Março do presente anno, e deve o resto athe o referido dia do seu vencimento - 114:000

Ventuzello

Francisco Jose Ferreiro, tem huma escriptura / [f. 21] de juro de vinte e hum mil reis, seu juro se vence em dezeseis de Maio, esta pago athe o referido dia do presente anno - 21:000

Manoel Jose Fernandes, tem huma escriptura de juro de dezeseis mil reis, seu juro se vence em dezeseis de Maio, esta pago athe o referido dia do presente anno - 16:000

Antonio Frontoura, tem huma escriptura de juro de treze mil e duzentos reis, seu juro se vence em dezeseis de Maio, esta pago athe o referido dia do presente anno - 13:200

Catharina Roana viuva, de resto de huma escriptura de juro, deve vinte e seis mil reis - 26:000

O Padre Jose Luis Pereira de Menezes, tem huma escriptura de juro de sessenta e sinco mil reis, seu juro se vence em dezeseis de Maio, esta pago athe o referido dia do presente anno - 65:000

Valpreiro

Manoel Jose Reimão de Menezes e Mello, tem huma escriptura de juro de duzentos mil reis, seus juros se vencem em vinte e hum de Março, esta pago athe o referido dia do presente anno - 200:000 / [f. 21v]

Viduedo

A viuva, ou erdeiros, de Andre Affonço, tem huma escriptura de juro de trinta e dois mil reis, seu juro se vence em dezoito de Julho, esta pago athe o referido dia do presente anno - 32:000

Villadalla

Maria Eufrazia, tem huma escriptura de juro de Oitenta e quatro mil reis, seu juro se vence em sinco de Maio, esta pago athe o referido dia do presente anno - 84:000

Valverde

O Padre Antonio Manoel Martins Moreiras, tem huma escriptura de juro, de trinta e trez mil e quinhentos, seu juro se vence em quatorze de Maio, esta pago athe o referido dia do presente anno - 33:500

Zava

A viva [sic] de Antonio Callisto, tem huma escriptura de juro de setenta e nove mil e seiscentos reis, seu juro se vence em dez de Agosto, esta pago athe o referido dia do presente anno - 79:600

Jose Manoel Sol, tem huma escriptura de juro de vinte e dois mil reis, seu juro se vence em quatro de Abril, esta pago athe o referido dia do presente anno - 22:000 / [f. 22]

E não consta. Aliaz, declarou o Reverendo Padre Menistro, Frey Manoel Lopez de Santa Agueda Moutinho, que ao convento desta villa hera devedor o abbade de Sendim termo de Miranda, Frey Antonio de Cequeira Pereira, da quantia de honze moedas de quatro mil e oitocentos reis, que faz a soma de sincoenta e dois mil e quatrocentos reis – 52:400

Rellação dos trasllados das escripturas de juros, e mais titullos, que entregou o Reverendo Padre Menistro Frey Manoel Lopez de Santa Agueda Mourinho, no acto do arollamento

- N.º 1 Azinhozo, huma de Jose Manoel Cordeiro
- N.º 2 Huma de Vicente Rodrigues Pimentel
- N.º 3 Algozo, huma de Vicente Pais
- N.º 4 Brunhozo, huma de Francisco Martins Rua
- N.º 5 Huma de Antonio Martins Rua
- N.º 6 Huma de Maria Jose Romana
- N.º 7 Huma de Francisco Jose Thomas

Bruço

- N.º 8 Huma de Thereza do Carmo
- 9 Huma de Ciriaco Martins
- 10 Huma de Francisco Neto

Castanheira

- 11 Huma de Antonio Edra / [f. 22v]
- 11 [sic] Huma de Domingos Telles
- 12 Huma de Maria Magdallena

Castro Vicente

- 13 Huma de Antonio Fernandes da Barbara
- 14 João Vicente de Aragão
- 15 Hum de Anna Maria viuva

Figueira

- 16 Francisco Jose Capateiro
- 17 Huma de Antonio Ferreira
- 18 Huma de Antonio Pires Malgueiro
- 19 Huma da viuva de Jose Raimundo

Gibelem

- 20 Huma de Antonio Xavier Luis Vergueiro
- 21 Huma de Nicolao Borges

Lagoaça

- 22 Huma de Antonio Lopes Moreira

Linhares

- 23 Huma de Manoel Affonso

Macedo

- 24 Huma de Laura Maria

Mogadouro

- 25 Huma de Paullo Manoel Correia
- 26 Huma do Capitam Antonio Viturino de Moraes Machado / [f. 23]
- 27 Huma dos herdeiros de Francisco Ignacio Machado
- 28 Huma de Maria Antonia viuva
- 29 Huma de Henrique Jose Pereira
- 30 Huma de Dona Barbara Josefa
- 31 Huma de Jose Maria Marques Fil [sic]
- 32 Huma de João Pires Pardal
- 33 Huma de João Jose Amoedo
- 34 Huma de Luis Antonio Calejo

35 Huma de Bento Martins Anjo
36 Huma de Gonçalo Jose da Costa
37 Huma de Aniceto Jose Salvador
38 Huma de Jose Raimundo e Caetano Gonçalves
39 Huma de Celestino Jose de Carvalho
40 Huma de Alexandre Martins
41 Huma de Francisco de Asis Machado
42 Huma de Francisco Fernandes
43 Huma de Rosa Maria viuva

Meirinhos

44 Huma de Francisco Ignacio Fernandes

Miranda

45 Huma de Jose Rodrigues carpinteiro

Penas Roias

46 Huma de Ines Martins / [f. 23v]
Huma de Luis Antonio Favião
Huma dos herdeiros de Manoel Gonçalves dos Santos
Huma de Domingos Alves Cunha
Huma dos herdeiros de João Affonso

Pezo

Huma de Paullo Gonçalves
Huma de Maria Jose Alves

Paradella

Huma de Manoel Ferreira
<Parada> Huma de Antonio Joaquim menorista

Peredo de Bemposta

Huma de Joaquim Lousa
Huma de Jose Lopes

Roca

Huma de Ignacio Joaquim
Huma de Manoel Lourenço
Huma de Antonio Jose

Quebradas

Huma de Manoel Jose Pinto
Huma de João Baptista Nunes

Remondes

Huma de João Manoel de Mattos
Huma de Joaquim Jose Fernandes / [f. 24]
Huma de Manoel Jose Pacheco

Santo Antão

Huma de Manoel Ignacio

Soutello

Huma de João Ignacio
Huma de João Rodrigues Lindo
Huma de Manoel Antonio Mendes
Huma de Francisco Luis Velho
Huma de Francisco Jose Luiz Moço
Huma de Manuel Ferreira

São Martinho

Huma de Paullo Manoel Fernandes

Tó

Huma de Alexandre Gonçalves

Val de Porco

Huma de Alexandre Jose Pinto

Huma de Manoel Luis

Huma de Antonio Martins do Ribeiro

<Vilarinho>

Huma de Maria Jose Moreira

Huma de Ignacio Martins Val de Porco

Val da Madre

Huma de Jose Manoel Figueiro

Huma de Francisco Jose Monturo

Huma de Jose Mendes

Huma de Manuel Ignacio / [f. 24v]

Huma de Ignacio Affonso

Huma de Thereza Felgueiras viuva

Huma de Manoel Antonio Cancellla

Huma de Ignacio Rigo

Huma de Maria Bernarda viuva

Huma de João Manoel Linhares

Huma de Manoel Jose

Huma do Padre Thomas Joaquim Felgueiras

Huma de João Manoel Figueiro

<Ventuzello>

Huma de Francisco Jose Ferreiro

Huma de Manoel Jose Fernandes

Huma de Antonio Frontoura

<Val de Pereiro>

Huma de Manoel Jose Reimão de Meneses

<Viduedo>

Huma dos herdeiros de Andre Affonso

<Villadella>

Huma de Maria Eufrazia Parra

<Valverde>

Huma do Reverendo Antonio Martinz Moreira

<Zava>

Huma de Antonio Calisto

Huma de Jose Manoel Sol / [f. 25]

Livraria

Primeiramente doze vollumes de tiologia do concilio [?]

Mais oito livros antigos de sermoins

Mais vinte livros grandes de moral de varios autores

Mais se encontrou na caza da livraria varios vollumes latinos portuguezes e hespanhois, tudo em mao estado e incapazes para uzo das sciencias pela sua antiguidade, ignorando sse o seu pouco vallor.

Moveis de madeiras

Primeiramente hum arquibanco avaliado em dois mil e quatrocentos reis - 2:400

Mais huma estante grande, avaliada em mil e duzentos reis - 1:200

3:600 /
[f. 25v]

Mais huma meza com seus repartimentos, avaliada em dois mil e quatrocentos reis - 2:400

Mais huma meza com sua gaveta a qual se acha na sacristia avaliada em mil e dozentos reis - 1:200

Mais duas cadeiras velhas, avaliadas em duzentos reis - 200

Mais hum mocho de madeira, avaliado em sem reis - 100

Mais huma cadeira, e hum escavelo avaliados em duzentos reis - 200

Mais os bancos para duas camas avaliados estes com suas taboas em duzentos e quarenta reis - 240

Mais huma meza velha com sua gaveta avaliada em sento e vinte reis - 120

Mais huns bancos de cama com suas competentes taboas avaliados em sento e vinte reis

Mais huns bancos e taboas de cama avaliados em cento e vinte reis - 120

Mais hum escavel avaliado em quatrocentos reis - 400

Mais huma meza, e bancos para duas camas com suas taboas, avaliados em quatrocentos reis - 400

5:500
/ [f. 26]

Mais hum escavel, avaliado em quatrocentos reis - 400

Mais huma meza com sua gaveta avaliada em quatrocentos reis - 400

Mais hum escavel, avaliado em quatrocentos e oitenta reis - 480

Mais huma cadeira, avalliaada em sem reis - 100

Mais dois mochos avaliados em duzentos reis - 200

Mais huma meza com sua gaveta avaliada em sento e sessenta reis - 160

Mais huma cadeira avaliada em sem reis - 100

Mais hum escavel avaliado em sento e vinte reis - 120

Mais huns bancos de cama com suas taboas avaliados em sento e vinte reis - 120

Mais hum banco avaliado em sem reis - 100

Mais huma cadeira grande avaliada em mil e duzentos reis - 1:200

Mais huma arca que levara de medição de sassenta alqueires avaliada em mil e duzentos reis, por ser velha - 1:200

4:580
/ [f. 26v]

Mais huma arca de medição de cem alqueires avaliada em dois mil e quatrocentos reis - 2:400

Mais huma arca de farinha avaliada em quatro mil reis - 4:000

Mais huma arca velha piquena de medição de dezaseis alqueires avaliada em trezentos reis - 300

Mais huma banca que esta na baranda avaliada em trezentos reis - 300

Mais hum escavel que esta na mesma baranda avaliado em quatrocentos reis - 400

Mais hum banco de taboas na mesma baranda avaliado em duzentos reis - 200

Mais hum carro velho avaliado em mil e duzentos reis - 1:200

Mais huma banca na cazinha avaliada em sento e vinte reis - 120

Mais huma meza travesça do refeitório, avaliada em seiscentos reis - 600

Mais seis bancos no mesmo refeitório avaliadas cada huma a quatrocentos reis, que todas somão a quantia de dois mil e quatrocentos reis - 2:400

11:920

Mais hum armario, para comodo / [f. 27] de pão cozido, avaliado em quatrocentos e oitenta reis - 480

Mais duas arcas velhas que servem de despojos na despensa avaliadas em quatrocentos reis - 400

Mais hum tonel todo arcado de ferro, avaliado em nove mil e seiscentos reis que levará setente almudes - 9:600

Mais hum tonel da mesma medida com seus arcos de ferro nas cabeças, e os outros de madeira avaliada em nove mil e seiscentos reis - 9:600

Mais outra de menor medida avaliada em sete mil e duzentos reis - 7:200

Mais varios madeiros que se achão na adega avaliados em trezentos reis - 300

Moveis de barro, ferro, e lata

Huma talha que serve para o azeite, avaliada em quatrocentos e oitenta reis - 480

Mais duas latas grandes do azeite avaliadas em oitocentos reis - 800

Mais huma lata mais ordinaria, avalliada em duzentos reis, por ser velha, e incapaz - 200

29:060
/ [f. 27v]

Mais huma bacia e talher de estanho, avaliada em quatrocentos e oitenta reis - 480

Mais huma fregideira de ferro avaliada em quatrocentos reis - 400

Mais huma caldeira de medição de tres cantaros avaliada em novecentos e sessenta reis - 960

Mais huma caldeira de medição de dois cantaros, avaliada em oitocentos reis - 800

Mais huma panella de ferro grande de medição de quinze quartilhos avaliada em seiscentos reis - 600

Mais huma panella de ferro de medição de dez quartilhos, avaliada em quatrocentos e oitenta reis - 480

Mais duas panellas de ferro piquenas, e hum tacho velho, avaliadas em quatrocentos e oitenta reis - 480

Mais huma pipa da agoa de medição de vinte e sinco almudes avaliada em mil e duzentos reis - 1:200

5:400
/ [f. 28]

Roupa

Ha de roupa, tres colchõins velhos avaliados em quatrocentos e oitenta reis - 480

Mais dois enxergõins velhos avaliados em quatrocentos reis - 400

Mais dois lençois velhos avaliados em duzentos e quarenta reis - 240

Mais hum cobertor roto e velho, avaliado em cento e sessenta [sic] reis - 160

Mais huma colcha velha avaliada em cento e sessenta reis - 160

1:440
3:600
5:500
4:580
11:920
29:060
5:400
61:500

Rais

Primeiramente humas cazas que servião de convento, excepto a igreja, e sacristia, do mesmo convento, avalliada redondamente com seus altos, e baixos, na quantia de vinte contos de reis - 20:000\$000

<Livro de Bens, folhas 4 N.º 33>

Mais uma propiedade que serve de cerca, com sua vinha, lameiro, dois / [f. 28v] palheiros, hum coberto, e arvores de fruto avalliado tudo redondamente na quanthia de quatro contos de reis - 4:000\$000

<Livro de Bens folhas 4 N.º 34>

Mais hum lameiro no sitio do Val dos Carviçais lemite desta villa com seu moinho, de duas pedras em cujo lameiro, esta unido hum pedasço de terreno pertencente ao concelho o qual lhe foi sedido pelo povo por titullo de mil e s. digo titullo que a camara lhe fez com concenço do povo, em mil e setecentos e sincoenta e quatro <1754>, com o onus de pagarem os relegiozos cem reis de foro annual á camara, cujo lameiro avallião incluido todo o terreno com sua terra que parte com caminho do concelho, avalliado em oitocentos mil reis - 800:000\$00

<Livro de Bens folhas 4 N.º 35>

Mais huma terra com seus castinheiros junto ao lameiro que parte com Antonio Salgueiro na qual estão plantadas trinta e tres e em terra do concelho nove que fazem ao todo quarenta e dois, que ainda todos se achão bravios, os quaes / [f. 29] avaliavão com a competente terra em doze mil reis - 12:000

<Livro de Bens folhas 4 N.º 36>

<Declaração>

O Morgado de Villadalla, paga de penção annual ao Convento de São Francisco desta villa, vinte alqueires de trigo groço, com obrigação de se lhe dizerem na sua cappella do capitullo, que se acha situada no claustro do mesmo anno digo convento, treze missas, e huma cantada no dia de Nossa Senhora da Conceição, e mais pagava o mesmo morgado mil reis para a fabrica da mesma cappella.

Protesto do Reverendo Padre Ministro

Aos dezoito dias do mes de Agosto de mil oitocentos e trinta e quatro annos nesta villa do Mogadouro e casas do despacho do Convento de São Francisco desta villa da Treceira Ordem da Penitencia aonde se achava o Doutor Manoel Jose da Silva Leal juis

de fora na mesma e seu termo com alçada por Sua Magestade Imperial e Real como Regente do Reino em nome de Sua Augusta Filha a Senhora / [f. 29v] Dona Maria Segunda que Deos goarde etc. ahi perante elle ministro sendo presente o Reverendo Padre Ministro Frey Manoel Lopes de Santa Agueda Moutinho, e disse que por virtude do juramento de sua profiçãõ, e cargo que ocupava como ministro dos religiozos do convento extinro desta villa tinha nomeado a este inventario todos os bens moveis, de rais, joias e alfaias, titulos de direitos e accões que cumpunha o fundo do mesmo convento sem que deixasse de mandar carregar com alguma por dollo ou malicia, e que se alguma coiza ficasse seria por esquecimento, porem que a todo o tempo que lhe viesse a lembrança protestava faze llo carregar no presente inventario. E outrosim declarou o mesmo padre ministro que não tinha nomeado a este inventario digo que não tinha nomeado a este inventario semoventes, e seriaes, e liquidos por não os haver na caza de que para constar elle ministro mandou fazer este termo que assignou com o ditto padre ministro. Eu Joaquim Jose Teixeira o fis.

a) Leal

a) Frei Manoel Lopes de Santa Agueda Moutinho Ministro / [f. 30]

Protesto dos louvados

Aos dezoito dias do mes de Agosto de mil oitocentos e trinta e quatro annos nesta villa do Mogadouro e casas do despacho do Convento de São Francisco desta villa aonde se achava o Doutor Manoel Jose da Silva Leal juis de fora nesta villa do Mogadouro com alçada por Sua Magestade Inperial e Real como Regente do Reino em nome de Sua Augusta Filha a Senhora Dona Maria Segunda que Deos goarde etc. ahi perante elle ministro sendo presentes os louvados Antonio Jose Pego, e Luis Antonio Calejo desta villa diserão que por virtude do juramento que elles tinhão recebido para bem e verdadeiramente servirem de louvados no prezente inventario tinhão procedido na avaliação de todos os moveis e rais que pello Reverendo Padre Ministro lhe forão indicados e declarados serem

do proprio convento, os quaes tinhão avaliado conforme entenderão em suas consciencias de que para constar elle / [f. 30v] ministro mandou fazer este termo que assignou com os louvados lido por mim. Joaquim Jose Teixeira o escrevy.

- a) Leal
- a) Luiz Antonio Caleijo
- a) [cruz de] Antonio Jose Pego

Termo de conclusão

Aos desanove dias do mes de Agosto de mil oitocentos e trinta e quatro annos nesta villa do Mogadouro e meu escritorio ahi fis este inventario concluso de que para constar fis este termo. Joaquim Jose Teixeira o fis.

Concluso aos 19 de Agosto de 1834

<Vista ao Doutor Fiscal Nicolao Carolino Ferreira. Mogadouro, Agosto 19 de 1834

- a) Leal>

Entrega

E logo no mesmo dia por elle ministro me forão entregues estes autos de inventario com o seu despacho supra de que para constar fis este termo. Joaquim Jose Teixeira o fis.

Termo de vista ao Doutor Fiscal Nicolau Carolino Ferreira / [f. 31]

Aos vinte hum dias do mes d'Agosto de mil oitocentos e trinta e quatro annos nesta villa do Mogadouro e meu escritorio ahi continuei vista deste inventario ao Doutor Fiscal de que para constar fis este termo. Joaquim Jose Teixeira o fis.

<Visto em 21 de Agosto de 1834>

<Deve proseguir na forma recomendada nas instrucções de que faz menção o officio de folhas 2 e he o que requireo

- a) Fiscal Nicolau Carolino Ferreira>

E logo no mesmo dia pello dito Procurador Fiscal nomeado neste inventario me foi entregue o mesmo com a sua resposta supra de que para constar fis este termo. Joaquim Jose Teixeira o fis.

Termo de conclusão

Aos vinte dois dias do mes de Agosto de mil oitocentos e trinta e quatro annos nesta villa do / [f. 31v] Mogadouro e meu escritorio ahi fis este inventario concluso de que para constar fis este termo. Joaquim Jose Teixeira o fis.

Concluzo aos 22 de Agosto de 1834

<Proceda-se á entrega de todos os vasos sagrados, paramentos, ornatos, e mais objectos do culto ao Delegado do Vigario Geral da Comarca Prior desta villa, dando-se-lhe do inventario a copia respectiva, e separando-se a communicação do templo com o casco do convento.

Proceda-se igualmente na conformidade das instrucções de 20 de Junho passado á venda de todos os fructos pendentes, moveis, e utensilios constantes deste inventario, deixando em boa guarda em poder do depositario Francisco d'Assis os bens de raiz pertencentes ao extinto convento, emquanto o Governo não mandar proceder ao arrendamento ou venda delles, como convem. Mogadouro, e Agosto 22 de 1834.

- a) Manoel Jose da Silva Leal>

Entrega

E logo no mesmo dia, por elle menistro me forão entregues estes autos de inventario com a sua sentença supra que mandou se cumprise e goardasse como nella se contem de que para constar fiz este termo.

Joaquim Jose Teixeira o sobescrevy. / [f. 32]

Termo de como por este Juizo forão entregues ao Reverendo Prior desta colegiada os vasos sagrados e mais utensilios pertencentes ao culto sagrado do convento desta villa

Aos tres dias do mes de Agosto de mil oitocentos e trinta e quatro annos nesta villa do Mogadouro e saristia [sic] do Convento de São Francisco, extincto desta villa aonde eu escrivão vim ahi sendo presente o Reverendo Prior desta Colegiada Frei Antonio Bernardino Teixeira de Macedo ao qual lhe forão entregues os vasos sagrados, e mais objetos pertencentes ao culto, constantes do arrolamento descrito neste inventario a quem no mesmo acto se lhe entregou huma relação de todos os ditos objectos pertencentes ao mesmo convento e igreja, que de como os recebeu, e dos mesmos se deu por entregue assignou comigo sendo testemunhas presentes Raimundo Bernardo Dias Machado e Leandro Antonio Alves de Almeida que asinarão com o dito Reverendo Prior. Eu Joaquim Jose Teixeira o fis.

- a) O Prior da Colegiada
- a) Leandro Antonio Alves d'Almeida
- a) Antonio Bernardino Teixeira Macedo
- a) Raimundo Bernardo Dias Machado / [f. 32v]

Auto de arrematação dos frutos pendentes existentes na cerca do Convento Extincto de São Francisco desta villa

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta e quatro annos aos tres dias do mes de Setembro do dito anno nesta villa do Mogadouro e praça publica della aonde se achava o Doutor Manoel Jose da Silva Leal juiz de fora nesta villa do Mogadouro e seu termo com alçada por Sua Magestade Imperial Fidelissima que Deos goarde etc. ahi perante elle menistro sendo presente o porteiro do Juizo Antonio Barroso o qual deu sua fe em como tinha feito publico, [sic] e afixado os editais nas partes publicas e do costume para no dia de hoje se arrematar os frutos pendentes de fruta e vinho digo de fruta e uvas que houvesse na cerca do extincto Convento de São Francisco desta villa e tendo dado os pregões do estillo o maior lanço que tenho havido hera de dezanove mil e quatrocentos reis <19:400>, pellos ditos frutos pendentes que tinha offerecido Francisco de Assis / [f. 33] Machado desta villa. E logo mandando ao dito porteiro que arrematasse e apontasse por não haver quem maior lanço oferecesse elle menistro houve os ditos frutos por arrematados ao dito arrematante Francisco de Assis Machado pello lanço oferecido de que para constar elle menistro mandou fazer este auto que assignou com o arrematante e porteiro. Eu Joaquim Jose Teixeira a fis.

- a) Manoel Jose da Silva Leal
- a) Francisco de Assis Machado
- a) Joaquim Jose Teixeira
- a) [cruz de] Antonio Barroso

Auto de arrematação de alguns dos moveis pertencentes ao extincto Convento de São Francisco desta villa

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta e quatro annos aos tres dias do mes de Setembro do dito anno nesta villa do Mogadouro e praça publica della aonde se achava o Doutor Manoel Jose da Silva Leal juis de fora nesta villa e seu ter/mo [f. 33v] com alçada por Sua Magestade Fidelissima que Deos goarde etc. ahi perante elle menistro sendo presente o fiscal nomeado o Doutor Nicolao Carolino Ferreira mandarão ao porteiro

do Juizo Antonio Barroso que visto ter se já feito publico por editais, e pregões do estillo o dia e hora da arrematação de todos os bens moveis pertencentes ao Convento Extincto de São Francisco desta villa sendo o maior lanço dos bens moveis excluindo os que constão da ⁵⁹ relação junta ao traslado deste inventario o que offereceo Luis Manoel Lopes desta villa que foi a quantia de quarenta e sete mil cento e setenta <47:170> reis importando a relação dos ⁶⁰ bens não arrematados em quinze mil quatrocentos e quarenta <15:440> reis. E por não haver quem maior lanço desse mandou elle menistro e fiscal ao porteiro que afrontasse e arematasse os ditos bens pello maior lanço oferecido que foi o supra dito, e ao sobredito Luis Manoel Lopes de que para constar elle dito / [f. 34] menistro e Doutor Fiscal mandarão fazer este auto que asignarão com o arrematante. Eu Joaquim Jose Teixeira o fis.

- a) Manoel Jose da Silva Leal
- a) Fiscal Nicolao Carolino Ferreira
- a) Luis Manoel Lopez
- a) [sinal de] o porteiro Antonio Barroso
- a) Joaquim Jose Teixeira

⁵⁹ À margem: "Bens arrematados".

⁶⁰ À margem: "Bens não arrematados".

Fras-00-Mortes

Convento de S. Francisco
da
3.^a Ordem da Penitencia
na
Mogadouro

N.º 6

Comarca de Mourão

*Extratado no Caderno
de Fras-00-Mortes no
24.º*

1772 2 12 83



DEL ÁGUEDA AL COA. ACERCAMIENTO A LA ANTIGUA CALIABRIA

Do Águeda ao Côa. Aproximação à antiga Caliábria

Carlos García Medina⁶¹

Resumen

Se trata de un acercamiento a una de las primeras diócesis de la Península Ibérica, Caliabria, que desapareció, para volver a aparecer este título en el siglo XII en otra diócesis recién.

Resumo

Trata-se de uma aproximação a uma das primeiras dioceses da Península Ibérica, Caliábria, que desapareceu, para reaparecer este título no século XII em outra diocese nova.

Palabras clave: Caliabria, Águeda, Coa, Civitatense, La Valmuza, Monte Calabre.

Palavras-chave: Caliábria, Águeda, Côa, Cidade Rodrigo, La Valmuza, Monte Cálabre

⁶¹ CARLOS GARCÍA MEDINA - Centro de Estudios Mirobrigenses (CEM). Ciudad Rodrigo (Salamanca). ESPAÑA. E-mail: carlosgamedina@hotmail.com.

Para alguien como yo, aficionado a la historia de esta tierra y de esta antigua diócesis, enamorado de los territorios delimitados por dos ríos tributarios del padre Duero, el Coa por la parte portuguesa y el Águeda por la española, que casi nacen juntos en la Sierra de Gata y van a desembocar también a pocos kilómetros de distancia, es un placer contribuir con esta pequeña aportación a las XXIII Jornadas Culturales de Balsamão.

El territorio delimitado por estos dos ríos forma un amplio territorio, un pozo casi sin fondo donde sumergirse. Sobre todo, cuando uno empieza a retrotraerse a ese oscuro periodo que empieza con el fin de la romanización y llega a la Alta Edad Media, y que conocemos como Antigüedad Tardía. En este largo periodo, que abarca desde el siglo V-VI al siglo XII, ya había en este territorio una estructura poblacional y social bien definida, aunque en gran medida la desconocemos.

Tanto la tierra de Ciudad Rodrigo, como la Riba- Coa, como lo que en general se conoce como la región Extremadura-castellano-leonesa, se nos presenta por casi todos los historiadores clásicos aparentemente como un desierto, es decir, como una región deshabitada. Así el historiador Sánchez Albornoz, en su libro "España, enigma histórico", nos dice que sólo algunos campesinos se aferran al llano o a la montaña pese al dominio musulmán.

Personalmente tengo mis dudas respecto a que esta región estuviera tan despoblada. Llevo más de cuarenta años viviendo en Ciudad Rodrigo, que como sabemos, surgió gracias a varias

re poblaciones. Este fenómeno siempre me produjo mucha curiosidad. Creo que tanto en la parte lusa como en la española el devenir histórico ha tenido unas características muy semejantes, al haber estado marcado en muchas ocasiones por unas improntas comunes. Esto ha hecho que se hayan ido definiendo unas relaciones sociales, culturales y económicas a lo largo de "La Raya", esa amplísima zona delimitada por los ríos Duero, en el norte, y Tajo en el sur, y que abarca por el lado portugués la región de las Beiras, y por el lado español las provincias de Zamora, Salamanca y la parte septentrional de Cáceres.

Creo firmemente que esta zona rayana ha marcado para siempre a los pobladores de ambos lados de la desaparecida frontera, que según creo fue la más antigua de Europa. Y se han mantenido unas connotaciones peculiares y específicas, marcadas por el largo y difícil acontecer histórico.

De hecho, de la parte española, tendríamos que hablar de Ciudad Rodrigo como de un territorio y una diócesis fronteriza desde el siglo XII, cuando tuvo lugar la mayor repoblación, aunque no la única, por parte del rey Fernando II de León, así como la creación (o recreación, según como se quiera ver), de su diócesis en 1161.

Por la parte portuguesa, la fundación de Guarda tuvo lugar hacia 1191, y la concesión de la Carta Foral, otorgada por el rey Sancho I de Portugal, en 1199.

Así, y visto por encima, observamos que en aquellos lejanos años la plaza fronteriza principal del reino era Ciudad Rodrigo, situación que por un lado tenía sus ventajas y privilegios, y por otra también provocaba crisis, conflictos e incluso guerras.

Hace años, cuando comencé a leer las distintas historias publicadas sobre esta tierra, cada vez que aparecía el nombre de "Calabria" o "Caliabria", me resultaba muy curioso. Me parecía enigmático, y más sabiendo que estaba ubicado en tierras portuguesas. En algunos textos este lugar aparece también como "Monte Calabre" o "Cabeza de Calabre". De él sabía poco más que había sido un antiguo asentamiento visigodo en las proximidades del Coa y del Duero.

Varios historiadores antiguos han descrito este lugar, aunque con algunas inexactitudes. Pero todos coinciden en afirmar que varias estelas romanas procedían de allí y se hallaban diseminadas por el término de Almendra. Así lo recoge Tamayo de Salazar en 1659. Sánchez Cabañas, autor de la primera historia de Ciudad Rodrigo, algunos años más tarde hace también mención a este lugar, describiéndolo así en el castellano del siglo XVII:

Dista Calabria como ocho leguas de nuestra ciudad, en la ribera del Duero, y fue destruida en la pérdida de España, viéndose hoy sus grandes ruinas en el sitio llamado por la gente comarcana como una legua de Villanueva del Coa, cerca de Portugal, cerca de donde entra este río en el Duero.

Aportaciones más recientes, como la del Padre Fita en su artículo "Caliabria Romana", nos detalla algunos epígrafes latinos, es decir, del tiempo de los romanos.

Así pues, todo parece indicarnos que desde el siglo XVII éste es el lugar físico del antiguo núcleo poblacional, como queda también recogido en el memorial de la Academia de la Historia al referirse al pueblo de Almendra:

Siete leguas al nordeste de la villa de Trancoso, dos al noroeste de Castelo Rodrigo y una al oriente del río Coa, se halla la villa de Almendra, que toma el nombre por la abundancia de este fruto que hay en su territorio, en el cual se reconocen las ruinas de la antigua Caliabria.

Pero no faltan otros argumentos que la sitúan en otros puntos, algunos distantes. Por ejemplo, la situaron también en Cousa, cerca de Viseu, o en el pueblo de Fermoselle, en la provincia española de Zamora, por citar solamente dos ejemplos.

Pero a día de hoy y siguiendo la lógica, creemos que la antigua ciudad de Caliabria estuvo emplazada en las proximidades de Almendra y de Barca de Alva, próxima al Duero, y entre los ríos Águeda y Coa. Así, en las cercanías de la estación de ferrocarril de Almendra se levanta un teso o otero que actualmente ya está bien señalizado, con una indicación en la que puede leerse "Ruinas de Caliabria".

Hace ya bastantes años, animado por la curiosidad de ver de cerca y pisar este lugar tan enigmático y cargado de magnetismo, organicé con varios amigos una excursión para pasar allí una jornada.

El día fue muy hermoso, sin excesivo calor, y disfrutamos del paisaje y la naturaleza. El monte, como toda esta campiña, estaba lleno de viñas y almendrales. Los almendrales ocupaban las laderas, y no sólo la parte baja, sino también hacia la cima. A los españoles siempre nos sorprende ver en la zona rayana la parte portuguesa mucho más cultivada que la española.

Lentamente ascendimos hasta su cima, donde predomina el monte bajo, y gratamente nos sorprendió ver cómo se levantaba un numeroso bando de perdices que nos acompañaron a lo largo de la jornada. También disfrutamos de la hermosa visión de un conifero zorro, que seguramente tenía su madriguera en alguna oquedad de los restos de la antigua muralla que circunda esta elevación.

La vista desde arriba era magnífica, y sólo por eso merecía la pena subir hasta allí. Pero nosotros, además de admirar el paisaje, teníamos la intención de comprobar los vestigios de las construcciones que el hombre había dejado allí.

Lo que más nos llamó la atención fue ver una parte de la muralla, ya muy deteriorada, que a tramos se mimetizaba de distintas maneras con el terreno agarrándose a las rocas de pizarra, el elemento más abundante, aunque de vez en cuando también aparece algún bloque de granito.

La parte mejor conservada de esta cerca es la que da hacia el este, con algunos tramos que presentan una altura de casi dos metros, mientras que su ancho, su espesor, llega a los cuatro metros en algunos lugares, aunque es muy desigual.

En el interior se observan muchos amontonamientos de piedras, que nos hablan de casas o habitáculos de distintas formas.

Al llegar a este lugar, que presenta distintos desniveles en lo que fue el poblado, enseguida lo relacioné con un asentamiento próximo a Ciudad Rodrigo, en el territorio de Zamarra, conocido con el nombre de Lerilla, uno de los castros que nos resultan más familiares entre los muchos que hay en esta zona rayana.

Comprobé que había cierto paralelismo. Probablemente había sido habitado desde época prerromana, pasando por la romana y visigoda, hasta llegar a la época Alto Medieval. Por añadidura, la topografía y el paisaje también tienen similitudes, estando el castro de Lerilla bordeado por dos ríos; el Águeda, y otro río menor, el Agadón.

Ese lejano día en el "Monte Calabre" es de los que no se olvidan. Un día hermoso y didáctico donde tampoco nos faltaron buenas viandas y buen vino. No he vuelto desde aquella vez.

Hace poco, la Asociación Ribacudana organizó una excursión para ir allí, pero no me fue posible ir y rememorar la ocasión anterior.

En 1978 don José da Cruz Policarpo fue nombrado obispo auxiliar metropolitano de Lisboa, recibiendo el título de "Episcopum Titulo Calabriense". Con esta ocasión subió al monte y dejó escrito este bonito comentario;

Encontramos en lo alto del monte prados cubiertos de almendrales, una forma de praderío en forma de ligero valle, donde se sitúa una fuente, siendo un área murada por una muralla en piedra, todavía visible de cerca de un metro. Tiene a sus pies el río Duero, en el ángulo que forma con la ribera de Aguiar su afluente. Piedras dispersas – nos explica un pastor – es lo que queda de la antigua iglesia. Cantamos vísperas sentados en la muralla. Es como si hubiéramos participado en alguno de los concilios de Toledo o colaborado en la defensa de la ciudad. Me encontré como el último obispo concedido de Caliabria.

Por último hablaré, aunque en términos generales, de la creación del obispado civitatense, es decir, de Ciudad Rodrigo y su relación con Caliabria. Ambas sedes episcopales, en aquel tiempo visigodo parecen como bañadas por una neblina de historia.

Basándonos en el historiador Mateo Hernández Vegas, fue durante la invasión por los bárbaros, en tiempos del obispo Ereniano, cuando se destruyó la actual Ciudad Rodrigo, entonces conocida como *Civitas Augusta*. Y aquí comienzan las múltiples vicisitudes de esta diócesis, la cual, según este mismo historiador, tuvo como primeros obispos a Magnánimo, Domiciano, San Hilario (que, según la tradición, aunque hay dudas, después llegó a ser Papa) y el ya mencionado Ereniano.

Por este motivo, al estar arruinada esta ciudad, entonces poco más que una aldea, la diócesis es trasladada a la ciudad de Caliabria. No sabemos con certeza en qué momento tuvo lugar dicho traslado, dado que por entonces figuran allí dos obispos, Elpidio y Borudio. Así, y aunque no podemos afirmarlo con rotundidad, sabemos que la sede caliabriense empieza en el tiempo de los godos, tal como queda reflejado en las actas del Concilio de Lugo, en tiempos de Teodomiro. Hay otros historiadores que sitúan este momento en tiempos de Leovigildo, si bien éste era arriano y por este motivo perseguía al catolicismo. Y aún hay algunos otros historiadores que se inclinan por Recaredo.

Como vemos, existen lagunas y dudas, pero sea como fuere, el Obispo de Caliabria aparece por primera vez durante el reinado de Sisemundo, en el Cuarto Concilio de Toledo, en el año 633 de nuestra era.

La diócesis de Ciudad Rodrigo, o diócesis Civitatense, cesa a principios del siglo V, por ser destruida la ciudad, y la de Caliabria en el siglo VII, doscientos años después. Nos inclinamos a pensar que aquel Ciudad Rodrigo en ciernes de entonces no fue totalmente arrasado, y siguió conservando su silla episcopal. Pero sí tuvo posteriores invasiones por parte de Leovigildo, que motivaron que la diócesis se trasladase a Caliabria. Éstos fueron sus primeros obispos:

Elpidio, que firmaba como *Servus Dei*, y que asistió al Concilio de Toledo en el año 633.

Borudio

Celedonio

Aloario, que asistió al Concilio de Mérida en el año 666

Andrés, que lo hizo al concilio de Toledo en el año 675

Ervigio, fue al XV Concilio de Toledo en el año 688

Y San Zenón, mártir, consagrado en tiempos de Witiza.

Sería precisamente siendo San Zenón obispo cuando tuvo lugar la invasión musulmana, que destruyó la ciudad de Caliabria, viéndose forzado su obispo a huir con otros obispos, entre ellos los de Coria, Talavera y Salamanca. Se refugiaron en Plasencia, por creerse más a salvo. Sin embargo, todos fueron muertos, pasados a cuchillo. Este suceso tuvo lugar en el pueblo cacereño de Cuacos en el año 717.

De esta manera terminó la silla episcopal de Caliabria, continuación de la de *Civitas Augusta*, que sería restituida, pasando el tiempo, a Ciudad Rodrigo.

El historiador Flórez, del siglo XVII, nos lo relata así:

Después de la entrada de los moros empezará a despoblarse, retirándose las principales familias a sitios más seguros, hasta que llegase el tiempo de restablecer la libertad. Pero entonces teniendo por mejor el sitio de Ciudad Rodrigo, colocaron allí la antigua sede de aquel territorio...

Otro historiador posterior, Nogales Delicado, ya en los principios del siglo XX, añade que el propósito del rey una vez que manda construir la Catedral de Ciudad Rodrigo fue “el de devolver a Ciudad Rodrigo la sede episcopal, que cuando la irrupción de los bárbaros se había trasladado a Caliabria” y que “para dar a entender

que no erigía una nueva silla episcopal, sino que restablecía la antigua, dispuso que el obispo usase el título de ‘calabriense’”, con el cual aparece confirmando algunos privilegios no sólo Don Pedro, sino también su sucesor Don Domingo.

Como puede verse, éste es un debate abierto, con muchas dudas en cuanto al cambio y al nombre de las diócesis. Según apuntan algunos historiadores, Caliabria no fue destruida totalmente con la invasión musulmana, y siguió conservando su rango de ciudad, para lo cual se amparan en la donación que hizo el rey Fernando II a la iglesia de Ciudad Rodrigo.

También nos queda la duda y la polémica sobre si hubo algún obispo anterior, como el obispo Pedro, predecesor de Don Domingo de Caliabria. Lo cierto es que quien lo siguió, Don Pedro da Ponte, hombre ilustre que había sido también canciller real, viajó a Roma, donde consiguió del Papa Alejandro III la bula donde se recoge la extensión, las iglesias y los monasterios de la nueva diócesis, entre las que destacan las iglesias de Hinojosa, Lumbrales y Sepúlveda, y los monasterios de Santa Águeda, de Elteios, de San Martín de Castañar, de la Torre de Aguiar y del Pereiro, entre otros. Pero no se dice nada en el documento pontificio de Caliabria. De esta forma se regularizó la situación episcopal en Ciudad Rodrigo. Pero para esto hubieron de pasar muchas vicisitudes y crisis de toda índole, que no tienen cabida en este breve texto.

En cuanto a la creación de la diócesis de Ciudad Rodrigo, tiene lugar en 1161, cuando el rey Fernando de León dona los derechos

episcopales a la iglesia compostelana y a su obispo. Pero hasta 1168 no empezamos a tener noticias de ella; es en este año en el que encontramos entre las firmas de los obispos confirmantes la del obispo Domingo de Ciudad Rodrigo, pese a ser electo y no estar todavía consagrado. Sin embargo, ésta sería la única vez que este obispo utilizaría este título durante su pontificado, ya que pocos meses después aparece como "Dominicus Calibriensis" y éste título es el que utilizó hasta su muerte en 1172. No sabemos el motivo de este cambio de título.

Es posible que la respuesta se hallara en los muchos problemas que comportaba la creación de un nuevo obispado. Hubo recelo en la Iglesia y en el consejo de Salamanca, que de esta forma ampliaba sus territorios. Además, hacia 1136 varios clérigos y hombres próximos al obispo de Salamanca habían donado a esta ciudad parte de su tierra, por lo que ésta pertenecía a la diócesis de Salamanca, la cual recurrió a Roma contra el obispo civitatense. Se levantaron entonces los salmantinos contra el rey en lo que conocemos como la batalla de la Valmuza.

Seguramente éste fuera el móvil por el que cuando Domingo fue consagrado obispo por el metropolitano de Santiago de Compostela, para evitar problemas lo hizo con el título de Calibria, diócesis ya existente desde la época visigoda. De esta forma no había necesidad de crear una diócesis nueva, y no hacía falta la autorización expresa de la Santa Sede.

Para dar más veracidad, el rey Fernando II de León dio un privilegio a la Iglesia Catedral de Santa María de Ciudad Rodrigo, a la Torre de Aguilar y a Calibria. De esta forma quiso asegurar para el reino de León la Ribacoa, es decir, los territorios fronterizos con Portugal.

Así pues, vemos que es Domingo el primer obispo de la diócesis de Ciudad Rodrigo o Civitatense, como perfectamente lo describe el historiador José Ignacio Martín Benito, coautor del interesante Episcopologio Civitanse, que abarca la historia de los obispos de Ciudad Rodrigo desde 1168 hasta 2009.

Refiriéndose al primero de ellos, Domingo, obispo de Calibria, dice así:

Con dicho emblema de Obispo Calibriense Domingo ejerció su cargo durante cuatro años, desde 1168 hasta 1172. Casi un lustro en el que recibió del rey un total apoyo, expresado mediante donaciones y privilegios diversos. Fernando II otorgó al prelado una dotación económica consistente en la décima parte del tributo moneda, un tercio del resto de los impuestos regios a percibir en la Villa y otro tercio de las heredades existentes en el reparto repoblador de Ciudad Rodrigo y su término. Además le hizo entrega de varios lugares, como Ureña, Calibria y la Torre de Aguiar. Estos dos últimos enclaves tenían un valor simbólico más que material. Ubicados ambos en un área bastante excéntrica, en la margen derecha del Coa, Calibria rememoraba la antigua sede visigoda por la que Domingo había recibido su título episcopal, y con la que Ciudad Rodrigo sellaba su legítimo e incuestionable traslado y la posesión de dicho lugar, seguramente despoblado. En combinación con la de la Torre de Aguiar, implicaban la consolidación del Reino de León sobre una región hasta el dominio más o menos nominal del rey portugués. Beneficiando al obispo calibriense con esas concesiones, Fernando II también se estaba beneficiando a sí mismo, territorializando su autoridad hasta los límites del Reino y neutralizando las pretensiones de Portugal en la zona.

Durante el mandato de Domingo, la institución capitular comenzó a desenvolverse contando con un prior, arcediano, cantor y un número indeterminado de canónigos. El cabildo aún exhibía una estructura de corte monacal, al carecer de tesorero y contar con prior en vez de deán. Pero las bases ya habían sido puestas y sus capacidades de gestión y decisión se harían evidentes en el periodo trascurrido entre el final del mandato de Domingo y la llegada del siguiente prelado.

Lógicamente los obispos posteriores ya tuvieron el título de Obispo de Ciudad Rodrigo, pero todavía en la actualidad quedan reminiscencias de aquel tiempo lejano.

Han pasado ya bastantes años desde que subí al Monte Calabre, esa antigua ciudad, ese castro que de alguna forma siento como un nexo de empatía con Ciudad Rodrigo. Y el lugar me viene con frecuencia a la memoria y me retrotrae a aquellos oscuros años del mundo visigodo, la Antigüedad Tardía, que tanto magnetismo ejerce sobre los que somos amantes de la historia, aunque sea de forma amateur, como es mi caso.

S. FILIPE DE NÉRI (UM SANTO MUITO SIMPÁTICO)

Saint Philip Neri (A very kind saint)

António Pimenta de Castro ⁶²

Resumo

Neste trabalho, em traços gerais, aborda-se a vida de S. Filipe de Néri, fundador da Congregação do Oratório, bem como a instituição monástica desta ordem, localizada em Freixo de Espada à Cinta.

Abstract

In this work, in general lines, the life of Saint Philip Neri, founder of the Congregation of the Oratory, is approached, as well as the monastic institution of this order, located in Freixo de Espada à Cinta.

Palavras-chave: *S. Filipe de Néri; Congregação do Oratório; Freixo de Espada à Cinta.*

Key-words: *Saint Philip Neri; Congregation of the Oratory; Freixo de Espada à Cinta.*

⁶² ANTÓNIO PIMENTA DE CASTRO - Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Colunista do jornal "A Aurora do Lima", de Viana do Castelo, membro da Academia de Letras de Trás-os-Montes, Investigador.). PORTUGAL. E-mail: castroacacia@gmail.com.

QUEM FOI S. FILIPE DE NÉRI?

Figura 13 – S. Filipe de Néri.



Fonte: <http://www.wikipedia.pt>

São Filipe de Néri, nasceu em 1515 em Florença e faleceu no ano de 1595, portanto, com cerca de oitenta (80) anos de idade. É no dia 26 de Maio que se comemora o dia deste Santo. Era uma personalidade fascinante, vejamos o que nos diz, sobre ele, Luís T. Melgar Valero, no seu livro, “Os Santos de Cada Dia”:

São Filipe é um dos santos mais simpáticos do calendário. Conversador afável e brincalhão, toda a gente o conhecia em Roma. Quando o povo o venerava pelos seus milagres e pelo seu exemplo, ele reagia com piadas e ocorrências extravagantes, despojando-se daquele ar de solenidade que costumamos atribuir aos santos (Valero, 2002, p. 109).

Nasceu em Florença, filho de um ilustre notário, chamado Francisco de Néri e de Lucrécia, sua mãe, destinado a herdar uma grande fortuna familiar, mas, na sua modéstia, preferiu abandonar os bens terrenos e partir para Roma, onde aprofundou os seus estudos sobre a lei canónica, enquanto cultivava a alma através da oração constante. Os seus amigos chamavam-lhe, quando era menino – Pippo. Ainda segundo o citado autor, quando calculou que já tinha aprendido o suficiente, vendeu os livros e repartiu o dinheiro pelos pobres. Era assim o nosso Santo. Ainda segundo o citado autor:

O seu gesto predileto era visitar os doentes nos hospitais e com esta finalidade criou a Confraria da Sagrada Trindade, em Roma. Na sua humildade, não acreditava estar preparado para tomar as ordens sagradas, mas por fim, convencido pelo seu confessor e após anos de estudo, foi consagrado sacerdote, retirando-se em seguida para uma pequena comunidade. Homem inquieto que era, não decorreu muito tempo sem que a sua mente concebesse um novo projeto, a congregação dos Oradores que, com o tempo, se transformou numa ordem regular.

Vários papas tentaram fazê-lo bispo e cardeal, mas ele sempre recusou. Diz-se que a sua maior ilusão era converter-se em missionário, mas uma voz fez-lhe o seguinte aviso: «**As tuas Índias estão em Roma**». Ali permaneceu toda a vida, a pregar e a ajudar aos demais, sempre com um sorriso nos lábios e uma graça disposta a alegrar os melancólicos (Valero, 2002, p. 109).

Como escreveram a seu respeito, ele dizia com frequência: **“Escrúpulos e melancolia, fora da nossa Companhia”** (Leite & Coelho, 2005, p. 123), fazendo jus ao seu bom humor, como referem todos os seus biógrafos. Diz-se neste livro (da QUIDNOVI), que:

À medida que ia crescendo, maior era o fervor com que cumpria os deveres religiosos, tendo começando a nutrir grande afeto por dois frades dominicanos do Convento de São Marcos: frei Zanobi dos Médici e frei Servanzio Mini. ‘O que tive de bom no princípio da minha vida, devo-o aos padres dominicanos de São Marcos’, viria a afirmar mais tarde. E acrescenta L. Vidano: ‘Sabia entreter-se em meditação dez horas sem se cansar e para ele era como se durante aquela oração se lhe acendesse no peito uma chama ardente. Então era obrigado a abrir o fato para abrandar de algum modo o fogo interior’, relata L. Vidano, em *O Santo do bom humor* (Leite & Coelho, 2005, pp. 123 e 127).

No entanto, São Filipe de Néri só em 1551, já com 36 anos, recebeu a sua ordenação sacerdotal. A sua grande preocupação foram sempre os jovens que levavam, já naquela altura, uma vida muito libertina.

Foi, precisamente, deste amor e deste empenho na redenção dos jovens que nasceu a **Congregação do Oratório**, criada por São Filipe de Néri, em 1565. Aproveitando o costume, já instituído em várias cidades italianas, de se reunirem fiéis em reuniões piedosas ou “oratórios”, o Santo começou a congregar em Roma algumas pessoas devotas, às quais dirigia palestras sobre temas religiosos. Por isso, este espaço foi-se transformando numa espécie de círculo de estudos, que surgiu primeiro na igreja de São Jerónimo da Caridade e, depois, levou à criação da igreja de Santa Maria da Villicella. Mas Filipe de Néri recusava-se a fundar uma ordem religiosa, que viria a ser reconhecida pelo papa Gregório XIII em 1575 e aprovada por Paulo V em 1612. (Leite & Coelho, 2005, p. 130).

A vida deste santo, era diferente e os seus conselhos e discursos eram muito pouco convencionais. Quando alguém, com muito medo lhe confessava um “pecado”, que o iria condenar ao “inferno”, mas do qual se mostrava sinceramente arrependido, ele tranquilizava-o e dizia-lhe, numa voz carinhosa: “O Paraíso é teu, teu, teu!...”. Aliás uma das principais características de São Filipe de Néri, é precisamente, o seu bom humor. Simples, fugindo das honrarias, dos luxos mundanos, ele era contra a rigidez de costumes no dia-a-dia. Como escreveram, os autores já citados de *“Os Santos de Todos os Dias”*:

Por exemplo, César Barónio – que viria mais tarde a ser cardeal e a presidir à Congregação do Oratório – era, à altura, um jovem austero e severo. Insatisfeito com a rigidez do seu primeiro discípulo, o Santo fazia-lhe a amiúde partidas, humilhações e brincadeiras, sempre com o objectivo de o transformar no mais humilde dos seres. Barónio viria a ser, depois, um dos primeiros e mais notáveis discípulos de São Filipe de Néri, além de historiador e escritor de grande fama, tendo alcançado mesmo o título de ‘o pai da história eclesiástica’. Importa dizer que ainda que os primeiros discípulos de São Filipe viviam humilde e pobremente, sendo obrigados a fazer todo o tipo de tarefas. (Leite & Coelho, 2005, p. 131).

A sua vida era coerente e viveu bastante, para aqueles tempos, mas, entre os 75 e 80 anos viveu muito doente, contudo nunca deixava de sorrir. São Filipe de Néri, faleceu “às três horas da manhã de 25 de Maio de 1595” (Leite & Coelho, 2005, p. 131).

Em 1618 era concedida a missa e o ofício em honra do bem-aventurado e a 12 de Maio de 1622 era reconhecido na glória dos Santos, juntamente com os beatos Inácio de Loyola, Francisco Xavier e Teresa de Ávila (Leite & Coelho, 2005, p. 132).

Mas em Portugal? Segundo os citados autores:

Em Portugal, deve-se ao padre Bartolomeu Quental, a instituição da Congregação do Oratório à altura pregador da Capela Real. A Rainha D. Luísa tomou, em 1659, a nova congregação debaixo da sua proteção, concedendo-lhe a capela-real denominada 'Tesouro Velho'. (...) O cabido aprovou a nova estrutura em 1668. À medida que os congregados aumentavam, o padre Bartolomeu Quental ampliava a casa, tendo facultado estudos aos que ali entravam. Depressa os Oratorianos alcançaram, em Portugal, fama de bons pedagogos. Aliás, chegou mesmo a existir alguma polémica entre estes e os jesuítas, que, naquela época, ainda monopolizavam o ensino no país. O Marquês de Pombal fez com que, de resto, os Oratorianos viessem a substituir os Jesuítas nas escolas, quando estes foram perseguidos. Contudo, o Marquês tentou também extingui-los, com o pretexto de inconfidência e ensino de doutrinas perniciosas à mocidade. Os Oratorianos foram proibidos de pregar, confessar e fecharam-se-lhe as aulas. Em 1780 D. Maria I tomava-os sob sua protecção, mas viriam a surgir distúrbios entre o clero. Só em 1822 a Congregação ganharia alguma estabilidade, proliferando por todo o país, nomeadamente Viseu, Braga, Estremoz, **Freixo de Espada à Cinta** e Monção (Leite & Coelho, 2005, p. 132).

O ORATÓRIO DE S. FILIPE DE NÉRI EM FREIXO DE ESPADA À CINTA

Mas como apareceu a Ordem do Oratório, em Freixo de Espada à Cinta? Após várias pesquisas efetuadas, concordamos com Jorge Duarte, que nos explica assim:

(...) Um dos irmãos, de nome Manoel de Santa Maria, tinha cumprido o serviço militar no castelo de Freixo por altura da guerra da Restauração, e por isso conhecendo muito bem a região, as qualidades dos seus habitantes e as suas necessidades espirituais de evangelização, lembrou-se que em Freixo havia uma pequena igreja, quase arruinada, que pertencia à câmara e convenceu todo o grupo

de irmãos a solicitar-lhe que os deixassem aí instalar. Como a resposta a este pedido foi afirmativa, os oratorianos chegaram a Freixo para se instalarem na igreja de Nossa Senhora do Vilar, no dia 10 de Setembro de 1673, começando assim uma longa e profícua colaboração entre este concelho e a Ordem do Oratório (Duarte, 2016, p. 7).

Sabemos que terá sido extinto em 1834, aquando do decreto que extinguiu as ordens religiosas foi promulgado por Joaquim António de Aguiar (por alcunha o "Mata Frades"), no contexto que se seguiu à Convenção de Évora Monte. Assim, este Oratório serviu Freixo e esta região transmontana e alto-duriense, por largos anos e que muitos dos seus alunos frequentaram, entre outras, a Universidade de Salamanca. A este respeito, diz-nos António Monteiro Cardoso: "Durante mais de um século e meio, exatamente 161 anos, que vão de 1673 a 1834, ali existiu uma casa de religiosos da congregação do Oratório, sob a invocação de Nossa Senhora do Vilar" (Cardoso, 2016, p. 13).

Ainda citando António Monteiro Cardoso:

Em Portugal, o Oratório vai fazer a sua aparição mais tarde, na época conturbada que se segue à restauração da independência em 1640 (...) Estava assim, criado um primeiro embrião, que determinou o padre Quental a bater-se pela fundação da Congregação do Oratório, o que finalmente conseguiu em Julho de 1668, no rescaldo da deposição de D. Afonso VI, que pôs fim a um período de perturbações políticas, que se seguiu à sua subida ao trono em 1662. Com a proteção do novo monarca (D. Pedro II) e do seu sucessor (D. João V), o Oratório não cessa de se expandir a tal ponto que no final do século, cerca de trinta anos após a fundação, dispõe de casas em Freixo de Espada à Cinta, Porto, Braga, Viseu, Estremoz, Goa e Pernambuco (Cardoso, 2016, pp. 13-14).

O Oratório era vocacionado, sobretudo, para o ensino (área em que vão rivalizar, como já foi referido, sobretudo com os Jesuítas), e algumas suas figuras, ilustram bem a sua importância na cultura portuguesa, basta referir os padres: Manuel Bernardes, Luís António Verney, António Pereira de Figueiredo e Teodoro de Almeida.

Felizmente que foi escrito um documento que é importante para nós, que estudamos o Oratório de Freixo de Espada à Cinta, como referenciou António Monteiro Cardoso:

Felizmente para nós, um dos congregados de Freixo legou-nos uma interessante memória com a história daquela casa, que intitulou «Relação dos Padres, e irmãos que tem florecido em virtudes, e letras nesta congregação do oratório da villa de Freixo de Espadacinta comarca de Torre de Moncorvo Arcebispado Primaz desde o ano que se fundou, que foy o do Senhor 1673 até o presente de 1738 em que se da esta breve notícia». Embora aquela relação seja anónima, de uma carta junta ao manuscrito pode depreender-se com segurança que foi seu autor o padre António Geraldês, natural de Ligares, povoação do termo de Freixo, que então e até meados do século passado se chamava Ilgares (Cardoso, 2016, pp. 15-16).

Ainda segundo António Monteiro Cardoso, primeiro pensou-se fixarem-se em Freixo perto da capelinha de Nossa Senhora dos Montes Ermos, contudo, esta capelinha ficava longe do povoado. A alternativa mais viável, com invocação de Nossa Senhora, mais perto da povoação de Freixo, tinha a devoção a Nossa Senhora do Vilar, contudo a sua administração cabia à Câmara e, decerto não a cederiam... Mas Deus tudo resolve e:

Na verdade, tudo se resolveu com uma celeridade espantosa. Começou o padre Francisco da Silva por escrever ao Senado da vila de Freixo uma carta em que, depois de explicar o seu propósito pedia que lhe dessem a igreja, a casa e mais pertences para fundar a congregação, «para grande glória de Deos e não menos utilidade da mesma vilia» (Cardoso, 2016, p. 27).

Ainda segundo António Monteiro Cardoso: “Finalmente, no dia 10 de Setembro de 1673, entrava em Freixo o padre Francisco da Silva com os seus companheiros. Concorreu grande multidão a ver «aquele novo espectáculo», admirada com a veste preta dos congregados (a roupeta), que nunca tinham visto” (Cardoso, 2016, p. 28). E, mais à frente acrescenta:

Por escritura lavrada naquele dia, a Câmara da vila, representada pelo vereador mais velho, Francisco do Rego, doou-lhes, como prometera, a igreja, a casa do eremítão, a hospedaria dos romeiros, e os bens de raiz, constituídos por terras de pão, olivais e vinhas, que os devotos ao longo dos tempos tinham oferecido à Sra. do Vilar. Como única condição da doação, ficaram os congregados obrigados a manter sempre ali pelo menos cinco padres, dos quais, dois pregadores e três confesores (Cardoso, 2016, p. 28).

Na verdade, a vila de Freixo estava, nesta altura, muito despovoada, devido, sobretudo a dois fatores: a Guerra da Restauração e a perseguição aos cristãos-novos. Depois de ainda no século anterior, a povoação contar com mais de mil vizinhos, mas na altura em que os oratorianos chegam, a povoação não tem muito mais de quatrocentos habitantes. Sobre a instabilidade provocada pela guerra com Castela, veja-se a nota de rodapé que o autor cita, na página trinta, que é assim: “Veja-se nesse sentido uma carta

publicada no tomo IV, p.552, das “Memórias Archeológico-Históricas...”, do abade de Baçal, em que se relata uma entrada do inimigo entre Lagoaça e Fornos, de onde levou 30 ou 40 bois, facto ocorrido em 1644”. Quanto à atuação da inquisição, citemos uma vez mais o António Monteiro Cardoso:

Como uma desgraça nunca vem só, após a Restauração a inquisição de Coimbra intensificou a ação nesta região, o que levou à prisão de muitos cristãos-novos e à fuga de outros para a França, Holanda e até para Castela, onde a inquisição era então menos rigorosa. Aliás, ao longo do século XVII assiste-se a uma expatriação maciça de cristãos-novos para Castela, que despovoou muitas povoações, de tal modo que durante muitos anos, serão portugueses boa parte dos penitenciados nos autos realizados no país vizinho, a ponto de quase se identificar português com judeu. Neste contexto, na época a que nos estamos a reportar, muitas famílias transmontanas de origem judaica, vão ser atingidas como os abastados Mogadouros e os Chaves, que eram prósperos contratadores (Cardoso, 2016, p. 30).

Ainda segundo o mesmo autor: “Seja como for, o certo é que Freixo de Espada à Cinta, depois de ter conhecido no século XVI a sua «idade de ouro», como o atestam a igreja e as numerosas janelas manuelinas, neste final do século XVII mergulhava num ocaso irreversível” (Cardoso, 2016, p. 32), daí que a população de Freixo, visse bem-vinda a instalação dos Oratorianos, na sua terra.

Era assim o cenário de Freixo de Espada à Cinta, quando os Oratorianos aqui se instalaram.

Estabelecida que foi, em 1673, à congregação oratoriana de Freixo, logo se lhe puseram tarefas difíceis, desde melhorar as míseras condições materiais e económicas (as quais foram rapidamente conseguidas (em 15 anos) pelo padre Silva às

necessárias autorizações e reconhecimentos, quer do arcebispado de Braga (à qual pertencia, à época Freixo de Espada à Cinta) e às papais. O reconhecimento pelo arcebispado de Braga, foi rápido, logo o conseguindo em 29 de Outubro de 1673, sendo, na altura, o arcebispo, D. Veríssimo de Lencastre. Já o papal, foi mais difícil de conseguir, devido a dúvidas com o seu estatuto a adoptar, tendo sido apenas reconhecido em 31 de Janeiro de 1685, ou seja, 12 anos volvidos sobre a sua fundação. O papa Inocêncio XI, por breve, reconheceu o oratório de Freixo, “*Ad Pastoralis Dignitatis Fastigium*”.

Aos poucos se vão juntando mais padres habilitados, não nos esqueçamos que os oratorianos são excelentes nos sermões, nesta época de ação da Contra-Reforma, ou Reforma Católica. É assim de assinalar a vinda para Freixo, do futuro padre, de nome José de Caldas, brilhante estudante de Direito Canónico em Coimbra e excelente orador. Para além dele, o padre Caldas, levou consigo para Freixo, três jovens estudantes, seus colegas, são eles Mateus Borges, João da Silva e Bartolomeu Monteiro, os quais vão melhorar bastante este convento. Começa assim uma fase áurea, começando a organizar estudos, mérito esse reconhecido, por carta, do futuro Rei D. Pedro II. Como escreveu ainda António Monteiro Cardoso: “A consolidação da congregação, quer no plano material, quer quanto ao número e qualidade dos membros que recrutara, muitos deles vindos da Universidade de Coimbra, permitiu que a partir de 1684 ali comesçassem a funcionar cursos (sobretudo de filosofia e

teologia), que eram abertos a estudantes de fora daquela comunidade religiosa” (Cardoso, 2016, p. 49). Um dos grandes pregadores e estudiosos do oratório de Freixo foi o padre Manuel da Guerra, um filho da terra.

Contudo, o facto de Freixo ficar numa terra recôndita e começarem outras casas a crescerem em locais mais urbanos, começou a ameaça de uma possível extinção do Oratório de Espada à Cinta. O próprio padre Quental tentou extinguir este oratório. Valeu a intervenção dos padres Manuel da Guerra e o padre Francisco dos Santos que se deslocaram a Lisboa e, por intermédio dos Duques de Cadaval, falar diretamente com o padre Quental, para o demover dessa tentativa, o que conseguiram (também pesou para essa mudança de pensamento a posição do novo arcebispo de Braga D. José de Meneses que se encontrava ainda em Lisboa, por estar adoentado, que apoiou a posição dos padres vindos de Freixo). Também abalou muito esta congregação as “propostas” de renovação do estatuto dos regulamentos, propostos pelo padre Pedro da Costa, que não conseguiram vencer, uma vez que os catedráticos de Salamanca, não concordaram com essas mudanças.

De facto, os Oratorianos eram originais, ou melhor dizendo, diferentes das outras congregações. Para terminar esta comunicação que já vai longa, citando uma vez mais António Monteiro Cardoso, que nos dá todos os pormenores da vida quotidiana dos oratorianos de Freixo de Espada à Cinta, destacaremos as seguintes palavras:

Na verdade, ao contrário das ordens religiosas regulares, o Oratório caracteriza-se pela importância conferida à liberdade individual do congregado. Segundo dispunha o estatuto da casa de Roma, a Congregação instituíra-se «so com o nexo da mútua charidade (...) não apertada com alguns vínculos devotos, juramento, ou semelhantes promessas». Por não estarem obrigados por votos, os congregados eram livres de sair quando o entendessem, não se lhes podendo impor sequer a mudança de uma casa para a outra. (...) Não existia uma autoridade central superior à direcção das diversas casas, a que todas devessem obediência e sujeição, o que não deixava também de levantar algumas dificuldades de funcionamento (Cardoso, 2016, p. 73).

Sabemos que terá sido extinto em 1834, aquando do decreto que extinguiu as ordens religiosas, o qual foi promulgado pelo Joaquim António de Aguiar (por alcunha o “Mata Frades”), no contexto que se seguiu à Convenção de Évora Monte. Assim, este Oratório serviu Freixo e esta região transmontana e alto-duriense, por largos anos e que muitos dos seus alunos frequentaram, entre outras, a Universidade de Salamanca. Para finalizar, diz-nos ainda, António Monteiro Cardoso: “Durante mais de um século e meio, exatamente 161 anos, que vão de 1673 a 1834, ali existiu uma casa de religiosos da congregação do Oratório, sob a invocação de Nossa Senhora do Vilar” (Cardoso 2016, p. 13).

Espero não ter abusado da vossa paciência. Tenho dito!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cardoso, A. M. (2016). *O Oratório de S. Filipe de Néri em Trás-os-Montes, Os Guerras de Freixo de Espada à Cinta*. Freixo de Espada à Cinta: Câmara Municipal.
- Cardoso, A. M. (2017). *Boas fadas que te fadem*. (3.^a ed.). Lisboa: Âncora Editora.
- Leite, J. & Coelho, A. J. (Org.) (2005). *Santos de Cada Dia*. Maio. Matosinhos: QUIDNOVI.
- Valero, L. T. M. (2002). *Os Santos de cada dia*. Lisboa: Editorial Estampa.

FRANCISCANOS E RELAÇÕES SOCIAIS NA VILA DE TORRE DE MONCORVO

The Franciscans and social relations in the town of Torre de Moncorvo

Rui Leal Leonardo⁶³

Resumo

No presente artigo analisa-se a presença da comunidade franciscana na vila de Torre de Moncorvo, entre os séculos XVI e XIX, com particular incidência na sua interação com a população local e regional. Aproveita-se igualmente para se dar um primeiro passo no estudo e reconhecimento do seu legado.

Abstract

This article analyses the presence of the Franciscan community in the town of Torre de Moncorvo, between the XVI-XIX centuries, with a particular focus on its interaction with the local and regional population. It also takes the opportunity to take a first step in the study and recognition of its legacy.

Palavras-chave: *Torre de Moncorvo; História Religiosa e Social.*

Key-words: *Torre de Moncorvo; Social and Religious History.*

63 RUI EMANUEL LEAL LEONARDO – Município de Torre de Moncorvo. PORTUGAL.
E-mail: ruieleonardo13@gmail.com

INTRODUÇÃO

Início esta comunicação sobre a Ordem de São Francisco em Torre de Moncorvo, e as suas relações sociais com um agradecimento ao convite para participar novamente nas Jornadas Culturais de Balsamão que, mesmo nestes tempos conturbados, a comissão organizadora liderada pelo Sr. Padre Basileu Pires, teve a coragem de organizar. Uma palavra de saudação e amizade para com o Doutor Carlos d'Abreu, pessoa bem mais avalizada a tratar este assunto, até porque já o fez anteriormente e por mais de uma vez, mas que nesta ocasião sugeriu o meu nome.

A presença da Ordem de São Francisco em Torre de Moncorvo, ocorre em dois momentos distintos, e com ações diversas, pese embora o facto de se terem sedeados no mesmo local, se bem que em edifícios diferentes – a orla da Serra do Roboredo, a sul da vila. O primeiro momento ocorreu entre 1568 e 1834 (data da extinção das casas religiosas masculinas), em que existiu uma comunidade monástica de franciscanos, sedeados no que indistintamente designam por convento ou mosteiro, sendo, porém, mais frequente o primeiro termo. Esta era uma comunidade exclusivamente masculina. Um segundo momento ocorre entre 1916 e 2006, com a presença das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, prestando um importante serviço à comunidade no inicialmente designado Asilo Francisco António Meireles, posteriormente convertida em Fundação com o mesmo patronímico

do mecenas que legou em testamento uma avultada soma para crianças e idosos desvalidos⁶⁴.

A presente comunicação, até por falta de tempo e de recursos, versará sobre o primeiro momento da presença franciscana.

FONTES E ENQUADRAMENTO

Aquando da extinção das ordens religiosas em Portugal em 1834, o património do Convento de São Francisco de Torre de Moncorvo, dispersou-se. Falamos não só das alfaias, paramentos, mobiliário e utensílios domésticos, como também da biblioteca e do cartório/arquivo. Muito em particular este último ainda hoje se encontra em paradeiro desconhecido (ou irremediavelmente perdido). Assim, para se reconstituir a história monástica, é necessário recolher a outro tipo de fontes, quer manuscritas, como também impressas e visuais, que aqui se apresentam por ordem cronológica, na tabela seguinte:

Tabela N.º 2 - Fontes para a História do Convento de São Francisco.

Data	Designação
1706	<i>Chorografia Portuguesa</i> , do Padre Carvalho da Costa (Costa, 1706).
1737	<i>Chronica da Província da Conceição</i> . Manuscrito da Biblioteca Pública e Municipal do Porto.

⁶⁴ Há ainda a referir o Recolhimento de Santo António do Sacramento, também denominado de São Nicolau, instituído por legado testamentário de Francisca Borges de Menezes, administradora do Morgado de Mendel, cujo padroado pertencia à Câmara de Torre de Moncorvo, que seguia a regra franciscana.

s/d [séc. XVIII]	Cópia do Cartório do Convento. Livro manuscrito existente no Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo, do séc. XVIII, com transcrição de documentos entre 1538/1568 e 1752.
1760	Crónica franciscana de Fr. Pedro de Jesus Maria e José (José, 1760).
1762	Planta da vila de Torre de Moncorvo, efetuada no âmbito das invasões Espanholas da guerra dos sete anos.
1762/07/21	Ofício de Fr. Pedro de Maria Santíssima remetendo para a corte "Notícias da entrada do inimigo em Moncorvo e do que se lhe observou em cinco semanas na dita vila" (Seixas 2001)
1814/1815	Planta do Convento para adaptação a quartel (Abreu, 2004).
1834	Inventário da Extinção do Convento.
1834	Inventário da Livraria do Convento.
1848	"Villa da Torre de Moncorvo", Revista Popular, n.º 15.
1865	Fotografia do Convento, visto a partir de Norte, cujo original de encontra no Solar de Santo António de Torre de Moncorvo (Rebelo, 1992)
1894	Duas Fotografias do Convento, vistas a partir da Serra do Roboredo-sul, de autor desconhecido, cujos originais se encontram no Solar de Santo António, uma das quais publicada no Jornal Terra Quente de 1 de Agosto de 2002.

Nos sécs. XX e XXI vários foram os autores que se debruçaram mais ou menos aprofundadamente sobre o convento de S. Francisco: o Abade de Baçal (Alves 1908/1910; 2000); o Padre Joaquim Manuel Rebelo (Rebelo, 1992); Carlos d'Abreu e Paula Machado (Abreu 2004; Abreu e Machado 2010); Adília Fernandes (Fernandes 2008); Ana Paula Figueiredo (Figueiredo 2008); Ana Sofia Cano (Cano 2018); e mais recentemente vários alunos de arquitetura da FAUP e da FAUL.

Para reconstituir da história do convento e da presença franciscana, além das fontes documentais diretas já aludidas, existem também outras, nomeadamente a documentação produzida e existente em fundos de outros conventos; da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo; de outras instituições sedeadas em Torre de Moncorvo, como é o caso do Juízo da Provedoria; ou de fundos particulares. Por fim, e não são de somenos importância os vestígios materiais (escultura, alfaias, paramentos, edifícios e elementos arquitetónicos), quer os existentes à superfície do solo ou resultado de intervenções arqueológicas, assim como o registo e a tradição/memória oral.

Do edifício monástico, que os autores são conformes em referir que sofreu três grandes campanhas de construção – 1569, 1615 e 1719 –, somente resta a cerca, a Igreja – algo adulterada fruto das diversas ocupações e funções que sofreu –, fábrica, armazém, oficina e alguns elementos arquitetónicos dispersos pelo terreno delimitado pela cerca. Deste último ponto, falta ainda fazer um

levantamento criterioso de todas as construções e elementos arquitetónicos existentes no terreno adstrito ao edifício monástico, as quais poderão trazer dados importantes.

OS PROTAGONISTAS

Os protagonistas de um convento são evidentemente os monges. E dentre eles os guardiães, eleitos pelos seus pares. Até ao momento, nas fontes disponíveis, foi possível recensear 32 guardiães, sendo que esta é uma lista com muitas lacunas:

Tabela N.º 3 – *Guardiães do Convento de São Francisco.*

Identificação
Fr. António de S. João, o primeiro guardião
Fr. Sebastião de Santo André, o Pedreiro (1568)
Fr. Pedro Moreira – dos primeiros guardiães
Fr. Baltazar dos Santos (1599)
Fr. Francisco do Espírito Santo (1607)
Fr. Francisco da Madre de Deus (1630)
Fr. André Ferros (1641)
Fr. Aleixo da Madre de Deus (1649)
Fr. Gaspar do Salvador (1650)
Fr. Bernardo de S. Boaventura (1651)
Fr. Gaspar de Santo António (1658)
Fr. Boaventura de S. João (1663)
Fr. Cristóvão dos Mártires (1666)
Fr. António da Assunção (eleito em 09/11/1675)

Fr. António da Trindade (1679)
Fr. Diogo de São João (1685)
Fr. António da Assunção (1688)
Fr. Domingos do Rosário (1696)
Fr. Bernardino de S. João (1698)
Fr. Manuel da Trindade (1713)
Fr. Bernardo de Santa Clara (1715)
Fr. Marcos da Conceição
Fr. António de S. Lourenço Pregador (eleito em 28/11/1719)
Fr. Francisco de Jesus Maria (de 09/01/1723 a 22/07/1724)
Fr. Manuel do Salvador (1724-1725)
Fr. Paulo da Esperança (1726)
Fr. António da Glória (1727)
Fr. Manuel de Santa Ana (1732)
Fr. João de Santa Ana (1744)
Fr. António de S. Francisco (1748-1751)
Fr. Manuel de S. Bento (17...)
Fr. Amador de Deus Galvão, último guardião (1834).

Fonte: José, 1760.

Além dos guardiães, que superintendiam todas as atividades do convento e representavam os monges em atos formais e escrituras, residiram aqui alguns monges que se destacaram no panorama local, e em alguns casos tiveram uma projeção mais alargada, uns morrendo com fama de santidade, outros por virtudes heróicas e outros ainda pelos seus trabalhos artísticos. Refiram-se Fr. Boaventura de S. Tomás (...-1641), eloquente pregador, natural

do Brasil, que faleceu com fama de virtudes heroicas; o irmão definidor, Fr. Gaspar do Salvador (...-1666), natural de Resende, que aqui foi guardião do convento; Fr. António dos Inocentes (no século António de Lemos) (1637-1697), natural de Antas, Penedono, que faleceu com fama de virtudes heroicas; Fr. Filipe da Madre de Deus (...-1725), Missionário de Varatojo; Fr. Bernardino de Jesus Maria (1703-1737), filho de Agostinho de Castro, natural de Vila Nova de Cerveira, leigo; Fr. Barnabé de Jesus (1663-1757), natural de Penalva, leigo, que operou milagres post-mortem; ou o Fr. Jorge dos Reis, virtuoso entalhador com obra dispersa por todo o norte e centro de Portugal (José, 1760).

É importante referir que este era um convento pequeno, ou seja com poucos residentes. Aquando da sua extinção (1834), registam-se 13 frades.

Os monges, para os representar e defender nas suas múltiplas questões jurídicas, possuíam a figura do síndico, de que são conhecidos os nomes de Gonçalo Caldeira de Vasconcelos, Francisco Monteiro, Lourenço Carneiro de Vasconcelos (1663-1732) e do seu filho, José Luís Carneiro de Vasconcelos.

Dentre os protagonistas do convento, há ainda a mencionar os moços e pessoal de apoio, recrutado na vila, mas também nos lugares e aldeias das proximidades. Além destes, teve também papel relevante a Ordem Terceira, de leigos, criada em 1615, onde desempenhou um papel importante Bartolomeu Correia (José, 1760).

BENFEITORES, CONTRIBUINTES E DEVOTOS

Nas relações sociais com os Franciscanos do convento de Torre de Moncorvo, desempenham um papel preponderante os devotos, benfeitores, entre outros contribuintes para a construção e manutenção do cenóbio.

Esmolas e doações para a construção e obras de manutenção

Em primeiro lugar, figuram as esmolas e doações para a construção e manutenção do convento. Logo em aquando do início da sua construção, em 1569, segundo a traça do de Mosteiró, teve um papel importante Fr. Sebastião de Santo André, o Pedreiro: “fez muito nesta obra Fr. Sebastião, o pedreiro por alcunha, que edificou esta casa pela traça de Mosteiró, ainda que poz o dormitório às vexas” (José, 1760, p. 309). Nesta fase fizeram doações importantes Francisco Melo de São Paio e sua primeira mulher, Antónia da Silva, bem como o Reverendo António de Araújo, Abade de Alfândega. As crónicas referem ainda como relevantes contributos de esmolas efetuados pelos monarcas D. Sebastião e Cardeal D. Henrique, a população de Lisboa, os Vigários Gerais da Comarca; e em especial a Câmara da Torre de Moncorvo, que contribuiu durante 9 anos com 6000 réis anuais.

Entre 1615 e 1626 assiste-se à reformulação do Convento, através da construção dos dormitórios no local da antiga igreja e da construção de um novo templo. Posteriormente, assiste-se à construção da sacristia, coro, capítulo e enfermaria. Para esta importante campanha de obras, registam-se as contribuições de Francisco Vaz, Pároco de Valverde; novamente da Câmara de Torre de Moncorvo, com a contribuição de 20 mil réis anuais, durante 3 anos; a Câmara de Mós, que despense, a partir de 1622, com 36 mil réis anuais, por um período de 3 anos, acrescidos em 1625 de mais 12 mil réis, por igual período; além de benfeitores diversos de Sambade, de que os arquivos não registam o nome.

Os vereadores voltam a contribuir para o convento em 1652, na sequência da construção de três retábulos para a Igreja, com a dotação de 8 mil réis, por tempo de seis anos.

Em 1663, efetua-se um “grande cruzeiro, que faz mais admirável não só a sua grandeza e primorosa arquitectura, mas o ser fabricado de huma só pedra. Foi colocado neste lugar em 8 de outubro de 1663, sendo Guardião o P. Fr. Boaventura de S. João, concorrendo para grande parte da despesa, que fez esta obra, o Doutor Agostinho Botelho, então Provedor desta Comarca” (José, 1760, p. 346)

Por iniciativa de Fr. Bernardino de S. João, empreendem-se em 1698 obras de reconstrução da parede do dormitório que estava em ruína. Contribuíram para esta obra algumas das pessoas principais de Torre de Moncorvo, nomeadamente António Bandeira Pereira e

Francisco Morais de Mesquita; mas também do D. João de Sousa, Arcebispo de Braga; do Abade de Alfândega da Fé; de Luís de Almeida Noronha; e da Câmara de Mós. Tiveram igualmente um papel muito relevante os moradores de Larinho, que transportaram toda a pedra e lenha para obra, das suas matas e canteiras.

Se em 1715, aquando do alteamento do corpo da capela mor com mais 8 palmos, e da construção de novo retábulo (localizado hoje na Igreja Matriz de Moncorvo), por iniciativa de Fr. Bernardo de Santa Clara, não temos conhecimentos de benfeitores, o mesmo já não acontece entre 1719 e 1726, quando José Ferreira, natural de Torre de Moncorvo e morador em Foz Tua – o principal entreposto comercial do Nordeste Transmontano, anterior ao rebentamento do Cachão da Valeira – dá um assinalável contributo para a construção de um novo dormitório e enfermaria, bem como uma varanda.

Padroados das Capelas

A atribuição de padroeiros às capelas do convento, assim como ocorreu desde a Idade Média em conventos, mosteiros, igrejas, tinha uma dupla função. Por um lado, servia como fonte de ligação dos padroeiros instituidores e seus sucessores à instituição eclesiástica, sendo assim uma fonte de rendimento, no caso, para os frades de S. Francisco. Já na ótica dos instituidores/padroeiros, por vezes associada a instituições vinculares, era uma excelente forma de constituir um panteão familiar e desta forma manter ou até aumentar o prestígio familiar. Claro que, tal como aconteceu no

convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo, por vezes o projeto do padroeiro instituidor não ocorria como o previsto, fruto de várias vicissitudes, e os instituidores acabavam por entrar em incumprimento, e assim desistir ou perder ao direito de padroeiros da capela.

No convento de São Francisco de Torre de Moncorvo, com base nos documentos disponíveis, existiram três capelas com padroeiros, sendo duas as capelas colaterais da Igreja e a terceira localizada na casa do capítulo.

A capela do evangelho era dedicada ao patriarca São Francisco e, desde 1670, quando foi deslocado para a Capela-Mor, a Nossa Senhora da Conceição, sendo esta última uma escultura de Frei Jorge dos Reis, autor de outras imagens idênticas nos cenóbios franciscanos de Ponte de Lima, Viana, Serém e Arcos de Valdevez. A imagem do convento de Torre de Moncorvo, encontra-se hoje no altar-mor da Igreja Matriz de Torre de Moncorvo. O primeiro padroeiro foi Vasco Lobo de Madureira, filho do Dr. Luís de Madureira e de Isabel Lobo, com testamento de 1639. Casou com Catarina Mendes do Rego, filha de João Correia e Francisca do Rego. A este sucedeu, em 1641, o seu filho Luís de Madureira, falecido em 1674, sem sucessão. Herda assim o padroado, tomando dele posse em 08/12/1677, o seu cunhado Gaspar de Sousa Falcão, casado com D. Leonor de Madureira Lobo (...-1682). Os padroeiros seguintes são Miguel Machado Pereira Pinto, Capitão-Mor de Moncorvo (...-1718), casado com Joana de Sousa Lobo, filha dos anteriores padroeiros;

António Machado da Silveira Lobo (n. 1692-...); e Tomé de Morais da Silveira Lobo (1745-1748), tendo este a obrigação anual de mil réis e um almude de azeite.

O padroado da capela da epístola com a invocação de Santo António, foi entregue, em 1606, a António Domingues de Gamboa, 3.º administrador do Morgado de Santo António, casado com Isabel de Almeida de Madureira. A obrigação passou para sua filha D. Ana de Madureira, casada com Luís Bandeira de Figueiredo e Tomé Borges de Castro, tendo entretanto ido residir para o Porto, ficando a capela cerca de 70 anos sem fabrico. Em 12 de fevereiro de 1676, o seu filho António Bandeira assina uma escritura de desistência ao direito de padroado. Em 15 de setembro de 1713, o Dr. Manuel Alves Teixeira (...-1719) e mulher, Isabel Joana de Magalhães e Lacerda (...-1735), assinam escritura de padroado da capela de Santo António do convento, com a contribuição anual de 100 mil réis e 1 almude de azeite, pagos em dia de S. Sebastião. Segundo o documento de instituição, “os padroeiros podem usar da sepultura que mediarão e confrontaram entre o altar da dita capela e grade da igreja do arco da capela até à parede” e “poderão quando lhes parecer mandar meter uma pedra ou pedras que necessário forem com as armas e nomes de seus padroeiros e um banco de encosto com o seu nome à sua custa” (AMTM, Livro de cópias de documentos do Cartório, s/d [séc. XVIII]).

Embora sem certeza, é de supor que as imagens de São Francisco e Santo António sejam as esculturas de vulto que hoje se encontram na capela de Santo António de Moncorvo, na posse da família Carvalho e Castro, sendo aí colocadas aquando a extinção do convento.

O padroado da capela do capítulo é anterior à primeira reformulação do convento (1615-1626) e foi entregue a António Fernandes de Sequeira, foreiro dos bens da Comenda da Ordem de Cristo de Santa Maria de Castelo Branco e Mogadouro na vila de Torre de Moncorvo. Aquando das referidas obras, João Camelo, casado com a neta do instituidor, de nome Ana Borges, reedificou a capela na nova casa do capítulo. No altar, existia uma imagem grande de Cristo crucificado no passo da Agonia. Sucedeu no padroado, Leonor Camelo Cabral (...-1683), filha de Ana Borges, e casada com Luís Camelo (...-1659). Em 6 de agosto de 1679, António de Carvalho de Gamboa (1640-1683), administrador do Morgado de Santo António, e casado com Ana Borges Camelo e Castro (...-1713), assina escritura de administração da Capela do Capítulo com 800 réis de pensão anual, pagos no dia 15 de agosto. A partir daqui, o padroado da capela passa a pertencer aos administradores do Morgado de Santo António, nomeadamente António de Carvalho Gamboa (1680-1751); seu irmão, Luís Camelo de Castro (1682-1763); o filho deste, António Francisco Camelo de Carvalho e Castro (1743-1796); e o seu neto, António Manuel de Carvalho e Castro (1765-1845). Merece ainda referência o legado testamentário perpétuo de Antónia

Saraiva (...-1678), viúva de Manuel Camelo de Meireles, de um almude de azeite, pago pelos seus herdeiros, administradores do Morgado de Santo António.

Devotos particulares de imagens do convento

No espaço do convento, além das capelas de padroado a que se aludiu, verifica-se devoção especial a cinco imagens: o Senhor dos Passos, três de invocação a Nossa Senhora e a de São Pedro de Alcântara.

A imagem do Senhor dos Passos, ou Senhor da Portaria, deve corresponder à imagem do Senhor dos Passos existente no Museu de Arte Sacra de Torre de Moncorvo, e que sai nas procissões do Domingo de Ramos e de Quinta-feira Santa. Como o nome indica, localizava-se na portaria da igreja do convento, como ocorria em outros conventos franciscanos. O cronista Fr. Pedro de Jesus, Maria e José refere: "Ao lado direito da sua porta [da Igreja] fica uma capelinha com o Passo do nosso Redentor com a Cruz às costas, obra, que mandou fazer o P. Fr. Francisco de Jesus Maria Pregador, natural de Penacova, no tempo em que aqui foi guardião pelos anos de 1723". (José, 1760, p. 346).

As imagens de Nossa Senhora que mereceram devoção são as de Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Escada e Nossa Senhora da Graça. A primeira estava na boca da tribuna do altar, medindo cerca de 88 cm, podendo ser a que se encontra atualmente

no altar das Chagas da Igreja Matriz. Sabe-se terem sido mordomas desta imagem D. Leonor Angélica de Melo, filha de Diogo Monteiro de Melo, da Casa das Aveleiras, e as filhas de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães, da casa da rua das Barreiras, hoje rua Tomás Ribeiro. A imagem da Senhora da Escada era uma *Pietá*, feita em 1751 em Braga, a fazer fé na descrição do cronista, com mais de um metro de altura, que tinha esta designação por estar colocada num nicho que fica próximo da escada que desce da varanda para a Sacristia, tendo sido sua benemérita D. Josefa Matilde de Melo Tenreiro, filha de Manuel Diogo Monteiro de Melo e Sampaio, da Casa das Aveleiras. Todo o povo de Torre de Moncorvo, segundo o cronista, tinha particular devoção a uma imagem de Nossa Senhora da Graça que estava representada com o filho no braço esquerdo, colocada numa capela no alto da cerca para o Nascente, em 1607.

No altar-mor, havia ainda o culto a São Pedro de Alcântara, muito devotado pela Casa Real, muito particularmente a família do Doutor Gonçalo José de Moraes, que “todos os anos o festeja com Missa cantada, Sermão, e o Senhor exposto” (José, 1760, p. 347). A imagem atualmente encontra-se no Museu de Arte Sacra de Torre de Moncorvo.

Devotos com legados anuais

Uma importante fonte de receita, ou melhor, de sustentação dos monges do convento de São Francisco, são os legados anuais particulares de vinho, mosto, azeite, pão, dinheiro ou missas,

instituídos geralmente nos testamentos dos legatários. Fr. Pedro de Jesus, Maria e José (José, 1760) refere treze legados.

Tabela N.º 4 – Legados anuais do Convento de São Francisco.

Designação

Joana Gonçalves, mulher de Francisco André, da Açoreira, que em 1603, dá 2000 réis, 10 alqueires de trigo, 3 almudes de vinho e uma vinha em Canelas (Açoreira), para missas.

Incógnito de Frechas, 1 almude de azeite.

Irmã de Mariana Teles, de Torre de Moncorvo, azeite anual e perpetuamente.

Padre Domingos Vilares, da Vilariça, instituído em 1638, de carácter anual e perpétuo, constando de 2 almudes de azeite ou 2000 réis.

Fernando de Madureira, dos Vilares da Vilariça, de azeite ou em seu lugar seis tostões.

Padre Gonçalo de Aguiar, de Torre de Moncorvo, instituído em 1662, de carácter perpétuo, com 10 alqueires de trigo para hóstias e 2 almudes de azeite para a lâmpada do Santíssimo Sacramento, com hipoteca da fazenda e da ermida de Nossa Senhora da Conceição, na Serra do Roboredo.

Padre António Luís, de Samões, perpetuamente 2 almudes de mosto.

Ana Domingues, de Vilares da Vilariça, instituído em 1723, que consta de uma meia de azeite e seis tostões perpetuamente.

António de Sobral, instituído em 1729, que consta de 400 réis ou meio almude de azeite anuais.

Francisco Afonso, de Vilar de Baixo, de 1 almude de azeite.

Paulo Lopes, do Seixo, de 1 almude de azeite.

Brites Teixeira, do Castedo, de 3 alqueires de trigo.

Padre António Gomes Pereira e irmã Teresa Maria de Jesus, de Vila Flor, que em 1747, instituem missas anuais.

Fonte: José, 1760.

Esmolas e privilégios régios e municipais

As esmolas e privilégios régios e por seu intermédio as esmolas municipais desempenham igualmente uma fonte importante de rendimento e de sustentação dos monges, que aliás detêm poucos recursos fundiários. Estas esmolas e privilégios versam sobre várias temáticas e por vezes são reforçadas ou renovadas. Conhecemos, pelo menos, sete esmolas e privilégios, desde a concessão de seis arráteis de cera para o candeeiro triangular dos ofícios da Semana Santa; o privilégio concedido em 1583 e 1588 dos monges poderem trazer e cortar lenha de que tiverem necessidade, para seu uso, das matas do Pinhal (no Felgar) e do Roboredo, sendo que não poderão cortar senão da seca e não poderão trazer senão em bestas; o privilégio da dispensa do pagamento do novo usual das carnes verdes, concedido em 1689, 1713 e 1745; o fornecimento pelo açougue da vila, às terças e sábados de porção de vaca e do quarto do boi, pelo Senado, que foi concedido em 1638 e confirmado entre 1730 e 1742; a licença, em 1730, para descobrir e encaminhar a água que se encontra na mata do Roboredo junto à cerca, caso se descubra, desde que não passe acima do caminho que vem dos canos para a fonte do Roboredo; a esmola régia de duas arrobas de cera anuais; e a esmola concedida, em 1793, de 12 arráteis de pimenta, 6 de cravo, 10 de canela, 4 de gengibre, 5 de malagueta e 6 de incenso, fornecidas pela Tesouraria da Casa da Índia; além das esmolas dos sermões da Quaresma e Advento que adiante se fará menção.

Outros Beneméritos e devotos

Para além de todos os indivíduos e instituições já mencionadas, existem outras pessoas que pessoalmente, familiarmente ou de acordo com os cargos que desempenhavam, contribuíram de forma assinalável para o convento, merecendo a sua menção nas crónicas ou no cartório do convento. A lista é algo longa, podendo-se referir os casos dos Arcebispos de Braga, desde D. João Afonso de Meneses (c. 1522 - 1587) em 1584 até pelo menos 1739 em período de Sede Vacante, que dão de esmola ao convento 5.500 réis da sua Chancelaria; Vigários Gerais da Comarca Religiosa de Torre de Moncorvo; os Corregedores e Provedores da Comarca de Torre de Moncorvo, bem como os Juizes de Fora; a Casa de Sampaio, Senhores de Vila Flor, e Alcaldes de Torre de Moncorvo, sendo de destacar Francisco de São Paio (1569), e seu filho, Manuel de São Paio, 8.º Senhor de Vila Flor, sendo que este último pode comer com os frades e ofereceu no seu testamento, em 1649, doze panos de seda, de tafetá de cores para a Capela do Santíssimo Sacramento, além de 6 alqueires anuais trigo; a casa de António Bandeira Pereira, filho de Luís de Figueiredo Bandeira e D. Ana de Madureira, pese embora o facto de ter deixado de ser padroeiro da capela de Nossa Senhora da Conceição; o Morgado das Aveleiras e dos Vales, da família Monteiro de Melo, que além das práticas devocionais a certas imagens que já se aludiu, forneceu azeite vindo da quinta de Lobazim (Vilarinho da Castanheira, Carrazeda de Ansiães); a já aludida Casa

do Dr. Gonçalo José de Moraes, filho de Francisco de Moraes; a Casa de Miguel Machado Pereira Pinto; a Família Borges de Castro, Morgados de Mendel, os maiores proprietários de Torre de Moncorvo, com esmolas anuais de 20/30 alqueires de trigo; a casa dos Morgados de Santo António de Torre de Moncorvo; o Dr. Manuel Álvares Teixeira e mulher, Isabel Joana de Magalhães e Lacerda, com casa na atual rua do Hospital Velho, e antepassados de Constantino José Marques de Sampaio e Melo, o célebre *Rei dos Floristas*; Lourenço Carneiro de Vasconcelos, síndico do Convento; Manuel Correia e mulher, Cecília da Silva; o Licenciado António de Araújo, Abade de Alfândega, que contribuiu com 100 mil réis para se fazer a cerca do convento; António Pereira Pimentel, de Freixo de Numão; ou os pais de Fr. Francisco da Graça, OFM, de Mós de Moncorvo.

AÇÃO RELIGIOSA E SOCIAL

A comunidade franciscana desempenhou um papel muito importante no âmbito religioso e social na comunidade de Torre de Moncorvo, em seis aspetos essenciais: a confissão, a pregação, a ajuda aos pobres, a participação em festejos sacros e profanos, o ensino, e o sepultamento e zelo pelas almas *post-mortem*.

Uma das funções da comunidade franciscana é a confissão dos crentes, a qual é, segundo as orientações católicas, uma obrigação anual. Para tal, a igreja do convento dispunha de um conjunto assinalável de confessionários de que, ainda hoje, se podem localizar na igreja do convento.

Outro aspeto importante está relacionado com a ajuda aos pobres, vocação adquirida desde o início da ordem. Nas crónicas e demais documentação existente, relativamente ao convento de Torre de Moncorvo, não existem referências, tendo estas geralmente a missão de exaltar os feitos dos frades, e os contributos dos nobres e pessoas ditas de condição, que seriam o público-leitor destas obras, e que poderiam contribuir para a manutenção destes espaços. Mas através dos testemunhos arqueológicos foi possível recuperar bastantes exemplares de louça – faiança – pintada com a inscrição SF – São Francisco – característica desta ordem, que teria vindo do convento para alimentar os pobres e necessitados da vila. Além disso, o convento tem espaço para dormitório de peregrinos e viajantes, funcionando como hospedaria, prática comum em muitos dos cenóbios, não obstante existirem em Torre de Moncorvo dois hospitais/albergarias, um de iniciativa régia – o Hospital do Espírito Santo – e outro particular, criado por disposição testamentária de Afonso Domingues e vinculado às obrigações do Morgado de Santo António. Por outro lado, o convento funcionou também como albergue de crianças desvalidas e abandonadas, como terá sido o caso do já referido Constantino, “o rei dos floristas”.

A pregação é uma vocação inerente aos franciscanos. E nesta função são exímios, particularmente nos ofícios do Advento e Quaresma, momentos fulcrais de preparação das maiores festas do calendário litúrgico do Cristianismo. A Câmara de Torre de Moncorvo, como administradora dos bens da Igreja Matriz, num

período em que a Religião é uma função de Estado, concede desde 1568 a esmola de seis mil réis para a realização dos sermões do Advento e Quaresma pregados na Igreja Matriz. Em 1599 a dotação é aumentada para 14 mil réis. Em 1646, verifica-se que o Comendador da Ordem de Cristo, sediado na Igreja Matriz, sendo que a Câmara continua a pagar esmola de 14 mil réis, consignados na renda da barca do Douro. Em 1712, D. João V aumenta a esmola dos 14 sermões da quaresma de 15.000 réis para 25.000 réis; e em 1805, quando o Príncipe Regente concede mais 12000 réis pagos pelo rendimento da Igreja, pelos sermões da tábua.

Embora geralmente os franciscanos não estejam muito vocacionados para o ensino, em 1779, foi transferido para o convento, por carta régia, a escola de ler, escrever e contar, sendo nomeado como regente, a 29 de outubro, Fr. Bento de Santa Clara.

Como se viu o nascimento e morte de Cristo ocupa um lugar importante no seio da comunidade franciscana, como aliás acontece com todos os cristãos. Porém, o aspeto da morte é particularmente importante, não propriamente o momento em que o crente expira, mas o seu sepultamento e os modos de zelar pela sua vida pós-terrena. Se a questão da sepultura constitui uma das obras de misericórdia com inspiração Bíblica (Tb 1:17-18; 2:3-8), a oração pelos mortos, apesar de ser igualmente uma obra de misericórdia pelos fiéis cristãos, constitui igualmente uma forma dúplice de que a memória do defunto perdure na comunidade local, e de que os monges obtenham uma outra fonte de rendimento. Como veremos

posteriormente em pormenor, esta questão dos enterramentos e sufrágios levantou várias questões entre os frades de São Francisco e os padres (e, especialmente, os Vigários) da Igreja Matriz.

Na crónica franciscana (José, 1760), somente se faz referência por duas vezes a sepultamentos de pessoas de baixa condição, e isto porque constituíram momentos de exceção. O primeiro momento ocorre em 1651, quando o cronista refere que no terreiro do convento está “enterrada muita gente pobre desta Vila por causa de um Interdito, do qual ficou isenta a nossa Igreja, pelo que todos os defuntos se vinham a sepultar nela” (José, 1760, p. 346). O cronista refere ainda que em 1710, foram sepultados dois castelhanos no convento, aquando da invasão e ocupação da vila na sequência da Guerra da Sucessão Espanhola. Todas as restantes referências da crónica são ou de frades que aqui morreram, e que se distinguiram por feitos, obras ou fama de santidade, ou então pessoas de “condição” que aqui estão enterradas, ou então jazigos de família. Assim, as crónicas referem os casos das sepulturas, que se enunciam na seguinte tabela:

Tabela N.º 4 – Sepultados no Convento de São Francisco.

Designação

D. Lourenço Coutinho, filho de D. João Coutinho, 5.º Conde de Redondo, sepultado em 1640, no claustro, com epitáfio.

D. Joana de Vasconcelos, casada com Dr. Manuel Correia Freire, Juiz de Fora de Torre de Moncorvo e irmã de Jerónimo Botelho de Vasconcelos, sepultada em 1643, no claustro no cemitério dos frades, ostentando esta um brasão com as armas dos Correia, Vasconcelos, Carneiro, Freire, e por timbre um coração entre duas mãos com legenda *Mors cedit amori*

Doutor Francisco Carneiro de Almada, Corregedor da Comarca; Doutor Luís Roldão da Maia (1719) e Doutor Francisco Ribeiro de Andrade, Provedor da Comarca, todos na mesma campa, localizada no Claustro, ostentando as armas dos Noronha e Almada.

Doutor António de Sousa Cardoso, Corregedor da Comarca, sepultado em 1638, entre a portaria e o claustro, ostentando as armas dos Sousa e um castelo por timbre.

Dr. Sebastião da Costa, Provedor da Comarca e sua mulher D. Francisca.

D. Margarida da Cunha, mulher do Doutor João da Fonseca Boto, Juiz de Fora, sepultada em 1635 no claustro ao entrar para o capítulo, que ostentava as armas de Cunha e Fonseca.

Paulo Botelho, Sargento mor da Comarca, sepultado em 1652 no claustro, ostentando esta as armas dos Botelho, tendo sido posteriormente sepultado sua mulher, Isabel Coelho.

Junto da sepultura anterior, encontra-se a de Francisco Botelho, pai deste Paulo Botelho.

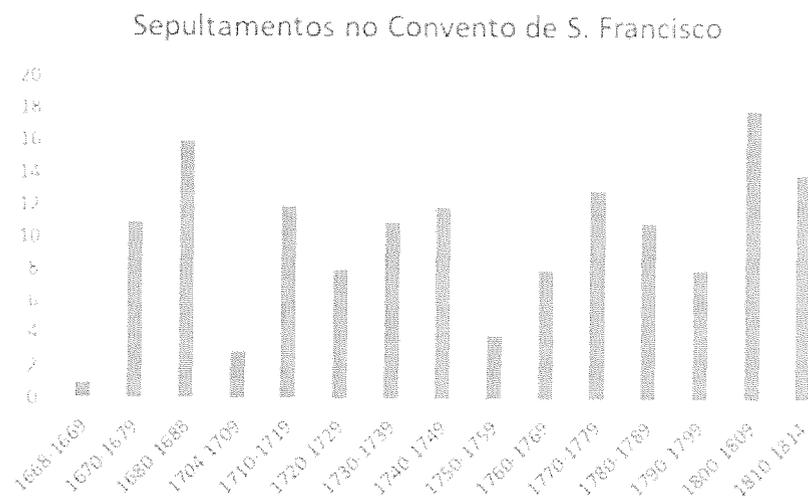
Bartolomeu Correia, falecido com odor de santidade e dos membros fundadores da ordem terceira, sepultado em 1706 no claustro – odor de santidade.

Fonte: José, 1760; BPMP, FA-69.

Existem, porém outras fontes que nos podem dar informações sobre os sepultamentos no convento de São Francisco. E estas são evidentemente os registos paroquiais, os quais, para o período que importa ao presente estudo, se encontram disponíveis digitalmente pelo Arquivo Distrital Bragança no período entre 1668 e 1814 (com exceção dos óbitos entre 1688 e 1704). Tendo por base esses registos verifica-se que na globalidade deste período ocorreram 3710 óbitos na vila de Torre de Moncorvo, sendo que 150 dos sepultamentos tiveram lugar no Convento de São Francisco, sendo

os restantes na Igreja Matriz e em capelas particulares. Com base nos dados recolhidos, elaborou-se um gráfico que se apresenta, demonstrando que as décadas em que houve maior número de enterramentos ocorreu entre 1680-1688 (num total de 16) e entre 1800-1809 (num total de 18). O séc. XVIII, que é o período por excelência de análise dos registos, verifica-se uma grande oscilação de enterramentos no convento, que podem variar entre o mínimo de três numa década (1704-1709) e de 11 a 13 (décadas de 1710-1719; 1730-1739; 1740-1749; 1770-1779 e 1780-1789). Convém ter em conta aqui alguma lacuna de informação, a par dos litígios com a Igreja Colegiada, sabendo igualmente que são estes a redigir os assentos.

Gráfico N.º 1 – Sepultamentos no Convento de São Francisco



Fonte: ADBM, Registos Paroquiais, Torre de Moncorvo, Óbitos.

Para os sepultados no convento, dos registos paroquiais pode-se igualmente extrair informação relevante, se bem que com informação por vezes insuficiente. Pese embora esse facto, verifica-se que, relativamente à proveniência dos sepultados no convento neste período, dos 149 recenseados, 131 são da paróquia e 15 de fora, sendo que de 4 não é indicada proveniência. No que concerne ao estatuto social, pode-se estabelecer que a grande maioria pertence à nobreza e governança da vila (113), seguidos de membros do povo (12); clero (7); e também 2 escravos.

Verifica-se ainda um outro tipo de informação que se pode obter a partir dos assentos de óbito, que é o local de sepultamento dentro do convento. Na verdade, em 62% dos casos, o assento não indica concretamente o local. Porém, dos restantes 52 casos, verifica-se que 19% ocorreram na Igreja, e 16%, no claustro. Existem ainda outros 5 sepultamentos (3% do total) que ocorreram em outros locais, como foi o caso do síndico Lourenço Carneiro de Vasconcelos e de sua mulher, D. Isabel de Vasconcelos, que foram inumados na portaria.

A ação dos monges de São Francisco na vila de Torre de Moncorvo está, por fim, presente na organização e participação em diversos eventos sacros e profanos. Em 25 de agosto de 1757, organizam festejos a propósito da canonização de S. Gabriel Ferreri e de Santa Helena, onde participou a Academia dos Unidos da Torre de Moncorvo. Porém, verifica-se de várias formas e por várias vezes a sua participação em festividades relativas a nascimentos e

casamentos reais; nas celebrações exequiais, nos falecimentos dos monarcas e demais membros da família Real; assim como em outros eventos municipais.

OBSERVAÇÃO, REGISTO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS POLÍTICOS

A vida religiosa e social dos frades de São Francisco de Torre de Moncorvo leva a que estes tomem parte, por vezes, em eventos políticos, quer de forma direta e intencional, como de forma indireta, através da observação e registo de acontecimentos locais.

No primeiro caso, temos o exemplo da participação em várias reuniões ou assembleias dos três estados, relatadas nos livros de atas da Câmara, depositados no Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo. Importa também referir o acolhimento dado em 1641, ao Provedor da Comarca, Lic. Gaspar de Lemos Falcão, a quem pretendiam matar, na sequência da aclamação de D. João IV. Por este ato em particular, o monarca endereça uma carta aos monges referindo: “em como querendo ofender e matar alguns homens seus inimigos amotinando por isso o povo na ocasião da minha aclamação vós os recolhestes no dito convento e amparastes para que lhes não fosse feita ofensa e porque tudo resultou haver-me servido bem ao dito Provedor me pareceu significar-vos que me hei por bem servido de vós no ato que fizestes e faço com satisfação dele” (José, 1760, p. 337). No inventário efetuado aquando a extinção do convento, é

referido também os monges que tomaram partido pela causa absolutista.

Para o segundo aspeto que invocamos, convém referir as cartas de Fr. Pedro de Maria Santíssima, que relata em pormenor os aspetos da invasão e ocupação espanhola de Torre de Moncorvo, as quais se encontram depositadas no Arquivo Histórico Militar, e foram parcialmente transcritas por Carlos Seixas (Seixas, 2001).

CONFLITOS SOCIAIS

Um aspeto de cariz social que as crónicas, bem como os documentos, referem, são os diversos conflitos que os monges do convento de São Francisco tiveram. Os temas são dois, e dizem ambos respeito à sobrevivência económica e aos direitos que estes possuíam: direitos sobre o sepultamento e sufrágios pelos defuntos, em que tiveram longas contendas com os reitores e restantes padres da colegiada da Igreja Matriz; e direitos sobre a posse da água, que vem da serra do Roboredo, em tomaram parte a Câmara de Torre de Moncorvo, entre outros particulares.

Os problemas com os padres da Igreja Matriz da vila iniciam-se em 1598, com o reitor João Lopes, natural de Freixo de Espada à Cinta, prolongando-se até 1616. Este priva o convento das ofertas dos funerais, recusa acompanhar cadáveres a sepultar no convento, e toma posse indevida das ofertas exequiais. Após queixas contínuas dos monges, acaba por ser excomungado por várias vezes, reincidindo sempre nas mesmas ações. Após uns anos de acalmia,

em 1636, o reitor Diogo Álvares Pereira, toma posse indevida da obrada do funeral da filha de Francisco de Gouveia, logo denunciada pelos monges, não tendo voltado a repetir a façanha.

Depois de novo período de acalmia nas relações entre a Matriz Colegiada e o Convento, em 1672, o Reitor Simão Ferreira recusa que os ecónomos assistam a ofícios exequiais de Manuel de Madureira, filho de Paulo Correa Teixeira, bem como de Francisco de Almeida da Veiga. Em 1723, surgem novas divergências entre monges e padres da Igreja, tendo havido nesta data sentença do Vigário Geral. A partir desta data, não há notícia de novos conflitos.

Relativamente às questões da água, estas prolongam-se por longo tempo, tendo havido sucessivas decisões régias a este respeito. Estas contendas relacionam-se não só ao aproveitamento e distribuição pelos monges e Câmara, como em particular à busca de nascentes e usurpação da mesma, de onde resultam litígios com particulares como é o caso de António Carvalho Gamboa e Manuel Alves Antão.

A HERANÇA FRANCISCANA EM TORRE DE MONCORVO

Em jeito de conclusão, muitos poderão perguntar: o que resta da presença dos monges de São Francisco em Torre de Moncorvo, depois de mais de 250 anos nesta vila? Alguns mais pessimistas dirão muito pouco: o edifício do convento foi demolido; a igreja totalmente descaracterizada e parcialmente vandalizada; o cartório e a livraria em parte incerta, talvez já destruída. Se tudo isso é

verdade, pelo menos em parte, também é verdade que ainda resta Património Imóvel, Móvel, e Imaterial, sendo que este último é tantas vezes menorizado.

Do Património Imóvel, há a referir além da igreja, e de alguns elementos da fachada e do coro na posse dos seus anteriores proprietários, também de parte do claustro, dos muros e entradas da cerca; bem como de algumas edifícios e estruturas dispersas pela cerca do antigo convento.

Do Património Móvel, é possível ainda identificar um grande conjunto de Arte Sacra – escultura, altares, paramentaria, disperso pela vila quer na Igreja Matriz, no Museu de Arte Sacra, e em capelas e casas particulares. Por outro lado, do Património Documental, sabe-se que alguns livros se encontram na Biblioteca Nacional, e do cartório do convento, além do livro depositado no Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo, haverá porventura mais documentação em Arquivos Nacionais, públicos e particulares. Merece também uma menção o Património Arqueológico móvel, nomeadamente os fragmentos cerâmicos já referidos e recolhidos em diferentes locais da vila, além do espólio que possa subsistir ainda no subsolo dos terrenos do convento e cerca.

Por fim, do Património Imaterial, constam não só as lendas e histórias que ainda correm a vila sobre os frades, como é o caso do túnel de comunicação entre estes e as recolhidas do Santo António do Sacramento; mas também a herança espiritual e social que se prolonga no tempo, e que em certa parte tem origem na presença

dos franciscanos. Pode-se apontar como exemplos, as pregações da Semana Santa, que até há poucos anos eram ainda efetuadas por um franciscano que aí se deslocava; o importante papel desempenhado pelas Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (1915-2006) na assistência aos pobres e desvalidos residentes no então Asilo e hoje Fundação Francisco António Meireles.

Em suma, está por fazer um levantamento exaustivo do espólio do convento, de que neste artigo se pretendeu dar um contributo, além do aspeto central do artigo que se centra, numa primeira abordagem da nossa parte, nas relações sociais da Ordem de São Francisco, na vila de Torre de Moncorvo, entre os séculos XVII e XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, C. d' (2004). A construção do convento de S. Francisco no Contexto da Evolução Urbanística da vila de Torre de Moncorvo. *Côavisão. Cultura e Ciência*, 6, 15-33.

Abreu, C. d' & Machado, Paula (2010). O Património do convento de S. Francisco da Torre de Moncorvo aquando da supressão das casas de religiosos (1834). *Actas das XII Jornadas Culturais de Balsamão – Ciência e Fé: Encontros e Desencontros*. Balsamão: Centro Cultural de Balsamão, pp. 117-194.

Alves, F. M. (1908-1910). Moncorvo – Subsídios para a sua historia ou notas extrahidas de documentos ineditos, respeitantes a esta importante villa transmontana, *Ilustração Trasmontana*, 1-3.

Alves, F. M. (2000). *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. (3.^a ed.). Bragança: IPM/Museu Abade de Baçal/Câmara Municipal.

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, *Convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo*, cx. 2238. 1834.

Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo, Fundo Convento de São Francisco de Torre de Moncorvo, *Livro de cópias de documentos do Cartório*. s/d [séc. XVIII].

Biblioteca Pública e Municipal do Porto, Fundo Antigo n.º 69 - *Chronica da Província da Conceição*, 1737.

Cano, A. S. A. (2018) - *O Asylo Francisco Antonio Meirelles. Estudo Histórico-Arquitectónico de um equipamento social da Primeira República (Torre de Moncorvo, Portugal 1904-1916)*. Torre de Moncorvo: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.

Costa, A. C. da (1706). *Chorographia Portugueza e descripçam topographica do reyno de Portugal*. (Vol. 1). Lisboa.

Fernandes, A. (2008). *De Asylo a Fundação. 100 anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*, Coimbra: Palimage.

Figueiredo, A. P. V. (2008). *Os conventos franciscanos da Real Província da Conceição. Análise histórica, tipológica, artística e iconográfica* (tese de doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

José, Fr. P. de J. M. e (1760) - *Chronica da Santa, e Real Provincia da Immaculada Conceição de Portugal da mais estrita, e regular*

observancia do Serafim chagado S. Francisco, (Tomo Primeiro, pp. 301-357). Lisboa: Off. De Miguel Manescal da Costa.

(1762) Plano de la torre de Moncorbo. *Cartografia Histórica Portuguesa - Catálogo de Manuscritos (Siglos XVII-XVIII)*, Madrid: Real Academia de la Historia.

Rebelo, J. M. (1992) - *Convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo*, Torre de Moncorvo: Escola Preparatória.

Seixas, C. (2001). Episódios da Guerra Fantástica - 1762 - na região de Torre de Moncorvo, *Brigantia - revista de cultura*, XXI (1-2), pp. 79-88. (1848). Villa de Torre de Moncorvo. *Revista Popular*. I (15), 113-114.

REPORTAGEM FOTOGRÁFICA | José António Silva

EXTINÇÃO



1. Momentos antes do início das XXIII JCB

2. Abertura dos trabalhos: Francisco José Lopes, P.e Eduardo Novo e Carlos d'Abreu



3. D. José Cordeiro no uso da palavra

4. O P.e Basileu Pires apresenta a sua comunicação

OS CONVENTOS ATÉ À SUA EXTINÇÃO



OS MARIANOS EM TRÁS-OS-MONTES E ALTO ALGORO ATÉ À EXTINÇÃO



OS CONVENTOS ATÉ À SUA EXTINÇÃO



5. Um aspeto do auditório ao longo das JCB
6. idem



7. Carlos d'Abreu apresenta o fotógrafo Paulo Patoleia
8. O P.e Eduardo Novo encerra a sessão da manhã da primeira jornada



ATÉ À SUA
EXTINÇÃO

ATÉ À SUA
EXTINÇÃO



9. José Ignacio Martín Benito, P.e Basileu Pires e Ana Camelo
10. João Cabrita apresenta a sua comunicação

11. Graça Saraiva
12. Maria Jesús Sánchez e José Ballesteros

OS CONVENTOS
ATÉ À SUA
EXTINÇÃO





13. Luís Vale

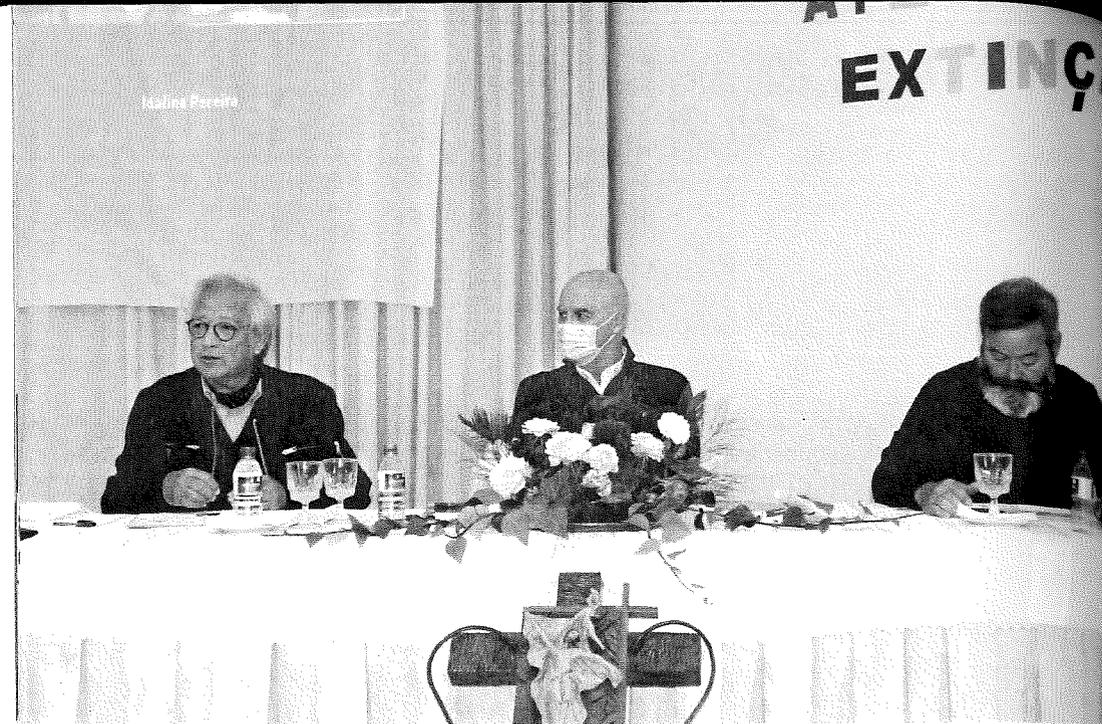
14. Os coordenadores das JCB



15. Carlos García Medina

16. Andrade Lemos





17. António Pimenta de Castro

18. Rui Leal Leonardo, Rui Vilarinho e C. d'Abreu momentos antes do encerramento das XXIII JCB



NORMAS EDITORIAIS PARA AS ACTAS DAS JORNADAS CULTURAIS DE BALSAMÃO

Normas para autores / conferencistas⁶⁵:

1. Os textos devem ser enviados para o CCBAL em formato **word** ou compatível, obedecendo aos seguintes critérios de formatação:
 - a. Não devem exceder 20 páginas A4;
 - b. Espaçamento e meio entre linhas;
 - c. Corpo de texto letra tipo *Times New Roman*, tamanho 12;
 - d. Títulos - *Times New Roman*, tamanho 14, negrito;
 - e. Notas de rodapé - *Times New Roman*, tamanho 10;

2. Os textos devem obedecer à seguinte estrutura:
 - + Título (centrado)
 - + Autor e filiação (direita)
 - + Resumo (justificado)
 - + Palavras-Chave (até 5 palavras-chave)
 - + Abstract (tradução inglês do resumo) (justificado)
 - + Key-Words (tradução inglês das palavras-chave) (justificado)
 - + Corpo de texto (justificado)
 - + Anexos
 - + Bibliografia e fontes (formato listagem por ordem alfabética do apelido dos autores)

⁶⁵ Normas APA - American Psychological Association (2010). Publication manual of the American Psychological Association (6th Ed.). Washington, DC: APA.

3. As imagens, figuras, fotografias e outros grafismos devem ser enviados em ficheiros separados e devidamente identificados e legendados, assim como deve ser assinalado no texto o local onde devem ser inseridas essas imagens, figuras, fotografias e outros grafismos;

a. As imagens, figuras, fotografias e outros grafismos devem ser enviados em formato *jpeg, png* ou *tif*, e com definição mínima de **300 dpi**;

4. Citações:

As citações servem para indicar a localização exacta das fontes de informação utilizadas no texto;

Todas as obras e autores citados devem constar da Bibliografia final;

a. com palavras do autor citado:

Apelido, seguido do ano de publicação e página do documento.

Exemplo: (Cabral, 1988, p. 34)

b. sem palavras do autor consultado:

Apelido, seguido de ano de publicação.

Exemplo: (Cabral, 1988)

5. Bibliografia:

“Apelido(s), Nome (Ano). *Título*. (No ed.). Local de publicação: Nome de editor.”

Alguns Exemplos:

(livros)

Cabral, M. V. (1988). *Portugal na alvorada do séc. XX: Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*. (2a ed.). Lisboa: Presença.

(actas conferências)

Wilson, J. M. (Ed.) (2003). *'Time' for knowledge management: Actas da Ninth European Week Conference 2003, sobre Technology, Information in Managment and Environment*. Coimbra: Instituto Politécnico.

(artigos de revistas)

Almeida, C.M., Ferreira, A. M., & Costa, C. M. (2010). Aeroportos e turismo residencial: Do conhecimento às estratégias. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 13/14 (2), 473-484.

(jornais)

Barreto, A. (2004, Setembro 14). A falta de enfermeiros. *Jornal Público*, 5.

(livros electrónicos – ebooks – com link)

Bryant, P. (1999). *Biodiversity and conservation*. Disponível em: <http://darwin.bio.uci.edu/~sustain/bio65/Titlpage.htm>

(livro de Atas - online e impressas com e sem editores)

Miller, S. (2000). Introduction to manufacturing simulation. In *Proceedings of the 2000 Winter Simulation Conference*, (pp. 63-66). Disponível em:

<http://www.informssim.org/wsc00papers/011.PDF>.

(tese ou Dissertações (Impressas)

Carlson, W. R. (1977). *Dialectic and rhetoric in Pierre Bayle*. (Tese de doutoramento não publicada). Yale University, USA.

ÍNDICE

Apresentação | *Os Coordenadores* | 3

Programa das XXIII Jornadas Culturais de Balsamão | 7

Liberalismo e ordens conventuais

Francisco José Lopes | 11

Os Cistercienses e o Mosteiro Trapista de Santa Maria Mãe da Igreja, em Palaçoulo

D. José Cordeiro | 37

Os Marianos em Trás-os-Montes e Alto Douro: Balsamão, Algozo, Cedovim e Cevadelhe

Basileu Pires, MIC | 43

Retratos da Gente e Poética de um Instante

Paulo Patoleia | 67

Ecos do Convento de Nossa Senhora das Flores

Emília Nogueiro | 75

Os Jesuítas e o Colégio do Santo Nome de Jesus em Bragança

João Cabrita | 103

Real Monasterio de San Martin de Castañeda

María Jesús Sánchez Villasante e José Rodríguez Ballesteros | 145

Las Posesiones del Monasterio de Morerueta (Zamora) en el Reino de Portugal

José Ignacio Martín Benito | 159

A Casa de Recolhimento das Oblatas do Menino Jesus da Mofreita

Luís Vale | 201

A Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos em Trás-os-Montes - o caso da Lousa

Carlos d' Abreu | 235

Convento de São Francisco da 3.^a Ordem da Penitencia no Mogadouro: Inventario de todos os bens moveis

Fernando Andrade Lemos e José António Silva | 271

Del Agueda al Coa. Aproximación a la antigua Calabria

Carlos García Medina e Isabel Sánchez Jacob | 321

S. Filipe de Néri (um santo muito simpático)

António Pimenta de Castro | 335

Franciscanos e as relações sociais na vila de Torre de Moncorvo

Rui Leonardo | 349

Reportagem fotográfica

José António Silva | 383

Normas editoriais para as Actas das Jornadas Culturais de Balsamão | 393

O Centro Cultural de Balsamão (CCBAL) tem como objectivos “o estudo e a divulgação do Património Cultural e Natural de Trás-os-Montes e Alto Douro, o estudo do relacionamento entre as culturas portuguesa e do oriente europeu e sua projecção no mundo, o incentivo e apoio a actividades didático-pedagógicas juvenis de acordo com os itens anteriores” (Estatutos, Art. 2.º).

O Presidente da Direcção é sempre um membro da Comunidade religiosa de Balsamão. O CCBAL tem por finalidade apoiar as actividades culturais — Jornadas Culturais de Balsamão, Excursões/Peregrinações, Cantar do Reis — e evangelizadoras que os Marianos e os seus colaboradores realizam.